UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

FABIANO GRETER MOREIRA

AS LUTAS PELA PERMANÊNCIA NA TERRA NOS ASSENTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA/MS

DOURADOS-MS
2019

FABIANO GRETER MOREIRA

AS LUTAS PELA PERMANÊNCIA NA TERRA NOS ASSENTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA/MS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Doutorado em Geografia, da Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientadora: Profª Drª Márcia Yukari Mizusaki

DOURADOS-MS
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

M8381 Moreira, Fabiano Greter

As lutas pela permanência na terra nos Assentamentos do Município de Nova Andradina/MS [recurso eletrônico] / Fabiano Greter Moreira. -- 2019.

Arquivo em formato pdf.

Orientadora: Márcia Yukari Mizusaki.

Tese (Doutorado em Geografia)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em: https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio

1. assentamentos rurais. 2. campesinato. 3. Estado. 4. território. 5. resistência. I. Mizusaki, Márcia Yukari. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

“As lutas pela permanência na terra nos Assentamentos do Município de Nova Andradina/MS”

BANCA EXAMINADORA

TESE PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR

Presidente
Profª Drª Márcia Yukari Mizusaki
_____

1º Examinador
Prof. Dr. João Edmilson Fabrini
_____

2º Examinador
Prof. Dr. Djoni Roos
_____

3º Examinador
Prof. Dr. João Cleps Junior
_____

4º Examinadora
Profª Drª Sonia Mar dos Santos Migliorini (Participação Remota)
_____

Dourados, 18 de março de 2019.

Dedico este trabalho a todos os assentados dos Projetos de Assentamentos do município de Nova Andradina/MS (Santa Olga, São João, Teijin e Casa Verde), que lutam diariamente para permanecer em seus lotes e recriar suas tradições e hábitos, adquiridos ao longo de suas histórias de vida no campo.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, que conduziu os meus passos, me deu forças e sabedoria e sempre iluminou o meu caminho, mesmo nos momentos mais difíceis. A minha família, que sempre me incentivou na busca do conhecimento. De forma especial e carinhosa, agradeço a minha esposa, Luciana Codognoto da Silva, que sempre esteve ao meu lado, me fortalecendo e me apoiando, com sua sabedoria e atenção.

A minha orientadora, professora Drª Márcia Yukari Mizusaki, por confiar em meu trabalho e por me conduzir os caminhos desta pesquisa e despertar em mim o desejo de continuar trilhando esse caminho. Muito obrigado, Professora, pela oportunidade de trabalhar com você.

A todos os assentados participantes de nossa pesquisa, que gentilmente nos receberam em seus lotes, com muita atenção e disponibilidade, para compartilhar suas experiências e lutas pela conquista e permanência na terra, nos assentamentos do município de Nova Andradina/MS.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, pelo conhecimento compartilhado. Em especial, agradeço aos professores Dr. João Edmilson Fabrini, Dr. João Cleps Junior da UFU/Uberlândia/MG, Dr. Djoni Roos da UNIOESTE/Marechal Cândido Rondon/PR e a professora Drª Sonia Mar Santos Migliorini, pelas contribuições durante as bancas de qualificação e defesa desta tese.

Agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para que eu pudesse findar mais essa etapa de minha vida. A UFMS/CPNA, pela disponibilidade de transporte no translado de nossas entrevistas nos assentamentos do município. Em especial a Sra. Claudia Martins Costa Corrêa, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Nova Andradina/MS (STRAFNA), que me auxiliou desde o início da pesquisa, com informações dos assentamentos do município e contatos de nossos participantes.

Aos assentados Lírio Aloísio Gorlach (Assentamento Casa Verde) e Edson Tolotti Machado (falecido em 22/10/2018 – Assentamento Teijin) que, além de participarem de nossa pesquisa e nos conduzir a outros assentados, forneceram parte do acervo pessoal de suas trajetórias de luta na conquista de seus lotes. Ao assentado Aparecido Alves de Souza (Assentamento Santa Olga) que permitiu o nosso acesso às instalações e informações, da produção e comercialização da COOPAOLGA.

RESUMO

Esta pesquisa busca apresentar a trajetória de luta de assentados nos assentamentos rurais no município de Nova Andradina/MS. Os assentamentos pesquisados foram o Casa Verde, Teijin, São João e Santa Olga, pertencentes à jurisdição do município, de acordo com a superintendência do INCRA em Mato Grosso do Sul (SR-16). Além das trajetórias de luta pela permanência na terra pelos assentados, desde os acampamentos até o assentamento em seus lotes, buscamos amparar nossas discussões em torno das relações sociais de produção dos assentados, bem como o papel de organizações coletivas e sociais distribuídas nos assentamentos. Utilizamos como método de pesquisa, a história oral, com o objetivo de descrever a trajetória de luta dos assentados, mediante entrevista semiestruturada aplicada aos participantes da pesquisa e analisadas através das transcrições das entrevistas e análise de conteúdo, em especial as lutas vividas pelos assentados na conquista e permanência em seus lotes. Entre os resultados encontrados na pesquisa, destacamos as distintas formas de lutas dos assentados em seus assentamentos, no que se refere às dificuldades de infraestrutura dos lotes, às migrações de acampamentos para a conquista de terra, confrontos armados com arrendatários e a capacidade de produzir em meio à conflitualidades do mercado e a carência de organizações coletivas ativas nos assentamentos.

Palavras-chave: assentamentos rurais, campesinato, Estado, território, resistência.

THE STRUGGLES FOR LAND PERMANENCE IN THE SETTLEMENTS OF THE MUNICIPALITY OF NOVA ANDRADINA/MS

ABSTRACT

This research seeks to present the trajectory of the struggle of rural settlers in the municipality of Nova Andradina/MS. The settlements researched were Casa Verde, Teijin, São João and Santa Olga, belonging to the jurisdiction of the municipality, according to INCRA Superintendence in Mato Grosso do Sul (SR-16). In addition to the trajectories of struggle to stay on their lands, from the camps to the settlement in their lots, we seek to support our discussions about the social relations of production of the settlers, as well as the role of collective and social organizations distributed in the settlements. We used oral history as a research method, with the purpose of describing the settlers' struggle trajectory, through a semi-structured interview applied to the participants of the research and analyzed through transcripts of interviews and content analysis, especially the struggles experienced by the settlers in the conquest and permanence in their lots. Among the results found by the research, we highlight the different forms of settlement struggles in their settlements, regarding the infrastructural difficulties of the lots, the migrations of camps for the conquest of land, the armed confrontations with tenants, and the capacity of produce in the midst of the conflicts of the market and the lack of collective organizations active in the settlements.

Keywords: rural settlements, peasantry, State, territory, resistance.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGRAER – Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

CA – Cooperação Agrícola

CCAs – Centrais Estaduais de Cooperativas de Reforma Agrária

CCU – Contrato de Concessão de Uso

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CEEPATEC - Centro de Formação, Capacitação, Cultura, Estudo e Pesquisa dos Trabalhadores e Trabalhadoras Eldorado dos Carajás

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CMDR – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

COOPAOLGA – Cooperativa de Produção dos Agricultores Familiares do Assentamento Santa Olga

COOPAVIL – Cooperativa Agroindustrial do Vale do Ivinhema

COOPERAMS – Cooperativa Regional de Cultura e Meliponicultura de Mato Grosso do Sul (Três Lagoas – mel de abelha)

CPA – Cooperativas de Produção Agropecuárias

CPPSs – Cooperativas de Produção e Prestação de Serviços

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CRESCER - Associação Criança, Esporte, Cultura Educação e Recreação

CUT – Central Única dos Trabalhadores do Mato Grosso do Sul

DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf

DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra

EMATER – Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural

FERAESP – Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo

FETAGRI – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul

FETAGs – Federação de Trabalhadores na Agricultura

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FUVI – Famílias Unidas do Vale do Vilhema

HA - Hectare

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MAF – Movimento Sul- Matogrossense da Agricultura Familiar

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MIRAD – Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e Reforma Agrária

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MSTTR – Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

MTR – Movimento dos Trabalhadores Rurais

OCB – Organização das Cooperativas do Brasil

PA (s) – Projeto (s) de Assentamento (s)

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PIB – Produto Interno Bruto

PMNA – Prefeitura Municipal de Nova Andradina

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PNPB – Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel

PNRA – Pano Nacional de Reforma Agrária

PROCERA - Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONATER – Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

SAF – Secretaria da Agricultura Familiar

SCA – Sistema Cooperativista dos Assentados

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEMCIAS – Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social

SEMDI – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Integrado

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SEPROTUR – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo

SNCR – Serviço Nacional de Cadastro Rural

SOMECO – Sociedade de Melhoramentos e Colonização

STF – Supremo Tribunal Federal

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

STRAFNA – Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Nova Andradina/MS

STRANA – Sindicato dos Trabalhadores Rurais Assalariados de Nova Andradina/MS

STRNA – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Andradina

STTRs – Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

TERRA LIVRE – Movimento Popular do Campo e da Cidade

TRF – Tribunal Regional Federal

UDR – União Democrática Ruralista

UFT – União Força e Terra

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Número de Assentamentos Rurais criados no Estado de Mato Grosso do Sul – 1972 a 2016..... 52
Figura 2 - Manifestações de luta no Estado de Mato Grosso do Sul - 2000 a 2016..... 71
Figura 3 - Primeira fonte de renda no Assentamento Casa Verde, fornos para a produção de carvão..... 75
Figura 4 - A primeira cultura cultivada no lote (abacaxi – Assentamento Casa Verde)..... 76
Figura 5 - A primeira casa construída de madeira após o barraco de lona..... 77
Figura 6 – Umas das entradas principais do Assentamento Teijin no município de Nova Andradina/MS (margens da rodovia MS-134)..... 93
Figura 7 – Reservatório de água instalado no Assentamento Teijin..... 94
Figura 8 - Mobilizações do MST, CUT e FETAGRI nas rodovias federais e estaduais no Estado de Mato Grosso do Sul no ano de 2003..... 98
Figura 9 – Vista parcial do Acampamento 17 de Abril, na rodovia MS-134..... 99
Figura 10 - Primeiro acampamento dentro da Fazenda Teijin em 2004..... 100
Figura 11 - Escola para os filhos dos assentados dentro da Fazenda Teijin em 2005..... 101
Figura 12 - Entrega dos Contratos de Concessão de Uso (CCUs) no Assentamento Teijin..... 103
Figura 13 – Do barraco de lona à casa de alvenaria no Assentamento São João (assentado SJ3)..... 112
Figura 14 - Área societária do Assentamento São João no município de Nova Andradina/MS..... 120
Figura 15 - Propriedade do assentado SJ2 no Assentamento São João no município de Nova Andradina/MS..... 121
Figura 16 – Assentamento São João, lote com barraco de lona, sem energia elétrica e água encanada, no município de Nova Andradina/MS..... 122
Figura 17 - Produção de hortaliças no Assentamento Santa Olga..... 167
Figura 18 – Etiqueta de produção e comercialização de mandioca no Assentamento Santa Olga..... 168
Figura 19 - Instalações da Usina de Beneficiamento de Leite da COOPAOLGA..... 188

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Assentamentos rurais dos municípios (Campo Grande, Dourados, Três Lagoas, Corumbá, Ponta Porã, Sidrolândia, Naviraí e Nova Andradina) em 2018..... 40
Tabela 2 - Demonstrativo de assentamentos rurais, famílias assentadas e suas áreas no Brasil, Estado de Mato Grosso do Sul e o município de Nova Andradina..... 53
Tabela 3 - Projetos de Assentamentos de Nova Andradina, Estado de Mato Grosso do Sul..... 58

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Conflitos registrados pela CPT no município de Nova Andradina/MS..... 50
Quadro 2 – Estrutura fundiária do Estado de Mato Grosso do Sul em 2014..... 54
Quadro 3 - Movimentos Socioterritoriais atuantes em Mato Grosso do Sul no período de 2000-2016..... 57
Quadro 4 - Municípios de origem dos assentados do PA Casa Verde..... 73
Quadro 5 - Municípios de origem dos assentados do PA Santa Olga..... 83
Quadro 6 - Municípios de origem dos assentados do PA Teijin ligados à FETAGRI/MS..... 89
Quadro 7 - Municípios de origem dos assentados do PA Teijin ligados ao MST (Acampamento 17 de Abril)..... 90
Quadro 8 – Divisão das comunidades do MST na criação do Assentamento Teijin..... 91
Quadro 9 - Municípios de origem dos assentados pesquisados do PA São João..... 107
Quadro 10 – Assentamentos Rurais no município de Nova Andradina/MS, propriedade camponesa versus a propriedade capitalista: dados comparativos..... 117
Quadro 11 - Estrutura Fundiária Brasileira em 2014..... 136
Quadro 12 – Características produtivas dos assentamentos rurais do município de Nova Andradina/MS, a partir dos participantes da pesquisa..... 156
Quadro 13 - Produto Interno Bruto agropecuário do município de Nova Andradina/MS nos anos de 2000, 2005, 2010 e 2015..... 170
Quadro 14 - Valores estimados do PNAE no município de Nova Andradina no período de 2010 a 2018..... 174
Quadro 15 – Relação dos produtos comercializados ao PNAE pela Coopaolga nos anos de 2017 e 2018..... 176

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização dos assentamentos rurais no município de Nova Andradina no âmbito de Brasil e Estado de Mato Grosso do Sul..... 42
Mapa 2 – Organização Territorial do Projeto de Assentamento Casa Verde..... 82
Mapa 3 – Organização Territorial do Projeto de Assentamento Santa Olga..... 88
Mapa 4 – Organização Territorial do Projeto de Assentamento Teijin..... 105
Mapa 5 – Organização Territorial do Projeto de Assentamento São João..... 114
Mapa 6 – Principais produtos dos assentamentos do município de Nova Andradina/MS..... 161
Mapa 7 - Projeto de Assentamento Casa Verde (INCRA)..... 219
Mapa 8 - Projeto de Assentamento Santa Olga (INCRA)..... 220
Mapa 9 - Projeto de Assentamento Teijin (INCRA)..... 221
Mapa 10 - Projeto de Assentamento São João (INCRA)..... 222

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Produção de leite de vaca no município de Nova Andradina referente ao Censos Agropecuário de 1975/1980/1985/1996/2006 e 2017..…… 170
Gráfico 2 - Produção de mandioca no município de Nova Andradina – Censos Agropecuário de 1975/1980/1985/1996/2006 e 2017..... 173
Gráfico 3 – Quantidade produzida pela Coopaolga em 2017 e 2018 e entregues ao PNAE..... 177
Gráfico 4 – Movimentação financeira da Coopaolga na venda de alimentos ao PNAE nos anos de 2017 e 2018..... 178

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS..... v
RESUMO..... vi
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS..... viii
LISTA DE FIGURAS..... xi
LISTA DE TABELAS..... xii
LISTA DE QUADROS..... xiii
LISTA DE MAPAS..... xiv
LISTA DE GRÁFICOS..... xv
SUMÁRIO..... xvi

INTRODUÇÃO..... 19

CAPÍTULO 1 - A QUESTÃO AGRÁRIA E OS MOVIMENTOS E ORGANIZAÇÕES DE LUTA PELA TERRA..... 45

1.1 – A questão agrária e sua manifestação nos assentamentos rurais..... 45
1.2 – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): sua organização nos assentamentos rurais..... 58
1.3 – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul (FETAGRI/MS): sindicalismo x posse de terra..... 63
1.4 – Comissão Pastoral da Terra (CPT): a posse de terra aos pobres do campo..... 65
1.5 – Central Única dos Trabalhadores de Mato Grosso do Sul (CUT/MS): a luta pela representação..... 67

CAPÍTULO 2 - AS TRAJETÓRIAS DE LUTA E TERRITORIALIZAÇÃO DE FAMÍLIAS CAMPONESAS NOS ASSENTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA/MS..... 69

2.1 – Projeto de Assentamento Casa Verde..... 72
2.2 – Projeto de Assentamento Santa Olga..... 83
2.3 – Projeto de Assentamento Teijin..... 89
2.4 – Projeto de Assentamento São João..... 107

2.5 – As trajetórias de luta de famílias assentadas no município de Nova Andradina..... 115

CAPÍTULO 3 - O PAPEL DO ESTADO E AS RELAÇÕES DE PODER NA LUTA PELA PERMANÊNCIA NA TERRA NOS ASSENTAMENTOS RURAIS..... 125

3.1 - As configurações das relações de poder e suas perspectivas nos assentamentos rurais do município de Nova Andradina/MS..... 126
3.2 – O papel do Estado no ordenamento da questão agrária brasileira..... 133
3.3 – Programas sociais de desenvolvimento mercantil/social nos assentamentos rurais..... 140

CAPÍTULO 4 - PROCESSOS DE PRODUÇÃO, ORGANIZAÇÃO INTERNA E ATIVIDADES ECONÔMICAS NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DE NOVA ANDRADINA/MS..... 150

4.1 - Processos de produção e as relações produtivas nos assentamentos rurais..... 151
4.2 – Agricultura camponesa versus agronegócio..... 162
4.3 - Processos organizacionais coletivos nos assentamento rurais..... 180

CONSIDERAÇÕES FINAIS 192
REFERÊNCIAS..... 198

APÊNDICES..... 206
APÊNDICE A – Eixo disparador de entrevistas dos assentados..... 206
APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista da AGRAER/MS..... 207
APÊNDICE C – Roteiro de Entrevista do STRAFNA 208
APÊNDICE D – Roteiro de Entrevista do INCRA..... 209
APÊNDICE E – Roteiro de Entrevista da CPT/MS..... 210
APÊNDICE F – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido..... 211

ANEXOS..... 212

INTRODUÇÃO

Vocês que fazem parte dessa massa,
Que passa nos projetos, do futuro
É duro tanto ter que caminhar
E dar muito mais, do que receber.
E ter que demonstrar, sua coragem
A margem do que possa aparecer.
E ver que toda essa, engrenagem
Já sente a ferrugem, lhe comer.

Eh, ôô, vida de gado
Povo marcado, ê
Povo feliz
Eh, ôô, vida de gado
Povo marcado, ê
Povo feliz

Lá fora faz um tempo confortável
A vigilância cuida do normal
Os automóveis ouvem a notícia
Os homens a publicam no jornal
E correm através da madrugada
A única velhice que chegou
Demoram-se na beira da estrada
E passam a contar o que sobrou.

Eh, ôô, vida de gado
Povo marcado, ê
Povo feliz
Eh, ôô, vida de gado
Povo marcado, ê
Povo feliz

O povo foge da ignorância
Apesar de viver tão perto dela
E sonham com melhores, tempos idos
Contemplam essa vida, com a cela
Esperam nova possibilidade
De verem esse mundo, se acabar
A arca de Noé, o dirigível
Não voam, nem se pode flutuar,
Não voam nem se pode flutuar,
Não voam nem se pode flutuar.

Eh, ôô, vida de gado
Povo marcado e,
Povo feliz
Eh, ôô, vida de gado
Povo marcado e,
Povo feliz

Zé Ramalho (1979)

Visando compreender os processos de configuração territorial nos Projetos de Assentamentos no município de Nova Andradina/MS, podemos dizer que são várias as condições e as conflitualidades neste campo de estudo. Estas relações e configurações se iniciam antes mesmo de se estabelecer um processo de desapropriação, seja com os proprietários de terras e suas relações de poder que envolvem a centralidade agrária a qual estão inseridas, ou mesmo, os interesses sociais, políticos e econômicos gerados nos conflitos pelo uso e posse da terra.

Cada assentamento possui características próprias e movimentos socioterritoriais[1], formados de acordo com sua configuração local, seja pela trajetória das famílias, pela organização interna dos assentados, pelas relações de poder permeadas nessa fração do território capitalista e pelas relações produtivas peculiares de cada assentamento em um mesmo município. A abordagem territorial nos assentamentos rurais permite compreender que a passagem de um sistema latifundiário para frações de lotes possibilita a criação de novos processos territoriais em uma mesma localidade.

A nova configuração territorial a partir dos assentamentos rurais conduz à problematização deste campo de pesquisa, com as relações sociais particulares em qualquer aspecto, pois cada fração do território construído tem suas distinções em tamanho dos lotes, da fertilidade do solo, das lutas das famílias assentadas, dos processos de produção, das relações de poder, da infraestrutura de suas instalações, enfim, cada particularidade permite descobrir uma diversidade de movimentos socioterritoriais no interior de cada assentamento rural em um mesmo município, neste caso, o município de Nova Andradina/MS, que possui quatro Projetos de Assentamentos, com dimensões territoriais e de famílias assentadas distintamente um do outro, contextualizados no que se refere às políticas de assentamentos rurais no país.

Nas últimas três décadas, foram implantados, no município de Nova Andradina, quatro Projetos de Assentamentos (PAs), de acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2018), sendo estabelecidos da seguinte forma:

[1]Para Fernandes (2012, p. 31) “os movimentos socioterritoriais têm o território não só como trunfo, mas este é essencial para sua existência. Os movimentos camponeses, os indígenas, as empresas, os sindicatos e os estados podem se constituir em movimentos socioterritoriais e socioespaciais. Porque criam relações sociais para tratarem diretamente de seus interesses e assim produzem seus próprios espaços e seus territórios. No campo e na floresta, os movimentos socioterritoriais são predominantemente movimentos camponeses, movimentos componeses-indígenas e movimentos indígenas em luta pela terra e pelo território”.

a) O Projeto de Assentamento Casa Verde localiza-se na Rodovia MS-134, que liga Nova Andradina ao Distrito de Nova Casa Verde, com uma área territorial de 29.859,9889 ha (vinte e nove mil, oitocentos e cinquenta e nove hectares e noventa e oito ares e oitenta e nove centiares), com capacidade de 471 lotes, que atualmente, segundo o INCRA (2018), possui 460 famílias assentadas.

b) O Projeto de Assentamento Santa Olga localiza-se na Rodovia MS-276, Km 167 que liga Nova Andradina à cidade de Ivinhema. Último assentamento a ser criado no município de Nova Andradina, possui uma área territorial de 1.492,5021 ha (um mil, quatrocentos e noventa e dois hectares e cinquenta ares e vinte e um centiares) com capacidade de 170 lotes, que atualmente, segundo o INCRA (2018), possui 168 famílias assentadas.

c) O Projeto de Assentamento Teijin localiza-se na Rodovia MS-134, que liga Nova Andradina ao Distrito de Nova Casa Verde ou a Rodovia BR-267, que liga o Estado do Mato Grosso do Sul ao Estado de São Paulo, com uma área territorial de 28.497,8194 ha (vinte e oito mil, quatrocentos e noventa e sete hectares e oitenta e um ares e noventa e quatro centiares), com capacidade de 1.094 lotes, que, atualmente, segundo o INCRA (2018), possui 1.056 famílias assentadas.

d) O Projeto de Assentamento São João situa-se na antiga Fazenda São João, localizada no município de Nova Andradina, Rodovia BR-267 km 172 + 100 m, que liga o Distrito de Nova Casa Verde a Nova Alvorada do Sul, com uma área territorial de 4.011,9000 ha (quatro mil, onze hectares e noventa ares), com capacidade de 180 lotes, que, atualmente, segundo o INCRA (2018), possui 172 famílias assentadas.

Os assentamentos rurais no município de Nova Andradina estão entre os maiores assentamentos em extensão territorial do Estado de Mato Grosso do Sul e do País e estão localizados em um ponto geograficamente estratégico, de relevante expressão econômica na região do Vale do Ivinhema. Segundo dados emitidos pelo INCRA (2018), a área total dos assentamentos é de aproximadamente 64 mil hectares, 13,86% do total do território do município, conforme aponta o Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2006), com capacidade para assentar 1.915 famílias em seus projetos. O Projeto de Assentamento com maior área territorial é o Casa Verde, com 46,75% do total da

área de PAs do município, com lotes de vários tamanhos, podendo chegar mais de 100 ha. O menor é o Santa Olga, com 2,33% de área e em torno de 06 ha cada lote (somados as áreas societária e individual).

Ao problematizar a relevância desta tese, diante do princípio de que as relações territoriais conformam novas configurações agrárias locais, sobretudo nos Projetos de Assentamentos, surgem os seguintes questionamentos: Quais seriam as relações socioterritoriais presentes em um assentamento rural? A trajetória de luta e permanência pela posse da terra são as mesmas, bem como os movimentos sociais envolvidos na conquista da propriedade? Quais contribuições que os movimentos sociais apresentaram ou ainda apresentam para cada assentamento? Há diferenças na dinâmica de cada um? O processo de produção e suas relações produtivas são dominados pela lógica de mercado? As organizações internas contribuem para o fortalecimento dos assentamentos? Qual a expressão dos assentamentos sob os aspectos socioeconômicos no município de Nova Andradina? São vários os questionamentos e as indagações pertinentes que nos impetram a conhecer os processos da nova configuração agrária sob a ótica dos assentamentos rurais em um município do interior do Estado de Mato Grosso do Sul.

Segundo Fernandes (2008, p. 42), o território pode "significar o espaço físico como: o espaço geográfico de uma nação, de uma região ou município, de uma propriedade ou moradia", mas pode significar também os "espaços sociais como: dimensões culturais, políticas e econômicas", ou seja, "territórios em movimento", representados em seu sentido relacional de sua complexidade, espacialidade e temporalidade. Os atores do campo ocupam terra, conquistam o assentamento, migram, trabalham, produzem, vendem, consomem, industrializam, estudam, lutam, reocupam terras, enfim, contribuem com o desenvolvimento local da região inserida.

Ao iniciarmos a abordagem territorial nos assentamentos rurais, faremos uma compreensão, mediante a definição do geógrafo Raffestin (1993), que comenta que espaço e território não correspondem ao mesmo valor geográfico, pois o território se forma a partir de um determinado espaço; já o espaço é dado, ou seja, um local de possibilidades que os indivíduos podem praticar ou manifestar sua intenção de se apoderar dele. Este território produzido no espaço possui um limite, que é manifestado em uma determinada área em que é preciso delimitar as operações de acordo com as relações estabelecidas entre o espaço e os atores envolvidos.

Raffestin (1993, p. 02) descreve que “ao se apropriar de um espaço concreto ou abstratamente, o ator territorializa o espaço”, seja em qualquer momento ou lugar, pois somos atores que produzimos “territórios”. Aludido destas definições ao cenário dos assentamentos rurais, percebe-se como tal realidade permite transformar e movimentar as relações sociais, econômicas, políticas e culturais de determinada comunidade. Para o autor, esta territorialidade se manifesta em todas as dimensões espaciais e sociais, relações estas que são compreendidas em um sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo, se inserindo no quadro da produção, da troca e do consumo daquela localidade/região destes assentamentos rurais. Em suma, pode-se afirmar que:

> O território não é o espaço, mas uma produção derivada da sua apropriação. Nessa perspectiva o território é um espaço transformado pelo trabalho ali contido, o qual é delineado por estratégias de organização e controle do mesmo. Portanto, essa apropriação não é uma ocorrência natural, mas um dado concreto da luta dos homens pela sua sobrevivência (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Cada assentamento rural possui uma história com seus assentados, realizando sua trajetória fundamentada em suas relações sociais, culturais, econômicas e de poder e/ou enraizadas com o tempo de luta e vivência no campo.

Segundo Fernandes (2008, p. 42), os “territórios em movimento produzem múltiplas territorialidades e territorializações, desterritorializando e reterritorializando relações sociais”, que geram conflitos e manifestações por meio da contradição, criando e recriando problemas. Refletindo este pensamento sobre o território nos assentamentos, partimos do princípio de que as relações existenciais antes, durante e depois das implantações de projetos de assentamentos rurais são dinâmicas mutáveis, que se renovam de acordo com suas relações sociais nesta fração de território capitalista.

O território, para Fabrini e Roos (2014), é a maneira de apreender a complexidade da realidade agrária nos assentamentos rurais. Relatam ainda que nos projetos de assentamentos de reforma agrária está presente a forte expressão territorial camponesa, pois ocorre a desterritorialização dos proprietários latifundiários de posse das terras para o domínio territorial dos sem-terra daquela mesma propriedade e/ou localidade.

Para Haesbaert (2004), nenhuma sociedade pode viver sem território. Com isso, podemos refletir como a migração do assentado está relacionada ao seu poder de se

territorializar em outro espaço rural, sobretudo os assentamentos rurais, seja ele em qualquer localidade, mesmo distante de suas raízes no campo.

O território será por nós analisado a partir das relações sociais de produção, levando em consideração o cenário dos assentamentos rurais que parte das lutas de classe, que buscam por meio da posse da terra a sua reprodução social e sua existência, gerando novas configurações sociais nesta fração de território, desconstruindo a lógica de um território fixo e recriando novas territorialidades. Para Oliveira:

> O território é assim, produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. Sociedade capitalista que está assentada em três classes fundamentais: proletariado, burguesia e proprietários de terra. Dessa forma, são as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território (OLIVEIRA, 2007, p. 03).

Fabrini e Roos (2014, p. 66) acrescentam que o território é formado a partir das contradições sociais e os processos de produção, fazendo dos assentamentos rurais uma potencialidade de resistência e força territorial, pois "assentar na terra é dominar, controlar e ter poder sobre o espaço, o que conforma o território", onde, segundo os autores, a partir da terra e/ou lote conquistado, novas relações serão desdobradas nesta territorialização, alimentando a força dessa fração do território, recriando um conjunto de novos saberes e conhecimentos do campesinato local.

Para Paulino (2006) a produção do território dos camponeses se dá por meio de lutas, que se inscrevem em um campo de poder e que interagem com o território capitalista, a sociedade, o espaço e o tempo, pautados na classe camponesa nesta fração de território. Este processo de territorialização não se limita apenas nas propriedades individuais, são relações sociais de reprodução da classe camponesa, que transcendem o sentido econômico da atividade e possibilitam novos parâmetros de ordenação territorial no campo.

Raffestin (1993) nos permite admitir que o território se forma a partir do espaço, sendo o resultado de uma ação conduzida por atores sociais relacionados em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, o ator territorializa o espaço o qual está vivendo. Portanto, o espaço que se tornou o território de um ator social, com suas configurações históricas, seus conflitos relacionais de classe, suas origens e posições sociais, faz dos assentamentos rurais um campo imenso de complexidades e de trajetórias de luta pela

terra, uma fração de território rico em conflitualidades, tradições e objetivos distintos dos camponeses nos estados brasileiros.

Em uma discussão mais conceitual, amparada no entendimento de Fernandes (2005a), descrevemos a correlação entre conflitos e conflitualidades, presentes em nossa pesquisa e nos Projetos de Assentamentos do município de Nova Andradina/MS:

> Um conflito por terra é um confronto entre classes sociais, entre modelos de desenvolvimento, por territórios. O conflito pode ser enfrentado a partir da conjugação de forças que disputam ideologias para convencerem ou derrotarem as forças opostas. Um conflito pode ser 'esmagado' ou pode ser resolvido, entretanto a conflitualidade não. Nenhuma força ou poder pode esmagá-la, chaciná-la, massacrá-la. Ela permanece fixada na estrutura da sociedade, em diferentes espaços, aguardando o tempo de volta, das condições políticas de manifestações dos direitos. [...] Os acordos, pactos e tréguas definidos em negociações podem resolver ou adiar conflitos, mas não acabam com a conflitualidade, porque esta é produzida e alimentada dia-a-dia pelo desenvolvimento desigual do capitalismo (FERNANDES, 2005a, p.26).

A trajetória dos assentados traz diversas experiências de confrontos e de organização, sejam direcionados ao poder dos grandes latifundiários ou ao Estado. Estas relações entre si e as alianças constituídas a partir de possíveis coesões nos espaços de poder possibilitam desdobramentos de direitos e conquistas, representadas pela mobilização de atores do poder local, possibilitam a realização dos assentamentos. Esta força rompe uma territorialidade já concebida, sendo reconstruído um novo território nesta fração de território capitalista (os assentamentos rurais), resultado das relações de poder manifestadas pelos camponeses ou de qualquer outro movimento. Os assentamentos rurais são territórios em permanente disputa, que seguem além dos conflitos com o latifundiário e o Estado, mas também, entre os próprios camponeses, gerando resistências em vários níveis.

Raffestin (1993) revela que o poder é consubstancial em todas as relações. A manifestação se vivencia em um campo de poder, alicerçado em suas relações de força locais, regionais, nacionais e mundiais. Para o autor, todas as relações possuem um lugar de poder e, estes, estão ligados intrinsecamente no comando dos fluxos que transitam nas relações, sob a energia e a informação envolvida nestes ambientes. No espaço político dos ambientes, o território é o melhor campo de ação do poder e seus trunfos, visando o controle e a dominação sob as pessoas e os processos estruturais deste território.

Ao referirmos sobre o conceito de poder manifestados nos assentamentos rurais, nos dirigimos às problematizações sustentadas por Foucault (1988), que relata que o poder não se apresenta em um lugar determinado do contexto social. Ao contrário, ele funciona como uma rede de dispositivos que caracteriza uma relação também marcada por mecanismos de resistência, mas disperso nas relações; sempre suscetível de gerar um chamado contrapoder, a resistência. De acordo com o autor, não existe algo uno ou global que possa ser chamado de poder, mas, formas heterogêneas e em constante transformação. Dessa forma, é possível dizer que ele, o poder, marca/versa os corpos, na medida em que os condiciona a determinadas condutas e ao fazer de sua construção social uma ordem natural que, impregna características peculiares e essenciais aos sujeitos sociais.

As faces agidas do poder estão conjugadas em meio a fatores dentro e fora dos assentamentos. Atentamo-nos a essas faces antes mesmo de se estabelecer uma fração de território denominado assentamento, ao que diz respeito às faces vividas do proprietário de terra, o "dono" da fazenda, o patrão, o latifundiário que possui a posse da terra, sob a discussão de improdutividade e conflitos sociopolíticos. Essa propriedade, que é motivo de lutas e em alguns casos de vidas ceifadas, quando muito tempo se passa, um novo território é construído, sob a dolorosa espera da posse de seus lotes.

Com a pretensão de compreender as relações de poder a partir da fração dos territórios dos assentamentos rurais, Fernandes (2008, p. 42) nos apresenta uma reflexão a partir da vivência dos assentados, pois, os "territórios colidem, são destruídos e recriados por meio de relações de poder", produzindo novas bases sociais naquela localidade. Essas novas bases sociais produzidas por estas recriações territoriais, determinam novas relações sociais naquele território, porém, agora com novos atores e um cenário distinto do anterior, novas raízes serão construídas e novos poderes serão colididos nesta localidade rural.

Diante da importância dos Projetos de Assentamentos Rurais no campo social e econômico, Schneider (2010) revela que os mecanismos de dominação social são construídos historicamente no campo brasileiro, pois, as elites de cada localidade, no uso de seu poder socioeconômico esbarram e alteram as condições de vida das populações, provocando rupturas na distribuição de terras para reforma agrária.

As relações marcadas pelo poder nos territórios são sustentadas pela prática espacial dos indivíduos, por meio de seus comportamentos e ações, representadas nas

tessituras, nós e redes organizadas de maneira hierárquica, assegurando o controle daquele território. Raffestin (1993, p. 151) revela que a posse dos modos de produção e das relações sociais de comunicação, “permitem realizar a integração e a coesão dos territórios”, ordenando o território de acordo com a organicidade dos indivíduos e seus grupos, constituído sob os sistemas territoriais, formando as relações de poder.

O poder se manifesta de acordo com as relações existenciais em determinado espaço, sendo cada relação um lugar de poder, presente em cada ação desencadeada de um evento, segundo Raffestin (1993). Estas relações existenciais reunidas às relações produtivas, a partir da construção dos indivíduos em seu sistema tridimensional, presentes na sociedade-espaço-tempo, adquire um valor particular, traduzindo-se em uma produção territorial, que por meio de um sistema de ações e comportamentos, estabelecem uma territorialidade vivida pelos membros de uma coletividade.

Sendo assim, a importância dessa pesquisa está justamente em entender que o camponês possui predicados mais enraizados com a terra e seu núcleo familiar, não somente para o autoconsumo, mas uma concepção que transcende a característica econômica, sugerindo “[...] características da sua organização social, como o trabalho familiar, os costumes de herança e a tradição religiosa” e, entre outras formas comportamentais, que possibilitam não somente o contraditório de viver em meio ao “campo dos negócios”, mas, reproduzir socialmente a organização de produção camponesa, segundo Moura (1986, p. 69).

Para Almeida (2003, p. 28) a recriação camponesa na parcela de domínio do território nos assentamentos rurais, mediante a conflitualidade dos camponeses com a produção capitalista do território, produz um processo de territorialização camponesa naquela localidade, que, segundo a autora, é fundamentada numa “teia de relações que tem na família, na reciprocidade, na economia moral, na autonomia seu elo identificatório”, ou seja, é por meio do reconhecimento desses atores sociais, possuidores e portadores de uma mesma linguagem, contestar os chamados de “fora” desse território, que se opõem a este modo de vida no campo.

Os assentamentos rurais representam uma fração do território no campo, que possuem qualidades e devem ser compreendidos seus espaços territorializados, que transformam o espaço geográfico, modificando as paisagens e construindo novos territórios, regiões e lugares, que, para Fernandes (2012), pode ser produzido da seguinte maneira:

> O território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder. [...] o território possui limites, possui fronteiras, é um espaço de conflitualidades, formada a partir de diferentes relações sociais. O território é, ao mesmo tempo, uma convenção e uma confrontação. Sua configuração como território refere-se às dimensões de poder e controle social que lhes são inerentes. Desde essa compreensão, o território mesmo sendo uma fração do espaço também é multidimensional. Essas qualidades dos espaços evidenciam nas partes as mesmas características da totalidade. A *intencionalidade* é ***uma*** *visão de mundo*, ampla, todavia una, é sempre uma forma, um modo de ser, de existir. Constitui uma identidade (FERNANDES, 2012, p. 27).

O espaço multidimensional pode ser entendido como uma combinação de múltiplas determinações, que, segundo Mizusaki (2008), articula-se contraditoriamente, gerando movimentos socioterritoriais e produzindo a territorialização dos processos no campo. Determinações são produzidas historicamente, seja de ordem geográfica, econômica, social, política, cultural, entre outros fatores, que se articulam diferencialmente. Nesse sentido, os fatores econômicos não são os únicos responsáveis pela diferenciação social no campo brasileiro.

No levantamento das ocupações de terras, verificamos que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foi o primeiro movimento de luta para a formação dos assentamentos rurais no Estado de Mato Grosso do Sul. Na década de 1970, de acordo com a obra "A Formação do MST no Brasil" de Fernandes (2000), no Estado de Mato Grosso do Sul era comum a exploração da mão de obra camponesa para a formação de propriedades rurais (fazendas), bem como suas pastagens e demais benfeitorias. Com as explorações, os sem-terra sul-mato-grossenses realizaram lutas que permitiram a formação do o MST no Estado.

Várias foram às ocupações no Estado de Mato Grosso do Sul, com o objetivo principal de lutar contra a exploração e a expropriação por parte dos proprietários de terra. Os camponeses em sua resistência contavam com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e de alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais para organizar as famílias (FERNANDES, 2000). Dentre as áreas ocupadas, ressaltamos a que ocorreu no município de Ivinhema, no ano de 1984, próxima de Nova Andradina em 55 km, realizada na Fazenda Santa Idalina (18.000 ha), que era de domínio da Sociedade de Melhoramentos e Colonização (SOMECO). Naquele município, houve uma ocupação que proporcionou o fortalecimento do MST no Estado.

Na obra de Fernandes (2000, p. 152) não fora encontrado nenhum relato dos assentamentos rurais do município de Nova Andradina, apenas nos municípios já

mencionados. Porém, o Projeto de Assentamento Casa Verde, pertencente ao município, "recebeu famílias que haviam ocupado a Fazenda Monjolinho, no município de Anastácio", localizado na Mesorregião dos Pantanais Sul Mato-grossenses. De acordo com o autor, a CPT e alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais das regiões leste e sudoeste de Mato Grosso do Sul foram importantes no processo de crescimento do MST no Estado. Com isso, permitimos afirmar a relevância da pesquisa nesta localidade, já que não possui trabalhos realizados de maneira mais detalhada ao objeto desta tese.

Almeida (2003) traz uma reflexão do dilema do campesinato brasileiro, que, segundo a autora, está relacionado à formação histórica que produz a contradição, entre a permanência, a mudança e a transformação e não simplesmente, o conservadorismo sobre o moderno, mas compreender que a luta diária de sua reprodução social está pautada na base de seus valores ditos tradicionais, como: família, terra e trabalho. A condição de assentado transcende a simples materialidade da propriedade, mas questões relacionadas à vivência histórica da vida no campo liberto.

Durante o levantamento de dados para esta tese, foram identificados estudos formulados na perspectiva econômica e social nos Assentamentos Santa Olga, Teijin e Casa Verde, diferindo-se da temática desta tese, sobre as relações da agricultura camponesa nos assentamentos rurais no município de Nova Andradina. De dois trabalhos referentes ao Projeto de Assentamento Teijin, o primeiro foi realizado por Furlanetto (2012), que pesquisou os frutos do cerrado como potencial de preservação e geração de renda aos assentados e como forma sustentável de produção; já o segundo foi idealizado por Dettmer (2015), que buscou identificar e analisar os principais indicadores socioeconômicos, na gestão das unidades de produção agropecuária, com enfoque na agricultura familiar em projetos de reforma agrária.

No Projeto de Assentamento Santa Olga foram encontrados quatro trabalhos publicados em anais e periódicos. O primeiro trata o desenvolvimento local e a segurança alimentar nos municípios que compõem o Consórcio de Segurança Alimentar do Vale do Ivinhema (SILVA *et al.*, 2010). O segundo trabalho destaca o circuito de produção e comercialização de produtos da Agricultura Familiar (ANDRADE *et al.*, 2011). O terceiro é a primeira dissertação realizada no assentamento, que pesquisou sobre a sucessão da gestão na agricultura familiar, com o objetivo de apresentar as perspectivas de preparação de futuros sucessores pelos assentados, apresentado no Mestrado em Agronegócios (MOREIRA, 2014) e, por último, o trabalho de Santos *et al*.

(2016), que descreve a influência das cooperativas, na comercialização de hortaliças para programas sociais a partir do assentamento.

No Projeto de Assentamento Casa Verde foi encontrado um trabalho publicado em um periódico, de cunho histórico, que trata das memórias e trajetórias de pessoas, com enfoque na história agrária sobre o desenvolvimento da sociabilidade no assentamento (BALLER; ALVES, 2015). No Projeto de Assentamento São João não foi encontrado nenhum trabalho acadêmico, evidenciando a potencialidade de se explorar este campo de pesquisa e de descobertas científicas, promovendo a ciência nas relações socioterritoriais nos assentamentos rurais do município de Nova Andradina.

Desta forma, fica evidente a importância deste estudo para demonstrar como as relações socioespaciais se territorializam nessa fração de território, apresentando análises da produção camponesa, destacando as diferenças no tamanho dos lotes, o período de criação dos PAs, suas estruturas, etc. Neste sentido, faz-se o seguinte questionamento nessa pesquisa: Qual a importância destes assentamentos rurais, bem como as formas de lutas dos assentados no município de Nova Andradina, interior do Estado de Mato Grosso do Sul?

Hipótese de Pesquisa

As relações sociais nos assentamentos rurais são permeadas por significados e histórias de luta dos assentados em busca pela posse da terra. Na espera de um pedaço de terra, às margens de rodovias e/ou acampamentos, aguardando o tão sonhado momento da posse da terra, são submetidos aos desafios de reiniciar suas vidas em um lote, diante das adversidades culturais, econômicas e sociais de cada assentado e assentamento, promovendo, de forma independente ou conjunta, estratégias de luta e resistência. A partir desse pressuposto, constituem-se em hipóteses de pesquisa:

a) Os assentamentos rurais do município de Nova Andradina foram organizados por movimentos socioterritoriais, organizações sindicais e sociais, porém, cada assentamento possui formas de luta e resistências particulares;

b) A luta pela posse da terra gera conflitualidades aos assentados, pois cada indivíduo possui aptidões, valores, trajetórias de vida distintas uns dos outros no que se refere à produção, à dinâmica de vida, ao pensamento coletivo e às demais relações comuns e recriadas na fração de território do assentamento;

c) A luta pela conquista da terra não é a mesma seguinte à sua posse, pois, para a permanência nos lotes, precisa (re) criar estratégias para sobrevivência no campo. A compra e/ou arrendamento dos lotes por terceiros que residem ou não nos assentamentos, que possuem trajetórias de lutas no campo contrárias aos dos assentados, criam novas significações neste território, transformando profundamente as relações socioterritoriais desta localidade;

d) As políticas públicas aplicadas no atendimento social e econômico nos assentamentos são instrumentos que permitem gerar renda e estruturar os processos produtivos. Estas políticas possibilitam ou criam condições enquanto forma de luta, a permanência de diferentes indivíduos no campo;

e) As organizações coletivas podem possibilitar maiores ganhos de preços pelas mercadorias, facilitam as aquisições de insumos, fortalecem os indivíduos de uma determinada classe, porém, a coletividade pode enfrentar conflitos em suas relações pessoais, contribuindo para a exclusão ou a permanência de apenas um grupo específico de participantes.

Objetivos

Analisar a importância dos assentamentos rurais do município de Nova Andradina/MS em termos de produção e consumo, e também a importância desses assentados como membros da sociedade, isto é, suas relações sociais e suas trajetórias de luta pela posse e permanência na terra.

Especificamente, pretende-se:

- Identificar os assentamentos rurais no município de Nova Andradina, em termos de estabelecimentos, estrutura e área;
- Identificar as trajetórias de lutas das famílias camponesas para entrar na terra e suas estratégias para permanecer no lote;
- Levantar as atividades econômicas dos assentados;
- Verificar os modos de organização do trabalho e da produção dos assentados;
- Analisar o papel do Estado na implementação de políticas públicas destinadas aos assentamentos do município;
- Analisar os elementos distintos da agricultura camponesa nos assentamentos em comparação ao modelo centrado no agronegócio presente do município.

O método utilizado no presente estudo ampara-se em uma pesquisa qualitativa, a partir da necessidade de conhecer através de observação, reflexão e análise da realidade do fenômeno social, para compreendê-lo nos processos contextuais, segundo Triviños (1987). Estas percepções e a realidade do fenômeno social são nosso trunfo para contextualizar a territorialização dos assentados e os assentamentos rurais do município de Nova Andradina/MS.

Segundo Creswell (2010), a pesquisa qualitativa envolve formas de coleta, análise e interpretação dos dados, por meio de perguntas abertas, dados de entrevistas, observação, documentos, audiovisuais, análise de texto e imagem e interpretação de temas e de padrões.

A pesquisa qualitativa, para Minayo (2002), segue métodos que buscam compreender melhor a concepção dos fenômenos e que:

> [...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.
> Aprofunda-se no mundo dos significados e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas (MINAYO, 2002, p. 21-22).

Para Triviños (1987), a pesquisa qualitativa permite buscar as raízes dos participantes, as causas de sua existência, suas relações e, ainda, uma dimensão ampla do sujeito como ser social e histórico, explicando e compreendendo o seu

desenvolvimento como ser humano ao longo da história e sua construção nos diversos meios culturais. O autor comenta ainda que não é preocupação da pesquisa qualitativa o tamanho da amostragem, mas a relevância do estudo, contextualizando a realidade social dos participantes.

Triviños (1987) e Minayo (2002) destacam que o processo da pesquisa qualitativa não admite visões isoladas, parceladas ou estanques. Triviños (1987, p. 120) acrescenta que a pesquisa se desenvolve de maneira que, “se trata de coleta de dados” em outro instante deixa de ser tal e passa a ser “análise de dados”. Em seguida, “é veículo para nova informação”, construindo novos conhecimentos e permitindo novas contextualizações ao objeto da pesquisa.

Triviños (1987) observa que a pesquisa qualitativa é conhecida também como “estudo de campo”, ressaltando que a escolha de pessoas adequadas para atingir os objetivos pensados pelo pesquisador é de fundamental importância para a pesquisa. Comenta ainda que as anotações de campo devem registrar "as reflexões" do investigador em face da observação dos fenômenos, sendo um requisito essencial para se avançar na explicação e compreensão da totalidade do fenômeno em seu contexto, dinamismo e relações sociais.

Minayo (2002) descreve o trabalho de campo como um recorte baseado na construção teórica de uma determinada fração de momento, realizada por meio de entrevistas, observações, levantamentos de material documental e bibliográfico, que buscam aspirar às experiências e vivências dos fenômenos nos participantes da pesquisa.

A coleta de informações no estudo de campo foi realizada a partir de entrevistas semiestruturadas junto aos participantes pré-estabelecidos na pesquisa. Optou-se por entrevistas semiestruturadas no trabalho, seguindo, ainda, percursos metodológicos descritos por Poupart (2014, p. 212), que trata a entrevista como de ordem ética e política, porque abre “possibilidades de compreender e conhecer internamente os dilemas e questões enfrentadas pelos atores sociais”, instrumento privilegiado de acesso às experiências dos atores como ferramenta de informação na pesquisa qualitativa.

Outra visão metodológica de entrevistas é de Triviños (1987, p. 120), que ressalta que este método “valoriza a presença dos investigados, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessária, enriquecendo a investigação” diante do meio vivido por ele e sua família, permitindo atingir e vislumbrar amplamente as inquisições da pesquisa.

Ao determinar a aplicação do método de pesquisa da história oral em nosso trabalho, procuramos justificar o seu emprego no contexto de nossa investigação científica como um meio de conhecimento, vinculado intrinsecamente às questões abordadas no objeto de pesquisa, que, segundo Alberti (2005), pode ser definida como método de investigação, como fonte de pesquisa ou técnicas de produção e tratamento das entrevistas gravadas com nossos participantes.

Verena Alberti (2005), em seu Manual de História Oral, apresenta dois tipos de entrevistas: as temáticas e as histórias de vida. Em nossa pesquisa, optamos pela entrevista temática, uma vez que ela estabelece maior relevância e aprofundamento das narrativas das trajetórias de vida dos participantes no tema escolhido da pesquisa. A autora revela ainda que:

> "[...] escolha de entrevistas temáticas é adequada para o caso de temas que têm estatuto relativamente definido na trajetória de vida dos depoentes, como, por exemplo, um período determinado cronologicamente, uma função desempenhada ou o envolvimento e a experiência em acontecimento ou conjunturas específicos" (ALBERTI, 2005, p. 38).

Outro ponto de destaque na história oral é a escolha dos entrevistados, que não se deve levar em consideração o tamanho da amostragem, conforme as pesquisas quantitativas, mas a posição dos entrevistados mediante o significado de sua experiência no grupo. Para a autora, a escolha dos informantes se dará de acordo com o tema estudado, não tomado como unidades estatísticas, mas unidades qualitativas no papel estratégico da pesquisa. Alberti (2004) ressalta ainda que:

> [...] Assim em primeiro lugar, convém selecionar os entrevistados entre aqueles que "participaram", "vivenciaram", "presenciaram'' ou se "interaram" de ocorrências ou situações ligadas ao tema e que possam fornecer depoimentos significativos (ALBERTI, 2004, p. 31).

Com estas definições é possível entender a decisão em definir critérios na escolha dos participantes, pois é comum encontrar nos lotes de assentamentos rurais detentores da posse da terra em determinado lote que não participaram da ocupação e luta pela terra, possuindo o lote de maneira secundária, adversa às territorializações dos processos de desapropriação fundiária ou da reforma agrária, conforme já evidenciados em estudos de Moreira (2014).

Para Alberti (2004, p. 37), “é o recorte do objeto de estudo que vai informar, inicialmente, o número de pessoas disponíveis e em princípio capazes de fornecer depoimentos significativos sobre o assunto”. Esta condição não está ligada ao esgotamento de entrevistas, mas à representatividade do conteúdo disponibilizado pelos participantes, independente de sua numerosidade.

Meihy e Ribeiro (2011) esclarecem que a história oral temática busca, em seu entrevistado, avaliar a versão de quem participou ou que presenciou um acontecimento, se valendo de informações discutíveis em suas narrativas do tema pesquisado. Ressaltam ainda que, durante as entrevistas, o entrevistador deve apresentar opiniões contrárias ou não, inferindo de maneira a contribuir com as narrativas, porém, nunca contrapondo o participante. Definem ainda que:

> [...] a história oral temática ressalta detalhes da história pessoal do narrador que interessam por revelarem aspectos úteis à instrução dos assuntos centrais. Esse gênero da história oral não só admite o uso de roteiros ou questionários, mas, mais do que isso, estes se tornam peça fundamental para a aquisição dos detalhes procurados (MEIHY; RIBEIRO, 2011, p. 89).

Não determinamos um número prévio de participantes de nossa pesquisa qualitativa. Seguimos a operacionalização do “ponto de saturação”, formulado por Daniel Bertaux, que para Alberti (2004, p. 37), ocorre quando uma “pesquisa oral começa a se tornar repetitiva, produzindo cada vez menos informação”, seja em seu conteúdo ou na forma pela qual se constrói a narrativa. Mesmo chegando a este ponto, é necessário que o pesquisador o ultrapasse para certificar-se da validade das entrevistas.

Realizamos entrevistas de longa duração com **19 (dezenove)** assentados, divididos em: 04 (quatro) no PA São João, 05 (cinco) no PA Casa Verde, 05 (cinco) no PA Teijin e 05 (cinco) no PA Santa Olga. O recorte temporal de nossa pesquisa foi realizado no período de outubro de 2017 a janeiro de 2018, restringindo nossas entrevistas apenas com os participantes que atendiam aos seguintes critérios: **a) Primeiro (a) titular do lote** (fator de suma importância, por nos proporcionar maiores informações sobre a trajetória de luta e permanência nos lotes); **b) Responsável pelo lote** (com o objetivo de compreender a dinâmica de luta nos lotes e suas relações sociais no assentamento); **c) Residir no lote** (somente os moradores fixos nos lotes permitirão maiores informações do assentamento e os conflitos socioterritoriais).

As entrevistas buscaram participantes que possuíam representatividade no tema pesquisado, com auxílio de uma lista de entrevistados em potencial e, também, seguindo as orientações de Alberti (2005), participantes nos quais tínhamos alguma facilidade de acesso, uma proximidade de contato pessoal, que, a partir desta relação estabelecida, permitiria novos contatos com outros participantes. No contato inicial, estabelecemos uma relação da entrevista com o participante, através do comportamento e da postura do entrevistador ao entrevistado, tornando claros os objetivos da pesquisa e a relevância dos testemunhos para a construção do trabalho e, ainda, possibilitar possíveis adequações ao roteiro individual da entrevista.

As entrevistas foram gravadas com gravador de áudio e transcritas para posterior aprovação dos participantes, seguindo orientações de Meihy e Ribeiro (2011). O participante que não concordou com a sua identificação e a de seu lote, não foram reveladas suas identidades. As entrevistas foram realizadas no lote de cada participante e/ou em local definido pelo próprio assentado e tiveram duração de aproximadamente 1 hora, dependendo da disponibilidade dos participantes. Para tanto, padronizamos a identificação de nossos participantes, da seguinte maneira: Assentamento Teijin (TJ1, TJ2, TJ3, TJ4, TJ5); Assentamento Casa Verde (CV1, CV2, CV3, CV4, CV5); Assentamento São João (SJ1, SJ2, SJ3, SJ4) e; Assentamento Santa Olga (SO1, SO2, SO3, SO4, SO5). Os demais participantes da pesquisa foram identificados com apenas as letras iniciais de seus nomes.

O agendamento foi programado com antecedência com os participantes, por meio de contatos telefônicos, contatos pessoais com lideranças dos assentamentos e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Nova Andradina/MS (STRAFNA[2]) – os "intermediários", de acordo com Meihy e Ribeiro (2011), para que não ocorressem divergências de horários ou não fosse localizado o entrevistado em seu lote. Sempre que possível, foram realizadas mais de uma entrevista, para que o deslocamento aos assentamentos fosse aproveitado de maneira mais otimizada, em virtude da distância em que se encontra em relação à sede urbana.

O roteiro elaborado para as entrevistas, denominados de "eixos disparadores", foi utilizado para a obtenção de informações de categorias elencadas na pesquisa, como:

[2]Esta denominação foi instituída a partir de julho de 2017, em razão do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Andradina (STRNA) ter sido dividido em dois: 1) Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Nova Andradina/MS (STRAFNA) ligado aos assentados e produtores familiares do município; 2) Sindicato dos Trabalhadores Rurais Assalariados de Nova Andradina/MS (STRANA), que atende aos empregados/funcionários rurais em geral.

a trajetória de luta pela posse e permanência na terra, as relações sociais e de poder, as organizações social e coletiva dos assentados, aspectos socioeconômicos dos assentados e dos assentamentos, bem como para dar suporte à construção dos demais instrumentos utilizados na análise documental nessa pesquisa.

A caracterização socioeconômica dos assentamentos rurais foi realizada por meio de pesquisa de campo, juntamente com as cartografias fornecidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), de Campo Grande, órgão responsável pela jurisdição de Mapeamento dos Projetos de Assentamentos no município de Nova Andradina/MS e dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Demais informações dos assentamentos rurais foram dirigidas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Nova Andradina/MS (STRAFNA), que nos forneceu cópias de documentos que proporcionaram para a nossa pesquisa um acervo nunca apresentado em leituras acadêmicas sobre os assentamentos do município, e, também a Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER/MS), com elementos relevantes de orientação aos assentados, como na produção e organização nos lotes.

Bardin (1977) ressalta que para interpretar as informações dos documentos obtidos e construídos, as linguagens escondidas e latentes, o não aparente, as não ditas e a desocultação da leitura normal do leigo, desencadeia o tratamento por meio de técnicas dos processos de análise de conteúdo. Quando o autor se refere às técnicas, o mesmo direciona as diversas formas de linguagem, como: os objetos da nossa vida cotidiana, os nossos vestuários, a nossa casa, ou seja, qualquer transporte de significações de um participante pode ser escrito por meio das técnicas de análise de conteúdo.

O autor revela que a análise de conteúdo pode ser uma análise de significados e também uma análise dos significantes. Tanto o ambiente, como a forma e os procedimentos dos participantes são linguagens possíveis de análise. Categorizar o estudo é permitir a classificação dos fatores de significação essenciais da mensagem. Análise de conteúdo pode ser conduzida como:

> Um conjunto de técnicas de análises das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos os objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1977, p. 42).

Moraes (1999) procura descrever os dados da pesquisa de campo, por meio da análise de conteúdo. Visa reinterpretar as mensagens das investigações sociais realizadas com os participantes, fornecendo informações complementares, buscando compreender seus significados num nível que vai além de uma leitura comum, capaz de constituir seus fenômenos de qualquer material procedente de comunicação verbal ou não verbal do estudo realizado.

Bardin (1977) apresenta, no desenvolvimento da análise de conteúdo, partindo das leituras e escolhas de documentos, o tratamento dos resultados obtidos das mensagens, de maneira que sejam avaliadas como significativas e válidas para a pesquisa. A partir daí o analista propõe inferências e se inicia as interpretações do texto de acordo com os objetivos previstos no trabalho. Estas inferências podem formar nossas bases de análises do material confrontado e quem sabe novo viés na dimensão teórica do estudo. Para finalizar os dados obtidos, buscamos o processo de codificação, pelo qual as mensagens são transformadas em unidades sistemáticas, permitindo a análise da pertinência do conteúdo. Esta codificação poder ser apresentada, de acordo com as categorias constitutivas no estudo, conforme suas unidades de registro e características comuns dos critérios estabelecidos.

A organização dos dados da pesquisa foi realizada através dos métodos de transcrição, textualização e transcriação das entrevistas gravadas, fundamentados nos trabalhos de Caldas (1999); Meyhi e Holanda (2007); Silva (2016); Alberti (2005) e Meyhi e Ribeiro (2011), que descrevem os passos a serem tomados na análise dos testemunhos, bem como sua preservação original e fidedigna das narrativas de nossos participantes. Ademais, apresentamos também, ao longo de nossa pesquisa, trechos de entrevistas de outros participantes que não tiveram suas trajetórias contadas, mas que de maneira indireta contribuíram com informações valiosas a nosso objeto de pesquisa.

A transcrição e a textualização das entrevistas foram realizadas conforme as orientações de Caldas (1999) e Meyhi e Holanda (2007) e Silva (2016), que descrevem que as entrevistas devem ser redigidas de acordo com as falas proferidas pelos participantes da pesquisa, levando em consideração as normas da língua portuguesa vigente, sem, no entanto, ocasionar prejuízos aos conteúdos orais de nossos participantes.

Alberti (2005) chama a atenção no momento da transcrição, pois erros podem ser encontrados na conferência com a fidelidade do conteúdo gravado e/ou dito. A

indução à leitura provoca aproximações e concordâncias ao contexto escrito, porém, pode inferir em confirmar erros não ditos, por isso, é necessário um acompanhamento permanente do texto. Utilizar o copidesque na história oral busca manter na entrevista transcrita nenhuma interferência nas palavras, perguntas e respostas dos participantes, proporcionando ao pesquisador uma análise fundamental da fonte pesquisada. Na adequação do texto para a leitura deve-se buscar aplicar as normas linguísticas, mas tornar a entrevista compreensível por meio da leitura.

Meyhi e Ribeiro (2011) ressaltam que o papel da transcrição é o de converter o conteúdo gravado para o texto escrito, compreendendo a passagem completa dos diálogos e sons captados, inclusive os erros de linguagem. Por outro lado, a textualização busca transformar o documento escrito em história oral, com objetivo de facilitar a leitura do texto e possibilitar uma melhor compreensão da narração dos participantes. E, por último, e mais importante para a análise da história oral, é recriar um contexto, com os fenômenos do universo visual e sonoro, procurando transmitir, por meio da escrita, as sensações de linguagem não ditas, os sorrisos e as versões ocultas espiradas no olhar e nos gestos de nossos participantes.

Área de Estudo

O município de Nova Andradina está localizado nos limites físicos das divisas dos Estados de São Paulo e Paraná. Conta com um número populacional estimado de 53.517 habitantes (IBGE, 2018). O município foi fundado em 20 de dezembro de 1958 e instalado oficialmente no dia 30 de abril do ano seguinte, em 1959, quando se desmembrou da comarca de Rio Brilhante, pertencente, até então, ao município de Bataguassu.

O município ocupa o 8º lugar em número populacional de acordo com as estimativas do IBGE realizada no ano de 2018, dos 79 municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, tendo como antecessores os municípios de Campo Grande (885.711), Dourados (220.965), Três Lagoas (119.465), Corumbá (110.806), Ponta Porã (91.082), Sidrolândia (56.081) e Naviraí (54.051). Desde 2010, percebeu-se a instalação de um considerável número de Indústrias Sucroenergéticas na região e cooperativas agropecuárias. Mas pouco se tem feito para promover a permanência do assentado no

campo, posto que importante parcela da produção agropecuária da região tem cedido lugar às novas tecnologias e às novas formas de produção (MOREIRA; SCHLINDWEIN, 2015).

O pecuarista paulista, Antônio Joaquim de Moura Andrade (1889-1962), chegou à região de Nova Andradina por volta de 1938, quando adquiriu do Estado a Fazenda Caapora, que passou a chamar-se de Fazenda Primavera (hoje pertence ao município de Batayporã) e é o mesmo colonizador de Andradina, localizada no interior de São Paulo. Em 1957, o paulista desmembrou uma gleba da Fazenda Baile (adquirida em 1951). Foi neste período que se deu início aos trabalhos nas terras que hoje compõem Nova Andradina. Após este processo, foram loteadas outras propriedades rurais, oferecendo grandes vantagens aos migrantes. A ação culminou em uma veloz povoação da região, contando com um relevante número de paulistas, paranaenses, mineiros e, principalmente, nordestinos, que se deslocaram ao então embrião da cidade (PMNA, 2017).

Conhecida como a "Capital do Vale do Ivinhema", Nova Andradina tem uma localização estratégica na confluência de Mato Grosso do Sul, São Paulo e Paraná, o que contribuiu para a expansão de um modelo de economia, principalmente no tocante à criação e abate de bovinos, o que lhe rendeu o título de "Capital do Boi", pela importância de ser um dos principais polos pecuários do Brasil. Pela lei nº 241, de 31-10-2000, foi criado o distrito de Nova Casa Verde e anexado ao município de Nova Andradina. Em divisão territorial datada de 2003, estabeleceu o município em dois distritos: Nova Andradina e Nova Casa Verde (PMNA, 2017).

Dentre os municípios citados em níveis populacionais, apresentamos uma relação dos Projetos de Assentamentos Rurais das referidas cidades e suas representações em capacidade de famílias assentadas, número de assentamentos e áreas, de acordo com a Tabela 1.

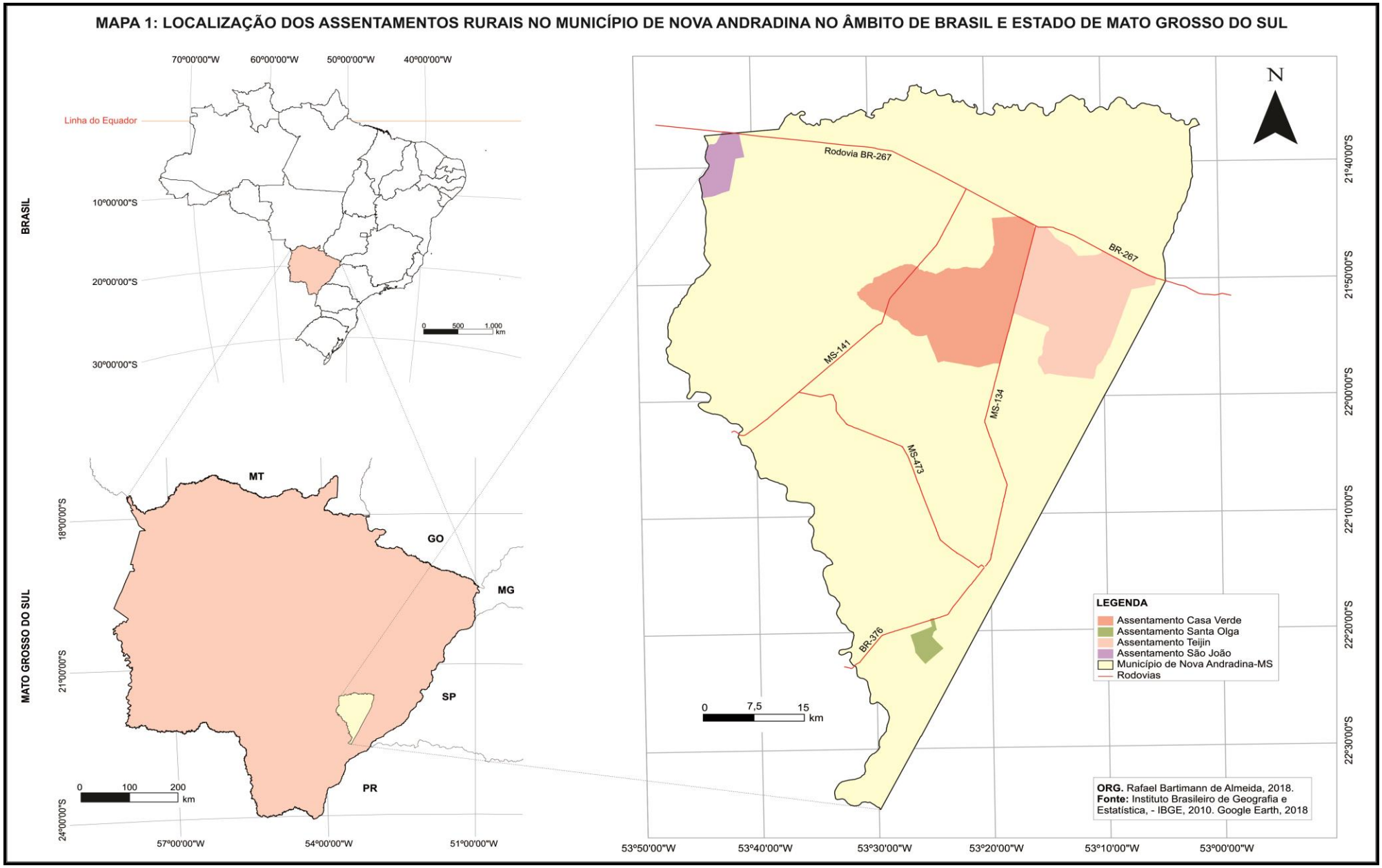
Tabela 1: Assentamentos rurais dos municípios (Campo Grande, Dourados, Três Lagoas, Corumbá, Ponta Porã, Sidrolândia, Naviraí e Nova Andradina) em 2018.

Municípios	**Nº Assentamentos**	**%**	**Famílias Assentadas**	**%**	**Área PA**	**%**
Campo Grande	03	5,17	269	2,50	4.280,5033	1,56
Dourados	02	3,45	212	1,96	5.197,6612	1,89

Três Lagoas	03	5,17	120	1,11	3.729,7892	1,36
Corumbá	07	12,10	1.221	11,30	33.570,3933	12,25
Ponta Porã	15	25,86	3.006	27,82	80.886,9269	29,54
Sidrolândia	23	39,65	4.007	37,08	80.011,4174	29,20
Naviraí	01	1,70	113	1,05	2.453,1666	0,90
Nova Andradina	04	6,90	1.856	17,18	63.862,2104	23,30
Total	**58**	**100**	**10.804**	**100**	**273.992,0683**	**100**

Fonte: Adaptado a partir do Painel de Assentamentos do INCRA (2018).

A Tabela 1 nos revela que o município de Nova Andradina está em 8º lugar em nível populacional, mas, quando se trata de áreas de assentamentos, o município fica em 3º lugar entre os oito mais populosos do Estado, com 23,30% do total, atrás apenas de Sidrolândia, com 29,20% e Ponta Porã, com 29,54%, dos mais de 270 mil hectares de áreas de Projetos de Assentamentos no Estado de Mato Grosso do Sul. Apresentamos, a seguir, o Mapa 1, com a localização dos assentamentos rurais do município de Nova Andradina nos âmbitos de Brasil e Estado de Mato Grosso do Sul.



Fonte: Adaptado a partir de dados do IBGE (2018).

Para a construção deste estudo, foram indicadas determinadas abordagens, de acordo com a temática e os objetivos específicos da pesquisa. Seguida de uma introdução do contexto a ser estudado, a tese está estruturada da seguinte maneira:

Em nosso primeiro Capítulo apresentamos os movimentos socioterritoriais e as organizações sindicais e sociais presentes nos assentamentos. Tratamos de evidenciar sua representatividade dentro dos assentamentos, suas formas de luta pela conquista da terra junto aos assentados, bem como sua atuação nos assentamentos após a desapropriação. Além dos movimentos e organizações de luta pela terra, apontamos elementos dos processos de configuração da questão agrária no Brasil, Estado de Mato Grosso do Sul e no município de Nova Andradina.

No segundo Capítulo, elegemos descrever as trajetórias das famílias assentadas nos assentamentos rurais do Município de Nova Andradina, sua territorialização construída a partir da nova configuração nesta fração de território capitalista, suas lutas pela posse e permanência na terra, as dificuldades nos acampamentos, os confrontos e enfrentamentos, a assistência dos órgãos governamentais, o apoio dos movimentos sociais, enfim, os caminhos percorridos pelas famílias até a posse do lote, bem como a construção de uma nova vida na transição de acampado a assentado e sua perseverança em permanecer na terra.

No terceiro Capítulo buscamos analisar as perspectivas das relações de poder nos assentamentos, que se fazem presentes na luta pela posse e permanência na terra. O Capítulo conduziu também a uma análise das políticas públicas de apoio aos assentamentos rurais e o papel do Estado em seu ordenamento territorial. A aplicabilidade das políticas públicas é de responsabilidade do Estado, sendo obrigatório o acesso, a todos os assentados. Buscamos compreender a ação do Estado na direção da reforma agrária nos assentamentos rurais no país, bem como o atendimento aos assentados, que, por sinal, buscam por meio das lutas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, juntamente com os movimentos socioterritoriais e organizações sociais e sindicais, para que as políticas públicas sejam corretamente aplicadas no campo.

No quarto Capítulo buscamos apresentar os meios de produção e de organização das atividades econômicas dos assentados, elencando, desde o período nos acampamentos, as primeiras culturas e/ou processos produtivos realizados nos lotes. Visamos compreender a dinâmica do processo de produção nos lotes, as diversas fontes de renda da terra, as aptidões construídas pelos assentados, seja por meio das necessidades de sobrevivência, em virtude da assistência e/ou carência de apoio dos

órgãos competentes ou de suas tradições e costumes, adquiridos ao longo período de vida camponesa. Atividades que permitem organizar a renda da terra às famílias nos lotes, encorajando os assentados em sua permanência ou expulsando àqueles que não conseguem persistir na luta pela terra.

O Quarto Capítulo tratou ainda da organização interna nos assentamentos rurais, que visa fortalecer aos assentados, por meio da cooperação/associação, ganhos na aquisição de insumos, nas representações fundiárias e de crédito, buscando melhorar os processos produtivos, acesso a melhores rendimentos da produção, enfim, contribuindo para a permanência nos lotes. Neste capítulo, descrevemos que a união nos acampamentos e na luta pela posse da terra permanece em parte depois da entrada nos lotes. Os desafios da cooperação e a intensidade do individualismo seguem além da não participação das organizações internas nos assentamentos, mas a desfiliação até mesmo dos movimentos sociais de luta pela terra.

Por fim, finalizamos o nosso trabalho com apontamentos e considerações resultantes da pesquisa, potencializando os objetivos do trabalho, bem como a referência da tese em sua problemática de pesquisa e os impactos significativos no meio científico/acadêmico.

Capítulo 1: A questão agrária e os movimentos e organizações de luta pela terra

No Capitulo 1 abordaremos a questão agrária no município de Nova Andradina, em seu contexto estadual/nacional, juntamente com a análise dos movimentos socioterritoriais, organizações sociais e sindicais presentes nos assentamentos do município, como: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul (FETAGRI/MS) filiada a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) vinculada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Central Única dos Trabalhadores de Mato Grosso do Sul (CUT/MS).

A questão política no campo, para Martins (1982, p. 18), é principalmente a questão da propriedade da terra. O autor considera a posse da terra "como um problema de resistência à expansão do capital" e que a luta pela terra visa "a restauração da autonomia do camponês à sua independência" social e produtiva. Por isso, movimentos sociais que lutam pela reforma agrária são entraves à reprodução capitalista na agricultura, provocando confrontos e enfrentamentos em várias regiões do estado brasileiro.

Para Fabrini (2008, p. 57), a estrutura fundiária está centralizada na maneira como a propriedade da terra está distribuída no país, pois o monopólio existente da posse de terra no Brasil iniciou-se no período colonial, por meio da Lei das Sesmarias, que regulamentava a apropriação de terra. De modo geral, a concentração de terras é resultado de políticas de ocupação e apropriação criadas pelo Estado, que expropriou os camponeses do acesso a terra. No Estado de Mato Grosso do Sul, quem promoveu a "venda e titulação de terras devolutas em grandes propriedades", formando a estrutura fundiária que conhecemos no momento, foi o próprio Estado, criando uma estrutura concentrada, fomentando os conflitos de terras e a desigualdade social no campo.

1.1 – A questão agrária e sua manifestação nos assentamentos rurais

O debate sobre a questão agrária e os Projetos de Assentamentos Rurais no Brasil nos remete a refletir que, antes do assentamento no lote, os nossos participantes da pesquisa foram acampados, viveram às margens de estradas/rodovias, na esperança de serem contemplados com um pedaço de terra, e, por isso, trazemos uma frase de Oliveira (1990, p. 18), relatando que "os acampamentos e assentamentos são novas formas de luta de quem já lutou ou de quem resolveu lutar pelo direito à terra livre e ao trabalho liberto", combinando a força do trabalho familiar, a produção para o autoconsumo com a troca de mercadorias ou compra e venda de produtos para consumo/insumos. Esta reconquista da terra, por meio de lutas pelos movimentos dos trabalhadores rurais, tem a terra como espaço para produção e o exercício das relações de trabalho, sob o controle dos próprios trabalhadores, agora, assentados em posse de seus lotes.

Para Fernandes (2008, p. 15), as frequentes ocupações que ocorrem no meio rural se estabelecem em diferentes áreas municipais do país. Ao serem assentadas, estas famílias, para além da produção simples de mercadorias, criam e recriam a sua existência no campo, promovendo modelos distintos de desenvolvimento. Os conflitos por terra são "também conflitos pela imposição dos modelos de desenvolvimento territorial rural", que são processos formadores de diferentes organizações sociais no campo. Estes modelos no interior dos assentamentos rurais transitam em finalidades econômicas e de cunho mercadológico no campo, gerando conflitualidades, no que tange às aptidões, aos costumes e às tradições desses atores sociais, bem como sua organização de produção camponesa.

Estes processos de configuração agrária no Brasil possuem centralidades políticas entre os proprietários de terra, por meio de políticas públicas mais alinhadas às grandes propriedades, transformando a luta pela terra o fator central para a compreensão da questão agrária no país, e ainda, a não realização da reforma agrária passa a existir ocupações e intensificam a luta pelos sem-terra, forçando aos governantes a realização de políticas de assentamentos rurais nas regiões de conflitualidades (FERNANDES, 2000), conduzindo a novos processos de luta pela posse de terra no campo brasileiro.

Podemos compreender o cenário agrário não apenas sob o olhar da produção de mercadorias, mas contemplá-lo por aspectos além da categoria econômica, que, para Paulino (2006, p. 98-99), a abordagem da "questão agrária não está circunscrita apenas à produção agrícola", mas em todas as relações sociais, culturais e políticas da unidade

produtiva. Esta lógica é definida não apenas pelos aspectos econômicos, mas por meio de “seus traços gerais, no que tange às relações sociais envolvidas na reprodução da família”, que possuem necessidades e critérios próprios da atividade camponesa.

Em geral, o resultado das lutas pela posse da terra é a expansão da grande propriedade, com a expulsão ou subordinação de indígenas, posseiros, sitiantes e colonos para a construção do desenvolvimento extensivo do capitalismo no estado brasileiro, segundo Ianni (1979). Os assentamentos de reforma agrária no país transformam e/ou convertem a vida dos camponeses e de suas famílias, em uma organização de vida no campo, por meio da posse da terra.

Com a expansão do capitalismo no campo, é um erro considerar que a terra é capital. Martins (1995, p. 159 e 162) deixa claro que a terra não é capital, pois “é um bem natural, finito, que não pode ser reproduzido, não pode ser criado pelo trabalho”. Entretanto, o capital é o trabalho acumulado pelo capitalista, sendo produto do trabalho assalariado, “capaz de fazer a terra produzir sob o seu controle e domínio”, por meio de suas formas de produção, gerando riquezas aos capitalistas. Enquanto o capital produz lucro, a força de trabalho produz salário e a terra produz renda.

Dentre as manifestações da questão agrária no país, a formulação da reforma agrária constitui-se, portanto, em um conjunto de ações governamentais, visando modificar a estrutura fundiária de uma região ou de um país, realizada por meio de modificações na distribuição da propriedade e ou posse da terra e seus rendimentos, que, para Oliveira (2007), garante um reordenamento do território, contribuindo para melhores resultados no campo social, econômico, político e cultural da região contemplada com esta política. Para o autor, este reordenamento territorial possibilitará ganhos econômicos na localidade de sua origem, com a oferta maior de produtos agrícolas em seus mercados.

Levando em consideração o regimento governamental sob a definição de reforma agrária, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2011) trata como um conjunto de medidas para promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de posse e uso, objetivando atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção. Essa concepção é estabelecida pelo Estatuto da Terra (Lei nº 4504/64). Na prática, a Reforma Agrária proporciona, dentre outras coisas, uma democratização da estrutura fundiária, melhoria na renda das famílias, redução da migração e promoção da cidadania.

Fernandes (2012, p. 13) descreve que a "reforma agrária também pode ser compreendida como resultado de um conjunto de políticas dos movimentos socioterritoriais e do Estado", seja na esfera de governos federais, estaduais ou municipais, e ainda:

> A reforma agrária é uma política pública que representa tanto o processo de desconcentração fundiária quanto o desenvolvimento das áreas reformadas no conjunto de seu entorno, contribuindo para o desenvolvimento do Brasil. Em síntese, a reforma agrária é uma política de desenvolvimento territorial. E neste sentido é também uma política de disputas por território e modelo de desenvolvimento não capitalista. Não haverá desconcentração fundiária enquanto os governos acreditarem que o agronegócio é o modelo do país (FERNANDES, 2012, p. 14).

Dentre as compreensões da reforma agrária, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ressalta que:

> A Reforma Agrária é um programa de governo que busca democratizar a propriedade da terra na sociedade e garantir o seu acesso, distribuindo-a a todos que a quiserem fazer produzir e dela usufruir. Para alcançar esse objetivo, o principal instrumento jurídico utilizado em praticamente todas as experiências existentes é a desapropriação, pelo Estado, das grandes fazendas, os Latifúndios, e sua redistribuição entre camponeses sem-terra, pequenos agricultores com pouca terra e assalariados rurais em geral (MST, 2014).

A luta pela reforma agrária travada pelos movimentos socioterritoriais e as organizações sociais e sindicais, através de ocupações, e consequente criação de Projetos de Assentamentos, constitui o que Girardi e Fernandes (2008) denominam de uma:

> [...] forma de recriação do campesinato, o que pode ocorrer também através de arrendamento, meação, parceria ou compra da terra. As ocupações constituem um momento da luta pela terra. Como resposta às ações dos movimentos socioterritoriais, os governos criam assentamentos rurais que, em princípio, constituem a conquista da terra. Os assentamentos significam uma nova etapa da luta: o processo pela conquista da terra. Ainda é necessário conquistar condições de vida e produção na terra; resistir na terra e lutar por um outro tipo de desenvolvimento que permita o estabelecimento estável da agricultura camponesa (GIRARDI; FERNANDES, p. 76, 2008).

Essa nova configuração territorial, com a implantação dos Projetos de Assentamentos Rurais no Brasil, é uma transformação social e política lenta, e que o alento nas políticas públicas de distribuição de terras no país caminha a passos brandos, e, por isso, é necessário às lutas pela reforma agrária para sua realização, manifestadas pelos trabalhadores rurais sem terra em seus movimentos e organizações sindicais e sociais, em busca da conquista e posse da terra:

> A luta pela terra é um dos principais elementos para compreendermos a questão agrária. A ocupação e a resistência na terra são formas dessa luta. A reforma agrária é outro elemento da questão agrária. Pelo fato da não realização da reforma agrária, por meio das ocupações, os sem-terra intensificam a luta, impondo ao governo a realização de uma política de "assentamentos rurais" (FERNANDES, 2000, p. 279).

Os Projetos de Assentamentos (PAs) fazem parte da conquista de uma fração de território capitalista, permitindo acesso à terra aos trabalhadores e trabalhadoras sem terra e assegurando a reprodução camponesa. A conquista segue além da posse da terra, pois revela a possibilidade de reproduzir o campesinato, desenvolvendo relações sociais de produção e de trabalho, distintas da produção capitalista. É um processo que existe com a luta pela posse da terra e que prossegue na luta pela permanência na terra, garantindo as relações camponesas no assentamento. Para Fernandes (1996, p. 181), "o assentamento é o território conquistado, é, portanto, um novo recurso na luta pela terra que significa parte das possíveis conquistas representadas, sobretudo a possibilidade da territorialização".

Para o INCRA (2017), o assentamento rural é um conjunto de unidades agrícolas livres entre si, originários de imóvel rural de um único proprietário. As unidades agrícolas podem ser chamadas de parcelas, lotes ou glebas, que são entregues às famílias que não possuem condições econômicas para adquirir e manter uma propriedade rural. A quantidade de lotes é dividida de acordo com a capacidade da propriedade em sustentar e assentar as famílias.

O tamanho dos lotes é determinado pela geografia do terreno e pelas condições produtivas que a área proporciona. O INCRA deve fornecer às famílias assentadas créditos produtivos, assistência técnica rural e infraestrutura (abertura de estradas, energia elétrica, construção de casas), entre outros benefícios. Em contrapartida, os trabalhadores rurais que receberem os lotes comprometem-se em morar no lote,

a explorá-lo para seu sustento, utilizando exclusivamente a mão de obra familiar. Enquanto os assentados não receberem a escritura ou titularidade do lote, estarão vinculados ao INCRA. Portanto, os assentados que não possuem titularidade dos lotes em seu nome, não poderão vender, alugar, doar, arrendar ou emprestar sua terra a terceiros.

Almeida (2003, p. 265) destaca, em sua tese, que os Projetos de Assentamentos de reforma agrária do Estado de Mato Grosso do Sul possuem confusões no que cerca o entendimento à questão fundiária, pois as mesmas concepções de assentamentos rurais frutos da luta pela terra, são também as transferências de população ribeirinhas (neste caso, alguns são chamados de reassentamento). Tratadas como desapropriação, segundo a autora, este fato oculta a diferenciação política e social existente entre os assentados. Por sua vez, na proposição de tal concepção de assentamento, o que na esfera visível aparece comumente relacionada ao caráter técnico das ações estatais, porque, nesta ótica, é que são operados os "critérios técnicos de seleção dos beneficiários", se oculta o desdobramento político de tal ação, a "destituição do papel ativo destas famílias na reconstrução de suas vidas no processo histórico de conquista do chão de morada, sinônimo de terra conquistada e livre".

A Comissão Pastoral da Terra Nacional (CPT) elaborou um relatório dos "Conflitos no Campo Brasil", apresentando as diversas manifestações e reivindicações dos trabalhadores sem terra no país. Neste período, dois dos quatro assentamentos rurais do município de Nova Andradina, os PAs Teijin e Santa Olga, estavam sendo requeridos pelos trabalhadores rurais sem terra, promovendo várias manifestações e protestos, com o objetivo de chamar a atenção dos órgãos competentes de reforma agrária (INCRA), aos "impasses ou morosidades das desapropriações de terra". Segue a demonstração no Quadro 1 destes conflitos:

Quadro 1: Conflitos registrados pela CPT no município de Nova Andradina/MS.

Tipo de Manifestação	Data do Evento	Quantidade de Pessoas	Motivo da Reivindicação	Organização
Bloqueio na BR-267/Ass. Casa Verde	15/2/2003	200	Infraestrutura	SI*
Bloqueio da BR-376/Acamp. Perto da Faz. Stª. Olga	26/2/2003	120	Desapropriação	STR**

Bloqueio da MS-134/Faz. Teijin	8/4/2003	400	Desapropriação	MST

*Onde se lê "SI", não foi possível identificar que tipo de organização a CPT se refere, mas, tivemos relatos de participantes da pesquisa, que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST realizou bloqueios na BR-267 no referido ano.
**STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais.
Fonte: Adaptado a partir das Manifestações dos Conflitos no Campo Brasil (CPT/Nacional, 2003, p. 187).

Os conflitos por terra podem ocorrer antes, durante e depois da implantação dos Projetos de Assentamentos. Por isso, abordamos conceitos utilizados pela CPT de manifestações/conflitos de luta pelo acesso a terra, que são utilizados em nosso trabalho, por estarem em concordância com nossa perspectiva teórica:

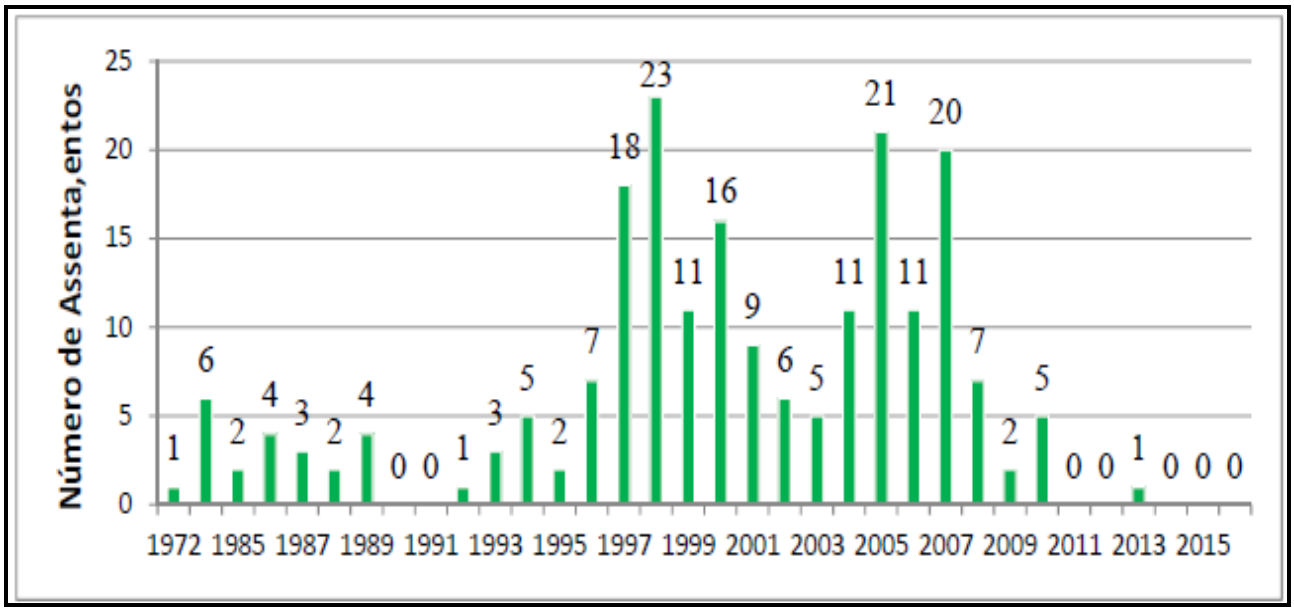
> [...]**conflitos** se entendem as ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção. Estes conflitos acontecem entre classes sociais, entre os trabalhadores ou por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas.
> **Conflitos por terra** são ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso *a seringais, babaçuais ou castanhais,* quando envolvem posseiros, assentados, remanescentes de quilombos, parceleiros, pequenos arrendatários, pequenos proprietários, ocupantes, sem terra, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros etc (CPT, 2003, p. 218).

Quando tratamos de descrever as manifestações ocorridas do processo de luta pelo acesso a terra por famílias de trabalhadores rurais sem terra que antecedem a criação dos PAs, elucidamos que as ocupações e acampamentos fazem parte do processo dessas lutas e que também são enquadrados nos conflitos por terra no país, segundo a CPT (2003). Mesmo porque, as desapropriações, em sua maioria, não ocorrem de maneira legal ou técnica, mas se submete a enfrentamentos judiciais, manifestações, mobilizações de movimentos, entre outros, e, até "confrontos armados[3], como ocorreu no Assentamento São João", no município de Nova Andradina/MS, e, que não foi registrado no relatório de "Conflitos no Campo Brasil", realizado pela CPT, no ano de 2003". Abordaremos as manifestações ocorridas nos Assentamentos Teijin e Santa Olga no decorrer da análise de seus respectivos Projetos de Assentamentos.

[3]Relato do assentado SJ1, entrevista realizada no Assentamento São João, dia 27/10/2017.

Apresentamos na Figura 1, a quantidade de Projetos de Assentamentos criados no Estado de Mato Grosso do Sul, no período de 1972 a 2016, conforme o Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA, 2017) e adaptado por Nardoque (2018).

Figura 1: Número de Assentamento Rurais criados no Estado de Mato Grosso do Sul – 1972 a 2016.



*Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA, 2017).

Fonte: Adaptado a partir de Nardoque (2018, p. 632).

Com a Figura 1 é possível constatar a redução na criação de Projetos de Assentamentos no Estado de Mato Grosso do Sul, em especial nos anos de 2011, 2012, 2014, 2015 a maio de 2016, que não foram criados nenhum assentamento no Estado e, ainda, sem perspectivas de novos assentamentos. Para Nardoque (2018, p. 632) "a não reforma agrária em Mato Grosso do Sul contribuiu para a permanência da concentração da estrutura fundiária" no Estado. Com este cenário, os movimentos socioterritoriais e organizações sociais e sindicais restam lutar pela reforma agrária no Estado, para que novas áreas sejam devidamente desapropriadas e ocupadas, como as ocorridas no município de Nova Andradina nos anos de 1987 (Casa Verde), 2002 (Teijin) e 2004 (São João e Santa Olga).

De acordo com o INCRA (2018), o país possui mais de 88 milhões de hectares de terras, situado em assentamentos rurais. Destes, o Estado de Mato Grosso do Sul

concentra mais de 700 mil hectares em Projetos de Assentamentos (PAs). Dos 700 mil hectares, mais de 63 mil estão concentrados no município de Nova Andradina. Com mais de 900 mil famílias assentadas no Brasil, novos conjuntos de interações sociais, políticas, econômicas e culturais são articuladas na região que estão inseridos os assentamentos rurais. Na Tabela 2, descrevemos a atual situação dos Projetos de Assentamentos, suas áreas e números de famílias assentadas, no Brasil, no Estado de Mato Grosso do Sul e no Município de Nova Andradina.

Tabela 2: Demonstrativo de assentamentos rurais, famílias assentadas e suas áreas no Brasil, Estado de Mato Grosso do Sul e o Município de Nova Andradina.

Referência	**Nº de Assentamentos**	**Nº de Famílias Assentadas**	**Áreas PA (ha)**
Brasil	9.374	972.289	87.978.041,18
Mato Grosso do Sul	204	27.764	716.212,19
Nova Andradina	04	1.856	63.862,2104

Fonte: Dados a partir do Painel dos Assentamentos do INCRA (2018).

Os dados apresentados demonstram a relevância do Estado de Mato Grosso do Sul, no que se refere o número de famílias assentadas no país, representando 2,85% do território nacional, e, ainda, o destaque do município de Nova Andradina no cenário dos Projetos de Assentamento Rurais, com 6,68% de famílias assentadas e uma área total de 8,92% dos assentamentos do Estado.

Contudo, a centralidade agrária do Estado de Mato Grosso do Sul, se concentra em mais de 69% das propriedades latifundiárias do Estado, destinadas à criação de bovinos, produção agrícola e outros processos produtivos voltados à produção capitalista no campo. Segundo Nardoque *et al.* (2018, p. 626) esta territorialização no campo, ocorreu por meio da "atuação de grandes empresas ligadas à produção de soja, cana de açúcar, carnes e eucalipto" que encontraram no Estado elementos fundamentais para sua atuação, somadas a "expansão do crédito agrícola direcionado para esse setor". O Quadro 2 apresenta a estrutura fundiária do Estado de Mato Grosso do Sul em 2014, em termos de área e número de imóveis rurais.

Quadro 2: Estrutura fundiária do Estado de Mato Grosso do Sul em 2014.

Classe Área Total (ha)	Nº de Imóveis	%	Área Total (ha)	%
0 a menos de 200	65.494	69,92	2.783.542,71	7,18
200 a menos de 500	12.215	13,05	3.942.123,13	10,16
500 a menos de 1.000	7.182	7,66	5.070.926,01	13,08
Acima de 1.000	8.777	9,37	26.983.441,78	69,58
Total ===>	**93.668**	**100**	**38.780.033,63**	**100**

Fonte: Adaptado a partir de Nardoque *et al.* (2018, p. 626).

Contrapondo a centralidade agrária do Estado de Mato Grosso do Sul, temos mais de 69% de imóveis rurais com até 200 ha, que possuem trajetórias e relações produtivas, que se comportam de maneira distinta da produção capitalista no campo, como as encontradas nos assentamentos rurais do município de Nova Andradina. Como relatado por Nardoque (2018), a região de Nova Andradina, também passa por um novo ordenamento territorial rural. Além das usinas de açúcar e álcool e frigoríficos consolidados, as cooperativas agrícolas como Cocamar, Copasul e outras agropecuárias, estão se instalando no município. Este cenário reforça que a criação de bovinos, o plantio de cana de açúcar e a produção de álcool, estão cedendo lugar a outros processos produtivos (como a produção de soja e milho), levando-se em conta o grande potencial de áreas de terras e de fertilidade de solo que o município possui.

Situações de transição são comuns dentro dos novos ambientes agrários nos assentamentos rurais. As movimentações/migrações dos indivíduos estão ligadas intrinsecamente com seus costumes, crenças e histórias de cada assentado, que, para Martins (1997; 2000), formam uma nova ordem social ou “reinvenção social” na região em que estão instalados. Estas movimentações podem ocorrer de várias regiões geográficas do país, pois um dos dispositivos dos assentados é a sua força de trabalho, que produz o fruto da terra. Esta produção de sua força de trabalho no campo está vinculada com a luta pela posse da terra pelos assentados no estado brasileiro.

Para Fabrini (2003), a luta de classes no campo está relacionada não somente ao conflito entre operários agrícolas e proprietários de terra, mas na compreensão da questão agrária e da desigualdade que percorre o campesinato diante das relações sociais e as forças de produção de mercadorias. A distribuição da riqueza produzida e a

assistência apropriada para a reprodução social dos camponeses geram um desenvolvimento desigual e colocam as lutas sociais entre camponeses e capitalistas/proprietários de terras em conflitos, que seguem além da produção de mercadorias que estão relacionadas na transferência da renda ao capitalista, por meio da circulação de mercadorias no campo.

Quando tratamos das lutas sociais, estamos tratando das mais diversas formas singulares de expressão de uma camada popular da sociedade. Uma sociedade com profundas desigualdades sociais, aliada a políticas públicas pouco eficientes, provocam diversas formas de manifestações sociais em um país. Desde a década de 1970, a heterogeneidade social no Brasil reproduz formas de expressão particulares, como as que ocorreram com a autonomia discursiva dos operários industriais, de posseiros, de assalariados agrícolas, etc. Estas manifestações, para Sader (1988, p. 198), não indica nenhuma “compartimentação na pluralidade dos movimentos sociais”, nem mesmo indicam “supostas classes sociais ou camadas sociais diversas”, mas “está indicando diversas formas de expressão”.

As manifestações desencadeiam novas formas de expressar a não aprovação ou a reivindicação do que de direito ou pertencimento deveria ser realizado para o atendimento a determinada camada da população. Vários são os movimentos sociais que lutam para que não apenas sejam ouvidos, mas que seu espaço na sociedade seja respeitado, como, por exemplo, os movimentos sociais de construção do campo brasileiro, com o objetivo de fazer valer o que chamamos de reforma agrária. Para Sader (1988, p. 199), esta “nova configuração das classes populares no cenário público” se torna um “fenômeno”, “manifestado como modalidade particular das experiências vividas pelos trabalhadores”, como o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra e a Comissão Pastoral da Terra, presentes em nossa pesquisa.

Os movimentos sociais ocorrem como forma de processo de mudança em sociedades desorganizadas por meio de grupo de pessoas que fogem da ordem vigente dominante. Gohn (1997, p. 171) refere-se aos movimentos sociais como sendo “processos de lutas sociais voltadas para a transformação das condições existentes na realidade social”, provocando rupturas na "ordem" dominante, “quebra da hegemonia do poder das elites e confrontação das forças sociopolíticas em luta”. Estes processos coletivos buscam propósitos comuns às pessoas envolvidas, ligadas aos meios de sobrevivência e às condições básicas elementares da vida, como, por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, gerado pela exclusão e desigualdade

social, provocada, em sua grande parte, pelo processo de expansão capitalista de produção no campo.

Gonh (1997) descreve movimentos sociais como:

> [...] ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo de força social na sociedade civil. Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas pública (estatal e não estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política (GONH, 1997, p. 251).

Dentre os movimentos socioterritoriais presentes no campo, destacamos o mais importante do Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que realiza ocupações de terras, organiza-se em acampamentos, luta pela obtenção da posse da terra em assentamentos, cria cooperativas de produção, entre outros. O MST possui uma organização que administra o movimento em âmbito nacional, passando a construir uma nova representação de reforma agrária no Brasil. Gonh (1997, p. 241) revela que os movimentos e a política devem possuir um alinhamento, pois a política é o local de articulação, "pelo fato de os movimentos sempre estarem envolvidos ou ligados a relações de poder". A partir da ideologia criada pelos movimentos, a disseminação conta com um aliado fundamental nas estratégias de sua propagação, "a mídia", que por meio dela, ocorre às interferências nos discursos político público, sobretudo as redes sociais, que "dão suporte ao movimento e as estruturas de mobilização, que os ligam entre si".

De modo mais concreto, pertinente aos movimentos encontrados nos assentamentos rurais, este capítulo descreve também os movimentos socioterritoriais mencionados por Fernandes (2012), os quais tratam dos interesses pertinentes à luta pelo acesso a terra pelos trabalhadores e trabalhadoras sem terra, essenciais para a existência de seu território. Alguns desses movimentos organizados exercem atividades junto aos assentamentos rurais do município de Nova Andradina e, que foram vitais às conquistas e luta pela posse de terra nos Projetos de Assentamentos. Apresentamos, no Quadro 3, os diversos Movimentos Socioterritoriais que possuíam atuação no Estado de Mato Grosso do Sul, no período de 2000 a 2016, segundo o Banco de Dados da Luta pela Terra – DATALUTA, Relatório Brasil 2017 (GIRARDI *et al.*, 2017).

Quadro 3: Movimentos Socioterritoriais atuantes em Mato Grosso do Sul no período de 2000-2016.

Nº	SIGLA	NOME DO MOVIMENTO SOCIOTERRITORIAL
01	**FERAESP**	Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo
02	**FRUTO DA TERRA**	Fruto da Terra
03	**FUVI**	Famílias Unidas do Vale do Vilhema
04	**MAF**	Movimento Sul-Matogrossense da Agricultura Familiar
05	**MOVIMENTOS INDÍGENAS**	Movimentos Indígenas
06	**MST**	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
07	**MSTB**	Movimento Sem Terra Brasileiro
08	**MTR**	Movimento dos Trabalhadores Rurais
09	**TERRA LIVRE**	Movimento Popular do Campo e da Cidade
10	**UFT**	União Força e Terra

Fonte: Adaptado a partir de Girardi *et al.* (DATALUTA, 2017, p. 36-40).

Dentre os movimentos socioterritoriais apresentados pelo Relatório Brasil 2017 do DATALUTA, destacamos o MST que atuou na luta pela criação do Projeto de Assentamento Teijin, no município de Nova Andradina, e ainda, se faz presente dento do assentamento com suas lideranças. O Relatório traz uma informação importante no que se refere à criação de Projetos de Assentamentos, destacando que no ano de 2017 não houve nenhum assentamento implantado no país, fortalecendo a manutenção da concentração do latifúndio – agronegócio com o arrendamento e venda de terras.

Outra organização social que esteve atuante nos assentamentos rurais do município de Nova Andradina, foi a CPT que participou da criação do Projeto de Assentamento Casa Verde, no final da década de 1980 e, ainda, possui ações religiosas e de produção no Assentamento Teijin, desde sua implantação, segundo comentou a Irmã G. P. (responsável pela CPT no município, sede no distrito de Nova Casa Verde).

Martins (1994, p.12-13) revela que “a propriedade da terra é o centro histórico de sistema político persistente”, que, associado ao capitalismo mundial, fortaleceu o sistema político brasileiro, que impede a constituição de uma sociedade civil democrática e com princípios de cidadania. Para o autor, “a questão agrária engole a todos e a tudo, quem sabe e quem não sabe, quem vê e quem não vê, quem quer e quem

não quer", freando as possibilidades de transformação social no país, sobretudo no campo brasileiro. Apresentamos na Tabela 3, uma análise dos assentamentos rurais no município de Nova Andradina, que possui 1,96% da quantidade de projetos do Estado, porém, em termos territoriais é um dos municípios que possui o maior Projeto de Assentamento em área (ha) de Mato Grosso do Sul, o Assentamento Casa Verde.

Tabela 3: Projetos de Assentamentos de Nova Andradina, Estado de Mato Grosso do Sul.

Nome do Projeto de Assentamento (PA)	**Nº de Famílias Assentadas**	**Áreas PA (ha)**	**Ano de Criação**
Santa Olga	168	1.492,5021	28/06/2004
Casa Verde	460	29.859,9889	22/12/1987
Teijin	1.056	28.497,8194	26/07/2002
São João	172	4.011,9000	23/04/2004
Total	1.856	63.862,2104	

Fonte: Dados a partir do Painel de Assentamentos do INCRA (2018).

De acordo com a Tabela 3, percebemos que a divisão dos lotes de famílias assentadas permite afirmar que o Assentamento Casa Verde possui uma das maiores extensões territoriais dos Projetos de Assentamentos do município, com dimensões de mais 30 hectares por lotes, comparado aos lotes do Assentamento Santa Olga, em torno de 06 ha, o menor do município. De acordo com Fabrini e Roos (2014), para os camponeses, a propriedade ou a posse da terra é uma condição de liberdade, uma condição que garante o seu trabalho no campo, não somente para os meios de produção, mas da sua existência e de sua família enquanto atores sociais da vida camponesa.

1.2 – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): sua organização nos assentamentos rurais

A atuação do MST, no Estado de Mato de Grosso do Sul, está presente em várias regiões, porém, o município de Nova Andradina é ausente na maioria das discussões acadêmicas deste movimento. Fernandes (2000), em sua obra “a formação do MST no Brasil”, nos revela que, na década de 1970, era comum no Estado a prática da exploração da força de trabalho camponesa para formar as grandes propriedades (pastagens, cercamento, etc) dos latifundiários-grileiros.

A consolidação do MST foi motivada pelas lutas ocorridas no campo, que, após o encontro de Goiânia, articulado e realizado pela CPT no ano de 1982, foi possível discutir a questão agrária na luta pela posse da terra e a importância da organização dos trabalhadores rurais em formar um movimento nacional para representar os sem terra. Desde sua organização, o MST tem exercido o papel principal na luta pela posse de terra no país, por meio das ocupações, formando milhares de assentamentos rurais pelo estado brasileiro, que, para Fernandes (2000), são chamados, incorretamente, de reforma agrária.

Atualmente, o MST está presente no Brasil em 24 estados, representado nas cinco regiões do país. São mais de 300 mil famílias organizadas, que conquistaram terra por meio da luta e ainda permanecem no movimento, pois a luta pela conquista da terra é apenas o primeiro passo para a Reforma Agrária. Possui, em suas frentes de trabalho, a “luta pela reforma agrária” e a “transformação social” no campo (MST, 2017). Para o MST, a realização de uma reforma agrária, é acreditar que a democratização do acesso à terra e à produção de alimentos, fruto da organização e mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras do campo brasileiro, é a maior contribuição efetiva de um projeto, que venha garantir de maneira permanente, os direitos sociais para a transformação no campo.

Nos assentamentos rurais, as famílias se organizam em núcleos para discutir as necessidades de cada área ocupada, lembrando que cada núcleo possui seus coordenadores, formado por homens e mulheres. São realizadas assembleias locais, onde todos os assentados/acampados que são ligados ao movimento têm direito ao voto. Além das assembleias locais, o movimento organiza eventos nacionais, como congressos e encontros, para discutir os planos atuais e futuros da vida camponesa, pois, além desses eventos, as famílias assentadas podem se organizar por setores e encaminhar suas necessidades locais de permanência na terra.

O Brasil está entre os países com maiores concentrações de terra no mundo e, combinado com a monocultura e o período escravista, em um território de latifundiários

de grande poder, desde o tempo da colonização portuguesa, provocaram a desigualdade social, enraizada no país até os dias atuais. Além da colonização, o período da ditadura militar contribuiu ainda mais a concentração, por meio de um modelo agrário mais excludente e concentrador, instalando uma modernização agrícola conservadora, que excluía a pequena agricultura e, por outro lado, privava os direitos de expressão, organização e manifestação de trabalhadores e trabalhadoras rurais no país (MST, 2017).

Para Fernandes (1999, p. 8), o principal papel do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), desde sua fundação, é o processo na forma de luta, configurada na ocupação e posse da terra. "O MST nasceu da ocupação da terra e a reproduz nos processos de espacialização e territorialização da luta pela terra", fundado na resistência, por meio da recriação daquele território. Esta territorialização permite recriar um novo território, por meio das ocupações, determinada e estabelecida no espaço, como uma divergência entre latifúndio e assentamento. Para os sem-terra a ocupação, é idealizada "como espaço de luta e resistência", representa o tão esperado pedaço de terra, construído por meio do enfrentamento diário com os grandes proprietários de terra e o Estado.

Os maiores confrontos no meio rural ocorreram com a União Democrática Ruralista (UDR), formada pelos grandes proprietários de terras, produzindo vários enfrentamentos violentos, como, por exemplo, o massacre dos trabalhadores rurais do município de Eldorado dos Carajás, no Estado do Pará. Neste momento, começou a crescer o número de assentamentos rurais no país, e, com isso, o movimento necessitou organizar a produção dessas áreas, constituindo, assim, as cooperativas coletivizadas.

O terceiro momento se inicia no ano de 1994 e, atualmente, com situações críticas dentro do movimento, provocadas pela desconfiança em relação aos outros movimentos e aos sem terra, bem como suas estratégias de transformação política da sociedade. Mas tudo se transformou quando o MST ocupou a região do Pontal do Paranapanema, no Estado de São Paulo, umas das maiores áreas devolutas do Estado, proporcionando visibilidade ao movimento, por meio dos meios de comunicação nacional, consolidando as táticas de luta pela posse da terra. Com esta repercussão, passou a participar dos assuntos relacionados à reforma agrária, bem como mediador deste tema e também dos Projetos de assentamentos rurais no país.

Pesquisas realizadas por Almeida (2003) no Estado de Mato Grosso do Sul, apontam que a modernização da agricultura, as migrações vividas no período de 1970 e

1990 e o aumento da concentração de terras por grandes latifúndios, multiplicaram a luta pela terra no Estado, que era percebida nas longas filas de "barracos de lona" que estavam espalhados nas estradas.

> Essa situação de monopólio da terra e do poder político no Mato Grosso do Sul começa a ser questionada de forma mais explícita no final dos anos 1970 e início da década de 1980, através do movimento dos arrendatários no sul do Estado. Os primeiros registros dos conflitos entre arrendatários e fazendeiros no Mato Grosso do Sul relacionam-se com os acontecimentos ligados ao rompimento do contrato de arrendamento nas fazendas Entre Rios, Água Doce e Jequitibá, no município de Naviraí. Situação que teve seu estopim, em 1981, com o assassinato do advogado dos arrendatários. Todavia, a luta neste período não era somente dos arrendatários para permanecerem na terra, pois já havia na região de Batayporã um movimento de reivindicação de terras para Reforma Agrária por parte do sindicato dos trabalhadores rurais. A resposta do latifúndio à revolta dos trabalhadores do campo veio com o aprofundamento da violência e com a expulsão dos arrendatários (ALMEIDA, 2003, p. 120).

No ano de 1982, foi realizado um encontro em Glória de Dourados, que criou a Comissão Estadual dos Sem Terra, e, mais tarde, em 1984, outro evento que traçou as estratégias pela luta da terra no Estado de Mato Grosso do Sul, realizado no município de Fátima do Sul, segundo Almeida (2003). Com o movimento organizado e com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), iniciaram negociações com o Governo por desapropriações de terras, mas, sem resultados. Então, optaram pela ocupação, sendo a primeira a ser realizada na Fazenda Santa Idalina, no município de Ivinhema, em abril de 1984, onde ocorreram confrontos diretos com o Estado. Vários são os movimentos de ocupações e de conflitos de terras no Estado de Mato Grosso do Sul, porém, o município de Nova Andradina não está citado nas discussões acadêmicas, mesmo possuindo áreas, trajetórias de lutas e atores sociais expressivos em seus assentamentos rurais.

Fundamentando-se ainda mais em nossa pesquisa, verificamos o papel do MST nos assentamentos rurais do município de Nova Andradina, que está presente com maior evidência em apenas um Assentamento, o "Teijin". Com a denominação inicial de "Acampamento 17 de Abril" (nome recebido em homenagem ao massacre dos dezenove sem terras, ocorrido no dia 17 de abril de 1996, no município de Eldorado dos Carajás, no sul do Estado do Pará, resultante de ação policial), iniciou suas lutas no município de Novo Horizonte do Sul (Fazenda Angical).

Os Assentamentos Santa Olga, Casa Verde e São João não foram organizados pelo MST, mas o movimento esteve presente em manifestações realizadas pelos trabalhadores rurais sem terra, dos Assentamentos São João e Santa Olga, que ocorreu na rodovia BR-267, no ano de 2003 (segundo os assentados SJ1 e SO1), onde os acampados participaram de uma mobilização, com o objetivo de acelerar as autoridades nas desapropriações e assistência aos assentados.

O MST possui estrutura organizativa nos acampamentos, que são distribuídas em setores, como: alimentação, saúde, segurança, educação, ente outros setores, dirigidos por seus coordenadores e vice coordenadores locais, que, por meio destes regimentos, buscava-se manter em ordem os acampados e suas famílias, segundo o assentado TJ2. O assentado, que ainda possui o vínculo com o MST, relatou a importância e os desafios do acampamento:

> Valorizamos o movimento, pois, foi "**por meio dele que nós lutamos e conseguimos o lote"**. Agora tem muita gente que depois que pegou o lote, virou as costas, e não quis mais saber do movimento, porque acha que o movimento castigou o povo. O movimento não poderia **deixar o povo sem liderança e normas**, "sem limites", isso fez com que muitos acampados desistissem e abandonassem o movimento, em virtude de cumprir as metas estabelecidas para a organização do acampamento. Estas metas eram divididas no acampamento como os trabalhos voluntários, fazer rondas, cuidar do barracão de alimentação, participar nas mobilizações, manter o acampamento limpo, etc. Além dos trabalhos, aos finais de semana tinham os bailinhos, culto evangélico, missa, enfim, o acampamento era bem programado (assentado TJ2, entrevista realizada dia 11/10/2017 – Assentamento Teijin – grifo nosso).

O MST participou da divisão dos lotes no Assentamento Teijin, por meio de elaboração junto aos responsáveis do INCRA, do tamanho dos lotes e sua localização, ficando separados do corte de lotes dos assentados da FETAGRI. O movimento "desenhou um mapa" e apresentou para o INCRA e foi autorizado o corte de lotes com média de 24 ha (de acordo com o tempo que ficou acampado – segundo o assentado TJ2), média maior que comparado aos assentados da FETAGRI, que são aproximadamente 14 ha. Segundo o assentado, a área dos lotes de assentados do MST foi dividida em comunidades, em torno de dez, divididas com 50 e 60 lotes por comunidade. Essas comunidades são formadas por três acampamentos: o "Acampamento 17 de Abril", o "Acampamento Chico Mendes" e o "Acampamento 20

de Janeiro", que formaram um só acampamento o "17 de Abril", instalados no Assentamento Teijin.

Toda esta organização de luta pela posse de terra, coordenada pelo MST, nos faz refletir sobre as palavras de Fernandes (1999), que o espaço de luta e resistência dos assentamentos rurais no país, sobretudo em Nova Andradina, é um enfrentamento diário com a estrutura fundiária brasileira. Talvez, nem todos os territórios de desapropriação sejam os mesmos. Suas lutas podem ocorrer de formas distintas. O cumprimento do Estado pode ser mais presente, envolvidos sejam mais instruídos, porém, a perseverança em esperar e lutar incessantemente "faz dos assentados ligados ao MST no município de Nova Andradina", pessoas mais "esclarecidas junto às políticas públicas de reforma agrária".

1.3 – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul (FETAGRI/MS): sindicalismo x posse de terra

O sindicalismo rural, representado pela FETAGRI, se dá a partir do momento que o assentado se filia à entidade sindical, atribuindo sua participação e coordenação no assentamento, diferente do MST, que, para o movimento, a organização do assentamento ocorre quando o mesmo está presente nos núcleos de produção, nas cooperativas e nas associações dos assentados. Almeida (2003) relata que esta atribuição não se aplica a FETAGRI, que exerce apenas um papel de inclusão e não de ordem nos conflitos. Os assentamentos rurais, que foram conquistados pelo MST, por exemplo, e, que perderam sua organicidade de grupos de base e núcleos de produção, passaram a ser coordenados pela FETAGRI, no entanto, a entidade ao contrário das demais organizações e movimentos, em seu processo de coordenação pode se referir ao todo ou a grupos particulares, de acordo com a representatividade junto ao sindicato de seu município. No município estudado, encontramos esta condição no Assentamento Teijin, que possuem filiados ao STRAFNA e assentados organizados pelo MST.

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul (FETAGRI/MS), foi fundada, em 1979 e está filiada a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Dentre seus objetivos, ressaltamos a luta por uma reforma agrária democrática, a luta pela implementação de políticas públicas

agrícolas, que assegurem os camponeses, bem como fornecer condições dignas de permanência e produção na terra, desenvolver e promover ações e lutas que visem à conquista de melhores condições de vida aos trabalhadores e trabalhadoras representados. No período em que a FETAGRI foi fundada, existiam Sindicatos de Trabalhadores Rurais nos municípios de Anaurilândia, Batayporã, Coxim, Ivinhema, Iguatemi, "Nova Andradina" e Naviraí, todos localizados na região sudoeste e sul do Estado.

Como já evidenciado nos trabalhos de Almeida (2003), nossa pesquisa chegou ao viés das ligações entre STRAFNA e MST, que possuem propósitos e ações pouco similares. O STRAFNA possui um ponto de referência, que atende somente os trabalhadores e trabalhadoras rurais que são filiados. Possui um leque de serviços, desde assessoria jurídica, encaminhamentos médicos, previdenciários, odontológicos, entre outros benefícios. Em nossa pesquisa, podemos confirmar que os assentados dos Assentamentos Santa Olga e Casa Verde foram organizados exclusivamente pela FETAGRI/MS, enquanto o Teijin houve a participação também do MST (nas manifestações estavam sempre unidades, segundo os assentados).

De acordo com o ex-presidente do STRNA e atual assessor jurídico, Sr. A[4]. R., no período de desapropriação da Fazenda Teijin, haviam mais de 600 acampados ligados a FETAGRI, e no momento da divisão dos lotes, juntamente com o MST e a equipe do INCRA, buscaram escolher a área para a distribuição dos lotes, com o objetivo de "assentar uma quantidade maior de acampados", por isso, os lotes se estabeleceram com menor dimensão territorial se comparados aos assentados ligados ao MST.

O Assentamento São João não houve participação da FETAGRI/MS em sua criação, apenas da CUT/MS, porém, existe assentados com registros no STRAFNA, de acordo com a secretária da entidade, a Sra. C. M. C. C. (entrevista realizada dia 05/01/2017), mas não participam financeiramente. Alguns desses registros se dão em função dos assentados morarem na sede urbana do município, porém, o sindicato não possui nenhuma ação de orientação e assistência aos assentados do Assentamento São João.

Dentre as representações referenciadas pela FETAGRI/MS nos assentamentos, ressaltamos as que os nossos participantes compreendem de apoio ou assistência aos

[4]Relato do Sr. A. R. realizado dia 20/08/2018 na sede do STRAFNA.

assentados. No Assentamento Santa Olga, a maioria de nossos participantes se diz isolados do STRAFNA, sem nenhuma participação ativa na assistência aos assentados e seus lotes, porém, seguem filiados. O Assentamento Casa Verde possui filiados ao STRAFNA, entretanto, os assentados relataram que pequenas ações foram realizadas no assentamento, como, por exemplo, curso de inseminação artificial, mas, há décadas, não recebem nenhuma assistência técnica rural. No Assentamento Teijin, participaram juntamente com o MST pela luta na desapropriação da terra, porém, convivem divididos no assentamento, onde a FETAGRI/MS possuía mais filiados na criação, no entanto, são assistidos apenas na sede urbana do STRAFNA.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Andradina passou por uma reestruturação, onde a partir de junho de 2017, foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Nova Andradina/MS e no mesmo local o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados de Nova Andradina/MS, dividindo a organização sindical no atendimento de assentados e produtores camponeses, daqueles que exercem atividades remuneradas no campo (regime assalariado/empregado).

1.4 – Comissão Pastoral da Terra (CPT): a posse de terra aos pobres do campo

Um das organizações sociais que não estão associados a sindicatos e federações no âmbito de representações de categorias, mas desempenhando um papel de importância na preservação da vida e do meio ambiente, é a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que nasceu na década de 1970, durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, realizado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), na cidade de Goiânia. Ligada à Igreja Católica, foi criada com o objetivo de servir à causa dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e dar suporte para sua organização, definindo a cada homem e mulher o seu protagonismo de sua própria história no meio rural (CPT, 2017).

O trabalho da comissão adquiriu características distintas de uma região à outra, pois cada realidade representa um movimento e/ou luta diferente. No caso de nossa pesquisa, a CPT trata da luta e permanência nos lotes de assentamentos rurais, a busca de um pedaço de chão pelo qual os assentados procuram garantir o sustento de suas

famílias. Esta preocupação permanece no acompanhamento as comunidades rurais, percebendo a rica diversidade dos povos do campo brasileiro.

Fernandes (2000) nos mostra que a CPT teve sua germinação nos anos 1960, com o surgimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Com objetivo de lutar pelas condições injustas e dos direitos dos trabalhadores rurais, as comunidades se tornaram espaço de socialização e organização popular. No ano de 1975, a Igreja Católica criou a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que trabalha juntamente com as paróquias das cidades e comunidades rurais, articuladas aos movimentos sociais no campo. Lutam juntamente com os trabalhadores sem terra no rompimento das cercas dos latifundiários-grileiros e das injustiças, formando um novo território camponês, seja pela conquista da terra ou pela reforma agrária.

No Estado de Mato Grosso do Sul, a CPT teve importante participação na criação das comissões municipais de sem-terra, realizada pelo MST, segundo Fabrini (2008). Um momento de atuação estratégica de luta da CPT ocorreu nos municípios de Naviraí e Ivinhema, nas Fazendas Jequitibá e Fazenda Santa Idalina, respectivamente. Após esgotar as vias legais, o Estado autorizou o despejo das famílias, causando tensão e conflitos nas referidas ocupações, que trouxeram decepção à comissão, que esteve presente nas lutas, sobretudo na repressão sofrida na propriedade do grupo Sociedade Melhoramentos de Colonização (SOMECO), na década de 80, no município de Ivinhema, localizado a 57 km de Nova Andradina.

A representação da CPT[5], no município de Nova Andradina, está estabelecida no distrito de Nova Casa Verde, onde as ações estão direcionadas somente aos Assentamentos Teijin e Casa Verde, os Assentamentos Santa Olga e São João "não são assistidos pela comissão". Dentre as ações realizadas, de acordo com a Irmã G. P. (entrevista realizada em 17/10/2017), se "destaca o acompanhamento religioso, os remédios medicinais produzidos a partir de plantas do cerrado" e, a [6]Feira do Cerrado, que no ano de 2018 será realizada a terceira edição do evento. Este último possui participação de escolas municipais e estaduais, da Paróquia do distrito de Nova Casa Verde, da prefeitura municipal, de pesquisadores da UFGD, do MST, entre outros, que

[5]Entrevista realizada com a responsável pela CPT no município de Nova Andradina, a Irmã G. P. dia 17/10/2017.

[6]**II Feira do Cerrado em Nova Casa Verde.** Disponível em: http://cptms.org/site/top-posts/ii-feira-do-cerrado-em-nova-casa-verde/>. Acesso em: 17 out. 2017.

tem em seu objetivo principal de “promover a conservação, a restauração e o uso sustentável da biodiversidade do cerrado”.

Destacamos ainda que, no período de instalação dos assentados em seus lotes no Assentamento Casa verde, a CPT contribuiu principalmente na assistência de saúde e na luta pela implantação de escolas para os filhos dos camponeses. Os coordenadores da CPT, na época do assentamento, eram do município de Glória de Dourados/MS, que, nas palavras da esposa do assentado “aquela Irmã Olga enfrentava mesmo em defesa da luta pelos assentados”. Inclusive a esposa do assentado CV1 (entrevista realizada dia 09/10/2017) fazia parte da comissão da saúde no assentamento.

Em nossa pesquisa, foi possível visualizar as inúmeras congregações religiosas instaladas nos assentamentos rurais do município de Nova Andradina, dentre as quais a Igreja Católica é sempre presente. Nosso objetivo não é descrever a religiosidade de nossos participantes, porém, nos chamou a atenção a quantidade de igrejas estabelecidas nos assentamentos do município, em especial no Assentamento Teijin.

1.5 – Central Única dos Trabalhadores de Mato Grosso do Sul (CUT/MS): a luta pela representação

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) é uma organização sindical brasileira de massas, visa, como compromisso, a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora. Fundada em 28 de agosto de 1983, na cidade de São Bernardo do Campo, em São Paulo. Baseada em princípios de igualdade e solidariedade, seus objetivos são organizar, representar sindicalmente e “dirigir a luta dos trabalhadores e trabalhadoras da cidade e do campo” por melhores condições de vida e de trabalho e por uma sociedade justa e democrática. Desde sua fundação, a CUT tem atuação fundamental na disputa da hegemonia e nas transformações ocorridas no cenário político, econômico e social, ao longo da história brasileira. Para a Central, as lutas da classe trabalhadora são sustentadas pela unidade a partir da vontade e da consciência política dos trabalhadores (CUT, 2017).

A Central Única dos Trabalhadores do Mato Grosso do Sul (CUT/MS) foi fundada no ano de 1986, na cidade de Campo Grande. No cenário de profundas transformações políticas, econômicas e culturais, protagonizadas essencialmente pelos

movimentos sociais, surge o chamado “novo sindicalismo”, a partir da retomada do processo de mobilização da classe trabalhadora. Estas lutas, lideradas pelas direções sindicais contrárias ao sindicalismo oficial corporativo, há muito estagnado, deram origem à Central Única dos Trabalhadores, resultado da luta de décadas de trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade pela criação de uma entidade única que os representasse (CUT/MS, 2017).

Almeida (2003, p. 152) afirma que a CUT/MS, é fruto de um processo de organização, “marcado pela necessidade de se formar o sindicalismo rural autêntico, um sindicalismo de base comprometido com a luta dos trabalhadores” no campo. Outro ponto que a autora revela é a relação entre a CUT/MS e a FETAGRI/MS, que possui divergências em suas representações nos municípios, mesmo entendido que a CONTAG está filiada a CUT nacional.

No entanto, em nossa pesquisa, procuramos contatar a CUT/MS, com o objetivo de levantar informações referentes ao período de acampamento, criação e luta dos assentados do Assentamento São João, que é o único assentamento do município de Nova Andradina, que foi liderado pela organização sindical. Os assentados eram filiados à entidade no período de luta pela desapropriação da Fazenda São João. De acordo com o Sr. G. D., presidente da CUT/MS (contato telefônico), não possui informações dos assentados e de suas lutas pela posse da terra referente ao Assentamento São João. Acreditamos que a ausência da entidade relatada por nossos participantes se dá pelo motivo de que os próprios assentados decidiram seguir suas vidas, de maneira autônoma.

Em nossa pesquisa, constatamos como se dão as relações entre as organizações sindicais, na atuação junto aos assentamentos do município e, podemos evidenciar que tanto o STRAFNA, como a CUT/MS possuem ações distintas, quando se trata dos assentamentos rurais. Existe uma lacuna entre suas atividades de luta no campo e, com isso, os assentados, no caso do Assentamento São João, ficam desorientados e desamparados em seus lotes, lhes restando apenas sua força de trabalho e a luta para permanecer em seu lote.

Capítulo 2: As trajetórias de luta e territorialização de famílias camponesas nos assentamentos do município de Nova Andradina/MS

É de sonho e de pó, o destino de um só
Feito eu perdido em pensamentos
Sobre o meu cavalo
É de laço e de nó, de gibeira o jiló
Dessa vida cumprida a sol

Sou caipira, Pirapora nossa
Senhora de Aparecida
Ilumina a mina escura e funda
O trem da minha vida
Sou caipira, Pirapora nossa
Senhora de Aparecida
Ilumina a mina escura e funda
O trem da minha vida

O meu pai foi peão, minha mãe, solidão
Meus irmãos perderam-se na vida
Em busca de aventuras
Descasei, joguei, investi, desisti
Se há sorte eu não sei, nunca vi

Sou caipira, Pirapora nossa
Senhora de Aparecida
Ilumina a mina escura e funda
O trem da minha vida
Sou caipira, Pirapora nossa
Senhora de Aparecida
Ilumina a mina escura e funda
O trem da minha vida

Me disseram, porém, que eu viesse aqui
Pra pedir em romaria e prece
Paz nos desaventos
Como eu não sei rezar, só queria mostrar
Meu olhar, meu olhar, meu olhar

Sou caipira, Pirapora nossa
Senhora de Aparecida
Ilumina a mina escura e funda
O trem da minha vida
Sou caipira, Pirapora nossa
Senhora de Aparecida
Ilumina a mina escura e funda
O trem da minha vida

Renato Teixeira (1977)

A palavra “luta”, segundo o Dicionário da Língua Portuguesa Aurélio, significa tapar com luto; travar luta; esforçar-se; empenhar-se; opor-se a; oferecer resistência a; trabalhar com afinco; questionar e discutir. A “luta” é caráter central de nosso trabalho, expressa nas mais “diversas formas para se conquistar o pedaço de chão e para se permanecer nos lotes”, nos assentamentos rurais do município de Nova Andradina. Nos barracos de lona, às margens das rodovias, na ausência de água potável e energia elétrica nos lotes, na carência de infraestrutura básica para sobreviver e trabalhar, nas batalhas para produzir e vender suas mercadorias, em meio à exploração de mercados e intermediários, condições dignas para a sua reprodução familiar, enfim, tantas lutas travadas diariamente, que não os deixam desistir da esperança de dias melhores.

Fernandes (2000; 2008) afirma que, no Brasil, não existe reforma agrária, mas luta pela posse da terra. Por isso, as ocupações e manifestações de trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra, por meio dos movimentos socioterritoriais e organizações sindicais no país, buscam enfrentar e mobilizar os órgãos competentes para a realização de desapropriação de terras consideradas improdutivas ou devolutas para fins de reforma de agrária. Este espaço de discussão e questionamento conquistado pela luta tem por objetivo levantar as bandeiras da reivindicação pela terra de direito.

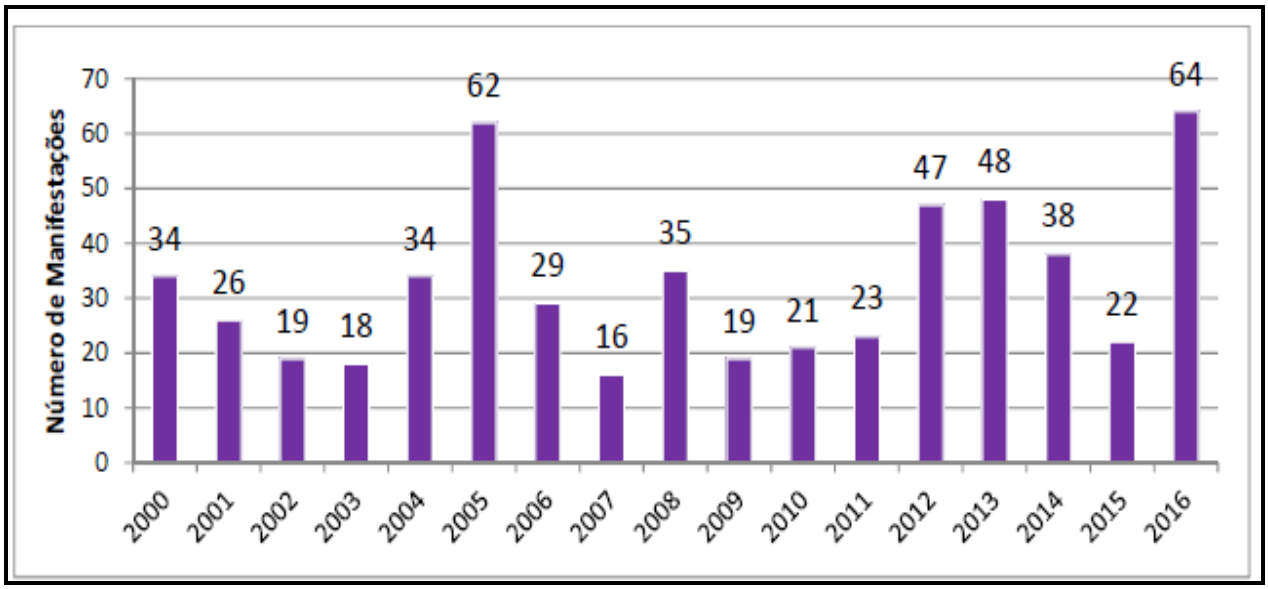
Fabrini (2003) nos revela a desigualdade de oportunidades no campo entre camponeses e capitalistas. Essas diferenças se iniciam nas próprias políticas de fomento do Estado, com valores superiores direcionados ao agronegócio e, por outro lado, além de investimentos e assistência reduzida e/ou inexistente aos camponeses, exige-se a produção de alimentos de boa qualidade e de valor agregado substancial para a alimentação da população. Além da circulação e produção de mercadorias, a ingerência do Estado para gerar o tal desenvolvimento econômico contribui ainda mais para os conflitos pela posse da terra no país, pois, distribuindo a grandes proprietários o direito a exploração de terras, formam abismos na questão agrária, que resultam nas lutas pela posse da terra pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra para que a reforma agrária seja realizada.

Oliveira (2001) trata a luta pela posse da terra em dois momentos fundamentais. O primeiro momento é a conquista do lote, do tão sonhado pedaço de chão, depois de ocupações e a vida em barracos de lona à margem de rodovias e, entre outros tipos de enfrentamentos, adentra no lote com o objetivo de recriar sua vida no campo. O segundo momento é a permanência no lote, que está permeada por relações sociais conflitantes no cenário dos assentamentos rurais e condições socioeconômicas peculiares de cada

local, que espera políticas de assistência técnica rural presentes, renda suficiente para manter a família com o objetivo de se estabelecer no campo de maneira digna, após anos de espera pelo lote e continuar acreditando em sua força de trabalho e na produção de seu lote.

Para apresentar o número de manifestações de luta no campo no Estado de Mato Grosso do Sul, buscamos nos trabalhos de Nardoque (2018), apontado pelo Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA, 2017), a quantidade de manifestações realizadas no Estado, conforme a Figura 2.

Figura 2: Manifestações de Luta no Campo no Estado de Mato Grosso do Sul – 2000 a 2016.



*Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA, 2017).

Fonte: Adaptado a partir de Nardoque (2018, p. 631).

Contudo, o Relatório Brasil 2017 do DATALUTA nos fornece outros dados importantes no período de 2000 a 2016 sobre as manifestações do campo, descrevendo o registro de manifestações ocorridas no Brasil, que passou de doze mil manifestações e, com mais de sete milhões de pessoas envolvidas nas mobilizações, segundo os coordenadores da pesquisa (GIRARDI *et al.*, 2017). No Estado de Mato Grosso do Sul ocorreram quinhentos e oitenta e oito manifestações (4,7% do total) e chegou a atingir mais de cento e noventa e oito mil pessoas (2,8% do total) distribuídas à frente nas lutas e reivindicações de posse de terra no Estado.

Este capítulo apresenta uma abordagem da luta pela terra e da conquista de frações do território capitalista por meio de Projetos de Assentamentos Rurais, atualmente gerido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Ao expor a questão agrária, sobretudo nos Projetos de Assentamentos Rurais, buscamos apresentar discussões acadêmicas em torno da temática, de modo que proporcionasse maior compreensão da pesquisa e de seus objetivos, com o intuito de sustentar o estudo em seu aporte teórico e científico. Os assentamentos rurais do município de Nova Andradina, interior do Estado de Mato Grosso do Sul, serão analisados a partir de seus históricos de criação, das trajetórias de lutas enfrentadas pelas famílias e a cartografia dos projetos de acordo com o setor responsável do INCRA em Campo Grande/MS.

2.1 - Projeto de Assentamento Casa Verde

Sua criação foi realizada através da Portaria MIRAD[7] Nº 393, de 22 de dezembro de 1987 com área territorial de 29.859,9889 ha. De acordo com o INCRA (2018), o Assentamento é formado por 471 (quatrocentos e setenta e um) lotes. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Integrado (SEMDI) possui um conselho deliberativo, denominado Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), que se reúne mensalmente para propor ações voltadas à promoção de cursos, informações sobre créditos agrícolas, época de plantio, seguro agrícola, entre outros assuntos (PMNA 2017) e, ainda, a inserção das famílias ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

O Assentamento Casa Verde está dividido em três grupos: Peroba, Angico e Ipê, que possuem a nomenclatura de Glebas[8]. A área do assentamento pertencia a Fazenda Santa Virgínia. Foi desapropriada pelo Governo Federal para fins de reforma agrária. Os assentados que receberam os lotes no assentamento eram ligados a dois movimentos sociais na época: Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato

[7]Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e Reforma Agrária – MIRAD, extinto em 1989, para o então Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

[8]Pequena gleba rural é o imóvel rural com área igual ou inferior a: I - 100ha, se localizado em município compreendido na Amazônia Ocidental ou no Pantanal matogrossense e sul-mato-grossense; II - 50ha, se localizado em município compreendido no Polígono das Secas ou na Amazônia Oriental; III - 30ha, se localizado em qualquer outro município. Disponível em: <http://www.cadastrorural.gov.br/perguntas-frequentes/itr/imunidade/o-que-e-pequena-gleba-rural>. Acesso em: 14 jul. 2017.

Grosso do Sul (FETAGRI/MS) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), ligada à Igreja Católica e vinculada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Os assentados que receberam lotes no assentamento são originários de várias regiões do Estado de Mato Grosso do Sul, não somente do município de Nova Andradina, que segundo, o STRAFNA, se estabelecem na seguinte ordem, de acordo com o Quadro 4:

Quadro 4: Municípios de origem dos assentados do PA Casa Verde.

Municípios
Anaurilândia
Bataguassu
Batayporã
Deodápolis
Dourados
Fátima do Sul
Glória de Dourados
Itaquirai
Ivinhema
Maracaju
Mundo Novo
Naviraí
Paranhos
Sete Quedas
Tacuru
Taquarussu
Três Lagoas

Fonte: STRAFNA (2017).

Segundo o STRAFNA, foram destinados 35 lotes às famílias do município de Nova Andradina/MS, porém, as informações do número dos lotes e os nomes dos titulares não representam a atual realidade das propriedades. A última entrega de títulos de propriedade do Projeto de Assentamento Casa Verde foi realizada pela

Superintendência Regional do INCRA do Estado de Mato Grosso do Sul, no dia vinte e nove de junho do ano de dois mil e treze, no Ginásio da Escola Municipal Luís Claudio Josué, no Distrito de Nova Casa Verde - Nova Andradina/MS.

A chegada dos acampados no Assentamento Casa Verde ocorreu de maneira diferente dos demais assentamentos do município. Quando as famílias foram comunicadas pela FETAGRI que a Fazenda Santa Virgínia seria viabilizada à reforma agrária, a mesma já se encontrava em negociação de desapropriação pelos atuais proprietários e a superintendência do INCRA, segundo o assentado CV1. Parte das famílias acampadas (80 famílias no total) vieram do acampamento Santo Inácio do município de Dois Irmãos do Buriti (MS), diretamente para a sede da Fazenda, onde aguardaram acampados em barracos de lonas até a divisão dos lotes. As demais famílias chegaram depois dos lotes já divididos pelo INCRA, sendo estas indicadas pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da Região de Nova Andradina e de demais assentados já mencionados acima.

Ao serem divididos e recortados os lotes, os mesmos transferiram os barracos para dentro da propriedade, nascendo uma nova luta para se estabelecer no campo. Como a Fazenda não “era limpa”, ou seja, era formada por cerrado, impossibilitando a criação de animais e plantações, a estratégia inicial foi construir fornos de barro para transformar a madeira do cerrado em carvão para a sobrevivência no lote, conforme Figura 3.

Figura 3: Primeira fonte de renda no Assentamento Casa Verde, fornos para a produção de carvão.

Fonte: Acervo pessoal da família do assentado CV1 (década de 90 - Assentamento Casa Verde).

A produção de carvão no Assentamento Casa Verde foi uma das únicas fontes de renda dos assentados ao adentraram nos lotes, devido às áreas serem ainda cerrado, por meio das madeiras extraídas, os assentados com estruturas precárias de fornos e com a participação da família, encontraram no carvão a sobrevivência e a forma de abrir as terras para a produção de culturas e criação de animais em seu lote. Período marcado pela ausência de água e energia, somados a vida dura de morar nos barracos de lona, e lutar pelo lote tão esperado e, agora conquistado, que em sua maioria sofrido pelo descaso do poder público, na sua função de assistido pelo programa de reforma agrária do país (década de 90).

Conforme os lotes seguiam na limpeza do terreno, as primeiras culturas se iniciavam, estradas iam se abrindo, e novos rearranjos territoriais nas propriedades se

estabeleciam dentro do assentamento. A Figura 4 apresenta as primeiras plantações realizadas nos lotes, o cultivo de abacaxi.

Figura 4: A primeira cultura cultivada no lote (abacaxi - Assentamento Casa Verde).

Fonte: Acervo pessoal do assentado CV1 (década de 90).

A luta pela conquista da terra faz os camponeses migrarem de região a região lutando pela posse do tão sonhado pedaço de chão.

> Antes de chegar ao assentamento Casa Verde, éramos acampados em Eldorado, onde ficamos um ano e meio aguardando, depois fomos para o município de Dois Irmãos do Buriti, a espera durou mais um ano e meio, e por último chegamos ao assentamento Casa Verde, ficando mais dois anos a espera do lote.
> **No inicio não tinha água potável encanada, o caminhão** pipa da prefeitura de Nova Andradina coletava água na represa do assentamento, para abastecer o consumo das famílias, que antes era transportada em latas ou galões da represa aos lotes de cada assentado. Após anos de espera foi se construindo poços, mas depois de muitas dificuldades e morosidade institucional.
> Era distribuída uma cesta básica no período do acampamento, por meio do governo (não soube dizer a origem – estadual ou federal). Para se manter no acampamento trabalhava pra fora, "eu **trabalhei muito puxando lenha por aí"**, pra trazer sustento a família e permanecer no campo.

> No período do acampamento, eu saía pra fora trabalhar, porém depois que peguei o lote, não saí mais, se virava com a produção de carvão (assentado CV1, entrevista realizada dia 13/10/2017, Assentamento Casa Verde – grifo nosso).

Diante das dificuldades, os assentados levantaram suas casas de acordo com a condição financeira e luta de cada assentado. Mesmo sem água encanada e a ligação de energia elétrica, muitas casas foram erguidas através dos esforços das famílias assentadas. A Figura 5 mostra a primeira construção já melhorada no lote, após anos de luta no assentamento.

Figura 5: A primeira casa construída de madeira após o barraco de lona.

Fonte: Acervo pessoal do assentado CV1 (década de 90).

A luta pela posse da terra está permeada de estratégias que se lançam os assentados, visando à recriação dentro de seus próprios lotes para se permanecer no campo. Neste relato, observamos a estratégia de uma mulher, de assalariamento (faxina e lanchonete) para permanecer no lote:

> Eu tirava leite antes de aposentar, mas acabei arrumado um trabalho externo, para fazer faxina. Em virtude da separação com o marido, seguido de muita dor, ou seja, "a separação destrói", resolvi trabalhar em uma lanchonete às margens da rodovia MS-134, onde cozinhava as refeições. Com este trabalho fora, vivi entre o lote e a lanchonete, acordava cedo para tirar leite (quatro horas da manhã), depois seguia para a lanchonete, voltava para apartar os bezerros, enfim, com tanto trabalho e sozinha, decidi para tirar leite. Trabalhei por mais três anos na lanchonete, com o objetivo de "fazer uma rendinha", comprando bezerro e jogando no lote. Após a separação fiquei com apenas 20 hectare do lote, pois, o marido vendeu a outra parte, porém, **"fui recriando minha vida"** e, hoje quando preciso vende um gado e vou vivendo tranquila. A propriedade possui casa, curral para os animais, cercado de arame liso (eucalipto tratado) e caixa d'água para suprir as necessidades da família e do lote e, uma motocicleta, pois **"preciso para dar uma volta, não dá pra sair a pé ((risos))"**. (assentada CV3, entrevista realizada dia 13/10/2017, Assentamento Casa Verde – grifo nosso).

Por ser o assentamento mais antigo do município, o Casa Verde possui uma dinâmica territorial distinta da dos demais assentamentos do município. Estas distinções não dizem respeito apenas ao tamanho da área dos lotes, que são superiores aos demais assentamentos, mas a própria vivência de seus assentados em relação às condições da propriedade no momento do corte dos lotes, de infraestrutura, enfim, a luta diária para permanecer em um lote que representava a conquista pela posse da terra e de seu sustento. Esta vivência nos permite afirmar que, além de lugar de morada, de troca de experiências e da posse de seu pedaço de terra, já evidenciados em estudos de Woortmann (1990), formam um modo de vida, que somente é satisfeito quando se está nele, como o relato deste assentado:

> Você acostuma tanto com o ambiente do seu lote, que quando eu saio de casa e vou pra cidade, chega de tarde já estou agoniado, querendo vir embora. **"Quero vir pro meu canto"**.
> Eu acho que a pessoa não pode desanimar em seu lote, **tem que ter coragem e perseverança, precisa ter coragem para trabalhar**, pois mesmo passando por fases difíceis, **"você vence"** (assentado CV4, entrevista realizada dia 16/10/2017 – grifo nosso).

O assentado CV4 e sua esposa, ao chegarem ao assentamento, aguardaram o sorteio de seu lote, em seu barraco de lona, junto com seu cachorro, galinhas, porcos e ferramentas e utensílios. No início em seu lote, como era tudo mato, precisaram buscar alternativas de renda para se manterem no lote. Por isso, começou a trabalhar como professor no assentamento (já possuía experiência em sua cidade de origem Sete Quedas/MS), lecionando para os filhos dos assentados. Assim, relata que:

> Na década de 90 existiam 12 professores dentro do assentamento, que já contou **com até 11 escolas no assentamento**. A primeira escola foi fruto da união dos pais dos alunos e professores, que desmancharam uma **"escola de madeira"** que ficava em uma fazenda próxima, doada pela prefeitura do município. A montagem também contou com a ajuda dos pais e a prefeitura, **sem o apoio do INCRA**.
> As demais escolas contaram com o apoio do Estado, após cinco anos de funcionamento da escolinha de madeira. Atualmente o assentamento possui apenas uma escola, que está localizada na Gleba Angico, funcionando apenas da pré-escola ao nono ano, onde o ensino médio está disponível no distrito de Nova Casa Verde ou na sede urbana de Nova Andradina. Fecharam as demais escolas, **devido à redução de alunos**. Várias são as condições que resultam esta redução dos alunos, mas, principalmente o envelhecimento dos pais e, "**a migração da grande maioria dos filhos para cidade"** (assentado CV4, entrevista realizada dia 16/10/2017 – grifo nosso).

Palavras de ordem, como perseverança, vontade de trabalhar, persistência e coragem, estão enraizadas na vida de nossos participantes. Segundo o assentado CV5, a luta em permanecer na terra segue passos distintos em cada lote. Já a ausência do INCRA é o reflexo de interesses de classe, que travam a reforma agrária brasileira. E, ainda:

> Ao entrar no lote, **encontramos apenas uma área de mata**, por isso, iniciamos a produção de carvão em fornos, para gerar uma renda para permanecer no lote. A madeira boa era separada para fazer parte do cercamento da propriedade. Conforme tirávamos a madeira, plantávamos o pasto para o gado, conforme ia sobrando um dinheirinho comprava vaca. De imediato não recebemos nenhum tipo de financiamento ou fomento, permanecendo esta situação **uns cinco anos**. O primeiro financiamento que veio para todos os assentados saiu na década de 90 [do século XX], no valor aproximado de 45 mil cruzeiros. Com este valor comprei uma máquina de pulverizar de costa (está comigo até hoje), uma égua e uma vaca com um bezerrinho, totalizando o valor de 45 mil. Não recebemos nenhum fomento para habitação, e **ficamos por 10 anos sem energia** e o mesmo para a construção dos poços artesianos, mas não em virtude da falta de energia, mas por falta do comprometimento do INCRA em suas funções. E quando foi **acertada a utilização dos poços** (teve assentado que transportou água em carroças da represa ao lote), haviam problemas nas bombas devido ao tempo de falta de uso, fora o gosto de ferrugem na água. A reforma agrária no contexto inicial do assentamento existiu, porém, **faltou cumprimento das ações e sequência no atendimento as famílias assentadas**, chegando ao ponto, de simplesmente cortar a cesta de alimentos, a partir do momento que o assentado entrou no lote (assentado CV5, entrevista realizada dia 17/10/2017 – grifo nosso).

É unanime por nossos participantes a carência de atendimento pelo INCRA nos Projetos de Assentamentos do município de Nova Andradina. A luta e a resistência em

permanecer nos lotes marcam o sofrimento destes assentados, mesmo em condições desfavoráveis ou simplesmente de completa anistia das políticas públicas, que criaram este modelo de reforma agrária brasileiro. Estas mesmas políticas de assentamentos, que foram implantadas em "virtude das lutas na década de 90", segundo Oliveira (2009), atualmente se desprendem do seu real objetivo e tornam os assentamentos e seus assentados do município pesquisado, um ponto de interrogação no futuro destas pessoas e, sobretudo da reforma agrária. Mesmo assim, conhecemos um assentado que gostaria de acreditar que a reforma agrária funcionasse e que não houvesse tantas desistências pelos assentados:

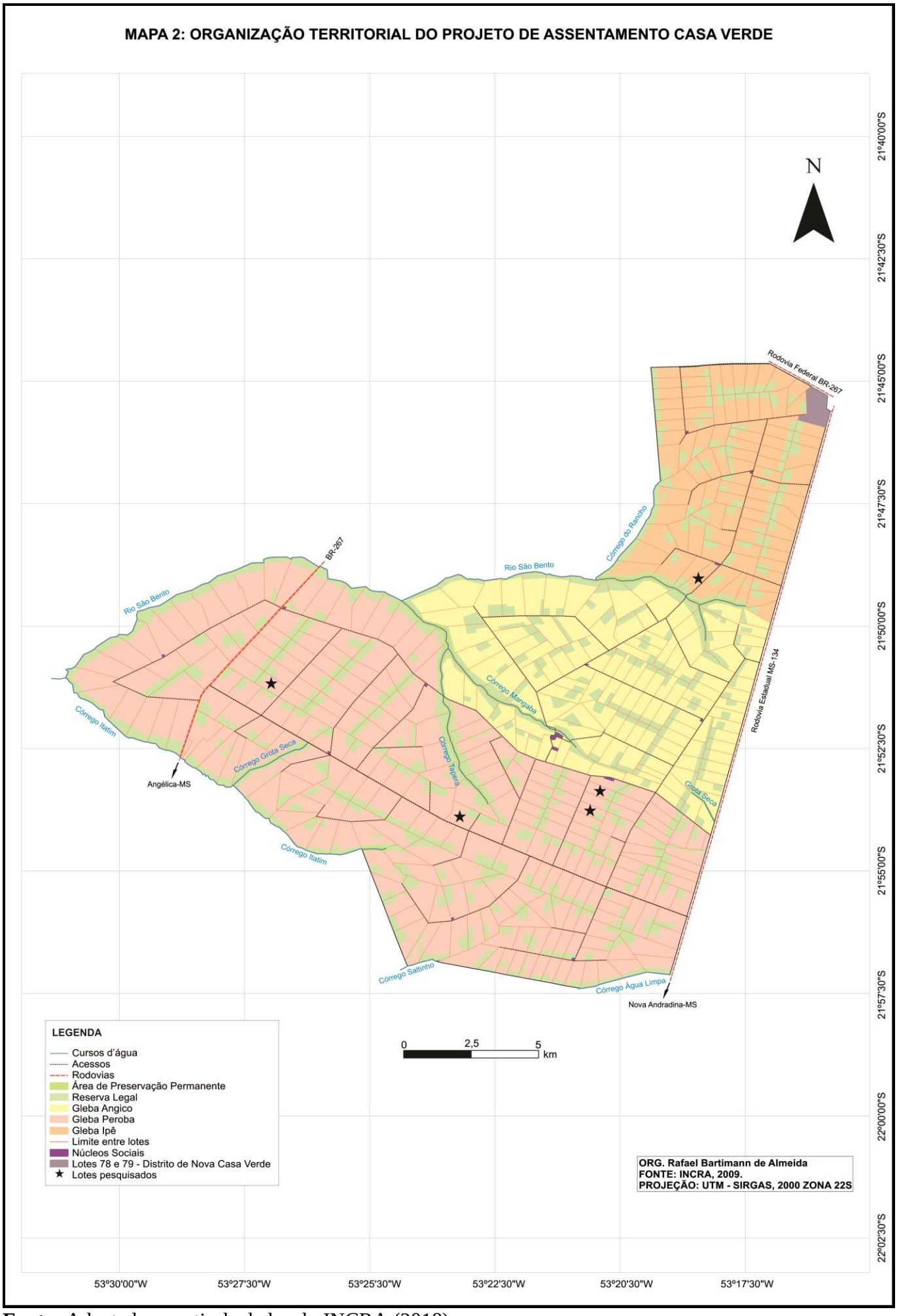
> Quando surgiu a possibilidade de criar o Assentamento Casa Verde, viemos visitar para conhecer a propriedade. Era uma fazenda, não tinha nada, apenas a sede era aberta (fica na Gleba Angico) e um retiro (Gleba Peroba), **o restante da propriedade era apenas mato**. Existiam 07 vagas de lotes para ser sorteado pelo INCRA (pessoal de Angélica), e nós estávamos em 52 participantes, porém, no momento que conhecemos a área dos lotes, "**desistiram 33 participantes"**, restando apenas 19 para ser sorteado pelo sindicato.
> Com **muita luta fomos devagarzinho abrindo o lote**, e um dos meus maiores propósitos era fazer as coisas funcionarem a todos os assentados, e que ninguém vendesse seu lote, acreditando que a Reforma Agrária daria certo. **A Reforma Agrária deveria deixar o assentado,** que trabalha e que luta realizar as atividades que possui aptidão, de acordo com sua função e conhecimento, dessa forma seria mais fácil, e **teria menos desistência**. A Reforma Agrária só funciona com as **pessoas que é da agricultura**, porque eles sabem como produzir e respeitam a sua produção, diferente dos empresários e comerciantes urbanos, que visam lucros e a maioria não residem na propriedade. Nova Andradina começou a **entender a mudança em suas relações socioeconômicas** após a implantação do assentamento Casa Verde, reduzindo o preconceito com os assentados, compreendendo que os "**recursos produzidos no assentamento são movimentados no próprio município"**, contribuindo para o crescimento da cidade (assentado CV2, entrevista realizada dia 17/10/2017 – grifo nosso).

Desistir do tão sonhado pedaço de chão no momento em que conheceu a área que seria destinada à reforma agrária nos permite enaltecer ainda mais os nossos participantes que permaneceram em seus lotes, reforçando os estudos de Oliveira (2001), de que a luta pela posse de terra ocorre antes e o depois da conquista do lote. Porém, no caso acima, os participantes do sorteio simplesmente abandonaram a luta pela conquista da terra antes mesmo de ser contemplados. Mas isso não significa afirmar que esses participantes não permaneceriam em seus lotes após a conquista, no entanto, nos faz refletir como a política pública de reforma agrária proporciona estas condições, como forma de promover a distribuição de terras aos sem terras no Brasil.

Como acreditar na reforma agrária nestes moldes, se ao iniciar o processo de seleção de seus assentados, já ocorre desistências, isso mostra que o atual projeto precisa ser corrigido, senão novos latifúndios serão criados diante das renúncias dos assentados, como já ocorre no Assentamento Casa Verde.

O Mapa 2 apresenta a organização territorial do Projeto de Assentamento Casa Verde, adaptado de acordo com suas estruturas mapeadas pelo setor de cartografia do INCRA, que trata dos lotes pesquisados, a divisão das Glebas[9] Angico, Peroba e Ipê, e os lotes que marcam a construção do distrito de Nova Casa Verde. Lembrando que o Assentamento Casa Verde foi ocupado e organizado em suas lutas pela FETAGRI e pela Comissão Pastoral da Terra (CPT).

[9]A divisão das glebas foi realizada pelos próprios assentados (segundo relado do ex-presidente do STRNA, o Sr. A. R., realizado dia 20/08/2018 na sede do sindicato). Os assentados da região de Nova Andradina ficaram em sua maioria na gleba Peroba. Os títulos das glebas foram atribuídos considerando as árvores nativas da região de Nova Andradina/MS.



Fonte: Adaptado a partir de dados do INCRA (2018).

Os assentados do Assentamento Casa Verde encontraram apenas uma picada na entrega dos lotes, e a frase de encorajamento “se vira, o lote é seu”. Uma área fechada de mata, sem água potável, sem energia elétrica, sem infraestrutura, enfim, a partir daquele momento novas lutas foram desencadeadas na reprodução camponesa. O corte de madeira serviu como renda na produção de carvão e, com isso, foram abrindo áreas para o início de sua produção, sem esquecer os trabalhos realizados em diárias para sustentar a família, em alguns casos. Estas condições vividas, após três décadas de criação, deram lugar a outras lutas, que são travadas diariamente pelos assentados na persistência em permanecer em seus lotes.

2.2 - Projeto de Assentamento Santa Olga

Sua criação foi realizada através da Portaria/INCRA Nº 21, de 28 de junho de 2004, com área territorial de 1.492,5021 ha, com capacidade de 170 (cento e setenta) lotes, segundo o INCRA (2018). Sua origem é proveniente da desapropriação da Fazenda Santa Olga, de propriedade de José Lemes Soares. Os camponeses que receberam os lotes no assentamento eram ligados a um movimento sindical na época: Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul (FETAGRI/MS).

As famílias são procedentes de dois municípios do Mato Grosso do Sul, de acordo com STRAFNA, conforme apresentados no Quadro 5:

Quadro 5: Municípios de origem dos assentados do PA Santa Olga.

Municípios
Batayporã
Nova Andradina

Fonte: STRAFNA (2017).

Foram realizadas pelas famílias acampadas, juntamente com apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Nova Andradina/MS (STRAFNA), mobilizações por meio de bloqueios na rodovia BR-376

no ano de 2003, com o objetivo de pressionar e acelerar a desapropriação da Fazenda Santa Olga e permitir a ocupação pelos acampados.

Estas mobilizações ocorreram em virtude da ausência do INCRA no acompanhamento e atenção aos acampados, que realizaram as manifestações e paralisações de rodovias, com o objetivo de serem ouvidos pelo órgão, conforme este relato do assentado SO1 (Assentamento Santa Olga).

> Tivemos alguns **confrontos com o próprio INCRA** que não nos atendia, a demora e a **conversa que não se concretizava de fato**, fez com que por duas vezes nós tivemos (os assentados) que parar a Rodovia BR-376 (em frente ao assentamento) pra poder chamar atenção.
> Bloqueamos a pista umas duas vezes, colocamos **fogo em pneu no meio da pista**. Umas das manifestações foram realizadas na Rodovia BR-376 e a segunda na Rodovia BR-267 próximo ao distrito de Nova Casa Verde. Com as mobilizações, ou seja, **quando o barulho subiu, os representantes do INCRA apareciam** e, aí graças a Deus seguiu tudo tranquilo. Com o proprietário da Fazenda Santa Olga, não ocorreu nenhum problema durante a desapropriação (assentado SO1, entrevista realizada dia 24/01/2018, Assentamento Santa Olga – grifo nosso).

Com este relato, reafirmamos o que Fernandes (1996) havia constatado em suas pesquisas, que a reforma agrária não existe, mas "a luta pelo acesso a terra" pelos trabalhadores sem terra. Aguardando anos para serem assentados, vivendo em barracos de lona na beira de rodovias, migrando entre acampamentos, colocando em risco a sua vida e de sua família. Levantam sua bandeira de luta, para que o Estado cumpra a Lei.

Nossos participantes descrevem diversas formas de luta para permanecer nos lotes no Assentamento Santa Olga. Uma das formas de resistência nos lotes é o seu trabalho. Quando o assentado SO1 relata que "a gente tem que ir tomando umas reiada pra ir aprendendo", deixando claro que a luta é árdua e penosa, que deixa marcas, cicatrizes permeadas de angústias e de conflitualidades, mas que gera crescimento com estas passagens, fortalecendo em novos desafios e não deixando de acreditar no futuro. Segundo o assentado, em alguns momentos "já pensou em vender e voltar a trabalhar de emprego", mas, se o assentado acreditar em seu trabalho, participar de capacitações e for insistente em sua produção, "vai se dar bem", e supera os momentos difíceis.

A luta diária nos assentamentos, que, para Oliveira (2001), ocorre antes e depois da entrada nos lotes, é a engrenagem propulsora de um resultado grandioso enaltecido por nossos participantes, a "liberdade". Após lutas em barracos de lonas, acampamentos às margens de rodovias, trabalhos assalariados, diaristas, retireiros, peões de fazenda,

enfim, colhe-se um fruto, que é o seu "livre-arbítrio em seu trabalho" ou de acordo com Oliveira (1990) o "trabalho liberto". Para os assentados SO2 e SO4, a liberdade retrata uma condição que os garante total poder sobre sua força de trabalho, lhes conduzindo a possibilidades de organizar a sua produção e sua vida social, de acordo com suas necessidades pessoais e familiares. Como disse o assentado SO4 "acima de mim somente Deus". Se tenho "condições de trabalhar sigo adiante, caso contrário, permaneço onde estou" (entrevista realizada dia 30/01/2018).

Esta liberdade adquirida após lutas que aconteceram, mas que seguem acontecendo para que permaneçam nesta condição, os coloca em outra esfera de resistência, ao sistema capitalista de produção. Enquanto o sistema capitalista de produção está pautado na mais-valia, os assentados buscam sua produção no trabalho familiar de acordo com suas necessidades e possibilidades de suas famílias, de aptidão na produção e de seu lote. Existem assentados que tem como perspectiva a produção para o ganho financeiro e em grande escala, como o assentado SO3. O assentado relata ainda que é "bom possuir um pedaço de terra, trabalhar pra si mesmo", entretanto, tem "que trabalhar muito para resistir no lote", devido às dificuldades de produzir e escoar seus produtos (entrevista realizada dia 24/01/2018).

A trajetória de luta dos assentados até chegar à fazenda Santa Olga percorreu por migrações de acampamentos, que foram resumidas da seguinte forma pelo assentado SO1:

> Em um **primeiro momento estávamos acampados na Teijin**, quando surgiu a possibilidade da desapropriação da fazenda Santa Olga. A convite do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Batayporã **seguimos para a beira da estrada em frente ao frigorífico independência**, mas, precisamos sair, pois estávamos incomodando a empresa com os barracos (principalmente sua imagem com seus clientes/fornecedores), com isso, **descemos com os barracos até em frente a fazenda São José**, porém esta fazenda não seria desapropriada e, sim a fazenda Santa Olga. **Mudamos para frente da fazenda Santa Olga**, fizemos os barracos, acampamos coisa que eu nem acreditava que sairia, devido ao fato da propriedade possuir solo fértil e com boa infraestrutura (cercamento, curral, próxima da sede urbana do município, etc). Nós continuamos, insistimos, insistimos, quando menos se esperava, chegaram representantes do INCRA, nos convidando para mudar dentro da fazenda (isso ocorreu depois de dois anos de espera). **Depois de um ano acampado dentro da fazenda, o INCRA mapeou os lotes e nos entregou, sem nenhuma estrutura** (assentado SO1, entrevista realizada dia 24/01/2018 – grifo nosso).

Cada assentado percorreu diferentes formas de lutas até chegar ao Assentamento Santa Olga. O assentado SO4 descreveu sua trajetória de luta por seu lote, que segue além de migrações de acampamentos na mesma localidade, pois transitou em várias cidades até retornar ao município de Nova Andradina, como descreve a seguir:

> Era acampado no município de Batayporã, no acampamento 20 de Janeiro. Deste acampamento fui transferido para outro no município de Bataguassu (hoje assentamento Santa Clara), com a promessa que sairia terra, mas ocorreram conflitos no acampamento, devido à divisão de lideranças. Sai de Bataguassu e fui para o município de Dourados, onde havia sido **sorteado no assentamento Lagoa Grande que pertence ao distrito de Itahum**. Isso ocorreu no ano de 1998, em seguida, após 10 anos de Assentamento Lagoa Grande, troquei meu lote (permuta[10]) com outro assentado do Assentamento Santa Olga (o assentado J. A. C.), chegando ao Assentamento Santa Olga no ano de 2008 (assentado SO4, entrevista realizada dia 30/01/2018 – grifo nosso).

Houve casos em que o assentado primeiramente se estruturou financeiramente com trabalho externo (assalariado). Após a infraestrutura da casa pronta, energia elétrica e água encanada, decidiu residir no lote, de acordo com o relato do assentado SO3.

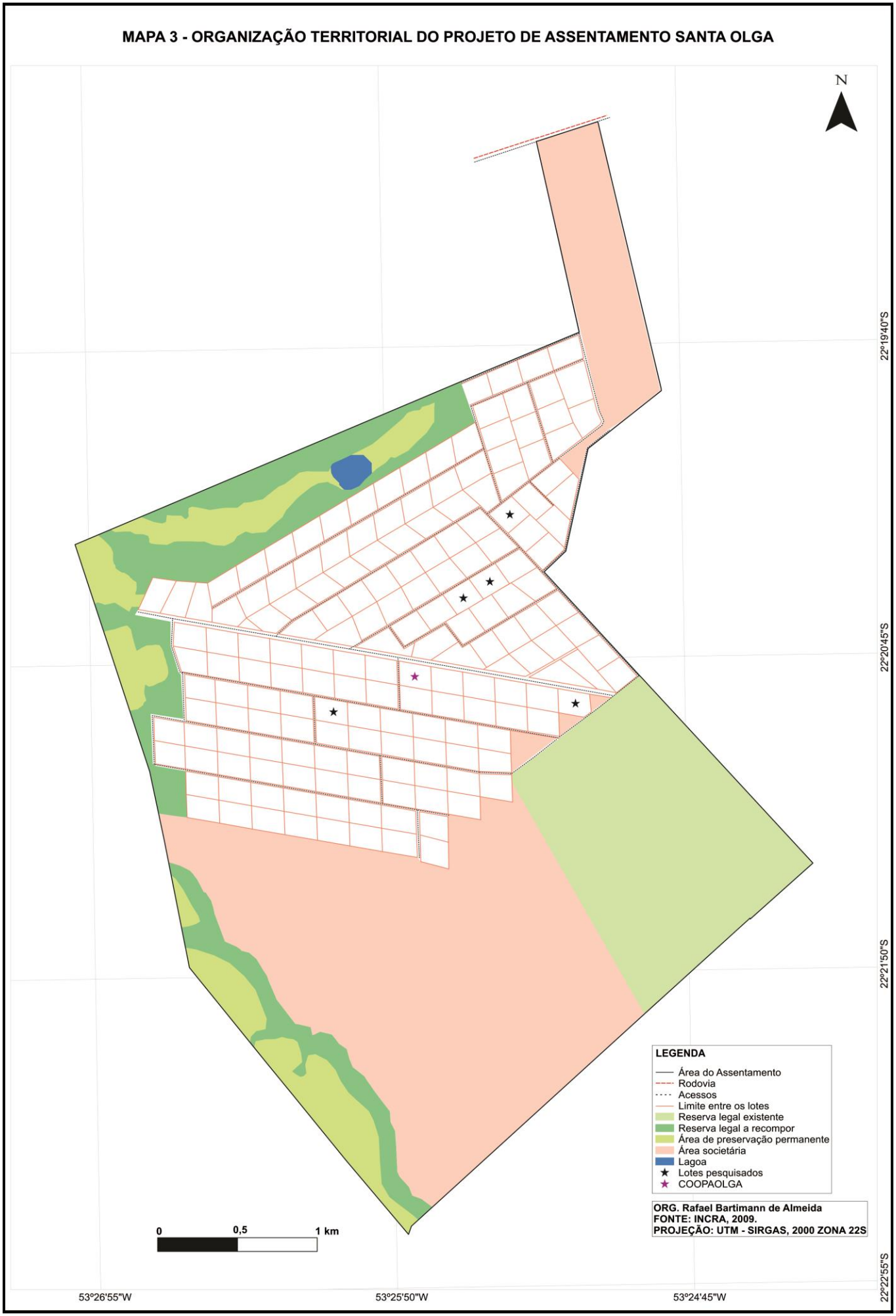
> Viemos morar no lote nos anos de 2007-2008, quando era funcionário da fazenda vizinha ao assentamento. Neste período plantava alguns produtos no lote e vendia na cidade. Fiquei mais ou menos uns quatro ou cinco anos trabalhando desta maneira, após o ano de 2013, começamos a trabalhar somente com a horta, e hoje, vivemos somente da renda do lote.
> Nosso primeiro cadastro foi realizado no período do acampamento Teijin, por meio do sindicato dos trabalhadores rurais de Batayporã (a qual ainda é filiado). Não participamos das mobilizações no assentamento Santa Olga, somente no Teijin. Quando saiu à autorização de desapropriação da fazenda Santa Olga, surgiram vagas e, o sindicato me ofereceu, eu pensei que era mais perto da cidade e vim diretamente para o lote. Um dos motivos que havia vagas é a modalidade societária que foi implantada no assentamento Santa Olga, que não era todo mundo que queria trabalhar com esse modelo de assentamento, onde, o assentado possui um lote individual e outro coletivo. Depois que saiu o lote, viemos diretamente para a propriedade, mas, somente depois de mais de um ano foi construída a casa, as estradas, a energia elétrica, etc (entrevista realizada dia 24/01/2018).

[10]É o ato ou ação de trocar coisas ou pertences de forma recíproca, desde que não envolva dinheiro nessa troca. Permuta entre parcelas de um mesmo projeto de assentamento ou de assentamentos distintos, desde que não tenha havido nenhuma infringência aos interesses do PNRA e dos planos de desenvolvimento ou recuperação do assentamento, o INCRA poderá promover a regularização da situação dos assentados. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/busca/exibelink.php?numlink=1-74-23-2008-09-16-47>. Acesso em: 26 mai. 2018.

Ao conhecer a luta para permanecer nos lotes, contada pelos assentados no Assentamento Santa Olga, nos recordou a "terra de trabalho", relatada por Martins (1986), como sendo uma das características centrais dos camponeses. Terra que provoca a seus envolvidos migrações e processos socioterritoriais que, ao final, se traduziram na sua recriação camponesa, produzindo os elementos necessários e satisfatórios para seu modo de vida. Uma das lutas que está presente em todos os assentamentos do município pesquisado é a lentidão ou ineficiência do Estado (em especial o INCRA), relatadas da seguinte maneira:

> A nossa maior luta é a dificuldade com o INCRA, por ser muito lento com os Projetos de Assentamentos. Estamos com a DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) e o CCU (Contrato de Concessão de Uso) vencidos, e precisamos destes documentos para dar continuidade em projetos de financiamentos e demais projetos de fomento para os assentados. Todas estas dificuldades já foram solicitadas e requeridas pelo sindicato dos trabalhadores rurais, pela federação e prefeitura, "não é falta de cobrar o INCRA".
> Esta lentidão na documentação implica na comercialização dos produtos pelos assentados.
> Com todas estas dificuldades, precisamos perseverar sempre, **"não pensa que você vai mudar de vida da noite para o dia"**, nós lutamos, mas vai valer a pena, em todo lugar tem dificuldade. Estamos em um assentamento bem localizado, próximo ao centro urbano do município, terra boa e produtiva. Cada assentado que tiver seu lotinho que cuide, não dispõe não, porque vai se arrepender futuramente.
> Eu quero dizer para aqueles que estão nos acampamentos lutando por um pedaço de terra, que **continue lutando e, a hora que você conseguir, persevere mais e acredite que dá certo, "basta acreditar e trabalhar"** (assentado SO2, entrevista realizada dia 03/10/2017 – grifo nosso).

O Mapa 3 apresenta a organização territorial do Projeto de Assentamento Santa Olga, adaptado de acordo com suas estruturas mapeadas pelo setor de cartografia do INCRA, identificando os lotes pesquisados, a localização da COOPAOLGA, a única cooperativa em funcionamento dos assentamentos do município, que possui cooperados do PA Teijin, Casa Verde e do São Sebastião do município de Ivinhema. O Assentamento Santa Olga foi ocupado e organizado em suas lutas pela FETAGRI.



Fonte: Adaptado a partir de dados do INCRA (2018).

O Assentamento Santa Olga possui boa fertilidade de solo, está próximo do centro urbano e a área destinada aos lotes individuais possui condições regulares para a produção de alimentos e criação de animais. Vários assentados migraram do acampamento Teijin para o Santa Olga, com promessas de melhores condições de produção e de que a desapropriação aconteceria de maneira mais rápida, no entanto, foi o último assentamento a ser criado pelo Estado. A organização camponesa de produção e as lutas pela conquista da terra reafirmam a persistência dos assentados em permanecer nos lotes, sobretudo a sua reprodução social no campesinato.

2.3 - Projeto de Assentamento Teijin

Sua criação foi realizada através da Portaria do INCRA Nº 23, de 26 de julho de 2002, com área territorial de 28.497,8194 ha, com capacidade de 1.094 (um mil e noventa e quatro) lotes (INCRA, 2018). De acordo com o STRAFNA, a primeira entrega de Certidões de Posse aos assentados, fora realizada no ano de 2006.

O Assentamento Teijin teve suas origens na desapropriação da Fazenda Teijin, que pertencia ao Grupo Japonês Teijin Desenvolvimento Agropecuário Ltda – Sócio Shigeaki Hayashi. Foi desapropriada pelo Governo Federal para fins de reforma agrária. Os camponeses que receberam os lotes no assentamento eram ligados a dois movimentos sociais na época: Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul (FETAGRI/MS) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Os camponeses que receberam lotes no assentamento são originários de várias regiões do Estado de Mato Grosso do Sul, não somente do município de Nova Andradina. As famílias foram divididas de acordo com seu movimento e organização sindical na seguinte ordem, conforme os Quadros 6 e 7:

Quadro 6: Municípios de origem dos assentados do PA Teijin ligados à FETAGRI/MS.

Municípios
Anaurilândia
Angélica

Batayporã
Deodápolis
Dourados
Glória de Dourados
Ivinhema
Novo Horizonte do Sul
Vicentina

Fonte: STRAFNA (2017).

Quadro 7: Municípios de origem dos assentados do PA Teijin ligados ao MST (Acampamento 17 de Abril).

Municípios
Mundo Novo*
Itaquiraí*
Juti*
Jateí*
Novo Horizonte do Sul**
Batayporã**
Glória de Dourados**
Ivinhema**
Deodápolis**
Nova Andradina**

Fonte: *STRAFNA (2018) e **CEEPATEC (2009).

Segundo o Centro de Formação, Capacitação, Cultura, Estudo e Pesquisa dos Trabalhadores e Trabalhadoras Eldorado dos Carajás (CEEPATEC, 2009[11]), as comunidades dos assentados do MST foram organizadas durante o processo de corte dos lotes por proximidade e afinidade. As comunidades têm por objetivo facilitar as relações sociais entre as famílias do Acampamento 17 de Abril, principalmente na resolução de problemas e reinvindicações dos assentados. As comunidades foram divididas conforme o Quadro 8:

[11]Disponível em: < http://ceepatec17deabril.blogspot.com.br/>. Acesso em: 04 set. 2017.

Quadro 8: Divisão das comunidades do MST na criação do Assentamento Teijin.

Nome*	Nº da Comunidade*	Nº de Famílias*
Conquista Da Vitória	01	50
17 de Abril	02	50
Terra Viva	03	50
Santa Rosa	04	50
Canaã	05	50
Boa Sorte	06	50
Campo Verde	07	55
Renascer	08	61
Airton Roque Vieira	09	45
Boa Vista	10	46
Total ==========>		**507**

*Estas informações segundo nossos participantes não refletem a atual realidade do Assentamento Teijin, em virtude de venda e/ou renuncia dos lotes pelos assentados.
Fonte: Adaptado a partir do CEEPATEC (2009).

Segundo o STRAFNA, foram destinados 272 lotes aos assentados do município de Nova Andradina, porém, as informações do número dos lotes e os nomes dos titulares não representam a atual realidade das propriedades. Os assentados do MST não estão inclusos nestes números, pois existe uma separação entre os assentados organizados pelo MST e os filiados ao STRAFNA, o que se evidencia em suas falas. Ao nos referirmos de condições burocráticas e de comunidades rurais dentro do assentamento, relatam: “esses é daqui, ao dizer do MST, e aqueles são de lá, se referindo a FETAGRI” (Presidente R. C. R. C., entrevista realizada dia 03/10/2017).

Foi possível avaliar que as formas de lutas pela posse da terra são mais intensas no período dos acampamentos, pois, ao serem sorteados em seus lotes, os assentados em parte buscam viver na terra de acordo com suas convicções particulares e culturais de sua família. Isso ocorre tanto aos assentados ligados ao MST quanto os vinculados a FETAGRI. Estes fatores não possuem um ponto de ligação único dentro das relações sociais dos assentados, mas, podemos elencar algumas situações que potencializam esta condição. Uma delas diz respeito às raízes culturais no campo pelo assentado, que

traduzem suas relações de produção e de convívio no assentamento, que justificam sua integração ou não nas atividades coletivas do assentamento. Outra condição, fortemente presente no assentamento, são os objetivos individuais dos assentados, que buscam formas de trabalho e renda diferentes dos demais, a qual venha contribuir para sua permanência e de sua família no lote.

Como já confirmado em pesquisas de Almeida (2003), no Assentamento Teijin também ocorreu atuações distintas entre o MST e a FETAGRI na luta pela terra, principalmente no período dos acampamentos. Os acampamentos estavam divididos entre acampados do MST e da FETAGRI. Possuíam o mesmo objetivo comum, de conquistar um lote de terra na desapropriação da Fazenda Teijin, embora, a organização dos acampamentos seguia critérios distintos. No caso do MST, os acampados eram organizados com tarefas diárias, de acordo com a coordenação local do movimento. A permissão para realizar trabalho externo ao acampamento seguia o cronograma de tarefas do assentado, seja no recebimento de alimentos, materiais de saúde, limpeza, vigilância, quanto em outras atividades pré-estabelecidas pela coordenação, segundo o assentado TJ2 (entrevista realizada dia 11/10/2017).

A expressão dos assentados do “acampamento 17 de Abril”, ligados ao MST, está registrada mesmo após as lutas pela desapropriação e ocupação da terra. Uma das entradas do Assentamento Teijin, que da acesso aos lotes ligados ao MST, existe um título na antiga entrada da propriedade, como “Assentamento 17 de abril”, conforme a Figura 6.

Figura 6: Uma das entradas principais do Assentamento Teijin no município de Nova Andradina/MS (margens da rodovia MS-134).

Fonte: Moreira (2019).

Outras expressões ligadas às lutas organizadas pelo MST estão redigidas nos vários reservatórios de água dos lotes, nomeados pelo INCRA como “PA 17 de Abril”, conforme apresentado na Figura 7.

Figura 7: Reservatórios de água instalado no Assentamento Teijin.

Fonte: Moreira (2019).

Aos acampados ligados a FETAGRI, de acordo com o assentado TJ4 (entrevista realizada dia 13/01/2018), era permitido dentro de sua organização no acampamento, condições diferentes das praticadas no acampamento do MST, como: não era necessário morar no acampamento, poderiam residir em outras localidades, como por exemplo, no distrito de Nova Casa Verde, mas possuindo um barraco no acampamento, os acampados poderiam realizar atividades remuneradas fora do acampamento (com o objetivo de buscar o sustento de sua família), e somente em casos de reuniões ou visitas do INCRA eram convocados para estarem presentes. Os acampados possuíam responsabilidades com seus barracos e o compromisso com o STRAFNA (as mensalidades deveriam estar regulares).

As “diferenças organizativas” estão entre as formas de lutas mais presentes nos acampamentos do MST e da FETAGRI no Assentamento Teijin. Porém, ao entrarem na Fazenda Teijin, foram divididos de acordo com a área e lotes destinados a cada movimento e organização sindical. Esta divisão, segundo os participantes ligados ao MST, ocorreu de maneira conjunta com o movimento, o INCRA e a FETAGRI, onde os assentados ligados ao MST receberam lotes maiores que o da FETAGRI. Para o assentado TJ4 (entrevista realizada dia 13/01/2018), ocorreu, desta forma, o corte dos lotes para que mais acampados da FETAGRI fossem assentados na propriedade, motivo que também foi confirmado pelo ex-presidente do STRNA o Sr. A. R. (presidente do sindicato no período da desapropriação). Já para o assentado TJ2 (entrevista realizada dia 11/10/2017), os maiores lotes se dão em virtude das manifestações nos acampamentos e da força do MST na luta pela conquista da terra.

A partir do momento que os acampados assentaram-se em seus lotes, não houve divisões entre o MST e a FETAGRI, segundo o assentado TJ4 (que também é presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR). Parte dos assentados passou a trabalhar de maneira conjunta, divididos em comunidades dentro do Assentamento Teijin, exceto os assentados que buscam seus objetivos próprios. Os assentados que buscam seus interesses individuais acabam se afastando da participação do assentamento, como de associações, cooperativas, comunidades de assentados, inclusive o vínculo ao MST ou FETAGRI, a qual os possibilitou de conquistar um pedaço de chão. Estes interesses são particulares de cada assentado, seja cultural (como por exemplo, aptidão no campo) ou de garantia de sobrevivência nos lotes, provocando, como consequência, a venda (usa-se este termo que é comum entre os assentamentos, porém, a política de reforma agrária não permite esta negociação) ou arrendamento do lote a terceiros ou assentados do próprio assentamento.

Na busca de compreensão das formas de lutas de cada organização do assentamento, os assentados do MST nos possibilitaram maiores compreensões dos acampamentos no período de criação do Assentamento Teijin, fornecendo um acervo de informações em suas trajetórias de luta pela terra, em especial o “Acampamento 17 de abril”. Revelações que se refletem em processos organizativos, fotos da história de luta pela desapropriação da fazenda, as manifestações e paralisações de rodovias, enfim, um roteiro que nos permitiu um melhor entendimento da questão agrária dos assentados no assentamento, ainda não revelado no meio científico.

De acordo com o [12]Centro de Formação, Capacitação, Cultura, Estudo e Pesquisa dos Trabalhadores e Trabalhadoras Eldorado dos Carajás (CEEPATEC, 2012), a história do "Acampamento 17 de abril" teve seu início no município de Novo Horizonte do Sul, com a ocupação da Fazenda Angical em 17 de abril de 1999, com uma caravana de 5 mil pessoas. Porém, a justiça decidiu pela reintegração de posse ao (s) proprietário(s). Outra ocupação ocorreu após 4 meses diante de confrontos com policiais, somando oito ocupações durante três anos de luta pela Angical, mas sem sucesso.

Segundo o assentado TJ4 (entrevista realizada dia 13/01/2018 - Assentamento Teijin), o CEEPATEC faz parte de uma associação de assentados do Acampamento 17 de Abril, instalada na antiga sede da Fazenda Teijin, dentro do assentamento, que visa contribuir com capacitações aos assentados e fortalecimentos das comunidades do Teijin. No ano de 2018, a comunidade retiro do Poço, administrada pelo CEEPATEC, recebeu uma patrulha mecanizada, composta por um trator, grade aradora, carreta agrícola, distribuidor de calcário, roçadeiras hidráulicas e grade niveladora, por meio de medida parlamentear, fortalecendo os assentados em suas necessidades estruturais do lote (preparo do solo, cultivo, plantações, etc).

No início do ano de 2003, o INCRA propôs às famílias a área denominada Fazenda Teijin, no município de Nova Andradina, atestando o prazo de seis meses para estarem assentadas. Porém, o proprietário entrou com processo jurídico no Ministério Público alegando a inviabilidade da propriedade para projeto de reforma agrária. Diante de muitas lutas, resistências, somadas a perdas organizacionais e o número de famílias acampadas reduzidas, sobraram 507 apenas, que posteriormente foram assentadas. Entretanto no dia 17 de abril do ano de 2006, completados sete anos de luta pela terra, foi definida área de reforma agrária a Fazenda Teijin, e as famílias foram assentadas, sendo divididas em comunidades, lembrando que estas famílias são vinculadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Dentre os assentamentos rurais do município, este foi o mais conflitante judicialmente e com confrontos diretos dos assentados, com acusações de [13]abates de animais da fazenda e retirada dos maquinários por partes dos acampados até o distrito de Nova Casa Verde. A decisão de desapropriação seguiu até o Supremo Tribunal

[12]Disponível em: < http://ceepatec17deabril.blogspot.com.br/>. Acesso em: 04 set. 2017.
[13]**Grupo Teijin vai recorrer, mas não comenta decisão do STF**. Disponível em: <http://www.perfilnews.com.br/brasil-mundo/grupo-teijin-vai-recorrer-mas-nao-comenta-decisao-do-stf.>. Acesso em: 05 set. 2017.

Federal (STF) para seu desfecho, e, a então ministra, Ellen Gracie, decidiu permitir que os sem-terra permanecessem na área, obrigando os proprietários da Fazenda Teijin que retirassem as 10 mil cabeças de gado. Naquele momento, segundo o coordenador do MST, estavam no local 1.057 famílias acampadas prontas para resistir sob qualquer decisão contrária à ocupação deles naquela propriedade.

A decisão de desapropriação chegou à instância do STF, porque o Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª Região e da Justiça Federal de Dourados interrompeu o andamento do processo expropriatório, mantendo a propriedade sob a posse da Fazenda Teijin, pertencente à empresa Teijin Desenvolvimento Agropecuário Ltda.

A partir de então, vários são os projetos e programas sociais que transitam pelo Assentamento Teijin, destacando parcerias, como a que ocorreu entre a [14]Prefeitura de Nova Andradina, possibilitando o acesso à internet aos moradores, beneficiando com computadores mais de 700 pessoas da zona rural, entre alunos e assentados, funcionando na Escola Municipal Luís Cláudio Josué, extensão 17 de Abril, no Assentamento Teijin.

Não devemos esquecer que a história do Assentamento Teijin é permeada por diversas situações estruturais, que tecem desde laudos contrários à desapropriação da Fazenda, como também a intervenção de procurador federal a favor do assentamento das famílias acampadas. Alguns momentos marcam a luta dos acampados, tanto do MST (do Acampamento 17 de abril), quanto os acampados vinculados a FETAGRI/MS. Na Figura 8, é apresentados momentos de manifestação, por meio de bloqueios que ocorreram na rodovia BR-267 e rodovia MS-134 no ano de 2003, com o objetivo de mobilizar as autoridades competentes a reforma agrária, conforme relato do assentado TJ1[15] (entrevista realizada dia 10/10/2017).

[14]**Tolotti representa Câmara em inauguração da Casa Digital do Assentamento Teijin - CMNA**. Disponível em: <http://www.novanews.com.br/noticias/cidades/tolotti-representa-camara-em-inauguracao-da-casa-digital-do-assentamento-teijin/imprimir.>. Acesso em: 05 set. 2017.
[15]Assentado falecido em 22/10/2018.

Figura 8: Mobilizações do MST, CUT[16] e FETAGRI nas rodovias federais e estaduais no Estado de Mato Grosso do Sul, no ano de 2003.

[16]No período do acampamento, os assentados do Assentamento São João filiados a CUT participaram de mobilizações na Rodovia BR-267 junto com o MST e FETAGRI.

Fonte: Acervo pessoal do assentado TJ1 (paralisação na BR-267, no município de Nova Andradina – rodovia que liga Bataguassu a Nova Alvorada do Sul no ano de 2003).

Além dos momentos de mobilização realizados pelos assentados, é preciso esclarecer que os trabalhadores rurais sem terra do acampamento 17 de abril e dos acampados filiados da FETAGRI se estabeleceram às margens da rodovia MS-134 por "mais de dois anos", aguardando a morosidade da desapropriação da Fazenda Teijin, bem como as alegações e recursos realizados por inúmeras vezes por parte do proprietário e, por outro lado, em resposta pelos movimentos. As condições dos acampamentos às margens da rodovia MS-134 ofereciam riscos de acidentes aos acampados e suas famílias, em virtude do tráfego diário e constante de veículos de grande porte no transporte de cargas, conforme Figura 9.

Figura 9: Vista parcial do Acampamento 17 de Abril, na rodovia MS-134.

Fonte: Acervo pessoal do assentado TJ1 (2002).

Outro fator de relevância está relacionado à assistência recebida pelo INCRA e pelo Estado de Mato Grosso do Sul, por meio de cestas básicas no período dos acampamentos, que segundo os assentados TJ1 e TJ2 (Assentamento Teijin), graças a essa ajuda, principalmente das cestas do Estado, foi possível manter as famílias dos acampados. Após inúmeras batalhas na justiça, idas e vindas de vitórias e derrotas na luta pela validade da desapropriação, a instância maior de justiça do país (Supremo Tribunal Federal–STF) decide favorável conceder a Fazenda Teijin para fins de reforma agrária.

A Figura 10 apresenta o início de uma nova fase do processo de territorialização da luta. A propriedade, que antes possuía em torno de 27 famílias (funcionários da fazenda), passou a receber mais de 1000 nesta fração de território capitalista. As famílias aguardaram a divisão de lotes pelo INCRA mais de 12 meses.

Figura 10: Primeiro acampamento dentro da Fazenda Teijin em 2004.

Fonte: Acervo pessoal do assentado TJ1 (Assentamento Teijin).

A Figura 11 apresenta a escola no acampamento dentro da Fazenda, com mais de 300 crianças do ensino fundamental (1ª a 4ª série), que antes no “acampamento

estudaram na beira da rodovia debaixo de um coqueiro", segundo o assentado TJ1, no início dos anos 2000.

Figura 11: Escola para os filhos dos assentados dentro da Fazenda Teijin em 2005.

Fonte: Acervo pessoal do assentado TJ1 (Assentamento Teijin).

Nosso primeiro contato com as estruturas do Assentamento Teijin, a convite de um de nossos participantes da pesquisa, o assentado TJ1, ocorreu em um dia histórico desse assentamento. No dia 07 de outubro do ano de 2017, foi realizada no barracão "Retiro do Poço" a entrega de mais de 700 Contratos de Concessão de Uso[17] (CCUs) da terra, documento obrigatório por parte do INCRA e de fundamental importância aos assentados, pois este possibilita o acesso a créditos agrícolas e condições melhores de comercialização de sua produção. Este documento possui validade e precisa ser renovado a cada cinco anos pelo INCRA.

[17]O CCU, emitido gratuitamente, é o instrumento que transfere, em caráter provisório, o imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária, assegurando ao beneficiário acesso a terra, créditos (como habitação, fomento e infraestrutura) e a outros programas do Governo Federal. Ao assinar o documento, o assentado se compromete a residir no lote e explorá-lo economicamente respeitando o meio ambiente. Disponível em: <www.incra.gov.br.>. Acesso em: 03 mar. 2018.

Neste dia atípico do assentamento e principalmente dos assentados, pudemos observar um pouco como ocorrem às relações sociais e políticas dentro de um assentamento rural no município de Nova Andradina. Presenciamos não somente a entrega dos CCUs, que há tempos era esperado, mas uma interlocução política municipal, regional e estadual do Estado como forma de renomear o real sentido da representação do assentamento e seus direitos adquiridos ao longo de suas lutas agrárias no município. Um momento de suma importância ao assentado, possibilitando aquilo que o mesmo já possui por direito, margeado na condição de "esperar", como nos tempos de acampados e submetido a mais essa contingência de hierarquias políticas com o poder do uso da tribuna.

Marcaram presença governantes locais e estaduais, como, ex-governador, deputada federal, deputado estadual, [18]prefeito, vice-prefeito, vereadores, médico, grandes pecuaristas, entre outras lideranças do legislativo e do executivo, agentes capacitadores como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e empresa de transformação de mandioca, que acompanhavam a entrega dos CCUs pela equipe do INCRA do Estado de Mato Grosso do Sul, dirigida pelo seu superintendente Humberto César Mota Maciel.

Dentre as lideranças políticas presentes, vale ressaltar que poucos membros foram atuantes no período de luta pela conquista de terra no Assentamento Teijin. O político mais lembrado por nossos participantes sequer estava presente (o governador da época, Zeca do PT). Uma observação realizada pelo assentado TJ1 é referente à assistência ou frequência de atendimento pelo INCRA, que, após a desapropriação, não haviam visitado o assentamento. A Figura 12 ressalta a grande movimentação que a entrega dos CCUs proporcionaram ao Assentamento Teijin.

[18]**Gilberto Garcia comemora a entrega de 735 CCUs a assentados de Nova Andradina**. Disponível em: <http://jornaldanova.com.br/noticia/379734/gilberto-garcia-comemora-a-entrega-de-735-ccus-a-assentados-de-nova-andradina.>. <http://www.pmna.ms.gov.br/noticias/gilberto-garcia-comemora-a-entrega-de-735-ccus-a-assentados-de-nova-andradina/75304>. Acesso em: 09 out. 2017.

Figura 12: Entrega dos Contratos de Concessão de Uso (CCUs) no Assentamento Teijin.

Fonte: Moreira (2017).

Desfeito o palco, iniciou-se a entrega dos CCUs aos assentados. Exigia-se a presença da esposa e do marido, caso contrário, o documento ficaria à disposição na sala de cidadania do município. Durante todo o período protocolar deste evento, conseguimos contatar os nossos participantes da pesquisa, que se prontificaram com o objetivo do trabalho, bem como a disponibilidade das entrevistas a serem realizadas. Pudemos observar que não houve representatividade da FETAGRI na fala das lideranças, mediante a ausência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Nova Andradina no evento, recordando que o assentamento foi dirigido e mobilizado pelas duas frentes. Segundo o assentado TJ1[19], que nos apresentou a outros assentados, comentou que, residiam na Fazenda Teijin antes da desapropriação pelo INCRA 27 famílias, das quais, que optaram em ficar, foram beneficiadas com lotes no assentamento.

[19]Entrevista realizada dia 10/10/2017 – Assentamento Teijin.

O assentado TJ2 nos revela seus passos percorridos até a chegada ao Assentamento Teijin e suas contínuas lutas pela conquista deu seu pedaço chão:

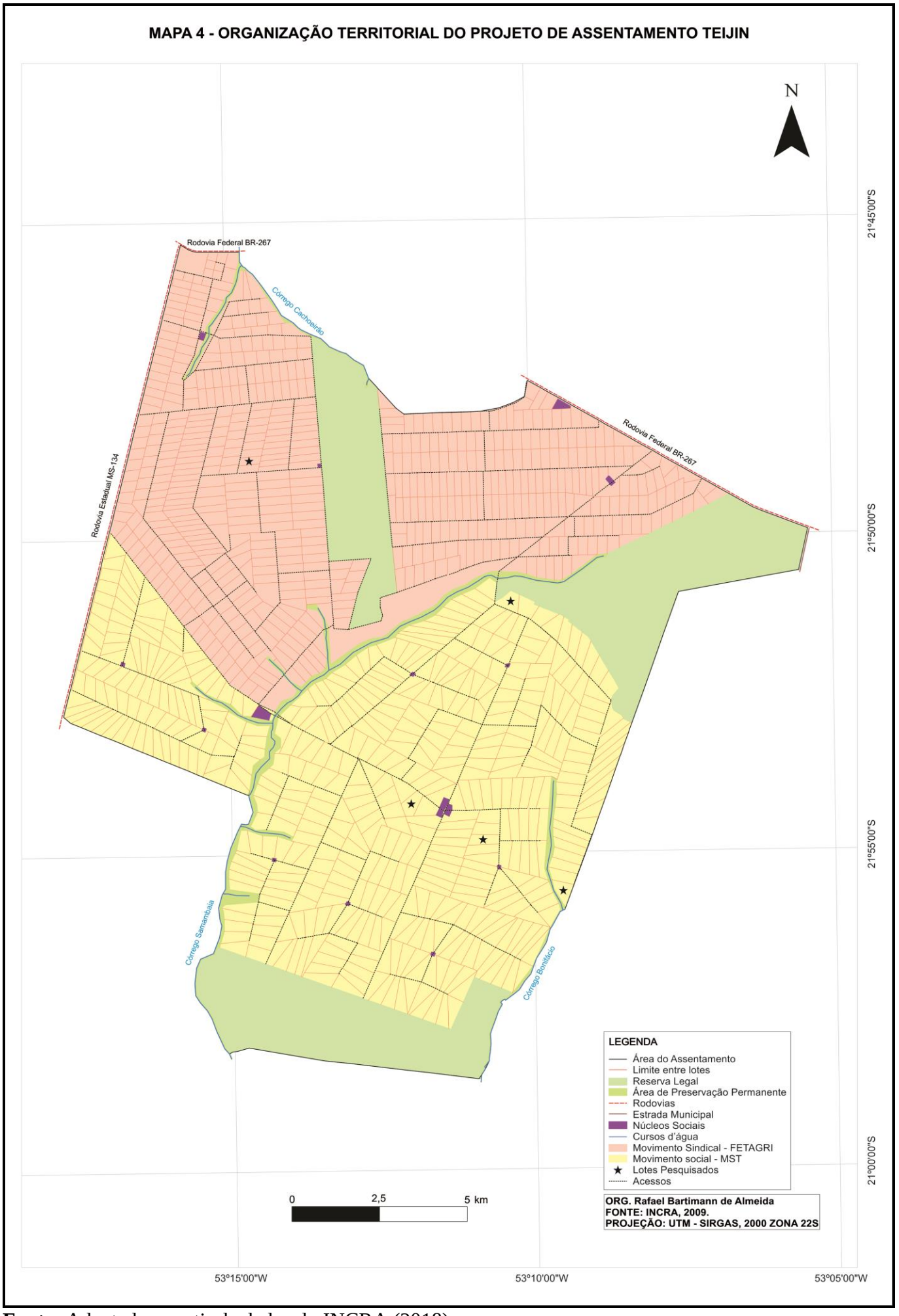
> Meu **interesse na luta pela terra e pelo movimento dos trabalhadores rurais sem terra** ocorreu por meio de um colega, que acampou no município de Itaquirai e com um ano e oito meses conseguiu pegar seis alqueires de terra. **Eu sabia que trabalhando na roça nunca iria sobrar dinheiro para comprar um alqueire de terra**, então **resolvi ir à luta**. No ano de 1999 surgiu um acampamento no município de Novo Horizonte do Sul, justamente no dia 17 de abril (marco histórico do massacre de Eldorado dos Carajás/PA), com mais de mil e trezentas famílias, em frente à Fazenda Angical, formado por grupos dos municípios de Eldorado, Deodápolis, Ivinhema, Nova Andradina, Taquarussu, Batayporã e de Novo Horizonte do Sul. No mesmo **período que surgiu o acampamento Teijin para reforma agrária**, no ano de 2001, recebemos também vagas para o assentamento Itamarati (não aceitei devido ser na modalidade coletivo – não funcionam pessoas de diferentes Estados) e Sidrolândia, mas, saímos de Novo Horizonte do Sul e acampamos aqui na rodovia. Ficamos **dois anos e oito meses acampados na beira da pista**, aguardando as decisões judiciais entre o fazendeiro e o movimento, **"o fazendeiro recorria e o movimento brigava também, ficava essa luta pela terra"**. Em outubro do ano de 2004, liberou para nós entrarmos na fazenda, onde, **aguardamos mais um ano e oito meses o corte da terra**, dentro dos barracos de lonas as margens de um córrego (assentado TJ2 entrevista realizada dia 11/10/2017 – grifo nosso).

Segundo o assentado, a fazenda Teijin havia sido assinada como propriedade para a reforma agrária pelo então presidente na época, Fernando Henrique Cardoso. Porém, se não fosse as lutas pela terra, por meio das mobilizações e a persistência dos acampados, tampouco ocorreria à criação do assentamento. De todos os assentamentos do município de Nova Andradina, o Assentamento Teijin provocou uma das maiores conflitualidades jurídicas dos assentamentos.

O "vai e vem da justiça brasileira, concedendo e negando os pedidos de desapropriação", provocou uma morosidade de quase cinco anos para autorizar a entrada na propriedade e posterior corte dos lotes, ocorrido no ano de 2006. Neste período de espera às margens da rodovia MS-134, viviam, em barracos de lonas, mais de mil famílias aguardavam este desfecho, colocando em risco os acampados e seus familiares, bem como uma condição de vida digna, proporcionados por elementos essências para a sobrevivência, como água encanada, energia elétrica, alimentação adequada, condições higiênicas apropriadas, etc.

O Mapa 4 apresenta a organização territorial do Projeto de Assentamento Teijin, adaptado de acordo com suas estruturas mapeadas pelo setor de cartografia do INCRA. A pesquisa revela que no momento da criação do Assentamento Teijin, os

acampamentos eram organizados pelo MST e pela FETAGRI. O INCRA cortou e dividiu os lotes aos assentados de acordo com os grupos familiares e do mesmo movimento ou organização sindical. Ressaltamos que esta divisão do MST e da FETAGRI não representa a realidade atual do assentamento, pois é possível evidenciar no assentamento e, que é confirmado no relato de nossos participantes, que vários assentados renunciaram ou venderam seus lotes e não residem mais no assentamento. Além da divisão estrutural dos movimentos, estão os lotes pesquisados.



Fonte: Adaptado a partir de dados do INCRA (2018).

O Assentamento Teijin foi organizado por acampados vinculados ao MST e a FETAGRI, que permaneceram anos lutando, em seus barracos de lona, pela desapropriação da Fazenda Teijin, localizada as margens da rodovia MS-134. Entre as maiores lutas realizadas, a batalha judicial foi a mais angustiante, obrigando os acampados a conviverem com o vai e vem da justiça, à espera da autorização da desapropriação. Além disso, as lutas realizadas nas mobilizações em rodovias federais e estaduais foram fundamentais para o cumprimento da reforma agrária.

2.4 - Projeto de Assentamento São João

Sua criação foi realizada através da Portaria INCRA/SR-16 Nº 11, de 23 de abril de 2004, com área territorial de 4.011,9000 ha, com capacidade de 180 (cento e oitenta) lotes, segundo o INCRA (2018).

Os assentados que receberam lotes no assentamento são originários de várias regiões do Estado de Mato Grosso do Sul. No STRAFNA[20] existem alguns registros desses assentados e a organização sindical filiada junto aos trabalhadores/trabalhadoras na desapropriação da Fazenda São João foi a Central Única dos Trabalhadores de Mato Grosso do Sul (CUT/MS) que, por meio de seu Presidente[21], nos relatou que não possuem informações sobre a origem dos assentados, por isso, apresentamos apenas os municípios referentes aos nossos participantes da pesquisa, de acordo com o Quadro 9:

Quadro 9: Municípios de origem dos assentados pesquisados do PA São João.

Municípios
Angélica
Deodápolis
Nova Andradina
Vicentina

Fonte: Dados da Pesquisa e STRAFNA (2017).

[20]Informações obtidas com a atendente do STRAFNA a Sra. C. M. C. C., dia 05/10/2017.
[21]Contato telefônico com o Presidente da CUT/MS – Campo Grande/MS, Sr. G. D., dia 16/04/2018.

Não foi encontrada nenhuma pesquisa no referido assentamento, apenas matérias relacionadas à campanha de agasalho e orientação do programa bolsa família, realizada pela Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social (SEMCIAS) do município de Nova Andradina. Não foi possível mais nenhuma informação junto ao STRAFNA, apenas a informação que o assentamento está ligado à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul (FETAGRI/MS). A pesquisa nos mostrou que o assentamento foi organizado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT/MS) e não pela FETAGRI/MS. O Assentamento São João é o único que sofreu confrontos e enfrentamentos armados no período do acampamento, sendo manifestada não pelo proprietário da Fazenda, mas pelo arrendatário (que possui uma Fazenda vizinha à mesma – de frente a BR-267), com intensas ameaças e ações de "jagunços" fortemente armados, segundo o assentado SJ1.

Os [22]ataques ocorreram quando o INCRA autorizou os acampados adentrarem na sede da Fazenda, onde aguardavam o "corte dos lotes". As ações visavam intimidar os acampados em abandonar a propriedade. Contudo, em nenhum dos confrontos houve feridos, mas os barracos em cada ação ficavam marcados com os tiros, até a antena de telefone foi alvejada. Momentos de angústia e medo tomaram conta destas famílias, que, em um dos ataques, até funcionários do INCRA estavam no local e foram retidos para a maior segurança dos acampados.

O assentamento está localizado na divisa territorial dos municípios de Nova Andradina e Nova Alvorada do Sul, que implica diretamente em suas relações sociais no campo. Uma dessas relações conflitantes está relacionada à [23]educação de seus filhos. Entre os questionamentos dos assentados, o tamanho dos lotes e a lenta autorização do INCRA, na divisão da área societária (coletiva) do assentamento, dificultam a ampliação de seus processos produtivos nos lotes. Como a modalidade coletiva não funcionou no assentamento, os assentados esperam por esta área para melhorar seus rendimentos de seus lotes, conforme o relato seguinte:

> A não liberação ou desfecho da área societária pelo INCRA e o IBAMA, implica a quantidade de terras para produzir pelos assentados, ficando apenas

[22]**Funcionários do INCRA ficam retidos em assentamento.** Disponível em: <http://www.aquidauananews.com/0,0,00,1540-47338-FUNCIONARIOS+DO+INCRA+FICAM+RETIDOS+EM+ASSENTAMENTO.htm>. Acesso em: 28 out. 2017.

[23]**Pais de alunos realizam protesto no Assentamento São João**. Disponível em: <http://www.jornaldanova.com.br/noticia/nova-andradina/35,265425,pais-de-alunos-realizam-protesto-no-assentamento-s%C3%A3o-jo%C3%A3o>. Acesso em: 01 nov. 2017.

> com os três alqueires do lote individual, que é muito pouco para se manter no assentamento. Com pouca terra, resta trabalhar fora do assentamento para sustentar a família (assentado SJ1, entrevista realizada dia 27/10/2017).

O Assentamento São João possui particularidades em sua estrutura, que não foram evidenciadas nos demais assentamentos do município pesquisado. Além do confronto armado com pistoleiros no período em que ficaram acampados dentro da propriedade, aguardando o corte dos lotes, evento não encontrado em nenhum Projeto de Assentamento, outro quadro nos chama a atenção. O abandono de lotes que não possuem habitação, energia elétrica e água encanada, visto ser um Projeto com mais de 10 anos de criação. A complexidade destes fatos, aliado aos relatos de nossos participantes, evidenciaram, mais uma vez, o caráter do Estado em ações direcionadas aos assentados do Assentamento São João. Lotes com fertilidade baixa, área societária indefinida por questões ambientais e de ausência dos órgãos competentes, juntamente com a falta de assistência técnica rural formam lacunas reveladoras do sentido e caráter do Estado.

Para o assentado SJ2, mesmo com as dificuldades, valeu a pena a luta pela terra, mesmo porque "quebrou muito a cabeça trabalhando nas diárias", mas, hoje, possui seu "cantinho" e já aposentado com sua esposa e com idade acima dos 60 anos buscam a tranquilidade do seu sítio.

> Já estou de idade e somos aposentados (esposa), por isso a minha permanência no lote é uma moradia fixa, mesmo porque, não posso mais sair pra quebrar a cabeça em outro lugar. Então eu acredito que tenho que permanecer no lote, porque antes eu trabalhava de diarista, toquei muita lavoura na terra dos outros, e depois com muita luta conseguimos adquirir esse pedacinho de terra. Se "**eu não tivesse assumido essa luta, hoje também eu não tinha nada, não tinha nem onde morar"**.
> Aqueles que vendem os lotes não dão valor no sofrimento que eles passaram, porque, passar cinco, seis, sete anos em barraco de lona, e ainda, correndo risco de vida com esses jagunços, e o assentado trocar o lote **a troco de nada**, não dão o devido valor na luta pelo pedaço de chão.
> Não é aquela maravilha, **mas se eu desistisse também tinha sido pior**, igual a muitos amigos, que desistiram e estão trabalhando na diária, de servente de pedreiro para sobreviver, etc. (assentado SJ2, entrevista realizada dia 27/10/2017 – grifo nosso).

A experiência vivida pelo assentado SJ2 nos faz refletir que as dificuldades, as resistências e a persistência em lutar pelo lote, podem ser preenchidas quando se acredita na sua força de trabalho. Todas as conquistas na vida são sofridas e nos

assentamentos mais ainda, mas, mesmo assim precisamos acreditar no trabalho, pois a desistência pode provocar mais sofrimento e dor àqueles que lutam para apenas possuir uma morada digna junto a seus familiares, como no Assentamento São João. O relato de outro participante de nossa pesquisa evidencia como é essencial o trabalho externo para permanecer nos lotes deste assentamento, juntamente com a luta pela posse da terra.

> Nossa trajetória em **barraco de lona chegou há quase 10 anos**, desde o acampamento da fazenda 3M até o São João. Recebemos somente a entrega de cesta básica no período do acampamento, depois disso, o INCRA apenas cortou o pedacinho de terra e nunca mais voltou. Trabalhei em carvoaria, em fazenda, de diarista, todo **serviço que aparecia a gente tinha que trabalhar**, hoje tiro um leitinho e estou recebendo auxílio doença. Isso **ocorre para segurar o assentado no lote**, à maioria dos assentados possui uma renda externa, como trabalhar em usina de açúcar e álcool, no plantio de eucalipto, o que segura à gente aqui no lote é esse serviço fora (exceto os aposentados). Se a família depender do lote não fica, não sobrevive em cima do lote (assentado SJ4, entrevista realizada dia 27/10/2017 – grifo nosso).

A luta que Oliveira (2001) descreve que os assentados travam antes e depois da conquista da terra segue variáveis distintas de assentado para assentado, de assentamento para assentamento e, ainda, este abismo que está criado nos Projetos de Assentamentos do município não retrata somente a falência do modelo de reforma agrária do país, mas, sobretudo o desrespeito do sonho e do sentimento daqueles que lutam, peregrinam as margens de rodovias em barracos de lonas, que, de maneira nenhuma, deveriam ser marionetes de políticas públicas.

> Primeiramente, **vendemos uma casa no distrito** de Lago Bonita em Deodápolis, e fomos para o acampamento em frente à fazenda 3M, mas os capangas nos tocaram. Acampamos às margens da Rodovia BR-267, próximo ao distrito Pana, pertencente ao município de Nova Alvorada do Sul. Ficamos **um ano acampado neste local**, depois fomos para o acampamento em frente à Fazenda São João, novamente as margens da Rodovia BR-267, onde **permanecemos por mais dois anos**, até autorizar nossa entrada na propriedade (a água fornecida aos acampados era buscada no distrito Pana – quase 28 km de distância, transportado por um caminhão pipa doado pela Prefeitura de Nova Alvorada do Sul). Mais um **ano aguardando em nosso barraco de lona**, próximo a sede da fazenda, o INCRA cortou os lotes e entramos. O município de **Nova Andradina nunca prestou nenhuma assistência aos acampados** (assentado SJ3, entrevista realizada dia 27/10/2017 – grifo nosso).

A persistência em conquistar um pedaço de terra chega ao ponto de vender sua própria casa para viver em barraco de lona, à espera da reforma agrária. Distribuição de

terras que “ocorre mediante as manifestações e mobilizações dos acampados e seus movimentos sociais” com o objetivo de pressionar o Estado em seu cumprimento de políticas públicas de reforma agrária. Por isso, em nossa pesquisa, confirmamos o que Fernandes (1999) revela como “luta pela posse da terra”, pois, em todos os assentamentos rurais pesquisados de maneira que cada um possui suas formas de lutas particulares no transcorrer de sua construção, que lutaram de maneira contínua e em condições de vida sub-humanas (como morar nos barracos de lona, sem água encanada, sem energia elétrica, etc..), permanecendo em seu espaço de resistência. Este espaço, enfrentado pelos acampados, busca atender reivindicações de luta pela posse da terra, que, no entanto, é esta “luta que resultará na distribuição de terra”, “tratada como reforma agrária no Brasil”.

Para o assentado SJ1, desde o inicio do assentamento, dos anos de acampamentos às margens da Rodovia BR-267, depois a autorização do INCRA para acampar dentro da propriedade (ficaram próximo à sede da fazenda – ao lado da igreja), os confrontos com os pistoleiros (ocorreram três confrontos) armados, a mando do arrendatário e os cortes dos lotes “foram diversas lutas para resistir em prol da posse da terra”. Após a entrada nos lotes, seguimos a luta pela permanência nos lotes, onde cada assentado se mobiliza de acordo com as necessidades de sua família e de seu lote. Hoje, o assentado, a sua esposa e seu filho mais velho possuem trabalho externo ao lote, pois alegam que se ficar apenas com o trabalho do lote “passam fome”. Entretanto, esta situação não faz desta família menos camponesa, pois, além de residir no lote, como morada fixa, ainda, produz leite, carne, mandioquinha, arrenda lote de outro assentado, reproduzem relações sociais no âmbito da família camponesa. O assentado relata que “aqui eu tenho sossego que antes não tinha”, “não troco o lote por nada”, valeu a pena apesar de muitas dificuldades, mas, “estamos estabilizados e a família feliz”, que é o mais importante.

Esta alegria é também retratada pelo assentado SJ3 (entrevista realizada dia 27/10/2017), ao nos apresentar sua primeira morada no lote, seu barraco de lona preta, que por um longo período foi sua casa no assentamento. Na Figura 13, o assentado exibe sua casa de alvenaria, fruto de sua luta diária na permanência em seu pedaço de chão.

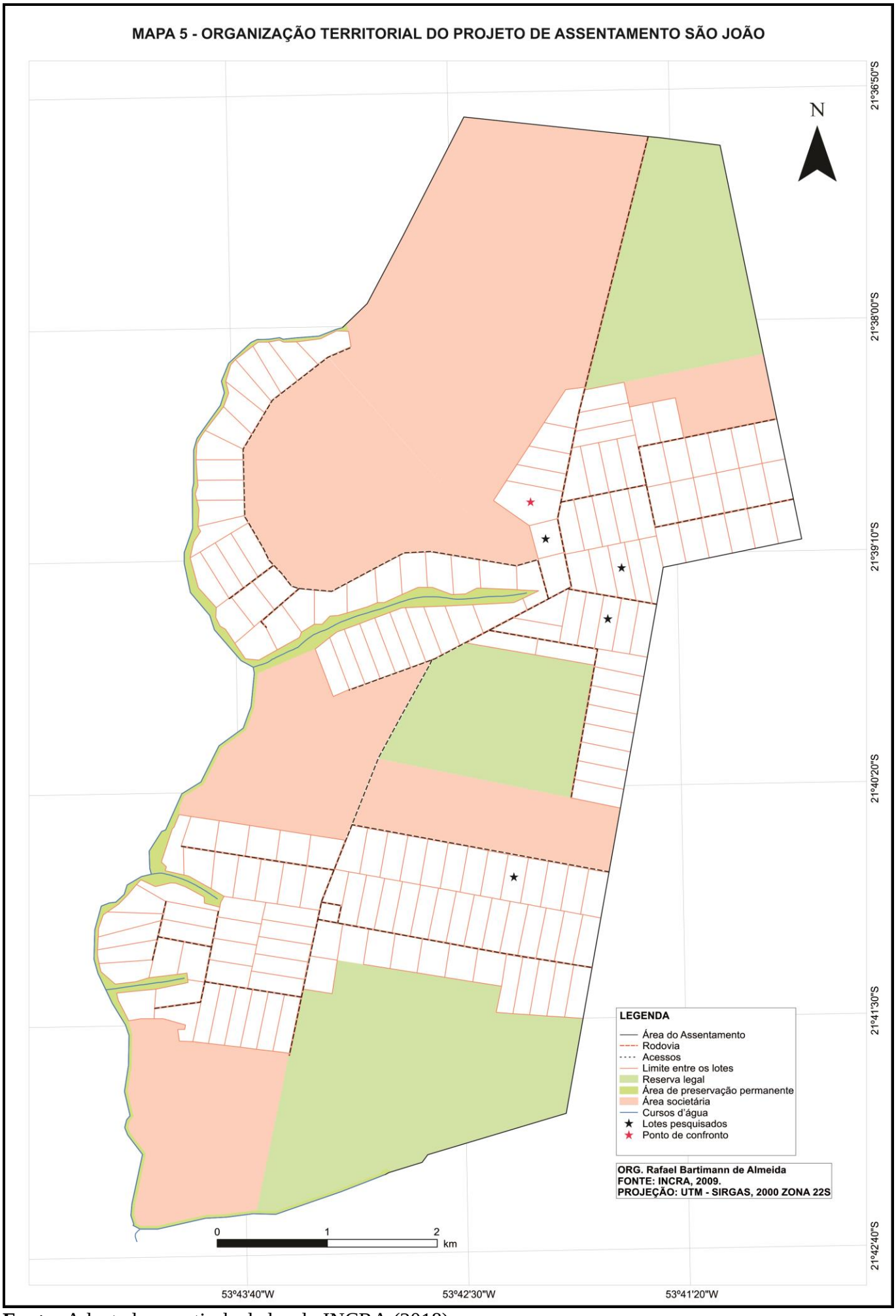
Figura 13: Do barraco de lona à casa de alvenaria no Assentamento São João (assentado SJ3).

Fonte: Moreira (2017).

No período de desapropriação e de manifestações dos acampados, as discussões e reivindicações, até então, eram direcionadas ao município de Nova Alvorada do Sul, porém, após as tratativas do processo de criação do Projeto de Assentamento São João, descobriram que a jurisdição da área deste assentamento pertencia ao município de Nova Andradina, que se quer tinha manifestado. Contudo, o INCRA não havia se posicionado. Somente após a leitura da posição geográfica da área do assentamento,

passou a direcionar as questões burocráticas referentes aos assentados, como o cadastro da DAP, educação, infraestrutura de estradas, enfim, de responsabilidade e atendimento do município de Nova Andradina, segundo o ex-presidente do STRAFNA e atual assessor jurídico o Sr. A. R. (relato realizado dia 20/08/2018 na sede do STRAFNA). Esta informação ressalta como a ausência do município de Nova Andradina é antigo aos assentados do PA São João, reforçando as declarações de nossos participantes da pesquisa, que possuem carência na recuperação das estradas, na promoção da saúde familiar, entre outros.

O Mapa 5 apresenta a organização territorial do Projeto de Assentamento São João adaptado de acordo com suas estruturas mapeadas pelo setor de cartografia do INCRA. Além dos lotes pesquisados, destacamos o local onde ocorreu os confrontos dentro do assentamento. Após os acampados entrarem na propriedade, para aguardar o corte dos lotes pelo INCRA, de acordo com nossos participantes, jagunços armados provocaram momentos de medo e terror as suas famílias, com disparos de arma de fogo e ameaças, com o intuito de intimidar e expulsar os acampados da propriedade. A luta pela desapropriação e ocupação da Fazenda São João foi organizada pela Central Única dos Trabalhadores de Mato Grosso do Sul (CUT/MS).



Fonte: Adaptado a partir de dados do INCRA (2018).

No Assentamento São João foi possível evidenciar que tanto o Estado como o Governo Municipal de Nova Andradina não oferecem a devida atenção ao Assentamento. Este desalento junto aos assentados somado à regularização de seus lotes e da área societária são alguns dos entraves ocasionados pela ineficiência do Estado, que contribui para as lutas enfrentadas em seus lotes. A limitada relação social e produtiva dos assentados com o município de Nova Andradina revela que a inoperância das políticas públicas potencializa este distanciamento, fazendo com que os assentados busquem relações socioeconômicas que permitam sua permanência nos lotes.

2.5 – Trajetórias de luta de famílias assentadas no município de Nova Andradina/MS

A pressão exercida aos camponeses, no que se refere à exploração e desenvolvimento do capitalismo no campo, revela uma configuração contraditória da formação dos assentamentos, que segue além da luta pela posse da terra. Fabrini (2003) relata que a resistência que os camponeses desenvolvem contra a ordem dessa exploração faz com que, em sua contradição, criem e recriem suas existências camponesas. Esta luta persiste diariamente dentro e fora dos lotes de assentamentos, bem como as estratégias de sobrevivência desses indivíduos pela permanência no campo.

Oliveira (2001), em seu trabalho “a longa marcha do campesinato brasileiro”, destaca que a trajetória camponesa no Brasil é uma luta diária, que está dividida em duas frentes: a primeira para entrar na terra, ao ter o direito da posse da terra, camponeses responsáveis de seu próprio lote; e a outra frente, tão penosa como a primeira, à luta pela permanência na terra, como protagonistas na produção de alimentos essenciais para a sociedade brasileira. Para o autor, a classe camponesa está em luta permanente para se estabelecerem em seus lotes nos assentamentos. Umas das carências nesta luta dos camponeses são as políticas públicas pouco eficientes, engendradas quase que somente na direção econômica, deixando-os à margem do acaso, sobretudo no assessoramento dos assentamentos rurais do município pesquisado.

Para Woortmann (1990), a luta pela terra pelos assentados está interligada com a produção de sua força de trabalho no campo. Características estas que são

particularidades dos camponeses, que, juntamente com suas famílias, buscam explorar suas áreas de terra, com o objetivo de promover seu desenvolvimento e permanência no campo. O autor entende que o campesinato, por meio da campesinidade, tem a família como centro da propriedade, com sua forma de vida e trabalho, não somente os fatores de produção, mas um olhar não linear, um local de troca de experiências, lugar de morada, seja ele no sítio ou colônia, alicerçada em categorias comuns dos camponeses, como terra, família e trabalho, que estão ligadas diretamente aos assentados de reforma agrária.

Almeida (2003) comenta que a luta pela terra é uma luta contra o capital, pois não é apenas a terra, mas o contexto de suas relações sociais e políticas que estão diretamente ligadas neste enfrentamento. A partir do momento que se tem um olhar amplo da questão agrária, é possível descrever que a reforma agrária, nos moldes distributivistas, acondiciona as ações socioeconômicas dos indivíduos, pois a apropriação da renda da terra pelo capital impede o trabalhador familiar camponês de se libertar do sistema capitalista, onde, de maneira involuntária, o mesmo se encontra em um "jogo", que o leva a um círculo de miséria no campo.

Em nossa pesquisa, as histórias de vida e luta pela posse da terra seguem trilhando caminhos com cenários nos mais diversos entendimentos do viver no campo. Encontramos na figura de uma assentada a força que muitos casais e jovens não possuem nos lares dos assentamentos rurais do município. Mulher, que após anos de luta, morando em barraco de lona no acampamento e por cinco anos no lote, juntamente com duas filhas pequenas e o marido, viu suas filhas, a mais velha e a do meio, irem embora para sua terra natal (Estado do Rio Grande do Sul).

Com as lágrimas contidas em seus olhos, demonstrou a falta que elas fazem, diante do que ela passou quando se separou do marido e, com a filha mais nova, que hoje mora na cidade de Nova Andradina, decidiu e persistiu continuar morando no lote. Mesmo sozinha, permanece em sua liberdade e zelo por sua casa, o cuidado com os animais, o plantio de mandioca, banana, laranja, condição ainda mais sofrida, pois o ex-marido, quando foi embora, vendeu metade do lote e não reparou a situação jurídica do título do lote, impedindo a assentada de requerer financiamentos junto aos recursos destinados para os assentados.

A espacialização e a territorialização da luta pela terra, relatada por Fernandes (1999) e expressa nos assentamentos rurais, fica evidente no momento em que iniciamos o reconhecimento da trajetória das desapropriações ocorridas no município

pesquisado. Em todos os assentamentos rurais pesquisados há dois fatores de relevância nesta fração de território. Primeiro, é quando se autoriza a desapropriação do latifundiário. Ao entrar na propriedade, espera-se o sorteio e o corte dos lotes, para que uma nova configuração seja construída nesta fração de território, antes dominada pela produção capitalista no campo.

No Quadro 10, apresentamos um comparativo sobre as (re) configurações territoriais ocorridas após a criação dos Projetos de Assentamentos em relação às propriedades capitalistas. Demonstramos suas áreas territoriais e famílias assentadas, bem como o novo contexto territorial de produção, manifestado no município de Nova Andradina após a instalação dos assentamentos.

Quadro 10: Assentamentos Rurais no município de Nova Andradina/MS, propriedade camponesa versus propriedade capitalista: dados comparativos.

Propriedade/Projeto	**Área (ha) / Lotes***	**Nº de Funcionários / Famílias Assentadas***	**Produção (principais atividades)**
Fazenda Teijin	28.497,8194	27	Pecuária
Assentamento Teijin	1.094*	1.056*	leite, mandioca, verduras, legumes, milho
Fazenda Santa Olga	1.492,5021	04	Pecuária
Assentamento Santa Olga	170*	168*	leite, frutas, verduras, legumes, queijos, milho
Fazenda São João	4.011,9000	estava arrendada à um grande proprietário de terra	Arrendada para pecuária
Assentamento São João	180*	172*	leite, criação de gado, verduras, queijos, mandioca, milho
Fazenda Santa Virgínia	29.859,9889	existia sete casas, mas, sem moradores	pecuária, grande parte da fazenda era mato**
Assentamento Casa Verde	471*	460*	leite, criação de gado, verduras, legumes, milho

***Informações obtidas a partir do Painel de Assentamentos do INCRA (2018).
**Segundo nossos participantes, no momento que chegaram à propriedade havia apenas as casas, uma sede, um curral e grande parte de mata fechada.
Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

O segundo fator relevante é o impacto grandioso, por meio da distribuição de lotes em uma propriedade, que antes possuía apenas 27 famílias residentes (no caso do Assentamento Teijin), e a partir do assentamento, começa-se a contar com mais de 1000 famílias assentadas. A territorialização criada por meio da luta dos assentados não beneficia apenas os trabalhadores, mas toda a comunidade do município de Nova Andradina. Na pesquisa, foi possível, por inúmeras vezes, nos deparar com veículos de entrega de empresas do município, seja nos ramos de materiais de construção, refrigeração, laticínios, entre outros fornecedores, que prestam serviços aos assentados. Este movimento fixa as relações no município de origem, circulando produtos e serviços, dinamizando a própria economia local.

Esta territorialização não ocorreu somente no Assentamento Teijin. O Assentamento Casa Verde, segundo o assentado CV1 (Assentamento Casa Verde, entrevista realizada dia 09/10/2017), no momento da vinda do acampamento na sede da Fazenda Santa Virgínia, existia apenas umas sete casas na propriedade, onde não morava ninguém, supondo-se que havia ali um grupo familiar, de acordo com as moradias. A realidade desta propriedade era diferente, pois a mesma já estava desapropriada, quando os acampados se instalaram, porém, vale ressaltar que foram assentadas mais de 400 famílias em uma propriedade improdutiva e em áreas ainda nativas.

No Assentamento Santa Olga, fruto da desapropriação da Fazenda Santa Olga, havia 04 famílias no momento de sua instalação[24]. Com o Projeto de Assentamento, foram assentadas mais de 150 famílias nos lotes. O Santa Olga foi o último assentamento a ser criado e possui algumas particularidades em comparação aos demais assentamentos do município. Primeiro, é o mais próximo do centro urbano, com facilidades de transporte, somado de vias não pavimentadas e pavimentadas em sua grande parte. O solo possui maior fertilidade, se comparado aos demais assentamentos, pois tem mais qualidades para culturas agronômicas, não somente a produção leiteira. Contudo, a distribuição das áreas dos lotes é menor que os demais assentamentos, onde os assentados, além do seu lote individual, consignam uma área chamada de "societária", que segundo Moreira (2014), não existe consenso entre os assentados em sua finalidade produtiva, que somados à ausência de orientação do INCRA, permite à

[24]Relato do assentado SO2, Assentamento Santa Olga - entrevista realizada dia 03/10/2017.

área se tornar reserva de arrendatários e, entre outras finalidades contrárias aos propósitos da reforma agrária.

O Assentamento São João não possui nenhum destes fatores analisados nos demais assentamentos. A propriedade se encontrava arrendada a um grande proprietário de terra (que possuía uma propriedade enfrente ao São João), com a criação de 1.800 cabeças de bois para engorda. A propriedade não possuía moradores, apenas uma casa na sede[25]. Neste assentamento, ocorreram eventos que são comuns nas desapropriações de terras para reforma agrária no país, pois "o arrendatário entrou em confronto com os assentados, no momento que estavam acampados dentro da propriedade, especificamente na sede perto da igreja". Aguardavam o corte dos lotes pelo INCRA. O fato foi relatado da seguinte forma pelo assentado SJ1 (Assentamento São João):

> Estávamos em uma reunião no final da tarde, quando passou em uma caminhonete F-250 quatro jagunços na carroceria, sendo um na direção e outro no banco do passageiro e dois em cima. Alcoolizados e alterados pararam a caminhonete e disparam com arma fogo (tiro de 12) contra nós. Ficaram em torno de 30 minutos em confronto, que atingiram os barracos, a cama, panelas e até a antena de celular foi alvejada (os assentados também revidaram os tiros). Após o confronto armado, conseguimos amarrar um jagunço e acionamos a polícia e, com eles foram encontradas duas armas calibre 12, três pistolas, quatro revolveres calibre 38, caixas de munição (70 caixas de 38) e vários cartuchos escondidos dentro de um cano. Depois da prisão não houve mais confrontos e apenas ajudamos o arrendatário a retirar o gado da propriedade. Seguido deste fato, o INCRA acelerou o processo de desapropriação, devido à repercussão do acontecido (assentado SJ1, Assentamento São João, entrevista realizada dia 27/10/2017).

Isso é fato constituinte da questão agrária brasileira, a violência é algo corriqueiro e não excepcional nas desapropriações de terra. O confronto promovido pelo arrendatário deveu-se ao interesse de compra que o mesmo possuía pela propriedade desapropriada. O fator que nos chama atenção é a audácia e a brutalidade do proprietário, em ordenar aos jagunços a atirar em homens, mulheres, crianças, mulheres grávidas e idosos que, já estavam acampados dentro da propriedade, aguardando apenas o corte dos lotes pelo INCRA. Segundo o assentado, os confrontos ocorreram mais de uma vez, sem vítimas fatais, mas um fato marcante foi de um filho de acampado, "que foi agredido fisicamente pelos jagunços, sendo necessário levar para atendimento médico pelos próprios acampados" (assentado SJ1, Assentamento São João, entrevista realizada dia 27/10/2017). Contudo, resistiram e perseveraram na terra.

[25]Relato do assentado SJ1, Assentamento São João - entrevista realizada dia 27/10/2017.

O Assentamento São João possui o mesmo sistema societário do Assentamento Santa Olga. No entanto, ao contrário do Santa Olga, a área societária do São João se encontra dentro de uma das reservas da assentamento, conforme a Figura 14:

Figura 14: Área societária[26] do Assentamento São João no município de Nova Andradina/MS.

Fonte: Moreira (2017).

As lutas continuam no Assentamento São João, pois este fica na divisa física entre os municípios de Nova Andradina e Nova Alvorada do Sul, onde os serviços de infraestrutura de estradas, educação e entre outros serviços necessários que o município de Nova Andradina (de acordo com o INCRA/MS é jurisdição do município o Assentamento São João) deveria atendê-los, mas não ocorre de maneira suficiente. Desta maneira, buscam meios mais práticos e rápidos para atender suas necessidades. Como, por exemplo, a Agrovila Pana, distrito pertencente ao município de Nova Alvorada do Sul (localizado as margens da BR-267), onde seus filhos estudam, por ficar mais próximos do assentamento, em torno de 28 km de distância, bem diferente do

[26]É uma área do PA destinada às ações coletivas de produção dos assentados, de maneira que, em conjunto organizem suas forças de trabalho, com o objetivo de obter melhores rendimentos aos assentados, além, do seu lote individual. Esta modalidade de organização está presente nos PAs Santa Olga e São João, porém, em nenhum dos assentamentos é praticada, pois, existem conflitos na divisão dos lotes (com o objetivo de individualizar), condições de mobilidade, áreas sem infraestrutura e, muitos acabam arrendando a outros assentados ou terceiros.

intervalo comparado ao distrito de Nova Casa Verde (pertencente ao município de Nova Andradina), localizado a mais de 50 km do assentamento. Por outro lado, aposentados vivem o conforto em seus lotes, após passar as lutas pelo o acesso a terra, conforme a Figura 15.

Figura 15: Propriedade do assentado SJ2 no Assentamento São João no Município de Nova Andradina/MS.

Fonte: Moreira (2017).

Do mesmo modo que encontramos nos assentamentos rurais do município de Nova Andradina recriações do campesinato, novas adaptações da força do trabalho, construções de casas de moradia no lugar dos barracos, currais para os animais, cercamento da propriedade, veículos na garagem, implementos agrícolas para o cultivo e manejo dos lotes, também fomos surpreendidos com lotes abandonados, apenas "com casa e caixa de água e sem moradores, arrendados, vendidos". O que nos chamou mais a atenção foi encontrar, no Assentamento São João (que possui mais de 10 anos de criação), lotes que ainda permanecem com barracos de lona, sem energia elétrica e água encanada, contudo sem morador no momento da pesquisa, conforme a Figura 16:

Figura 16: Assentamento São João, lote com barraco de lona, sem energia elétrica e água encanada, no município de Nova Andradina/MS.

Fonte: Moreira (2017).

A luta pela posse da terra, que Fernandes (1999) nos apresenta como a única alternativa que os acampados possuem para conquistar um pedaço de chão no Brasil, nos permitiu afirmar que esta luta permanece dia após dia nesta fração do território. A recriação do campesinato ocorre em condições, quando "se permanece anos em acampamentos", em seguida, "anos sem água e energia elétrica e sem moradia digna para a família". Estas condições revelam que a luta pela reforma agrária é diária, caso contrário, o seu cumprimento permanece tão somente na entrega dos lotes ou na desapropriação da propriedade. O Estado é o mediador e contribuinte desta conflitualidade nos assentamentos do município de Nova Andradina, pois, suas ações aceleram a vida produtiva dos assentados no cumprimento da política de reforma agrária, e esta inoperância, abandona os assentados na sua luta em permanecer no lote.

Em vários momentos da pesquisa foi possível ouvir o quanto a luta pelo acesso a terra melhorou as condições de vida dos participantes e suas famílias. A perseverança e a busca do trabalho "liberto", relatado por Oliveira (1990) em suas pesquisas e que foi ratificado por Almeida (2003) em seu trabalho nos assentamentos do Estado de Mato

Grosso do Sul, retrata a infinita alegria por parte dos assentados que em seu lote permaneceram.

As lutas para permanecer na terra iniciaram quase em sua totalidade nos assentamentos do município pela "produção de carvão", a única fonte de renda dos assentados ao entrarem nos lotes, mesmo porque tinham que limpar o lote que era cerrado (caso dos Assentamentos São João, Casa Verde e alguns lotes da Teijin, pois o Santa Olga já era invernada – aberta). E isso fez com que vários assentados abandonassem os lotes e fossem embora, conforme relato do assentado CV1 do Assentamento Casa Verde:

> No início saiu um fomento do PRONAF (não mencionou o valor, mas era insuficiente para manter-se no lote), somado com a **produção do carvão, pois,** uma das alternativas era abrir o lote com a derrubada do mato, para formar as pastagens e os cultivos, e com a madeira se produzia o carvão, que na época quem mais ficava a frente da produção era a esposa e os filhos, pois eu mesmo saia para trabalhar fora.
> É uma luta longa, eu sempre falei uma coisa, que eu queria poder ter um filme da luta que nós passamos às vezes uma coisa passou e você nem lembra assim na hora, mas se tivesse um filme pra você passar um filme o que nós passamos desse acampamento lá até hoje, muitos não iam acreditar. Porque nós somos do acampamento de Santo Inácio (município de Dois Irmãos do Buriti/MS), em torno de **80 famílias**, que desses 80 acampados, cerca de **15 ainda permanecem no assentamento, os demais não se encontram em seus lotes**.
> Muito assentados desanimaram, **venderam de graça**, foram embora, já não têm mais nada, outros possuem uma casinha às vezes na cidade, outros foram trabalhar de empregado, enfim, o assentado precisa **ter garra e força de vontade para permanecer nos lotes de assentamento rural** (entrevista realizada no dia 09/10/2017 – grifo nosso).

Mesmo diante de dificuldades e desafios, se mantendo com quase nada, lutaram pela posse da terra e o desejo de serem donos do seu próprio sustento. Como sempre, a família é a fonte de garra e superação dos assentados, pois esta união supera as condições de sofrimento nos lotes pela reforma agrária brasileira. Isso fica evidente nas palavras do assentado CV4 (entrevista realizada dia 16/10/2017 no Assentamento Casa Verde), que diz: "tem que ter o barraquinho de lona até fazer a casa", e a renda para se manter no lote é "a cara e a coragem". Seguido de muitas batalhas, a conquista da casa de alvenaria, o ar condicionado, o carro na garagem, a mobília de qualidade, entre outros, são frutos de muita luta, de conquistas e persistência no lote, que mesmo assim, não foi possível que os filhos permanecessem, trilhando outros caminhos.

A vida sofrida do acampamento, seguida das condições desfavoráveis no lote, depois de lutas e mais lutas pelo acesso a terra, se deparam com as relações na sociedade a qual constituirão suas famílias e sua “terra de trabalho”, como bem se referiu Martins (1986). O preconceito e a resistência em compreender a história de vida dos trabalhadores sem terra demonstram como a alienação em uma sociedade que inclui, ao passo que seja útil e necessário; caso contrário, exclui na mesma fração de território.

Woortmann (1990) revela que a força de trabalho do camponês é o trunfo para sua existência no campo. A resistência da produção camponesa está relacionada na sua interdependência de possuir em sua força de trabalho, a sua natureza de criar e recriar sua forma de vida nas mais diversas condições produtivas no campo. Enquanto o capital explora na força de trabalho do operário a geração de riqueza de suas mercadorias/serviços, o camponês, por outro lado, com sua força de trabalho, produz seu autoconsumo e, ainda, vende/troca o excedente de sua produção, contrapondo a ideologia da produção capitalista.

Capítulo 3: O papel do Estado e as relações de poder na luta pela permanência na terra nos assentamentos rurais

O Capítulo 3 abordará aspectos relacionados à participação do Estado na questão agrária do país, suas políticas e atuações na construção do conceito de reforma agrária, bem como a distribuição de terras a grandes latifundiários, na proposta desenvolvimentista do campo brasileiro. Outro aspecto a ser apresentado é a análise dos principais programas sociais de Estado para fortalecer os assentados no que concerne à produção, inserindo-os no campo dos negócios, por meio de políticas públicas de participação no mercado. Por fim, apresentaremos as políticas de assistência técnica rural, no âmbito estadual e municipal, pautadas no campo dos assentamentos rurais do município de Nova Andradina.

Outo ponto abordado são as relações de poder nesta fração de território capitalista que estes atores sociais estão permeados, onde tentam retrair suas vidas e suas tradições camponesas, arraigadas pela longa trajetória de luta no campo. A reinvenção social dos assentados, a partir de sua esperança pelo acesso e permanência na terra e sua produção camponesa, traduz que as relações de poder do Estado, de políticos locais, de empresas e do mercado como um todo, por mais que "tentem seduzir os assentados com políticas públicas", com o objetivo de conduzir a produção de alimentos dentro dos moldes da "agricultura familiar de negócios", procurando dragar os camponeses na produção capitalista, não são suficientes para impedir o campesinato nos assentamentos.

A partir disso, entendemos que o "termo luta não se refere apenas ao enfrentamento corporal e as manifestações físicas ou violentas (embates)", mas principalmente "questionamentos e diferentes formas de resistência das relações dominantes" de poder. Esta resistência, para Foucault (1988), está ligada ao poder, porque, onde existe poder, "haverá sempre a possibilidade de resistir", desta forma, o poder e a resistência não se anulam uma da outra. Tomamos o poder e a resistência aos assentamentos rurais, que são instituídos pelo poder do Estado, por meio da reforma agrária, porém, o poder dos grandes latifundiários se opõe a esta política, restando aos trabalhadores rurais sem terra a luta pela resistência ao poder dominante da posse de terras para que as políticas sejam efetivamente aplicadas.

Descrevemos, ainda, uma análise das políticas públicas de apoio aos assentamentos rurais e o papel do Estado em seu ordenamento territorial. A criação de políticas públicas que visam atender aos assentados de reforma agrária está diretamente ligada em como o Estado cumpre estas políticas. O acesso às políticas públicas deve ocorrer e, sem distinção, a todos os assentados de assentamentos do município de Nova Andradina/MS. Entretanto, em nossa pesquisa foi possível analisar que as políticas públicas de assistência técnica rural, de crédito, de venda de alimentos e, entre outras, está longe de ser um atendimento universal aos assentados. Questões como regularização de lotes, contratos de concessão de uso da terra, declaração de aptidão ao Pronaf, enfim, travam ainda mais o processo produtivo dos assentados, pois, sem a documentação necessária, que são de responsabilidade do Estado, ficam impedidos de acessar os programas sociais nos assentamentos.

3.1 - As configurações das relações de poder e suas perspectivas nos assentamentos rurais do município de Nova Andradina/MS

Os Projetos de Assentamentos são permeados por relações sociais de conflitualidades constantemente. As diversidades de relações pautadas aos indivíduos dentro e fora dos lotes marcam a face vivida de luta destes atores sociais do campo. Nesse pedaço de território, várias são as relações de poder manifestadas, e, por conseguinte, provocam transformações e rupturas sociais no consentimento ou não dessa camada de atores.

Para compreendermos as faces das configurações das relações de poder nessas frações do território nos assentamentos rurais, buscamos em Raffestin (1993, p. 16), na sua obra *"Por uma Geografia do Poder"*, contextualizar as manifestações sociais, que deixam evidente que a "territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais, que, de certa forma, é a face vivida da face agida do poder" sobre elas. Os ambientes de assentamentos rurais possuem várias relações sociais e conflitantes, que são dirigidas por indivíduos que buscam interesses e alianças para fins comuns ou objetivos particulares, sobrepondo aos assentados, aos seus líderes e outros interessados na comunidade local.

A problemática da territorialidade permite verificar o caráter próprio ou distinto das relações de poder que transitam nos meios sociais, sobretudo nos assentamentos rurais. O produto dos atores sociais que, para Raffestin, é o território, é também um produto vivenciado pelos indivíduos, mesmo se não participaram da configuração daquele novo meio. É comum dentro dos assentamentos a influência de mediadores, sejam intermediários ao propor preço em suas mercadorias ou na qualidade de fornecedor de insumos. Estas manifestações conduzem os assentados a vivências assimétricas em suas propriedades, pois cada um está em face de uma ação de poder em seu lote.

A produção territorial nos assentamentos está presente nas relações sociais que potencializam o poder dos indivíduos por meio da formação de sistemas organizativos pelos assentados ou mesmo os movimentos dirigidos por estes atores sociais, no que tange à luta pela posse da terra ou a reivindicação pela reforma agrária no país. Movimentos sociais que estabelecem relações de poder desde o período dos acampamentos, seguido da entrega dos lotes e acompanhamento na luta pela permanência na propriedade. Como todo território é formado por relações de poder, os assentamentos rurais são complexos sistemas de territorialidade da estrutura agrária do país, sejam eles apenas assentados, com sua cultura e dinâmica de vida própria ou um individuo imerso nas relações mercantis.

A questão agrária ultrapassa barreiras físicas e meramente econômicas em um assentamento rural. Suas relações sociais permitem “recriar a sua própria existência” segundo Fernandes (2015), sejam do indivíduo ou de sua família, sendo esta recriação o modo de contradizer a centralidade agrária do poder dos grandes sobre os pequenos do “moderno” ao “tradicional” do lucro à troca de mercadorias, contribuindo a novos redirecionamentos de vida no campo.

As relações de poder que permeiam os assentamentos rurais estão evidenciadas nos mais diversos eventos dentro desta fração de território. As relações existenciais descritas por Raffestin (1993) são evidenciadas, desde o período de acampamento, à entrada no lote, sua permanência e produção, e, ainda, nas organizações sociais instaladas dentro dos assentamentos. As cooperativas e associações são ambientes que exercem grande poder no processo organizativo dos assentamentos, pois são estas organizações que permitem acesso a programas de vendas de alimentos, aquisição de insumos e equipamentos agrícolas, unindo as forças dos assentados em um único objetivo, o fortalecimento e a permanência das pessoas no campo.

Em nossa pesquisa, foi possível compreender sobre o cargo de direção das cooperativas sob o olhar dos assentados. O assentado SO2 (entrevista realizada dia 03/10/2017 – Assentamento Santa Olga) nos declara o seguinte entendimento de direção de cooperativa:

> Precisa primeiramente nos assentamentos rurais preparar os futuros diretores, para que possam estar preparados em dirigir e organizar as cooperativas e associações de assentados. Muitos assentados se iludem com o poder da posição provisória do cargo na entidade, e acha que pode tudo, e não é bem assim. Como em qualquer instituição, seja em cooperativa, sindicato, associação, enfim, desde que você pegou um poder e começa a ficar "**arrogante"**, pode provocar conflitos com a coletividade, **"perdendo a força da união dos assentados"**. O **"poder na mão"** das pessoas **"pode provocar grandes rupturas sociais nas organizações coletivas dentro dos assentamentos rurais"** (grifo nosso).

A relação de poder que se estabelece na condição de presidente, diretor, fiscal e/ou qualquer outro cargo em uma organização social nos assentamentos rurais é algo transitório, de momento de mandato, sem aval de propriedade. O "poder na mão" e o "pode tudo", que se refere o assentado, deve possuir o propósito de fortalecer e criar condições de fortalecimento dos assentados no campo. Ao passo que esta condição se converte em ações para fins individuais e/ou de grupos ligados aos mesmos fomenta a discórdia entre os assentados, tornando a luta pelo acesso a terra "semelhante ao capitalismo que os instituiu como sem terra".

Outra condição de posição de poder está centrada nas relações de controle e ordem dos assentamentos, que Fernandes (2015) trata como "os grandes sobre os pequenos". Quando falamos de grandes em relação aos pequenos em nosso país, isso não é novidade, pois o Brasil concentra as maiores riquezas sob o comando de uma parcela pequena da sociedade, enquanto a grande maioria é subordinada a esta classe dominante. Mas o que acontece nos assentamentos é a "influência externa a favor de proprietários que não foram acampados", que, às vezes, nem assentado é, apenas possui lote ou lotes, conforme seu poder de compra para agregar capital. São condições que favorecem aqueles que não lutaram pela posse da terra, e, de maneira desigual no que se refere à legalidade dos lotes, perante aos seus primeiros acampados. Este evento foi relatado pelo assentado CV1 (Assentamento Casa Verde), que assistiu vários lotes adquiridos por "terceiros", sendo formalizados/legalizados de maneira mais eficaz do que dos próprios assentados.

> Dentro do assentamento já formado. Depois que veio os títulos, infelizmente o meu não veio ((risos)), mas **"outros conseguiram comprar**, **legalizar e passar a documentação"**.
> A pessoa que procura vender busca sempre quem tem **"influência"**, com isso, a interferência externa junto aos órgãos competentes, contribui com as **"legalizações"** pertinentes a posse da terra (assentado CV1, entrevista realizada dia 09/10/2017 – Assentamento Casa Verde - grifo nosso).

Os tratamentos diferenciados que ocorrem nos órgãos públicos não são raros, mas em se tratando das relações sociais no campo isso é mais recorrente, sobretudo nos assentamentos rurais. A ausência de assistência rural pelo INCRA e as dificuldades provenientes do próprio dia a dia dos assentados, aliado ao desconhecimento das burocracias institucionais, os tornam ainda mais fragilizados no campo. Não bastando estas situações procedentes da questão agrária brasileira, os assentados passam a ver privilégios e/ou facilitações estendidos a outros (podem ocorrer com terceiros, ou até mesmo, com assentados ligados a pessoas influentes na sociedade) que possuem lote(s) nos assentamentos, que, na maioria das vezes, são "terceiros" e/ou até mesmo assentados, em virtude de influências de políticos ou partidos coligados ou pessoas ditas da sociedade, com objetivos de legalização de lotes, vantagens de informações, compras/vendas de lotes entre outras negociações.

Em outro momento, um depoimento revela tensões entre autoridades competentes do INCRA e assentado. Teria ocorrido uma condição de quase exclusão do assentado de seu lote, fazendo com que o mesmo fosse obrigado a se deslocar a Campo Grande para se defender de palavras incitantes de abandono do lote e demais acontecimentos relatados por um dos servidores do órgão. Conforme relato do assentado CV2, ele foi surpreendido em um momento tenso e doloroso de sua luta pela posse de seu lote:

> Recebi uma notificação (cartinha) do INCRA para comparecer na sede da instituição em Campo Grande. Era um momento difícil para mim, pois na época minha mãe estava doente e internada em um hospital de Campo Grande. Quando cheguei à sede do INCRA procurei o gerente da instituição na época, e o mesmo me disse: **que eu não morava aqui no assentamento, que eu morava fora do assentamento**. Eu respondi a ele que estava de brincadeira comigo, e repliquei a ele questionando que ele não passa em meu lote, e o mesmo questionou mais uma vez: "não, eu passo lá e eu não te vejo". Foi uma discussão feia, onde este gerente me acusava não ser o assentado que "morava no meu lote", dizendo que havia outra pessoa lá dentro. Mesmo afirmando que morava no lote, o mesmo me ameaçou dizendo: "**Você perdeu o seu lote"**. Depois deste fato, descobri que o outro

> lote, vizinho ao meu, "**era desse representante do INCRA**" (assentado CV2, entrevista realizada dia 17/10/2017 – Assentamento Casa Verde - grifo nosso).

Este evento nos permite afirmar que as relações de poder que circulam os espaços de assentamentos rurais manifestam dimensões das relações presentes na questão agrária do país. A luta pela posse da terra no Brasil é submetida por manifestações contraditórias e particulares em cada assentamento, porém, as problematizações de poder, sustentadas por Foucault (1988), revelam que as relações de poder estão em todos os níveis, em todas as comunidades, evidenciadas desde o grande ao pequeno, do Estado ao povo, do assentado aos assentados. Não podemos nos limitar a pensar que o poder se encontra apenas na classe dominante, mas vários pontos intermediários tentam influenciar e se apropriar desta influência. Quando se busca compreender as relações existenciais de poder, precisamos entender como estas relações se dão e se colidem, pois a fração de território dos assentamentos possui desde assentados, consumidores, eleitores, famílias, estudantes, enfim, uma rede de pessoas que se relaciona em vários meios da sociedade e forma as sociedades locais.

A trajetória de desapropriação, de acampamentos e a entrada na propriedade pelos assentados percorre vários momentos conflitantes, compilados pelas relações de poder nesta fração de território capitalista. Entre eles, estão o Estado, que possui o poder de institucionalização e criação dos projetos de assentamentos, os proprietários de terra, que possuem a centralidade agrária de posse e monopólio da terra e os movimentos sociais e sindicatos ligados na luta pela terra, que lideram e influenciam os locais e as formas de organização de seus acampamentos. Foram analisadas situações manifestadas, na qual os assentados/acampados estiveram engendrados sobre relações existências de poder na criação e na permanência nos projetos de assentamentos do município de Nova Andradina/MS.

Iniciaremos pelo Assentamento Teijin, criado pela desapropriação da Fazenda Teijin, onde os assentados foram submetidos a anos de espera em barracos de lona, as margens da rodovia MS-134, pela autorização do Estado. Além da morosidade do Estado, a qual o INCRA é o responsável pela administração da reforma agrária no país, na esfera federal, outro ponto contribuiu de forma ainda mais penosa aos assentados do PA Teijin. Por ser de propriedade de um grande grupo empresarial japonês, várias foram as decisões judiciais favoráveis e desfavoráveis à desapropriação. Com o poder

de possuir uma assessoria jurídica sublime, oprimindo os assentados na não desapropriação em todas as instâncias legais possíveis, até então a ministra, Ellen Gracie, decidir favorável a desapropriação e a retirada total dos animais da propriedade. As idas e vindas de ordens judiciais, em momento algum deixou os assentados intimidados, pois não iriam deixar de resistir nunca pela desapropriação das terras, segundo relato de nossos participantes. Estas problematizações, que, para Foucault (1988), é chamado de contrapoder, institui os mecanismos de resistência que os assentados possuem em sua luta pela posse da terra.

A territorialidade, descrita por Raffestin (1993), que foi manifestada no Assentamento São João, evidencia que o poder do mais forte acomete àqueles que estão à margem de políticas públicas inoperantes em sua escala espacial. Mesmo que ocorra a desapropriação, podem ocorrer novas relações existenciais que se manifestam de acordo com os interesses daquela fração de território capitalista. Nesta territorialidade, foi manifestado o domínio de quem já estava naquela propriedade, não o proprietário, mas o mais interessado pela fazenda, o arrendatário.

Conforme relato de nossos participantes, o poder do monopolista de terra ultrapassou o diálogo e a esfera judicial, mas, a agressão física e moral, com a força de arma de fogo e com intimidações, com o objetivo de expulsar os assentados que aguardavam o corte de seus lotes. A resistência ocorreu por parte dos assentados, mesmo em momentos de terror vividos pelas famílias, permaneceram sob ameaças de jagunços armados, que chegou a ser manchete nacional. Após a prisão dos pistoleiros pela polícia militar, aguardaram o corte dos lotes pelo INCRA, retomando o ciclo de relações de poder a espera da efetividade das políticas públicas de reforma agrária do país.

No Assentamento Casa Verde, de acordo com o assentado CV1 (entrevista realizada dia 09/10/2017), a desapropriação da Fazenda Santa Virgínia trouxe benefícios ao proprietário da terra, que interessado pela venda, procurou o INCRA para a negociação. Grande parte da propriedade era cerrado, possuindo apenas uma sede e algumas casas, contudo, a propriedade necessitava de investimentos para sua produção e na criação de animais. Os assentados foram conduzidos pela FETAGRI para acampar na sede da propriedade e aguardar o sorteio dos lotes. A entrega dos lotes feita pelo INCRA aos assentados acrescidos de incentivos, como “toma se vira, o lote é esse aí”, relatado por nossos participantes, revela as lutas que ainda continuam para estabelecer sua reprodução social/familiar e sua produção camponesa. Mais uma etapa de

resistência dos assentados na construção de sua vida no assentamento transcorre. Primeiro, para desbravar, ou melhor dizendo, “desmatar o seu lote”, e, em segundo, criar/recriar sua organização de produção camponesa, opondo o território de produção capitalista existente.

Encontramos, no Assentamento Santa Olga, assentados que também estiveram acampados no Teijin. Mas, receberam o convite do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Batayporã, que poderia ser desapropriada a Fazenda São José, no município de Nova Andradina, por isso, acamparam as margens da rodovia BR-376, em frente ao extinto Frigorífico Independência, atualmente JBS S/A. Porém, este acampamento teve que ser deslocado para baixo da entrada do frigorífico, pois estava “atrapalhando os grandes compradores de carne da empresa”, segundo o relato do assentado SO1 (entrevista realizada dia 24/01/2018).

Em seguida, os acampados foram orientados pelo Sindicato que a Fazenda Santa Olga, estava em processo de desapropriação. Por isso, migraram com o acampamento até a frente da propriedade (sentido Nova Andradina-Ivinhema na rodovia BR-376, em torno de 8 km do acampamento da Fazenda São José). Os próprios assentados tinham dúvida sobre tal desapropriação, pois a propriedade estava toda estruturada, com cercamento, pastagens para o gado, curral e contava ainda com uma sede recém-construída pelo proprietário, avaliada em mais de um milhão de reais (especulações dos assentados). A garantia de continuar acampado chegava tanto dos funcionários do INCRA como do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Depois de dois anos acampados, funcionários do INCRA autorizaram os acampados para mudar para dentro da propriedade e aguardar o corte dos lotes.

Outro ponto que domina as relações produtivas dos assentados refere-se à comercialização de sua produção. Como a organização de cooperativas nos assentamentos do município de Nova Andradina são pouco eficientes (somente a Coopaolga está ativamente funcionando), no auxílio da comercialização da produção dos assentados isso permite a entrada de fornecedores externos e, principalmente agroindústrias, como, por exemplo, as beneficiadoras de leite, que além de adquirir o leite dos assentados, fornece resfriadores para o armazenamento da produção, de forma individual (próprio) ou coletiva aos assentados (fixo em uma propriedade de acesso aos assentados). Essa dominação na aquisição e armazenamento do leite, bem como os insumos utilizados como forma de troca com a venda de leite está mais presente nos Assentamentos Teijin e Casa Verde (onde possuem vários fornecedores de compra de

leite), porém, os Assentamentos Santa Olga e São João passam por condições similares.

3.2 – O papel do Estado no ordenamento da questão agrária brasileira

O entendimento do poder do Estado na estrutura fundiária no Brasil é representado pelas ações ao longo dos tempos. O próprio Estado é criador dos conflitos agrários no país, sobretudo na contra reforma agrária, ou ainda, na não reforma agrária, como já elencada pelos pesquisadores Octávio Ianni e Bernardo Mançano Fernandes. Partir do princípio de abrir novas fronteiras, desenvolver novos horizontes, ampliar a capacidade produtiva, colonizar regiões não povoadas ou pouco exploradas, enfim, a ideia dessa dimensão decorre das decisões do Estado. Por isso, legalizar o que não é legal, dar posse a quem não é de direito ou quem não conquistou este direito de maneira "limpa", pode provocar consequências irreversíveis, distribuindo de forma desigual ou nula o que antes era de todos ou de uma classe já de direito, como os índios, os posseiros, os camponeses, etc.

Para Ianni (1994), é histórico o debate sobre como a sociedade e estados se relacionam, qual deles deveria ser subordinado a quem. Cada Estado possui suas histórias e tradições adquiridas com o tempo, ou seja, existe uma sociedade em cada Estado, porque vivemos em estados. Ianni (1971) ressalta que, no período governamental de Juscelino Kubitschek (1956-1960), solidificaram-se as relações entre o Estado e a economia, onde o Estado garantia forte atuação à expansão do capital estrangeiro, bem como a dependência do país junto ao sistema capitalista globalizado. As políticas econômicas seguidas pelos diferentes governos brasileiros oscilam entre duas tendências, que partem da criação de um capitalismo nacional e associar-se ao capitalismo mundial, denominada de estratégia de desenvolvimento dependente ou modelo econômico brasileiro.

Segundo Ianni (1979, p. 15), foi durante os anos 1964 a 1978, que o "estado brasileiro foi levado a realizar uma política econômica agressiva e sistemática de subordinação da agricultura ao capital". Neste período, medidas governamentais adotadas propiciaram a aceleração e a generalização do desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo no campo, como ressalta o autor. Mediante estas medidas, criaram o capitalismo dependente, no qual o mecanismo do Estado foi agarrado

vastamente pelo capital monopolista nas atividades agrícolas do país em meio à monopolização de posse das terras, ocorrendo sob condições políticas e econômicas extremamente agressivas e repressivas.

Para Fernandes (2000, p. 45) os objetivos dessas colonizações eram:

> Colonizar para não reformar era, também, o objetivo dos militares para manter o domínio sobre a questão agrária. Nos anos setenta, o governo iniciou vários projetos de colonização, principalmente, na Amazônia e no Centro-Oeste, em conjunto com empresas privadas e órgãos públicos. A colonização foi imposta como forma de controlar a questão agrária sem fazer a reforma agrária.

Com o poder estatal a serviço do capital monopolista, nacional e estrangeiro, a terra se tornou "reserva de valor", segundo Ianni (1979, p. 236), e, com isso, a apropriação de terras devolutas, tribais e ocupadas foram facilitadas a desenvolver atividades econômicas extrativas, agropecuárias, entre outras com um modelo de reforma agrária colonizadora dirigida de forma oficial e/ou particular, com o objetivo de "distribuir as terras a alguns trabalhadores rurais sem terras do Nordeste, do Centro-Sul e também no Oeste e no próprio Norte", o que o autor nomeou de Contra-Reforma Agrária.

O regime militar responde por uma grande parcela dos conflitos da questão agrária no país. Martins (1994) manifesta em sua obra "o poder do atraso" que o governo centralizador militar, juntamente com as oligarquias são responsáveis pela regulação de alternância no poder republicano brasileiro. Ressalta que o militarismo era repressivo e centralizador do poder, porém, não contrariava os grandes proprietários de terras. Exemplo disso foi à viabilização da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), por Getúlio Vargas, não contemplando os trabalhadores rurais que viviam em uma relação de trabalho de dependência pessoal e de escravidão.

Com a criação da Lei de Terras (que instruía o impedimento o acesso à propriedade de terra pelos trabalhadores rurais) e o Estatuto da Terra, o regime militar procurou classificar o que seria latifúndio para distinguir entre terras desapropriáveis de terras não desapropriáveis. Martins (1994) relata que na década de 50 e 60, no Brasil, a questão agrária se revelou em meio às relações de classes como um instrumento de mudança e transformação social e econômica. Vistos as lutas camponesas no mundo,

percebeu-se o seu fator de desestabilização da ordem social e política tradicional, fundamenta na propriedade da terra.

Por outro lado, criaram-se mecanismos para legalizar as terras, com isso, a aquisição pelos empresários (produto de grilagem), como forma de compensação, os proprietários recebiam incentivos fiscais, para tornar a terra produtiva, exemplo ocorrido no Estado do Amazonas. Por meio disso, o regime militar modernizou a propriedade da terra, afastando as possibilidades de uma reforma agrária radical, que levaria à prática de expropriação dos grandes latifúndios. Por conseguinte, "comprometeu os grandes capitalistas com as propriedades fundiárias e suas implicações políticas" (MARTINS, 1994, p. 80).

O enfrentamento entre o capitalismo e o campesinato, ditado pela resistência do camponês ao capital, inscrito em uma perspectiva de classe, possui uma característica singular dos camponeses que é sua capacidade de produzir os seus meios de autoconsumo. Diante desse embate de interesses, o Estado é chamado a intervir, sabendo-se que a produção camponesa é primordial para o abastecimento de alimentos ao mercado interno do país, por isso, tende de modo pontual inserir políticas públicas para atenuar estas contradições para que esse equilíbrio fragilizado seja preservado (PAULINO, 2006).

Para Martins (1994), no Brasil, o atraso é instrumento do poder, que faz da propriedade da terra o centro histórico do sistema político atuante no país. Este sistema político renovado e o capitalismo moderno impedem a constituição e a evolução da sociedade civil brasileira, bem como a cidadania do povo. A sociedade é instrumento do Estado e dominada pelo mesmo por meio de políticas do clientelismo e da subordinação pela base tradicional patrimonial rica do país. Com isso, ocorrem fortes opressões, no que diz respeito à distribuição de terra aos sem terra no Brasil, pois o atual cenário político brasileiro visa atender o sistema político capitalista, em contradição à organização de produção camponesa, atribuídos à política da agricultura familiar nos assentamentos rurais.

Oliveira (2009), em seu texto "a política de reforma agrária no Brasil", trata a chamada modernização da agricultura como a transformação de empresários capitalistas industriais e urbanos em latifundiários. Exemplos disso são os complexos agroindustriais, agropecuários, confinamentos, entre outros, que, na verdade, querem dizer que...

> [...] a concentração da propriedade privada da terra atua como processo de **concentração da riqueza e do capital**. Seu desenvolvimento se faz, principalmente, através da fusão em uma mesma pessoa do capitalista e do proprietário de terra. Foi, portanto, por isso que **na década de 90 as lutas pela reforma agrária aprofundaram-se e o Estado** teve que responder com políticas públicas de assentamentos fundiários (OLIVEIRA, 2009, p. 27 – grifo nosso).

A permissão de políticas públicas de acesso a terra sempre foram barradas pelas elites brasileiras e o Estado, controlador deste acesso, não só permitiu pactos como o golpe militar de 1964, mas tornou capitalistas do Centro Sul do país os maiores latifundiários que a história humana registrou, sobretudo no Estado de Mato Grosso do Sul, que possui mais de 5 milhões de hectares de terras improdutivas (OLIVEIRA, 2009). No Quadro 11 apresentamos a distribuição de terras em nosso país, de acordo com o Relatório do DATALUTA Brasil (2017), quando, nota-se que proprietários de terras que possuem mais de 1.000 há, representam próximos de 2% do total de imóveis, porém, são detentores de quase 60% da área total fundiária do país.

Quadro 11: Estrutura Fundiária Brasileira em 2014.

Classe de Área (ha)	Total de Imóveis	% dos Imóveis	Total de Área (ha)	% de Área
Menos de 10	2.208.467	35,968%	9.713.045,19	1,312%
de 10 a menos de 25	1.499.140	24,415%	24.305.032,47	3,283%
de 25 a menos de 50	932.481	15,187%	32.802.217,70	4,430%
de 50 a menos de 100	665.642	10,841%	46.170.133,05	6,236%
de 100 a menos de 500	645.700	10,516%	133.446.464,51	18,024%
de 500 a menos de 1.000	93.658	1,525%	65.276.368,53	8,816%
de 1.000 a menos de 2.000	48.234	0,786%	66.717.495,31	9,011%
de 2.000 a menos de 5.000	36.639	0,597%	108.793.966,83	14,694%
de 5.000 a menos de 10.000	7.100	0,116%	50.696.144,66	6,847%
de 10.000 a menos de 20.000	1.591	0,026%	21.770.955,74	2,940%
de 20.000 a menos de 50.000	879	0,014%	26.261.973,04	3,547%

de 50.000 a menos de 100.000	222	0,004%	15.806.316,49	2,135%
100.000 a mais	365	0,006%	138.641.532,26	18,725%
Total ===>	**6.140.118**	**100%**	**740.401.645,78**	**100%**

Fonte: Adaptado a partir de dados do DATALUTA (2017).

Enquanto o volume de terras está em posse dos grandes latifundiários, por outro lado, os assentamentos rurais estão classificados na área que detém mais de 50% dos imóveis registrados. Quando confrontamos as duas classes de área iniciais (menos 25 ha – representam mais de 90% de nossa pesquisa) da estrutura fundiária brasileira de 2014, com a do ano de 2012, revelamos uma estagnação na quantidade de imóveis desta classe, com modestos 1% de aumento. As informações reafirmam as pesquisas realizadas pelo DATALUTA (2017), sobre a não realização de reforma agrária nos últimos anos no Brasil, sustentados pelo poder da centralidade agrária do país.

O atraso arquitetado pelo sistema político, descrito por Martins (1994) e as contribuições de Ianni (1994), vem confirmar o que nossa pesquisa encontrou em termos de política agrária nos assentamentos rurais, bem como a condição verdadeira e prática da reforma agrária brasileira, representadas nesta fração de território. O descaso e o desrespeito aos acampados mostram como os critérios desta reforma, não estão aplicados de maneira a garantir o acesso a terra, mas "a penosidade de se manterem vivos na luta pela terra até conseguir entrar no lote". Não que ao entrarem no lote, a morosidade e ausência dos órgãos competentes sejam menores ou maiores, mas o tratamento vivido pelos assentados em garantir a sua reprodução camponesa.

Isolados dentro de uma fração de terra, mediante a necessidade da sobrevivência, o Estado, que deveria estar presente em todos os momentos, antes, durante e depois da tão sonhada luta pela terra, simplesmente se exonera deste dever, restando apenas o que a nossa participante nos relatou:

> O sorteio do lote foi no canequinho, todos tiravam um número. Noutro dia seguido ao sorteio, fomos olhar o lote, mas, **"olhar e vir fazer o quê"?** Não tinha por onde entrar no lote (mato fechado), não possuía estrada, era somente uma divisa e uma picadinha realizada pelo INCRA. Depois que fizeram uma estradinha de grade, entramos no lote, "agora vamos encarar a vida", pois, nos disseram no dia do sorteio, o "**número do teu lote é 373 se vira agora"**, tá lá.
> Logo ao receber o lote, foi bem difícil, tivemos vários momentos que dava vontade de desistir, mas **"encaramos a vida"**. Não tínhamos domingo, nós

> não tínhamos sábado, era trabalhar direto sem parar, até mesmo em noites com lua clara, pois era eu e o marido e as filhas pequenas (assentada CV3, entrevista realizada dia 13/10/2017, Assentamento Casa Verde – grifo nosso).

A força da resistência camponesa relatada pelo assentado ao dizer: "vamos encarar a vida", reafirma o poder do campesinato nos assentamentos rurais. Chayanov (1981) ressalta que a produção camponesa não pode ser analisada sobre as conjunturas econômicas modernas, ou melhor, dizendo, o capitalismo. Este processo de produção está baseado na produção e no sustento familiar. O autor revela ainda que, essa luta trata que o princípio básico de organização da produção camponesa, está construído no atendimento de suas necessidades, configurado respectivamente como uma unidade de produção e consumo, e ainda:

> Não conseguiremos progredir no pensamento econômico unicamente com as categorias capitalistas, pois uma área muito vasta da vida econômica (a maior parte da esfera de produção agrária) baseia-se, não em uma forma capitalista, mas numa forma inteiramente diferente, de unidade econômica familiar não assalariada. Esta unidade tem motivações muito específicas para a atividade econômica, bem como uma concepção bastante específica de lucratividade. (CHAYANOV, 1981, p.133-134).

O retrato desta passagem se repete aos assentados do Assentamento Casa Verde, claro que, cada um com seu desafio, sofrimento e coragem de continuar perseverando no lote. A caráter do Estado, não está apenas no "se vira, o lote está lá, agora trabalhe e cuide", mas na assistência mínima de uma condição de dificuldade em todos os sentidos, iniciando pelas necessidades básicas de vida, como alimentação, higiene, água potável e energia elétrica, pois a falta destas condições elementares de sobrevivência coloca em risco a vida dos assentados e a anulação do Projeto de Assentamento, enquanto programa social no campo. Destacamos mais um trecho da dificuldade da instalação de água e energia nos lotes do Assentamento Casa Verde.

> **O primeiro poço foi instalado pelo INCRA depois de 10 anos do sorteio dos lotes** e, o mesmo não possuía encanamento para o lote. Como não tínhamos dinheiro para compra encanamento com 2400 metros, precisamos nos reunir em três famílias, porém, a água não chegava, pois o consumo era muito.
> Depois de um tempo, conseguimos puxar o encanamento para o lote, pedindo autorização dos demais lotes até chegar à tubulação direta ao lote.
> Foi solicitado para a prefeitura de Nova Andradina um caminhão pipa para abastecer os lotes com água, a frequência era semanal, até conseguirmos um

> depósito para deixar reservado, principalmente para usar na produção de carvão, pois para o consumo esta água não era boa. Neste período nós buscávamos água para o consumo no Angico, até a instalação do poço e o encanamento aos lotes. Rezávamos pra chover para colocar as vasilhas embaixo da goteira, devido esta condição no abastecimento de água.
> **A rede de energia elétrica demorou em ser ligada, nem lembro o ano que chegou**. Os primeiros vizinhos com recursos próprios puxaram por conta própria energia elétrica aos lotes, nos convidou para participar, mas não tínhamos condições financeiras suficientes. Quando anunciaram que a rede seria instalada, lembro "que nós **compramos freezer e liquidificador, porém, ficaram desligados mais de ano** até a rede ficar pronta e chegar aqui no lote" (assentada CV3, entrevista realizada dia 13/10/2017, Assentamento Casa Verde).

Momentos de angústia e de total abandono pelos órgãos competentes, que contribuíram nas inúmeras desistências de assentados nos lotes do Assentamento Casa Verde. Ao transitar pelas estradas e travessões do assentamento, é possível avaliar a dimensão da dissidência de assentados, promovendo um novo território capitalista dentro do assentamento, próximo ao da Fazenda desapropriada, que, segundo relatos, existem propriedades com 2 lotes e que podem chegar até 15 (passando de 200 ha) em alguns casos, formando latifúndios dentro do assentamento, segundo o assentado CV1 (entrevista realizada dia 09/10/2017 – Assentamento Casa Verde).

A política de Reforma Agrária é um desafio nos assentamentos rurais, ficando evidente em nossa pesquisa, como o "é necessário que o Estado esteja mais presente no cumprimento desta política", e, ainda:

> Porque se funcionasse todos os assentados que receberam o sítio estavam lutando em seu lote. No entanto as políticas públicas de reforma agrária e o compromisso do INCRA colaboram para a desistência, venda ou troca dos lotes. Tem famílias que batalham, acampam e lutam pela posse de terra e não conseguem, por outro lado, como ocorreu com meu vizinho de sítio (lote), já **passou por mais de 10 mãos**, e o que adquiriu por **último conseguiu o título de posse do lote**. Eu acho que se eu ficar acampado que nem eu fiquei, pra pegar um pedaço de terra, é pra eu viver em cima do lote, não posso pegar e passar pra frente e fazer dinheiro. Por isso que eu não acredito na reforma agrária do Brasil e, piora a cada dia com as políticas públicas atuais, exemplo disso está em nosso assentamento, que das 480 famílias assentadas na criação, se tiver, 10% aqui (assentada CV3, entrevista realizada dia 13/10/2017, Assentamento Casa Verde).

A moradia nos lotes segue critérios particulares em cada assentamento, pois os nossos participantes do Assentamento Casa Verde não receberam o fomento para a

construção da casa, porém, já os assentamentos Teijin e Santa Olga foram beneficiados pelo recurso.

3.3 – Programas sociais de desenvolvimento mercantil/social nos assentamentos rurais

Os programas e as ações estabelecidas pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA juntamente com a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) visam o fortalecimento e apoio aos assentados nos assentamentos rurais. Dentre os quais, o acesso ao crédito rural, à assistência técnica, à geração de renda, à agregação de valor, entre outros que contribuem e promovem o desenvolvimento no campo brasileiro. Porém, em virtude de falta de documentos, de assistência técnica e o cumprimento ativo do Estado, no que tange a reforma agrária nos assentamentos do município de Nova Andradina/MS, os assentados ficam impedidos de acessar as políticas públicas. É necessário um atendimento justo aos assentados do município, para que os programas sociais sejam efetivamente direito de todos na produção camponesa nos assentamentos do município.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF[27]), criado em meados de 1996, financia projetos individuais ou coletivos, que buscam criar fontes de renda aos assentados da reforma agrária. O programa discute sobre a necessidade do crédito, seja para o custeio da safra ou atividade agroindustrial, investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários e, ainda, o Pronaf Mulher, Pronaf Jovem, Pronaf Agroindústria, Pronaf Eco, Pronaf Floresta, Pronaf Agroecologia, entre outros.

O PRONAF está aplicado em todos os assentamentos do município de Nova Andradina. A sua finalidade de fortalecimento aos assentados em seus lotes foi confirmada em nossa pesquisa. Todos os investimentos e aquisições realizadas nas propriedades contaram com a participação do mercado local, na venda de insumos para a reforma das pastagens, no cercamento do lote, nos refrigeradores de leite, na construção das casas, na ordenha mecânica, na aquisição de vacas/touros/bezerros para

[27]Criado em substituição ao PROCERA (Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária).

leite e corte, entre outros, suprimentos adquiridos exclusivamente para serem empregados no processo produtivo dos lotes e no bem estar dos assentados.

No Assentamento Casa Verde, o mais antigo do município, criado em 1987, alguns assentados tiveram o acesso ao PROCERA primeiramente, depois ao PRONAF, no início da década de 1990. O crédito contribuiu para a abertura do lote, no período que era cerrado e as atividades estavam ligadas aos fornos de carvão para o sustento das famílias. Com isso, foi possível estruturar os lotes com a aquisição de gado leiteiro, resfriadores para armazenar o leite, na reforma das pastagens e abertura dos lotes, entre outros. Lembrando que este crédito está condicionado ao assentado que possui a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), desde que não possua nenhuma pendência em seu lote, permitindo o acesso aos projetos do financiamento.

No Assentamento Teijin, criado no ano de 2002, os assentados tiveram acesso ao PRONAF somente após o ano de 2010, em virtude de registros pendentes do INCRA. O relato do assentado a seguir descreve como a linha de crédito pode colaborar para a estrutura do lote, na vida do assentado e de sua família, bem como na circulação de relações comerciais no território no qual está inserido:

> Em fevereiro de 2012 saiu o valor de 20 mil reais. A AGRAER realizou os cadastros dos assentados. Primeiro investi no gado, fiz um projeto para a compra de um tourinho e cinco vacas acompanhadas, e quatro (novilhas) prenhas, no valor de dois mil por cabeça. Como eu consegui comprar um gado mais barato, me sobraram sete mil reais. Com este valor comprei 22 folhas de ternite grande, construí uma mangueira com dez metros de comprimento, comprei um tanque para minha esposa lavar roupa, um tambor para coletar o leite, carriola e, ainda, um reservatório de água com oito mil litros e uma boa de arame. Além da estrutura do lote, construí um banheirinho ali no fundo também, compramos pedra brita, cimento, ferro, e o transporte do gado. Eu sei que se a gente contar o tanto de coisa que eu fiz com esses sete mil, eu investi tudo em cima do sítio, adquiridos aqui no município (assentado TJ2, entrevista realizada em 11/10/2017 – Teijin).

As situações conflitantes dos lotes e dos assentados ao acesso do PRONAF percorre também no Assentamento São João. Instituído no ano de 2004, somente em 2014, os assentados de nossa pesquisa conseguiram ter acesso ao PRONAF, como um de nossos participantes relata “tínhamos que andar com nossas próprias pernas” (assentado SJ1, entrevista realizada dia 27/10/2017). Um dos fatores que fomentam esta lentidão, segundo nossos participantes, está relacionado ao atendimento do Estado junto aos assentados para possibilitar a regularização dos lotes. O primeiro acesso ao

PRONAF foi de 20 mil reais, que foram empregados na aquisição de vacas leiteiras, na construção das casas, nas benfeitorias do curral, diretamente investidos nos lotes, proporcionando melhores condições de trabalho e de conforto as famílias. O assentado ressalta que quase metade dos assentados do São João não teve acesso ao PRONAF ainda, não possuindo casa, energia elétrica e água encanada em seus lotes.

O Assentamento Santa Olga, criado também no ano de 2006, porém, comparado aos demais assentamentos do município, recebeu um tratamento diferenciado ao descrever sobre o PRONAF, no que diz respeito à espera pelos documentos necessários e obrigatórios para o financiamento. Segundo o assentado SO1 (entrevista realizada dia 24/01/2018), após três anos assentado em seu lote, conseguiu acesso ao financiamento, adquirindo vacas leiteiras e:

> Então, aí compramos as vacas, começamos a tirar um leitinho, quer dizer, já melhorou, mas aí tinha um bezerro pra negociar também. Através da horta eu fiz o financiamento do carro, vendendo couve também, até o carro saiu pelo projeto de venda de couve, apresentei as notas de venda e o banco entendeu que poderia emprestar o dinheiro que não tinha problema, emprestou o dinheiro, comprei o carro que foi minha ferramenta de trabalho. Na verdade o carro foi o que me alavancou no lote, o que me segurou no assentamento, pois eu tinha como transportar a minha mercadoria até os clientes no centro urbana da cidade. Com isso ampliei a horta, plantei couve, almeirão, cheiro-verde, alface, e um monte de coisa, levava carro lotado, chegava lá tinha ponto certo pra entregar. Em seguida saiu o programa do governo da merenda escolar (PNAE) e foi melhorando a nossa vida aqui no lote (assentado SO1, entrevista realizada dia 24/01/2018, Santa Olga).

Além do veículo adquirido com o financiamento, o assentado conquistou ordenha mecânica, curral para os animais, poço artesiano para o abastecimento de água na propriedade, enfim, recursos utilizados exclusivamente dentro dos lotes para fomentar seus processos produtivos e propocionar qualidade de vida a sua famílias, bem como melhores condições de trabalho. Reafirmamos que os assentados de nossa pesquisa que tiveram acesso ao PRONAF, alguns já quitaram a dívida, outros estão em andamento ou em carência, porém, seus projetos foram e estão sendo executados em seus lotes, entretanto, a maioria das aquisições e comercializações são realizadas na sede urbana do município de Nova Andradina. Contudo, como é de costume nos assentamentos do município, a luta pela permanência na terra está escalada em qualquer esfera das políticas de Estado, e no PRONAF não é diferente.

Ao fazer uso da linha de crédito, a família deve procurar o sindicato rural ou a empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e/ou Empresas de

Assistencia Técnica e Estensão Rural de cada Estado (EMATERs) para obtenção da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que será emitida segundo a renda anual e as atividades exploradas, direcionando os assentados para as linhas específicas de crédito a que tem direito (BRASIL, 1996). Contudo, esta dinâmica constantemente não circula neste sentido, pois, os assentados possuem a carência de assistência técnica rural, e, por conseguinte, a emissão de documentos (DAP, etc) que são de responsabilidade do Estado, contribuem para este desalento nos assentamentos do município, devido à ausência do cumprimento junto aos assentados.

Criado em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma ação do Governo Federal para colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a Agricultura Familiar. Para isso, o programa utiliza mecanismos de comercialização, que favorecem a aquisição direta de produtos dos assentados ou de suas organizações sociais, estimulando os processos de agregação de valor à produção. Parte dos alimentos é adquirida pelo Governo diretamente dos assentados da reforma agrária, comunidades indígenas, demais povos e comunidades tradicionais para a formação de estoques estratégicos e distribuição à população em maior vulnerabilidade social.

Em nossa pesquisa, somente no Assentamento Santa Olga foi relatado a participação no PAA, por meio da Coopaolga foram entregues alimentos ao Hospital Regional de Nova Andradina, como leite, verduras e legumes, mas em pequena quantidade. Os demais assentamentos do município não houve evidências por nossos participantes. Entretanto, ano de 2013[28], há registro da adesão de assentados da Linha da Amizade do Assentamento Teijin ao programa. De acordo com o fato, foram entregues alimentos, como melancia, limão, maxixe, abóbora e mandioca, ao Lar Sagrado Coração de Jesus (asilo), à Casa do Migrante e à Associação de Pais e Amigos do Excepcional (APAE) por intermédio de um vereador do município. Este programa possui carência de entendimento e de aplicação no município de Nova Andradina. Pouco se articula dentro dos assentamentos a adesão ao PAA, sobretudo as lideranças locais, não somente de cunho político, mas as próprias entidades socioassistenciais do município.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), criado pela Lei nº 11.947/2009, tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento da

[28] **Agricultores da Linha da Amizade aderem ao Programa de Aquisição de Alimentos**. Disponível em: < http://www.jornaldanova.com.br/noticia/28572/agricultores-da-linha-da-amizade-aderem-ao-programa-de-aquisicao-de-alimentos>. Acesso em: 13 dez. 2018.

aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e oferta de refeições que atendem à necessidade nutricional durante o período letivo. Os recursos financeiros consignados no orçamento da União para execução do PNAE serão repassados em parcelas aos estados, ao Distrito Federal, aos municípios e às escolas federais pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que determina a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados para alimentação escolar. A aquisição de gêneros alimentícios será realizada, sempre que possível, no mesmo município das escolas. As escolas poderão complementar a demanda entre os assentados do município, Estado e país, nesta ordem de prioridade (BRASIL, 2009).

Ao tratar de alimentação versus educação, estamos transitando na formação da futura geração do país, do Estado, do município, dos vilarejos, enfim, da construção de uma sociedade mais humama e saudável. A alimentação escolar ou "merenda escolar" como um de nossos participantes relatou, é traduzida como saúde aos filhos e filhas de toda uma comunidade. O tratamento dado na produção destes alimentos é visto como uma extensão do próprio núcelo familiar dos assentados. A aquisição destes alimentos à alimentação escolar promove a inclusão dos alunos ao contexto local e regional produtivo em que estão inseridos. O repasse de no mínimo 30% é apenas um indicador aos gestores municipais, porém, pode-se evoluir no entendimento de valorizar os camponeses do município, promovendo não somente relações comerciais, mas dignificando o trabalho daqueles que fazem da terra sua identidade de luta pela vida.

Por meio da cooperativa Coopaolga, instalada no Assentamento Santa Olga, os assentados participam do PNAE, podendo chegar até 90% da produção do lote entregues ao programa, segundo o assentado SO1 (entrevista realizada dia 24/01/2018). Além dos assentados do Santa Olga, também integram ao programa assentados do Teijin (dois assentados), do Casa Verde (quatro assentados) e um assentado do município de Ivinhema, do Assentamento São Sebastião, enfim, todos por intermédio da Coopaolga. O PNAE gera renda aos assentados e um plano de produção durante o período do contrato da chamada pública.

Buscamos apresentar políticas públicas de assistência técnica rural aplicadas nos assentamentos rurais do município pesquisado, porém, com um grau de ausência expressivo do Estado, no atendimento coletivo dos assentados. São ações ordenadas, nas esferas federal, estadual e municipal, que visam manisfetar apoio prático aos assentados, de acordo com a demanda das partes. Por isso, serão expostas ações

voltadas aos assentamentos, provenientes de convênios, parceriais, chamadas públicas, entre outras coparticipações no que se refere o atendimento técnico rural aos assentados de Nova Andradina. Várias ações são regulamentadas pelo governo federal, mas a efetividade e acompanhamento, na maioria das vezes, são realizadas de acordo com a acessibilidade dos próprios assentados e de iniciativas políticas locais, como, por exemplo, a AGRAER e Secretária Municipal de Desenvolvimento Integrado (SEMDI) do município.

Diante do contexto da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) foi construída, em parceria com as organizações governamentais e não governamentais de Assistencia Técnica e Extensão Rural e a sociedade civil organizada e instituída pelo Governo Federal em 2003, através do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER), princípios do desenvolvimento sustentável, incluindo a diversidade de categorias e atividades da agricultura familiar, considerando elementos, como: gênero, geração e etnia e o papel das organizações governamentais e não governamentais (BRASIL, 2010).

Os assentamentos do município de Nova Andradina possuem tratamentos distintos quando o assunto é assistência técnica rural. Constatamos, com nossos participantes, que não existe um atendimento padrão e uniforme nos assentamentos. A política de Estado de assistência técnica rural no município, quando assiste, é de forma fragmentada os assentados, bem como os assentamentos. Políticas municipais de atendimento aos assentamentos buscam de forma aleatória atender uma pequena parcela de assentados, positiva, porém, não preenche a carência existente em assistência técnica rural dos assentados em virtude da abrangência dos assentamentos do município de Nova Andradina, que somam quase 2.000 famílias.

Partimos do Assentamento Casa Verde, o primeiro do município, que possui mais de 30 anos de criação, que ainda o termo assistência técnica rural é um dilema. Constituído pela reforma agrária, a qual o INCRA deveria assessorar, porém, nunca receberam assistência técnica rural pelo instituto. A AGRAER foi à única agência que esteve presente no assentamento, a qual os assentados podiam contar, mas, como a equipe está reduzida e vários assentamentos foram implantados no município, a demanda de serviços aumentou e, atualmente, o serviço da agência ocorre de acordo com a procura do assentado, caso contrário, trabalham com suas experiências vividas no campo. Alguns assentados do Casa Verde são sócios da cooperativa COOPAVIL, que oferece técnicos para auxiliar no processo de produção.

Na criação do Assentamento Teijin, foi realizada uma chamada pública pelo INCRA para selecionar uma empresa que seria responsável pelas atividades de extensão rural e assistência técnica aos assentados. A primeira instituição a prestar serviços de assistência técnica rural no Assentamento Teijin foi a AGRAER (convênio com o INCRA encerrou em 2012), depois de uma chamada pública, fora contratada a empresa Associação Criança, Esporte, Cultura Educação e Recreação (CRESCER[29]). A empresa atuou por cinco anos dentro do assentamento, no período de 2011 a 2016, segundo o assentado TJ3 (entrevista realizada dia 18/10/2017). Auxiliou os assentados (não sabemos a totalidade, mas, o atendimento não foi uniforme) em projetos para ter acesso ao PRONAF, como o crédito para custeio da propriedade.

Após o vencimento do contrato da CRESCER, não foi renovado pelo INCRA, com isso, os assentados começaram a contar com o apoio da AGRAER novamente (de acordo com a procura de cada assentado, pois a agência não tem efetivo suficiente para atender os assentamentos do município). Este atendimento parte da necessidade de cada assentado e sua disponibilidade de se deslocar até o endereço da agência no centro urbano do município, contudo, como já dito anteriormente, o efetivo da agência é pequeno diante da extensão dos assentamentos do município.

O Assentamento São João, que possui sua localização no limite físico entre o município de Nova Andradina e Nova Alvorada do Sul, é o mais comprometido no quesito assistência técnica rural. Segundo o assentado SJ1 (entrevista realizada dia 27/10/2018), depois de anos, começaram a receber orientação da AGRAER do município de Nova Andradina. A AGRAER intermediou o PRONAF, pois como o assentamento pertence ao município, os assentados são obrigados a realizar o projeto de financiamento, na agência do Banco do Brasil de Nova Andradina. Após o PRONAF, não foram mais atendidos pela agência de Nova Andradina. De acordo com o assentado, atualmente, ocorre de maneira eventual à visita de técnicos da AGRAER de Nova Alvorada do Sul, por estar mais próxima do assentamento, que foi confirmada pelo coordenador da AGRAER de Nova Andradina. Contudo, o assentado ressalta que a assistência não atende os reais interesses dos assentados, pois eles precisam de um atendimento mais próximo com a produção nos lotes e uma análise permanente do solo, possibilitando melhorar o processo produtivo e de permanência no lote.

[29]Instituição contratada pelo INCRA para realizar atividades de assistência técnica rural aos assentados do Assentamento Teijin.

No Assentamento Santa Olga, encontramos um cenário diverso da realidade dos outros assentamentos do município. Os assentamentos possuem acesso a AGRAER como ponto de referência em assistência técnica rural no município, que se faz presente também no Santa Olga, nos mesmos critérios de atendimento, de acordo com a procura dos assentados. No Santa Olga, além da AGRAER, de acordo com o assentado SO1 (entrevista realizada dia 24/01/2018), alguns assentados recebem acompanhamento do SENAR e do SEBRAE, pois nem todos os assentados de nossa pesquisa recebem ou receberam assistência técnica rural em seus lotes. Umas das justificativas do atendimento do SEBRAE e SENAR é o funcionamento da cooperativa COOPAOLGA e a participação de programas sociais de venda de alimentos. Ressaltamos que a empresa CRESCER também realizou projetos no Santa Olga, no mesmo período em que esteve presente no Assentamento Teijin, porém, ao findar o contrato com o INCRA, não ocorreu mais projetos de assistência técnica rural direcionados aos assentamentos do município de Nova Andradina.

As políticas de Estado deveriam possibilitar atendimento em assistência técnica rural permanente aos assentados de reforma agrária. O que encontramos nos assentamentos de Nova Andradina é o espelho de ações do descompromisso de políticas públicas de assessoramento técnico rural aos assentados do município. Vários são as entidades e organizações que se inserem nos assentamentos de Nova Andradina. As políticas municipais de desenvolvimento no campo são importantes e essenciais aos assentados. Contudo, a parcela atendida ainda é inferiores aqueles que estão à margem da luta diária de permanecer em seus lotes diante de uma política de assistência técnica rural que garante atendimento necessário para sua produção e reprodução social na sua territorialidade dos assentamentos do município. Não se permite desamparar àqueles que não procuram, mas buscar atender aqueles que lutam para se manter vivos em seu lote, produzindo alimentos para o bem comum e, ainda, preservando os camponeses em seu campo de morada e de vivência na terra de trabalho.

A Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER) é um órgão corresponsável pela promoção do desenvolvimento rural, vinculada à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo (SEPROTUR) – subdivididas em seções regionais pelos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul. Compete a AGRAER regional de Nova Andradina a coordenação das atividades de assistência técnica, extensão rural, pesquisa e demais serviços ligados ao desenvolvimento e ao aprimoramento da agricultura e pecuária

destinados aos produtores rurais, com prioridade para os agricultores familiares, agricultores tradicionais, assentados, indígenas, quilombolas, pescadores, aquicultores e a proposição da política de reforma e desenvolvimento agrários visando à regularização fundiária aos Projetos de Assentamentos, bem como o seu planejamento, sua coordenação e seu desenvolvimento sustentável na atividade (AGRAER, 2008).

O papel da AGRAER nos assentamentos rurais do município de Nova Andradina está vinculado à demanda dos assentados, sendo a agência seu ponto de apoio de modo mais direto ou "abrangente" de acordo com o coordenador local do órgão (entrevista realizada dia 28/09/2017 na sede da AGRAER do município). Todos os assentamentos são atendidos, exceto o Assentamento São João, que é atendido pela AGRAER do município de Nova Alvorada do Sul, devido estar mais próximo daquele município, e, também, porque os assentados possuem afinidade maior com aquela localidade onde realizam seus compromissos bancários e buscam seus suprimentos, sejam nos supermercados, agropecuárias, etc.

A entidade possuía convênio com o INCRA, porém, se encerrou, no ano de 2012, e partir daí a assistência é realizada de acordo com a demanda dos assentados, não somente dos assentamentos, mas de todo o município. Atualmente, possuem parcerias com a prefeitura municipal, com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Agropecuária Oeste), "atendendo os assentados regulares nos lotes". A AGRAER não possui efetivo suficiente para dar assistência técnica a todos os assentamentos rurais, bem como as demais propriedades do município.

A AGRAER no município não possui nenhuma participação na criação dos assentamentos rurais, seja no cadastro e/ou triagem das famílias a serem assentadas, no tamanho dos lotes, na desapropriação das propriedades, entre outros momentos de implantação do projeto.

De acordo com a coordenadoria local[30] da AGRAER do município de Nova Andradina, atualmente, 90% das ações realizadas de assistência técnica rural nos assentamentos rurais estão voltadas para a produção de leite. As orientações estão pautadas na melhor aquisição de animais (geralmente vacas leiteiras), no cercamento da propriedade, na construção do curral, na produção de silagem, melhorar a eficiência da

[30]Entrevista realizada com o coordenador local da AGRAER, o Agrônomo R. Z. dia 18/09/2017.

produção (desde o plantio das sementes, a capineira, etc), na correção do solo (adubação) e, ainda, palestras e reuniões para capacitar os assentados em suas áreas de atuação nos lotes. No período em que o INCRA possuía convênio com a AGRAER, eram feitas visitas com mais frequência aos assentamentos, mas, atualmente, é realizada de acordo com a procura do assentado.

Além da produção leiteira, a entidade juntamente com a prefeitura municipal e o SEBRAE está incentivando a produção de maracujá no Assentamento Santa Olga e, no Teijin, a produção do colorau, que já conta com a participação de 25 assentados, também apoiados pela AGRAER do município de Ivinhema (o município já possui assentados que trabalham com o colorau). Segundo o coordenador local, o interesse pela produção de colorau foi dos próprios assentados que, de acordo com esta demanda o órgão, buscou junto à prefeitura viabilizar a forma de colheita e de comercialização no mercado. Outro trabalho de grande relevância é a produção de hortaliças, principalmente no Assentamento Santa Olga, iniciado os primeiros projetos pela AGRAER por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Capítulo 4: Processos de produção, organização interna e atividades econômicas nos assentamentos rurais de Nova Andradina/MS

O Capítulo 4 parte do âmbito das relações de produção e das formas de organização interna dos assentados em seus assentamentos. Utilizamos eixos descritivos das atividades econômicas, suas estruturas e seus processos de produção para o autoconsumo e movimentação de mercadorias como fonte de renda e troca. Segundo Fabrini e Roos (2014), a unidade de exploração possui diversas formas de organização que são influenciadas por vários aspectos, desde as condições de fertilidade do solo, de capital, econômica, familiar, disponibilidade de terra, entre outros. Esses fatores serão decisivos para a unidade de produção vincular-se ao mercado, bem como o seu desenvolvimento de suas atividades produtivas.

Diante dos sistemas de cooperativas de assentados ou das cooperativas tradicionais que podem ser aplicadas nos assentamentos rurais, buscamos compreender como ocorrem as estratégias na formação das organizações internas por nossos participantes em seus respectivos assentamentos. Além das diversas formas de organização interna, seja ela cooperativa ou associação, por serem as mais comuns, outro ponto de questionamento é entender os seus desafios e as lutas pela cooperação entre os assentados de cada assentamento, com suas características sociais próprias e, ainda, investigar os resultados socioeconômicos das atividades desenvolvidas por estas organizações sociais e coletivas e o seu papel de fortalecimento junto às comunidades dos assentamentos do município.

A produção dos assentados possui formas distintas comparadas com as relações capitalistas de produção, segundo Carneiro (1998). Se as relações de produção são heterogêneas, os assentados, sob a perspectiva da produção camponesa, buscam realizar um tratamento diferenciado com a sua produção, por meio de uma dedicação, de relações mais afetivas com seus bens, o cuidado da família com os animais e culturas, que não somente visam à lucratividade ou a extrema produtividade, mas, sobretudo um "produto bom" que possa alimentar sua família e, posterior de seus amigos, dos assentados, de consumidores/clientes, de intermediários, etc..

A luta pela terra está pautada na reprodução familiar nos lotes de assentamentos. Produção que alimenta sua família a partir de sua “terra de trabalho”, segundo Martins (1986). Os objetivos dos assentados em seus lotes se diferem da lógica da “terra de negócio” dos latifundiários, porém, convive no mesmo ambiente moderno das trocas de mercadorias chamado “mercado”. Este mercado, em sua grande maioria, induz ou provoca à inserção no sistema capitalista de produção por meio de seus intermediários e/ou a aquisição de insumos para seus lotes.

Esta inserção ao sistema capitalista de produção, para Fabrini (2003) é uma dragagem causada aos assentados, provocando relações socioeconômicas entre os assentados, assentamentos e a comunidade local a qual estão inseridos. Esta movimentação de relações e mercadorias proporciona novas territorialidades entre os assentados, com princípios de comercialização distintos do capitalista (em alguns casos).

A dinâmica dos assentados configura relações de produção e de renda distintas um do outro. Cada assentado busca produzir e gerar rendimentos de acordo com suas possibilidades técnicas e financeiras e experiências adquiridas ao longo do tempo. Essas condições são heterogêneas tanto aos assentados como para cada assentamento do município pesquisado. Para tanto, a funcionalidade de organizações internas, como associações e cooperativas nos assentamentos, possui vários fatores conflitantes, como, por exemplo, a cooperação e a união entre os assentados. A luta pela permanência na terra entrelaçada pelas relações sociais dos assentados permite afirmar que, a partir do momento que o assentado recebe seu lote, inicia uma nova reinvenção social para sua vida produtiva no campo, que gera renda de acordo com seu trabalho e se estrutura ao modo que buscam se unir para resistir em seus lotes.

4.1 - Processos de produção e as relações produtivas nos assentamentos rurais

As relações de produção no meio rural, direcionados nesta pesquisa aos assentamentos rurais, estão relacionados a diversas condições e estratégias de sobrevivência pelos assentados e, uma delas, de acordo com Martins (1994), está interligada com a produção da força de trabalho no campo. A força de trabalho é o meio de produção que os assentados possuem para se estabelecerem no lote, bem como

produzir para seu autoconsumo, produtos para venda ou troca, força de trabalho transformada em remuneração para complementar a renda no lote, entre outras condições de produção pertinentes a sua força de trabalho.

Oliveira (2007, p. 40) faz uma análise da produção camponesa contemporânea, através da lógica que o capitalismo trata a produtividade do trabalho camponês. O autor resume que "no trabalho camponês, uma parte da produção agrícola entra no consumo direto do assentado, do camponês, como meio de subsistência imediata, e a outra parte, o excedente, sob a forma de mercadoria, é comercializada". Na produção camponesa, convertem-se mercadorias em dinheiro, com a simples finalidade de adquirir meios necessários para satisfazer suas necessidades na propriedade, vendendo-se produtos excedentes para adquirir suprimentos.

A estrutura da produção camponesa pode ser apresentada em um conjunto de elementos articulados, que Oliveira (2007) cita da seguinte forma: a força de trabalho familiar; a ajuda mútua; a parceria; o trabalho acessório; a jornada de trabalho assalariada; a socialização do camponês; a propriedade da terra; a propriedade dos meios de produção e a jornada de trabalho.

Além da força de trabalho no campo, Martins (1980) nos apresenta outra condição que configura um dos instrumentos de maior importância na produção no meio rural, a terra, que, por meio dela, criam novas oportunidades, recriam novos significados no campo, tanto em relação às grandes propriedades, quanto em relação à propriedade familiar, sobretudo nos assentamentos rurais. A terra é o meio de luta para a sobrevivência de milhares de camponeses, alimenta os movimentos sociais e dá esperança àqueles que ainda não possuem um lugar para morar, sobreviver e reproduzir o campesinato.

Carneiro (1998, p. 207) cita que a produção camponesa recria formas de produção distintas ao compará-las com a lógica capitalista da agricultura industrial, porém, articuladas, mas não se realiza em uma estrutura de processo único e rígido. A autora assegura que a utilização de técnicas ou combinação de recursos contribui para a redução dos custos de produção e aumentam a renda familiar, a qual atribui que a "tradição" vem socorrer a "modernidade" por meio de um "resgate de um saber ou de um estilo de vida camponês" de se expressar no campo. Esta tradição reforça a recriação de uma identidade social, ameaçada pelos riscos das relações capitalistas de produção.

Segundo Moura (1986), o camponês exerce um papel contraditório no campo onde resiste para não desaparecer e, por outro lado, é resultado do capitalismo que não o extingue e, ainda:

> O camponês adaptou-se e foi adaptado, transformou-se e foi transformado, diferenciou-se internamente, mas permaneceu identificável como tal. Teve suas formas de produção e organização de vida redefinida e, em larga medida, postas a serviço de uma realidade estrutural mais poderosa: a engrenagem de reprodução do capital (MOURA, 1986, p. 18-19).

A razão de existência camponesa é distinta que qualquer outra, pois são portadores de um saber nas práticas, pautados na reprodução familiar, produzem seu autoconsumo, possibilitando sua recriação por meio de suas experiências vividas. As suas terras são controladas pelos assentados, bem como, a sua organização da produção, que são provenientes da sua força de trabalho, remetendo ao que Martins (1986) expõe "terra de trabalho", se referindo à propriedade familiar (reprodução familiar a partir de seu próprio trabalho), e o contraditório, a qual se refere a "terra de negócio", referência da propriedade capitalista (exploração do trabalho alheio), voltados à extração da renda e da mais-valia social dos trabalhadores.

Para Fernandes (2008), os processos de mudanças ocorrem com a construção de relações sociais, novos modos de vida, oriundos da expropriação territorial, porém, em alguns casos, a conveniência da renda da terra pelo capital é necessária para sua existência e permanência nos lotes. A sua força de trabalho utilizada dentro dos lotes, é instrumento de organização e luta para construir sua reprodução social nos assentamentos rurais. Podem ocorrer rendas complementares, que podem superar a da produção familiar nos lotes, porém, com o objetivo de contribuir a permanência no campo. Caso contrário, essa condição pode desencadear o arrendamento do lote ou a venda do mesmo, restando o seu deslocamento para centros urbanos mais próximos, ficando o lote a serviço de outros interesses.

Para Martins (2000, p. 45), estas construções e mudanças fazem parte das "relações mercantis modernas de reinvenção social", que são relações vividas e conflitantes de acordo com a realidade de cada região. Portanto, as organizações sociais no campo e suas interfaces com o mundo moderno contribuem para o fortalecimento da produção nos lotes, bem como nos meios de comercialização de seus produtos.

As relações comerciais contemporâneas, ou seja, “o mercado, no sentido moderno da palavra, não coloca, face a face, dominantes e dominados, produtores e consumidores”, transcendem o simples fato de o dinheiro ser o mediador da transação mercantil. Este mercado que possui metamorfoses diárias conduz ao campesinato às transformações em sua organização da produção e, principalmente na transformação da terra e de sua força de trabalho, como forma de mercadoria a ser renunciada para a formação do capitalismo no campo de acordo com Moura (1986, p. 11).

Shanin (2005) descreve que os vínculos estabelecidos entre os movimentos de oferta/demanda/preço dentro das sociedades mercantis muda consideravelmente nas populações massivamente camponesas, mostrando que o mercado na exploração intercamponesa e interaldeias segue formas e direções específicas. O autor relata que a produção camponesa reproduz formas e critérios distintos da transação mercantil estabelecida no campo e, ainda:

> [...] certas condições, os camponeses não se dissolvem, nem se diferenciam em empresários capitalistas e trabalhadores assalariados e tampouco são simplesmente pauperizados. Eles persistem ao mesmo tempo em que se transformam e se vinculam gradualmente à economia capitalista circundante, que pervaga suas vidas. Os camponeses continuam a existir, correspondendo a unidades agrícolas diferentes, em estrutura e tamanho, do clássico estabelecimento rural familiar camponês (SHANIN, 1980, p. 58).

Paulino (2006) entende que a existência do campesinato não deve ser analisada como uma manifestação descolada do sistema capitalista, mas como parte complementar desta organização da produção. Por outro lado, a classe camponesa possui o controle dos meios de produção utilizados em sua propriedade e de sua força de trabalho, distinguindo-se das demais classes, sobretudo do sistema capitalista, que usam a força de trabalho de seus empregados. Por essa especificidade, o camponês integra o sistema de trocas mercantis através da venda de seus produtos e não de sua força de trabalho, como ocorre com os operários nas indústrias. Esta diferença clássica entre camponeses em relação aos assalariados se dá que, enquanto o operário vende sua força de trabalho como única mercadoria, o camponês vende ao capitalismo a produção, fruto da força de trabalho de sua família.

Fabrini (2003) apresenta que a organização da produção dos camponeses nos assentamentos rurais, desde sua ocupação da terra, não estão apenas balizados ou direcionados a busca de sua sobrevivência/autoconsumo nos lotes, mas a permanência

pelas lutas na terra que criam e recriam a reprodução dos camponeses, mediante as condições mercantis das relações produtivas capitalistas do mundo moderno. Esta organização parte do princípio de se estabelecer formas de trabalho, as quais o mercado adquiriu como necessário para as relações de mercadorias, induzindo os camponeses a serem empurrados à sociedade capitalista.

Moura (1986) relata que o espaço de existência para os camponeses não se isola apenas na troca de mercadorias, mas num diálogo sobre a vida pública e privada em sua comunidade local ou demais regiões que fazem parte de suas ligações sociais. Segundo a autora, essas trocas mercantis podem ocorrer de maneira simples entre os próprios camponeses, possibilitando a venda/troca e aquisição no mesmo espaço de mercadorias e, também, trocas mercantis mais complexas, que transcendem o universo do campesinato local, ocorrendo à inserção de intermediários nas transações comerciais, tirando o poder de precificação do camponês, atribuindo aos produtos margens lucrativas nos preços e a externalidade das mercadorias nas mãos de consumidores distantes.

Paulino (2006, p. 35) trata a configuração da existência do campesinato não desvinculado do capitalismo, mas parte integrante desse processo produtivo. A atividade camponesa não se apropria da acumulação ampliada, mas o contrário, "possibilita a maximização da acumulação nos setores capitalistas, visto que o excedente de renda gerado é possível de ser apropriado pelo capital sob duas formas": diretamente, por meio dos intermediários entre os assentados e consumidores, inferindo nos preços dos produtos, com valores rebaixados e, com isso, valorizando as etapas subsequentes do processo de produção (exemplo: o leite ao ser entregue aos laticínios para ser beneficiado), e indiretamente, quando parte dos alimentos produzidos não são inseridos a força de trabalho (renda da reprodução da força de trabalho na precificação dos produtos).

Considerando os propósitos de criação dos projetos de assentamentos, os processos de produção orientados pelas políticas públicas federais buscam induzir os assentados à comercialização de produtos ao sistema capitalista de produção. Tantos as políticas como os mecanismos federais, estaduais e municipais visam inserir os assentados no mercado local com prioridade na produção de produtos alimentícios. De uma maneira ou de outra, os camponeses comercializam seus produtos, mas não os tornam capitalistas, apenas são inseridos dentro deste processo de produção, seja por

meio da aquisição de insumos, intermediários de sua produção ou mesmo as relações econômicas oriundas para seus rendimentos nos lotes.

A produção familiar nos lotes é um dos elementos essenciais para a permanência e residência dos assentados. Os assentamentos apresentam atividades produtivas bem semelhantes, sendo a produção de leite a que mais se destaca. Por outro lado, além da atividade principal, a maioria dos assentados desfruta de pomares, criação de galinhas e porcos, para o consumo próprio da família. Todos os insumos da propriedade são adquiridos na sede urbana de Nova Andradina, desde supermercados, agropecuárias, casas de materiais para construção, redes bancárias, lojas em geral, movimentando a economia do município.

Os processos produtivos dos assentamentos rurais de Nova Andradina estão dimensionados de acordo com a aptidão de cada assentado e as condições do solo de cada região, as quais estão instalados os assentamentos. Por isso, selecionamos uma propriedade de cada assentamento, com o objetivo de apresentar os tipos de produtos, os meios de comercialização e as formas de trabalho utilizadas no manejo dos processos produtivos. Estes processos de produção estão apresentados no Quadro 12.

Quadro 12: Características produtivas dos assentamentos rurais do município de Nova Andradina/MS, a partir dos participantes da pesquisa.

Assentamentos	**Tipo de Produtos**	**Meios de Comercialização**	**Formas de trabalho****
Casa Verde (CV1)*	a) Leite (50 litros p/dia). b) hortaliças (couve, alface, beterraba, etc).	a) Laticínio do município. b) Coopaolga (PNAE).	Trabalha com a esposa, possui resfriador, trator, implementos agrícolas, horta. Tem animais para o consumo e para vender como gado, galinha, porco e demais produtos do lote.
Teijin (TJ2)*	a) Leite (+/- 50 litros) b) bezerros c) hortaliças e frutas (maxixe, abóbora, quiabo, verduras, melancia, urucum, mandioca, bata doce, maracujá, colorau). d) galinha e ovo caipira. e) suínos. f) feijão de corda e de	a) Laticínio Dica (Deodápolis/MS) b) os demais produtos são comercializados em Nova Andradina ou no próprio assentamento de acordo com a produção, não revelou um local	O resfriador de leite fica em seu lote, mas é da empresa Dica (recebe leite de 10 famílias – a empresa ajuda no custeio da energia); Grande parte da produção é para o consumo, a sobra é vendida. Trabalha no lote a esposa e o filho mais velho ajuda.

	fava. g) café.	específico.	
São João (SJ1)*	a) Leite. b) Bezerros. c) mandioca, maxixe, quiabo e verduras em geral.	a) Laticínio Maná (Ivinhema/MS). b) Os bezerros são comercializados dentro do próprio assentamento com intermediários.	Reside com a esposa e três filhos no lote. O assentado e a esposa possuem atividades não agrícolas (motorista e professora – Prefeitura de Nova Alvorada do Sul). O filho mais velho estava trabalhando em uma fazenda vizinha. Possui um lote arrendado no próprio assentamento para a criação de gado. Os produtos como mandioca e verduras são apenas para o consumo da família. Preside a Associação dos Produtores do Assentamento São João (possui trator e implementos).
Santa Olga (SO1)*	a) Leite pasteurizado. b) cheiro-verde, cebola, salsinha, coentro, couve, alface, abobrinha, berinjela, cenoura, beterraba, banana, abacaxi, mandioca.	a) 90% da produção é comercializada pela Coopaolga, para atender o PNAE (merenda escolar). b) parte dos produtos são comercializados através do PAA – entrega no Hospital do município. c) o leite pasteurizado que sobra é comercializado para a Coopavil.	Trabalha com a esposa e a filha (com neto recém-nascido) no lote. Presidente da Coopaolga (pasteurização de leite, embalagem de verduras, legumes e comercialização de produtos aos programas sociais e mercado local). Possui curral estruturado; ordenha mecânica; máquina motorizada de pulverizar e tratorzinho de horta. O filho de um assentado, transporta o leite pasteurizado da mini usina da cooperativa, em caixa térmica e distribui em escolas e creches do município de Nova Andradina.

*Assentados participantes da pesquisa.
**Distribuição das tarefas, tecnologias utilizadas, implementos agrícolas, núcleo familiar, etc.
Fonte: Dados da pesquisa (2018).

A busca pela produção, conforme suas possibilidades e aptidões, fazem dos assentados e suas famílias uma organização de produção contrária ao empresarial. Enquanto a produção mercantil exige maior eficiência de horários e produtividade, percebemos, em nossa pesquisa, "participantes que estabelecem seu ritmo de trabalho", claro, com suas obrigações, porém, de forma a decidir como e quando produzir, evidenciando, em nossas entrevistas, que transcorreram em horários de trabalho, sem causar nenhum prejuízo à produção do lote, com direito a cafés e tereré, algo que seria improvável ocorrer em um processo de produção industrial. O assentado SO2 (Assentamento Santa Olga) relatou a importância de ser dono de sua produção:

> Quando trabalhava de empregado nas fazendas, só podia sair uma vez por mês, ou senão nem uma vez podia o patrão já trazia a compra. Hoje no lote sempre tenho minha obrigação, tenho meu trabalho, mas, **não tenho que dar satisfação pra ninguém**. Se quiser **"ir à cidade agora"**, pego minha moto ou o meu carro, e vou embora, não tenho que dar satisfação pra ninguém. Então acho que hoje, mudou 100%, de empregado a acampado, e hoje assentado, posso garantir que tenho um sonho realizado (se emocionou neste momento) (assentado SO2, entrevista realizada dia 03/10/2017, Assentamento Santa Olga).

Para Moura (1986), os camponeses não se importam o quanto produziram e quais foram os seus gastos, desde que sobre o sustento e talvez o excedente "está bom". Por outro lado, no capitalismo isso é inadmissível, tido como prejuízo, falência, "falta de gestão" nos moldes atuais. Nossa pesquisa traz um relato que reforça este entendimento:

> O comerciante ou o empresário que entra em um lote de Reforma Agrária, não dá certo, porque quem é comerciante, sabe do comércio e não sabe da roça. Quando eu planto mandioca, pra mim, que estou no lote (sou da roça), **se a produção for de vinte toneladas, está bom, se dá cinco também está bom**, pois, "eu vivo do lote (da roça)". Já o comerciante quando se propõe a "plantar mandioca", "**ele faz a conta quanto vai dar de dinheiro",** se o comércio vai se mantendo, ele sabe que vai ter lucro, **mas, caso contrário, se ocorrer prejuízo na produção, ele para de produzir e busca alternativas de lucro.** Por isso, que a Reforma Agrária só funciona com as pessoas que é da agricultura, porque eles sabem que **quando dá bastante está bom pra eles**, mas **quando dá pouco também está bom**, quando dá bastante ele vai segurar porque na próxima safra pode produzir menos. Isso ocorre com quem planta arroz, feijão, milho, algodão, ou seja, qualquer tipo de produção, pois, ninguém consegue controlar o tempo (clima). Então Nova Andradina passou a entender que o recurso que sai de uma Reforma Agrária, por causa de seus assentados, **será circulado dentro do município**, fazendo crescer a cidade, não é verdade? (assentado CV2, entrevista realizada dia 17/10/2017 - Assentamento Casa Verde – grifo nosso).

As relações vividas e as relações mercantis, descritas por Martins (2000), traduzem esta visão de mercado no campo. O comerciante está mobilizado na lógica capitalista de produção, compra, venda e lucro (processo de mais valia), essa é a dinâmica conflitante, comparada ao campesinato.

A produção camponesa recriada nos moldes capitalistas, descritas por Fabrini (2003), nos orienta a refletir sob a luta pela permanência na terra pelos assentados e pela ligação direta que as relações produtivas do campesinato estão com o mercado local a qual estão inseridas. Este mercado local, que muitas vezes rejeitou estes sujeitos sociais, ou seja, os sem terras, pela sua história de lutas pelo acesso a terra e, que hoje, estes estabelecem a "base" não apenas de alimentos, mas toda uma cadeia de circulação de mercadorias e insumos, que movimenta a região que está instalada os assentamentos rurais. Mas, não foi sempre assim, conforme relato a seguir:

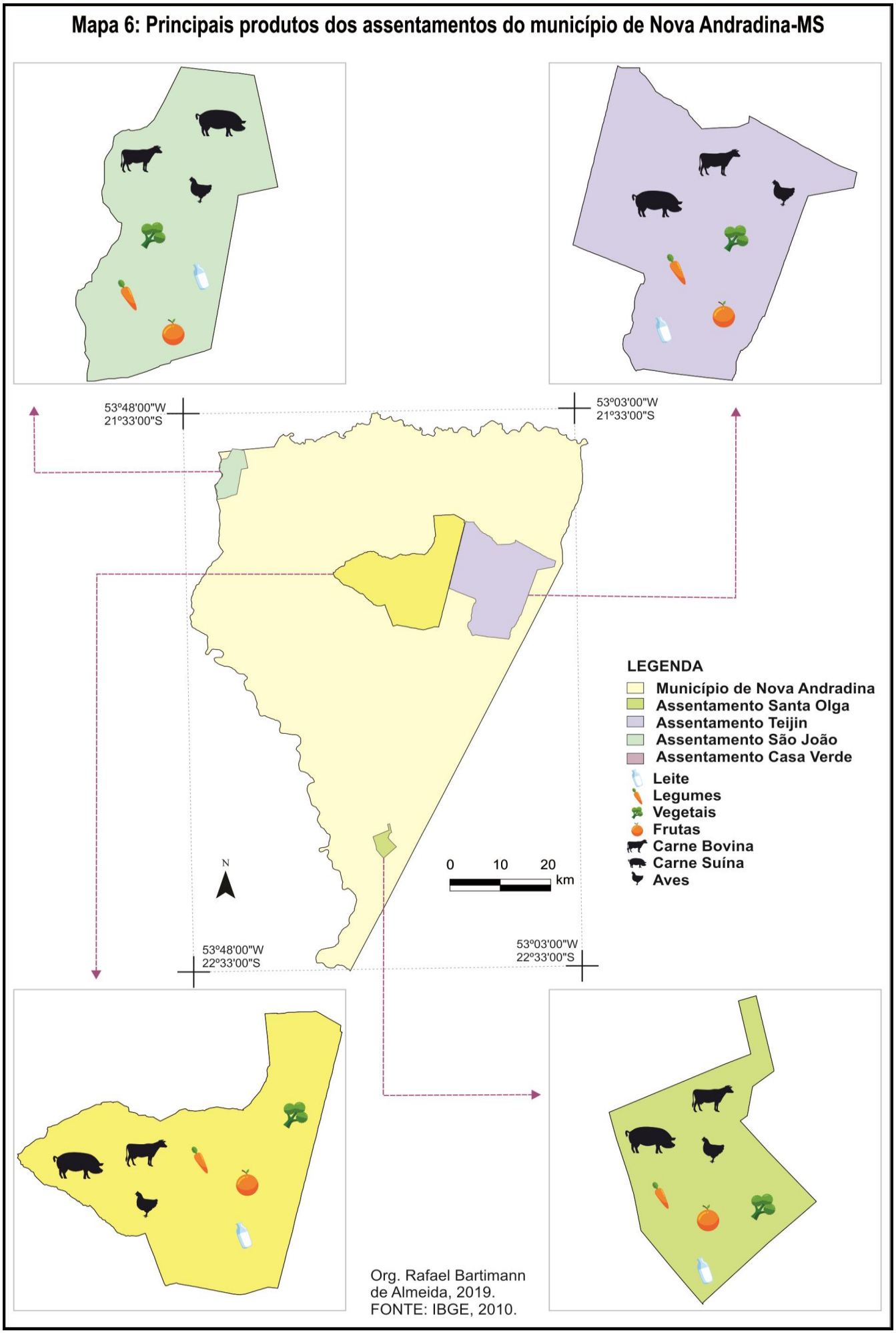
> Além das lutas para conseguir o lote no Assentamento Casa Verde, nós passamos por outras situações ainda mais resistentes, **"o preconceito"** com os assentados. Os comerciantes do município de Nova Andradina recebiam os assentados de forma diferente e, quando atendiam, com olhares desconfiados aqueles que um dia seria responsáveis por uma parte considerável da economia do município, por meio da circulação e comercialização de alimentos e demais insumos para o campo. Houve um ano, próximo ao natal que fui para Nova Andradina fazer uma compra, uma compra de Natal. Em mãos do meu talão de cheque (do município de Angélica), cheguei para c**omprar no mercado**, que hoje é um mercado muito grande no município, falei com o proprietário, e ele autorizou "fazer a compra". Comprei tudo, ainda falei pra ele: "só que meu dinheiro é em cheque". Minha compra ficou pronta, a hora que eu fui acertar que eu dei o cheque, o gerente do mercado (que era o filho do proprietário), falou assim: **"não pego cheque de outro município"**, se o cheque fosse daqui de Nova Andradina eu pegava, mas seu cheque é de Angélica, "**eu não pego".** Neste momento fiquei envergonhado com a situação, não sabia onde colocar a minha cara ((risos)). Tudo isso que o comerciante fez, porém, em outros momentos (quando morava em Angélica) eu realizei negócios com ele, já vendi para eles feijão e outras mercadorias e, ele fez isso comigo. Para quebrar este preconceito demorou, pois, quem morava no **assentamento "pra eles não tinha valor"**. Os anos se passaram e começaram a perceber a produção do assentamento e os investimentos governamentais que contribuíam para o município de Nova Andradina, e que do **assentamento** estava uma parcela de produção e circulação de mercadorias, que produzia renda para o município e, a partir disso, os comerciantes e governantes locais começaram a enxergar os assentados de maneira diferente, amortizando o **conceito** (assentado CV2, entrevista realizada dia 17/10/2017 – Assentamento Casa Verde – grifo nosso).

Em dado momento de nossa pesquisa, um dos relatos nos revela a terra de trabalho descrita por Martins (1986):

> O desafio de permanecer aqui no lote é produzir. A maior dificuldade é possuir produção para se manter no lote. Quanto maior a **quantidade a ser produzida, melhores são as condições para adquirir recursos para se permanecer no lote**, porque senão, você trabalha, trabalha e daqui a pouco você está pagando pra trabalhar.
> Para isso, precisa-se trabalhar bastante, descobrindo os erros da produção, como por exemplo - se você possui uma planta que está com uma doença, você tem que investigar, correr atrás, não pode ficar plantando e sempre perdendo.
> Às vezes a pessoa que não era do sítio, que não possui experiência no meio rural, recebe um lote ou trabalha de empregado, desconhece a dureza do dia a dia no campo, acham que as coisas são mais fáceis, mas, quando "**você vai trabalhar por conta, tem que levantar às cinco da manhã e dormir às oito horas da noite"**. Você tem que trabalhar mais do que quando trabalhava de empregado.
> **"Nós trabalhamos mais, mas, também ganhamos mais".** Trabalhamos por conta própria, somos patrões, estamos satisfeitos, mesmo trabalhando em média de 12 a 13 horas por dia, bem diferente das oito horas trabalhadas quando era empregado, mas, **"vale a pena".**
> Existem várias fontes de produção, como é o caso da produção de limão, que **na região possui poucos produtores, que é um produto que você vende em qualquer lugar.** Várias são os produtos que podem ser produzidos nos lotes, basta o assentado querer produzir (assentado SO3, entrevista realizada dia 24/01/2018, Assentamento Santa Olga – grifo nosso).

O trabalho "liberto", descrito por Oliveira (1990), nos faz refletir que o assentado renuncia o trabalho assalariado, porém, não está descolado do sistema de produção capitalista. Para o assentado SO3 (Assentamento Santa Olga), "quando trabalhava de empregado, trabalhava oito horas por dia, hoje trabalha 12 e 13 horas", mas, "ganha mais, trabalha mais, mas ganha mais". No entanto, o assentado produz para intermediários, é precificado pelos supermercados e, ainda, é garantidor de sua produção e entrega de suas mercadorias. O trabalho é dado de graça à sociedade (OLIVEIRA, 2007).

No Mapa 6 é apresentado os principais produtos dos assentamentos rurais do município de Nova Andradina/MS a partir de nossos participantes da pesquisa. Estes processos geram renda aos assentados, como também fazem parte do sustento de suas famílias. Cada família assentada produz de acordo com suas aptidões camponesas. Ressaltamos que a produção de leite nos assentamentos do município é uma das principais atividades que geram renda as famílias assentadas, seguida da produção de legumes/vegetais (como mandioca, alface, cebolinha, rúcula, etc) e frutas (como abacaxi, limão, etc), segundo nossos participantes.



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

A produção nos assentamentos rurais possui caráter particular de movimentação à comunidade a qual está inserida. O município de Nova Andradina está inteiramente integrado com os Projetos de Assentamentos, não apenas no que se refere à produção de alimentos, mas à circulação de várias relações sociais de seu processo produtivo. A resistência, que ocorrera no passado, sob o olhar de uma comunidade com preconceitos e discriminações, já relatadas anteriormente em nosso trabalho, apresenta-se, hoje, como um "rearranjo territorial, que trouxe uma nova pulsão no comércio local", esperado nas portas dos comércios de um município tipicamente rural do interior do Estado de Mato Grosso do Sul.

4.2 – Agricultura camponesa versus agronegócio

Quando falamos sobre a força dos assentamentos em determinada região, estamos nos referindo à nova produção territorial que se dá a partir de sua conquista. As mudanças que ocorrem no entorno do assentamento e no município em que está instalado formam novas relações sociais e econômicas, que antes se encontravam sobre o domínio de uma elite local, passando a ser disputado por novos sujeitos sociais. Cria-se uma nova dinâmica com os ambientes de assentamentos, estabelecendo novas necessidades e reivindicações, tornando-se objeto de políticas públicas locais. As práticas dessa nova sociabilidade no interior da estrutura fundiária do município, para Leite (2000), permitem gerar efeitos multiplicadores das experiências singulares dos assentados, com ganhos expressivos no meio social, político e econômico em que atua.

Para Fabrini e Roos (2014) as condições exigidas pelo Agronegócio são de cunho econômico e político em função do seu peso na balança comercial e no Produto Interno Bruto (PIB) do país. Estas condições se prevalecem ao apresentar o Plano Agrícola e Pecuário 2017/2018, disponível ao agronegócio brasileiro em um volume de recursos financeiros na ordem de R$ 190,25 bilhões, com aumento de 24,3% em relação ao ano anterior, reforçando a prioridade dada pelo governo federal ao agronegócio. Para o ano agrícola 2017/2018, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) será destinado R$ 30 bilhões em crédito, apenas 3,8% superior aos recursos destinados no plano anterior (BRASIL, 2017).

Fernandes (2008, p. 279-280) descreve que milhares de famílias cotidianamente realizam ocupações, se estabelecem em diferentes municípios por todos os estados brasileiros e interferindo na dinâmica territorial rural de sua região. Em seu processo de formação e organização do trabalho, os assentados não produzem apenas mercadorias, mas criam e recriam igualmente sua existência no campo. No capitalismo, a destruição do campesinato não se efetivou conforme prognosticado, "porque sua recriação acontece na produção capitalista das relações não capitalistas de produção e por meio da luta pela terra e pela reforma agrária".

As diferenças entre a estrutura econômica camponesa e o agronegócio estão ligadas aos estímulos à capitalização, como, por exemplo, a Lei da Agricultura Familiar, que fomenta e categoriza os assentados e sua inserção no mercado. Porém, enfrentam cotidianamente a demanda de produção de alimentos a custos mais baixos, que ainda não de forma exclusiva, mas já identificadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), 70% da produção de alimentos do país são provenientes da produção camponesa. Moura (1986, p. 64) ressalta o papel do camponês e de sua família na produção alimentar, "tem íntima relação com a manutenção de relações não especificamente capitalistas na agricultura", concretizadas com a força de trabalho camponesa, seja nos assentamentos rurais e demais áreas de terras ou empreendimentos.

Para Fernandes (2001), o conceito de agricultura familiar expressa a compreensão e a percepção de que o camponês representa o velho, o arcaico e o atraso, enquanto o agricultor familiar representa o novo, o moderno, o progresso. Diante desta construção, o autor faz a seguinte reflexão sobre o agricultor familiar:

> Os teóricos da agricultura familiar defendem: que o produtor familiar que utiliza os recursos técnicos e está altamente integrado ao mercado não é um camponês, mas sim um agricultor familiar. Desse modo, pode-se afirmar que a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda a agricultura familiar é camponesa, ou que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês. Criou-se assim um termo supérfluo, mas de reconhecida força teórico – política (FERNANDES, 2001, p. 29-30).

Oliveira (2007) comenta que a renda da terra está inserida na estrutura fundiária econômica do camponês, que é também denominada renda territorial ou renda fundiária, por meio da produção de mercadorias e a circulação dos excedentes, buscando adquirir os meios necessários para seu autoconsumo e existência. Esta renda no cotidiano da produção camponesa contradiz a lógica das relações capitalistas no campo, pois os

camponeses buscam estabelecer meios para sua reprodução social e a sua permanência na propriedade. O autor nos apresenta a renda da terra capitalista e pré-capitalista de produção. Existem três tipos de renda da terra capitalista:

> a) A **renda da terra diferencial** resulta do caráter capitalista da produção e não da propriedade privada do solo, ou seja, ela continuaria a existir se o solo fosse nacionalizado.
> b) Já a **renda da terra absoluta** resulta da posse privada do solo e da oposição existente entre o interesse do proprietário fundiário e o interesse da coletividade. Resulta do fato de que a propriedade da terra é monopólio de uma classe que cobra um tributo da sociedade inteira para colocá-la para produzir. Inclusive, ela desapareceria caso as terras fossem nacionalizadas.
> c) A **renda de monopólio** que é também lucro suplementar oriundo, derivado, de um preço de monopólio de certa mercadoria produzida em uma porção do globo terrestre dotado de qualidades especiais (OLIVEIRA, 2007, p. 43-44 - grifo nosso).

A renda da terra pré-capitalista ou não capitalista que está baseada na produção camponesa, que é ligada diretamente ao produto excedente, contraditória as relações capitalistas de produção, que produzem lucro e riquezas aos capitalistas que os retém. A renda da terra pré-capitalista está dividida em três formas: renda da terra em trabalho, renda da terra em produto e renda da terra em dinheiro.

> a) A primeira, a **renda da terra em trabalho** consiste na forma mais simples de renda fundiária, pois o produtor direto com seus instrumentos de trabalho que lhe pertencem de fato ou de direito, durante parte da semana, mês ou ano, trabalha as terras de outrem, muitas vezes coercitivamente, recebendo em troca apenas o direito de lavrar parte dessas terras para si próprio.
> b) A segunda forma é a **renda da terra em produto** que se origina do fato de que o trabalhador cede parte de sua produção pela cessão do direito de cultivar a terra de outrem.
> c) A terceira forma é a **renda da terra em dinheiro** que se origina da conversão, da simples metamorfose da renda em produtos em renda em dinheiro (OLIVEIRA, 2007. p. 44 – grifo nosso).

As relações econômicas camponesas estão entrelaçadas com as relações mercantis no cenário econômico brasileiro, que, para Fabrini (2003, p. 39), “o campesinato é uma condição da existência do próprio capitalismo, ou seja, se existe capitalismo, existe o contraditório, e consequentemente, a existência dos camponeses”. Com a perspectiva que o camponês não está inserido de maneira direta nas relações econômicas capitalistas, sabe-se que, por meio de insumos e demais suprimentos para

seu autoconsumo e o manejo na propriedade, eles se prestam a utilizar produtos capitalistas, porém, com uma concepção secundária, não como reserva de valor ou equivalência financeira.

Para Oliveira (2007), a produção camponesa está centrada em seu consumo direto de seus produtos, como sustento imediato e a parte excedente de seu trabalho torna-se forma de mercadoria e pode ser comercializada. Por isso, o autor faz uma distinção entre a produção capitalista e pré-capitalista:

> Na produção capitalista, ocorre o movimento de circulação do capital expresso nas fórmulas: D — M — D na sua versão simples (**D: dinheiro; M: mercadoria; D: capital**), e D — M — D' na sua versão ampliada. Já na produção camponesa, se está diante da seguinte fórmula M — D — M, ou seja, a forma simples de circulação das mercadorias, onde a conversão de mercadorias em dinheiro se faz com a finalidade de se poder obter os meios para adquirir outras mercadorias igualmente necessárias à satisfação de necessidades. É, pois, um movimento do vender para comprar (OLIVEIRA, 2007, 40 – grifo nosso).

Para Moura (1986, p. 25) "no campesinato, é impossível separar a prática econômica da familiar", são condições ligadas entre si, mas, porém, distintas ao comparar com uma família de classe média do meio urbano. O vínculo social com a terra e o trabalho familiar são as características fundamentais do legalismo camponês. A luta pela posse de uma parcela de terra, conclui que o campesinato busca transformações sociais em suas organizações camponesas, que com sua força de trabalho abastece sua "morada" e seus familiares, e também, "lugares e pessoas exteriores a esta realidade" (MOURA, 1986, p. 55).

No entendimento de Martins (1995, p. 177), "a expansão do capitalismo no campo se dá primeiro e fundamentalmente pela sujeição da renda territorial ao capital". Em outras palavras, o capital se apropria da renda da terra, sujeitando os grandes e pequenos proprietários, especialmente os camponeses, expropriando a sua força de trabalho familiar, seus instrumentos de produção, a produção de alimentos com custos mais baixos, empréstimos bancários, entre outros fatores. O autor revela ainda que "não há como separar o que o próprio capitalismo unificou: a terra e o capital", pois a exploração da terra e seus meios produtivos são a essência do capitalismo.

> O capital tem se **apropriado diretamente de grandes propriedades** ou promovido a sua formação em setores econômicos do campo em que a renda da terra é alta, como no caso da cana, da soja, da pecuária de corte

> (**agropecuárias, agroindústrias, etc**). Onde a **renda é baixa**, como no caso dos setores de alimentos de consumo interno (**exemplo a produção camponesa**), [...] o capital **não se torna proprietário da terra**, mas cria as condições para **extrair o excedente econômico**, ou seja, especificamente renda onde ela aparentemente não existe (MARTINS, 1995, p. 175 – grifo nosso).

Exemplo deste entendimento de apropriação da renda da terra pelo capital por meio da subordinação da circulação de mercadorias são os estudos de Mizusaki (2009, p. 285) que mostram que: a "atuação do capital industrial no campo, em atividades como a suinocultura, avicultura, sericicultura, pecuária de corte, CEASAS, grupos atacadistas e cooperativas", criam transferências de valor e renda às indústrias. O capital investido nas instalações, os contratos de entregas dos produtos/mercadorias buscam sujeitar a renda e o trabalho camponês ao capital industrial.

Quando falamos de excedentes dentro campesinato, ressaltamos o que Martins conceituou de economia do excedente:

> [...] o excedente não é o produto que sobra do consumo, mas o produto dos fatores de produção excedentes dos que foram utilizados na subsistência (no caso a mão de obra e a terra com suas paisagens naturais). É o fator excedente que gera o produto excedente e que define a economia, a sociedade e a cultura baseadas no excedente, à margem das relações monetárias, das relações sociais abstratas, da dominação política, das relações capitalistas de produção típicas, da conduta racional com relação a fins seculares (MARTINS, 1975, p. 12).

Para Oliveira (2007, p. 43), o trabalho excedente na produção camponesa diante da renda da terra pode ser entendido como renda territorial ou renda fundiária pré-capitalista. Para o autor "o trabalho excedente é a parcela do processo de trabalho que o trabalhador dá ao capitalista, além do trabalho necessário para adquirir os meios necessários à sua subsistência". Tudo que for produzido além do necessário para o autoconsumo pode ser considerado como excedente.

Na medida em que vamos discutindo a estrutura econômica fundiária nos assentamentos rurais, não podemos deixar de expor que a propriedade de terra aos grandes proprietários, como os produtores de cana de açúcar, pecuária, de soja, entre outros, formam suas atividades econômicas pela apropriação da renda da terra, ou seja, a sujeição da renda da terra ao capital. Martins (1995) revela que um modo de produção

é um modo de exploração e que as contradições estão constituídas nos seus processos internos, como, por exemplo, a produção familiar autônoma dos camponeses.

Os fatores da produção camponesa estão evidentes nos assentamentos rurais, porém, a sua comercialização e as fontes de renda estão sendo recriadas de acordo com as necessidades dos lotes, seguindo além do consumo familiar, mas se estruturando e adotando estratégias, inseridas nas relações capitalistas de produção. A Figura 17 demonstra como estão organizados os assentados de acordo com as demandas do mercado local.

Figura 17: Produção de hortaliças no Assentamento Santa Olga.

Fonte: Moreira (2018).

Além da organização da produção, com manejo mais preparado ao processo produtivo, buscando uma melhor qualidade dos produtos, a Figura 18 nos apresenta algumas das exigências do mercado local, para que a produção seja comercializada.

Figura 18: Etiqueta de produção e comercialização de mandioca no Assentamento Santa Olga.

Fonte: Moreira (2018).

As relações comerciais que os assentados buscam e/ou são submetidos no mercado local para se apoderarem de renda por meio da produção de seus produtos os levam à relações mercantis. Segundo Fabrini (2003), os camponeses estão sendo dragados pelas relações capitalistas de produção, nos moldes atuais das estruturas dos assentamentos rurais. As Figuras 17 e 18 nos mostram que o atual momento do mercado a que estão expostos os assentados, os tornam reféns das relações comerciais capitalistas, colocando-os em campo sombrio, onde nem mesmo podem precificar suas mercadorias, pois são tabeladas pelos supermercados, frutarias e demais empresas intermediárias.

Os processos de renda dos assentamentos passaram e passam por transformações diariamente. As histórias no seio familiar de cada lote são construídas nas mais diversas formas no contexto da estrutura econômica. A partir deste momento, discorreremos as "diversas formas de atividades econômicas de nossos participantes" que ocorrem de maneira heterogênea nos assentamentos do município de Nova Andradina, mas retratam como estes assentados dinamizam seus processos produtivos que geram renda e autoconsumo para sua permanência nos lotes.

Primeiramente, em nossa pesquisa, podemos constatar que o envelhecimento nos assentamentos é acentuado, apurado por meio de nossos participantes que possuem, em sua maioria, mais de 40 anos de idade. Este envelhecimento resultou encontrar em nossos participantes, aposentados e aposentadas nos lotes, especialmente nos

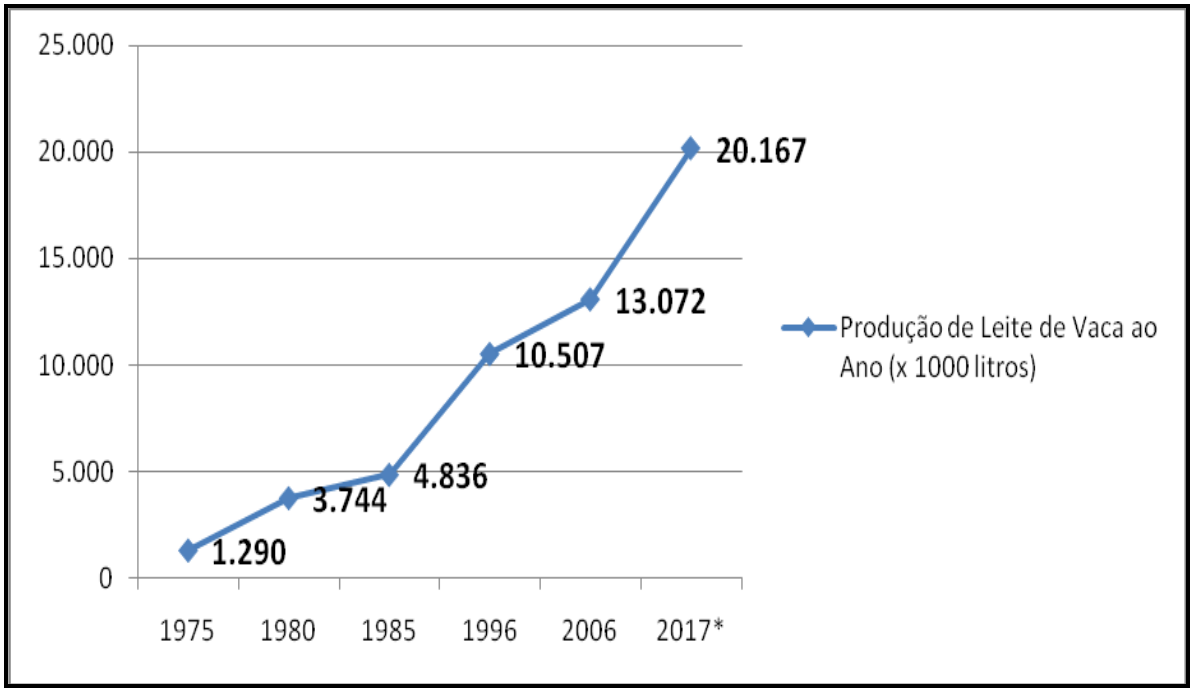
Assentamentos Casa Verde e São João, que não dependem economicamente das atividades do lote, pois a renda da aposentadoria mantém os gastos da família.

A produção de leite é uma das principais fontes e base de rendimentos dos assentados para permanecer nos lotes, presente em todos os assentamentos rurais do município de Nova Andradina. A comercialização do leite é realizada diretamente junto a cooperativas do município de Nova Andradina e demais laticínios da região do Vale do Ivinhema. Em alguns casos, ocorre o beneficiamento do leite por meio da produção de queijos e/ou mussarelas.

Outra fonte é a criação de gado, também presente em todos os assentamentos em virtude de assentados possuírem aptidão na criação de gado leiteiro ou de corte. Porém, nem todos os assentados possuem aptidão para esta atividade, onde o cultivo de verduras e frutas (como mandioca de mesa, goiaba, alface, rúcula, almeirão, couve, cheiro verde, manga, etc) segue como fonte de renda e produção em alguns lotes, principalmente nos Assentamentos Santa Olga e Teijin, que em alguns casos representam a renda principal do lote.

Os censos agropecuários dos anos de 1975, 1980, 1985, 1996, 2006 e os resultados preliminares de 2017 nos mostram a evolução da produção leiteira no município de Nova Andradina, que superaram os vinte milhões de litros no último ano (Gráfico 1). A produção leiteira é base de geração de renda na grande maioria das famílias assentadas do município. O leite integra os elos da cadeia produtiva do queijo, mussarela e iogurtes, contribuindo para a circulação de insumos e mercadorias que possuem vínculo direto com os assentamentos. Este vínculo segue além do manejo do rebanho, como também a comercialização dos produtos aos laticínios e cooperativas de beneficiamento de leite da região do vale do Ivinhema. O Gráfico 1 apresenta a produção de leite de vaca nos censos agropecuários dos anos de 1975, 1980, 1985, 1996, 2006 até os resultados preliminares do censo de 2017.

Gráfico 1: Produção de leite de vaca no município de Nova Andradina referente ao Censos Agropecuário de 1975/1980/1985/1996/2006 e 2017.



*Resultados Preliminares do Censo Agropecuário de 2017.
Fonte: Adaptado a partir de dados do IBGE (2018).

Esta evolução da produção de leite de vaca no município de Nova Andradina coincide com o período em que os assentamentos rurais começaram a se instalar no município. Após três décadas de criação dos projetos de assentamentos no município, a produção de leite se destaca como uma das principais fontes de renda dos assentados pesquisados, contribuindo diretamente à economia local. De acordo com o IBGE (2015), o município ocupa o 16º lugar no Estado, em seu Produto Interno Produto (PIB) agropecuário. O Quadro 13 apresenta o PIB agropecuário do município de Nova Andradina.

Quadro 13: Produto Interno Bruto agropecuário do município de Nova Andradina/MS nos anos de 2000, 2005, 2010 e 2015.

Anos	**Valores (x 1000) R$**
2000	31.430,00
2005	50.920,00
2010	121.591,00

2015	265.222,94

Fonte: Adaptado a partir de dados do IBGE (2015).

Percebe-se o crescimento do PIB agropecuário do município de Nova Andradina na última década, quase nove vezes mais do que no ano de 2000, segundo o IBGE (2015). Vários são os fatores que impulsionaram e impulsionam a produção agropecuária do município, como cooperativas agropecuárias e o novo ordenamento agrícola, porém, lembramos que foi nos anos 2000 que instalaram três assentamentos rurais em Nova Andradina. Mais de 1000 famílias foram assentadas neste período, criando uma nova configuração territorial ao perfil agropecuário do município.

As atividades não agrícolas formam importantes aliadas para os assentados se manterem nos acampamentos e no início da entrega dos lotes. Esta realidade foi evidenciada por todos os assentados como forma de complemento da renda e/ou condição essencial para continuar residindo no campo. A condição de assalariado está presente nos Assentamentos pesquisados, especialmente no Assentamento São João, que tanto o responsável como sua esposa exercem atividades assalariadas como "alternativa de sobrevivência no lote". Tanto para sobrevivência ou como alternativa de complemento de renda, esta dinâmica contribui nas lutas pela permanência na terra, e permite ao assentado melhorar sua produção camponesa no lote. Exemplo disso foi o assentado SO3 (entrevista realizada dia 24/01/2018, assentamento Santa Olga), que trabalhava de empregado na propriedade vizinha ao assentamento, e convertia o salário no processo produtivo do seu lote.

Em nossa pesquisa, as atividades não agrícolas estão concentradas em diversas ocupações, sendo as principais: peões de fazenda, motoristas, professor, retireiros (ordenhar vacas), funcionários de usinas de açúcar e álcool, frigoríficos, fecularias, etc, que são exercidas de maneira a contribuir a permanência e a residência nos lotes. Esta realidade existe desde o período dos acampamentos e permanece nos dias atuais, que são justificadas de várias maneiras. Uma delas é o tamanho do lote, principalmente dos Assentamentos São João e Santa Olga, que debatem o modelo de Projeto de Assentamento com lotes individuais e coletivos, o chamado "societário". Os dois assentamentos apresentam questões particulares no que se refere este projeto. No Assentamento Santa Olga a área societária possui área aberta (não é cerrado), mas existe

um agravante que é à distância, que pode “chegar até 5 km do lote individual”, segundo o assentado SO4 (Assentamento Santa Olga), que trata esta dificuldade de locomoção a mais penosa (“se não possui meios como vai laborar nestas terras?”).

Entretanto, o Assentamento São João é o mais prejudicado, pois a área societária está regulamentada como área de preservação ambiental, segundo o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA) e, ainda, a não regularização pelo INCRA desta área, seja para exploração coletiva ou individual, reforça o questionamento do tamanho do lote (neste assentamento são 03 hectares), que, nas palavras dos assentados: “passa fome se for depender só disso”.

Por outro lado, mesmo com as dificuldades do tamanho da área, existem assentados que conseguem superar os desafios, com “muito trabalho, chegando a trabalhar mais de 10 horas por dia”, segundo o assentado SO3 do Assentamento Santa Olga (entrevista realizada dia 24/01/2018). É possível com a força de trabalho familiar, força de vontade e aptidão no campo criar condições de reconstrução do campesinato nos assentamentos, produzindo relações de mercadorias, em troca disso, rendimentos para a continuidade no lote por meio da aquisição de insumos, melhoria na casa, manutenção das instalações, etc.

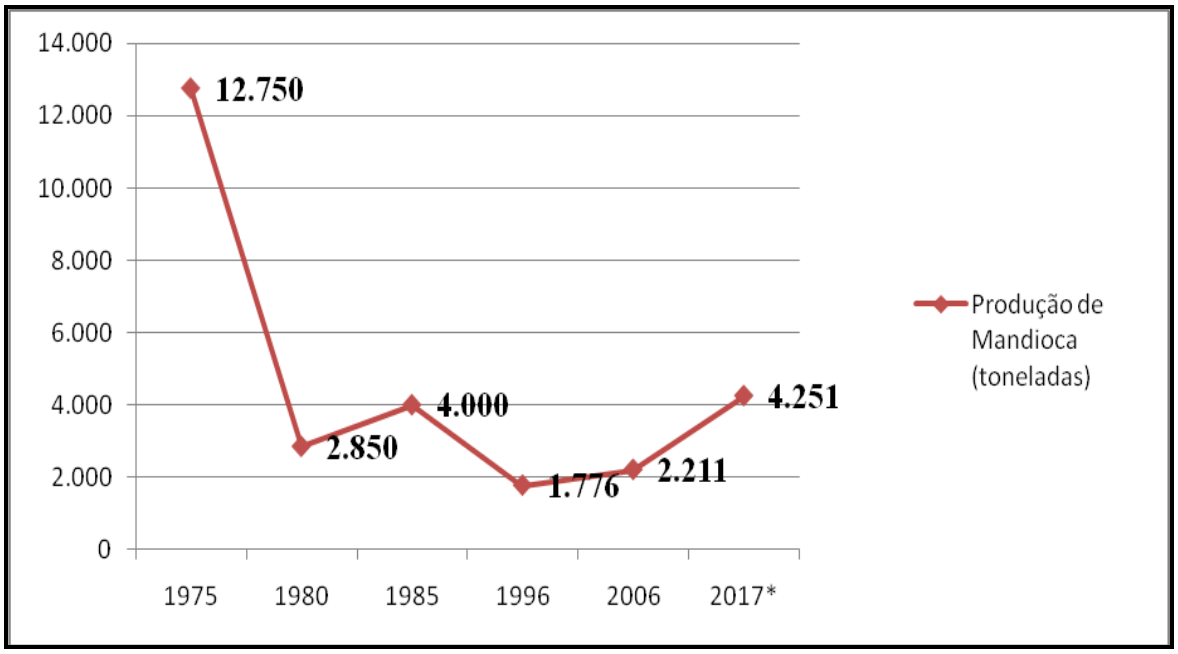
O arrendamento de lotes nos assentamentos pelos assentados é outra forma de aumentar sua produção e construir novas formas de rendimentos. Isso ocorre no Assentamento Santa Olga, porém, além dos lotes dentro do próprio assentamento, existe assentado que arrenda lote em outros assentamentos do município (Assentamento Teijin), que usualmente são destinados à produção de mandioca, criação de gado, entre outros. Uma das justificativas dos assentados é o tamanho dos lotes e, por conseguinte, é uma maneira de segurar os excedentes de sua produção para posterior comercialização. O processo de arrendamento possui características particulares de cada assentamento, e decisões peculiares de cada assentado. Pode ocorrer para aumentar a produção, mas, como também, uma forma de renda sem a necessidade de produzir. Os assentados analisados em nossa pesquisa evidenciaram que a maioria dos arrendamentos está pautada no aumento da produção camponesa. Entretanto, os assentados que decidem em arrendar parte ou todo o lote, seja por causa da idade avançada, de recursos para custeio, da saúde frágil, enfim, o fazem com o objetivo de permanecer no campo.

Ao se tratar da comercialização das mercadorias produzidas nos lotes, vários são os caminhos percorridos para obtenção de renda de sua produção. Os canais mais utilizados pelos assentados são por meio de laticínios (a produção de leite), feiras livres

(hortifrutigranjeiros), venda diretas, fecularias (produção de mandioca), supermercados (verduras, legumes, etc), agropecuárias, escolas, cooperativas, corretores de compra de gado, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), barganha entre os assentados, comércio em geral, enfim, transações diárias entre os assentados e a comunidade local.

Ressaltamos um levantamento de uma das culturas que está presente nos assentamentos do município, a mandioca. A produção de mandioca também compõe a base de renda dos assentados, seja na comercialização doméstica, vendida em feiras, supermercados ou diretamente ao consumidor ou a produção para as industriais de fecularias do município.

Gráfico 2: Produção de mandioca no município de Nova Andradina – Censos Agropecuário de 1975/1980/1985/1996/2006 e 2017.



*Resultados Preliminares do Censo Agropecuário de 2017.
Fonte: Adaptado a partir de dados do IBGE – Produção Agrícola Municipal (2018).

Sabe-se que a produção de mandioca possui oscilações em sua demanda e oferta, devido ser uma cultura que depende muito da umidade, da fertilidade do solo e o momento adequado para sua colheita, balizando-se com a quantidade produzida e o preço da tonelada. Mas, percebe-se que, nos anos 2000, o município iniciou uma retomada da produção, justamente na década em que são instalados os assentamentos

com capacidade de mais de 1000 famílias assentadas (Assentamentos Teijin, São João, Santa Olga), criando um novo ordenamento territorial nas antigas propriedades capitalistas.

Conforme levantamento realizado junto ao departamento de nutrição[31] da prefeitura municipal de Nova Andradina destacamos a participação e organização dos assentamentos rurais, nos primeiros momentos do PNAE no município. No Quadro 14 são apresentados os valores estimados de produção dos assentamentos rurais do município, bem como de outros fornecedores, de acordo com os contratos de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar.

Quadro 14: Valores estimados do PNAE no município de Nova Andradina no período de 2010 a 2018.

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE - NOVA ANDRADINA/MS								
Anos	**Assent. Santa Olga**	**Coopaolga***	**Assent.Casa Verde**	**Assent. Teijin**	**Assent. São João**	**Produtores Ivinhema**	**Agricultores Familiares****	**Cooperams**
2010	14.799,40	0,00	1.745,38	0,00	0,00	0,00	694,20	0,00
2011	15.373,15	0,00	11.674,74	0,00	0,00	21.371,43	14.818,26	0,00
2012	45.591,15	0,00	19.589,25	9.162,40	0,00	8.998,70	0,00	0,00
2013	0,00	134.695,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	0,00	106.310,60	0,00	0,00	0,00	57.876,60	0,00	0,00
2015	0,00	182.850,76	0,00	0,00	0,00	177.873,97	0,00	0,00
2016	0,00	454.054,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.508,00
2017	0,00	616.087,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2018***	0,00	273.792,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total =>	**75.763,70**	**1.767.791,20**	**33.009,37**	**9.162,40**	**0,00**	**266.120,70**	**15.512,46**	**12.508,00**

* A partir do ano de 2013, os assentados dos Assentamentos Santa Olga, Teijin e Casa Verde passaram a entregar os produtos em nome da Coopaolga.
**São produtores camponeses que não são assentados (sitiantes do município de Nova Andradina).
***Valores estimados na primeira chamada pública do ano de 2018.
Fonte: Departamento de nutrição da prefeitura de Nova Andradina (PMNA, 2018).

Segundo o nutricionista responsável, o início da implantação do PNAE no município ocorreu de maneira lenta, pois nem mesmo os assentados tinham

[31]Relato do nutricionista responsável o Sr. P. S. D. F., realizado dia 01/08/2018.

conhecimento sob estas políticas. Percebemos que a produção dos assentamentos segue cresscendo no programa de alimentação escolar e isso ocorre com a adesão de mais assentados e sua organização na entrega de alimentos. Nos anos de 2014 e 2015, houve uma redução nos valores estimados de produção, que pode ter ocorrida em virtude de políticas de governo ao método de aquisição de generos alimentício da agricultura familiar no município. O que nos chama atenção é a não participação do Assentamento São João ao programa, que, segundo o nutricionista, uma das maiores dificuldades é a distância, porém, nunca participou de chamada pública. Os assentados do São João relatam que a falta de documentação (como a DAP) e a organização dos assentados, somados ao deslocamento do assentamento ao centro urbano, impede de participaram de programas de crédito rural ou venda de alimentos, por exemplo.

De acordo com o levantamento, foram quase 2 milhões de reais repassados aos assentamentos do município desde a criação do PNAE. Isso mostra a importância dos assentamentos e da produção das famílias assentadas, fazendo com que os valores circulem dentro do município, movimentando a economia local. Entre os produtos dispobilizados ao PNAE por meio da Coopaolga, apresentamos os produtos comercializados nos anos de 2017 e 2018, conforme o Quadro 15:

Quadro 15: Relação dos produtos comercializados ao PNAE pela Coopaolga nos anos de 2017 e 2018.

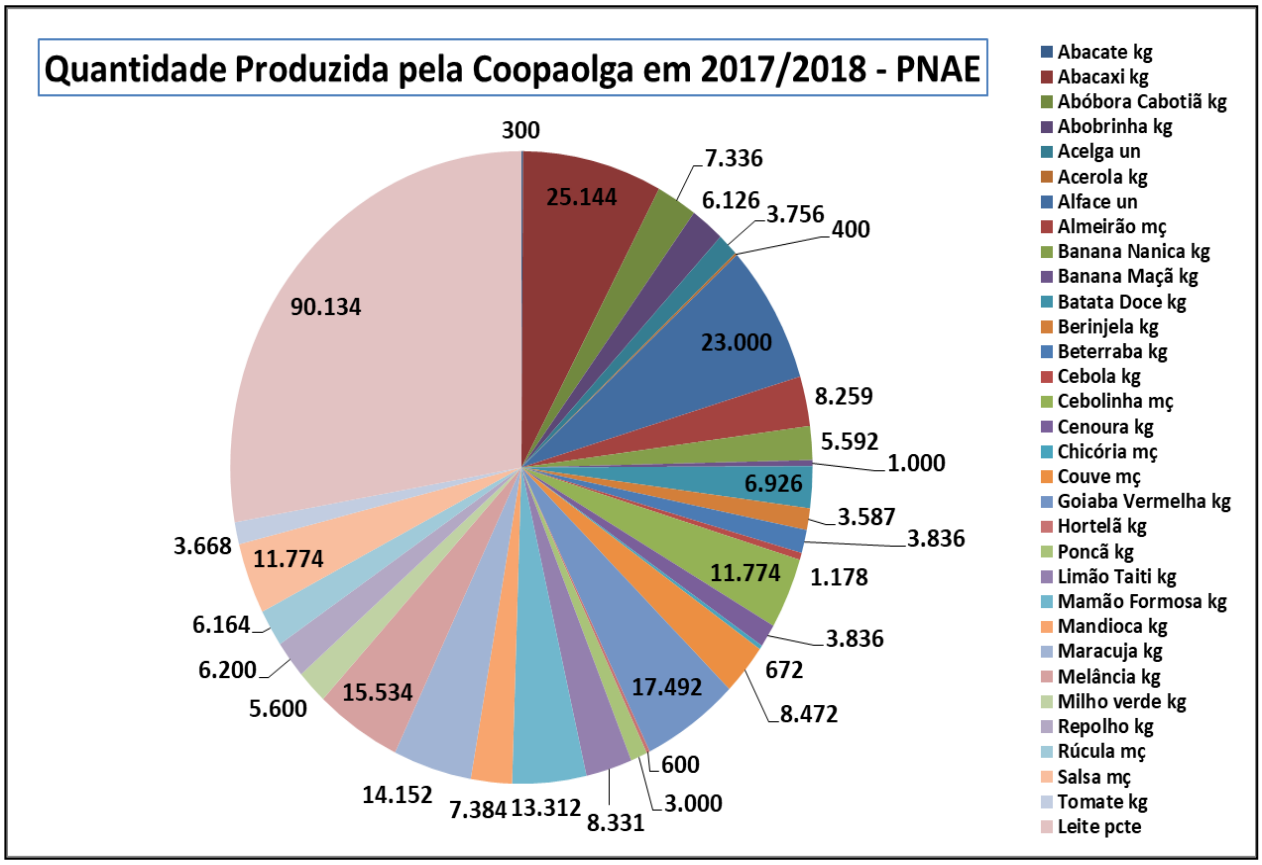
Relação dos produtos comercializados ao PNAE pela Coopaolga nos anos de 2017 e 2018.										
Produtos	**Anos**									
	2017				**2018**			**Produção 2017/2018**		
	Un.	**Qte**	**Total**	**%**	**Qte**	**Total**	**%**	**Qte**	**Total**	**%**
Abacate	kg	0	0	0,00	300	1.884,00	0,35	300	1.884,00	0,16
Abacaxi	kg	15.144	92.198,76	14,21	10.000	52.750,00	9,85	25.144	144.948,76	12,24
Abóbora Cabotiã	kg	3.336	6.792,24	1,05	4.000	11.020,00	2,06	7.336	17.812,24	1,50
Abobrinha	kg	3.126	8.866,98	1,37	3.000	8.880,00	1,66	6.126	17.746,98	1,50
Acelga	un	2.256	9.133,92	1,41	1.500	7.700,00	1,44	3.756	16.833,92	1,42
Acerola	kg	0	0,00	0,00	400	1.024,00	0,19	400	1.024,00	0,09
Alface	un	13.000	42.490,00	6,55	10.000	35.350,00	6,60	23.000	77.840,00	6,57
Almeirão	mç	6.159	20.243,25	3,12	2.100	6.894,00	1,29	8.259	27.137,25	2,29
Banana Nanica	kg	2.992	10.617,36	1,64	2.600	7.228,00	1,35	5.592	17.845,36	1,51
Banana Maçã	kg	0	0,00	0,00	1.000	5.620,00	1,05	1.000	5.620,00	0,47
Batata Doce	kg	3.926	6.909,20	1,06	3.000	7.425,00	1,39	6.926	14.334,20	1,21
Berinjela	kg	1.587	4.095,45	0,63	2.000	5.640,00	1,05	3.587	9.735,45	0,82
Beterraba	kg	1.436	3.266,00	0,50	2.400	7.164,00	1,34	3.836	10.430,00	0,88
Cebola	kg	678	1.783,14	0,27	500	1.475,00	0,28	1.178	3.258,14	0,28
Cebolinha	mç	6.774	21.111,00	3,25	5.000	15.600,00	2,91	11.774	36.711,00	3,10
Cenoura	kg	1.436	2.826,48	0,44	2.400	5.748,00	1,07	3.836	8.574,48	0,72
Chicória	mç	672	2.042,88	0,31	0	0,00	0,00	672	2.042,88	0,17
Couve	mç	4.472	14.723,76	2,27	4.000	12.960,00	2,42	8.472	27.683,76	2,34
Goiaba Vermelha	kg	9.492	64.141,20	9,88	8.000	49.560,00	9,25	17.492	113.701,20	9,60
Hortelã	kg	0	0,00	0,00	600	1.941,00	0,36	600	1.941,00	0,16
Poncã	kg	0	0,00	0,00	3.000	6.570,00	1,23	3.000	6.570,00	0,55
Limão Taiti	kg	5.331	14.631,66	2,25	3.000	12.135,00	2,27	8.331	26.766,66	2,26
Mamão Formosa	kg	9.712	33.739,04	5,20	3.600	13.212,00	2,47	13.312	46.951,04	3,96
Mandioca	kg	2.784	13.464,00	2,07	4.600	21.490,00	4,01	7.384	34.954,00	2,95
Maracuja	kg	6.152	38.499,92	5,93	8.000	64.320,00	12,01	14.152	102.819,92	8,68
Melância	kg	11.534	21.607,22	3,33	4.000	8.480,00	1,58	15.534	30.087,22	2,54
Milho verde	kg	4.000	21.160,00	3,26	1.600	10.592,00	1,98	5.600	31.752,00	2,68
Repolho	kg	2.200	4.938,00	0,76	4.000	11.940,00	2,23	6.200	16.878,00	1,42
Rúcula	mç	4.364	14.359,32	2,21	1.800	5.976,00	1,12	6.164	20.335,32	1,72
Salsa	mç	6.774	21.111,00	3,25	5.000	15.600,00	2,91	11.774	36.711,00	3,10
Tomate	kg	2.868	7.743,60	1,19	800	5.376,00	1,00	3.668	13.119,60	1,11
Leite	pcte	52.134	146.444,76	22,57	38.000	113.970,00	21,28	90.134	260.414,76	21,99
Total ======>			**648.940,14**	**100**		**535.524,00**	**100**		**1.184.464,14**	**100**

Fonte: Adaptado a partir de dados da Coopaolga (conforme o contador Sr. C. G. S., dia 19/12/2018).

O Quadro 15 reafirma o que nossa pesquisa constatou com nossos participantes que a produção de leite de vaca é a atividade principal de renda dos assentados do município de Nova Andradina. Na Coopaolga, chega mais de 20% da renda produzida

na comercialização de leite, caso ocorra à sobra da produção, vende-se para a Coopavil. Em seguida, vem à produção de abacaxi e maracujá, encontrados nos Assentamentos Santa Olga, Casa Verde e Teijin. Apresentamos, no Gráfico 3, um panorama da produção da Coopaolga nos anos de 2017 e 2018, que foram comercializados ao programa de venda de alimentos do governo federal, o PNAE.

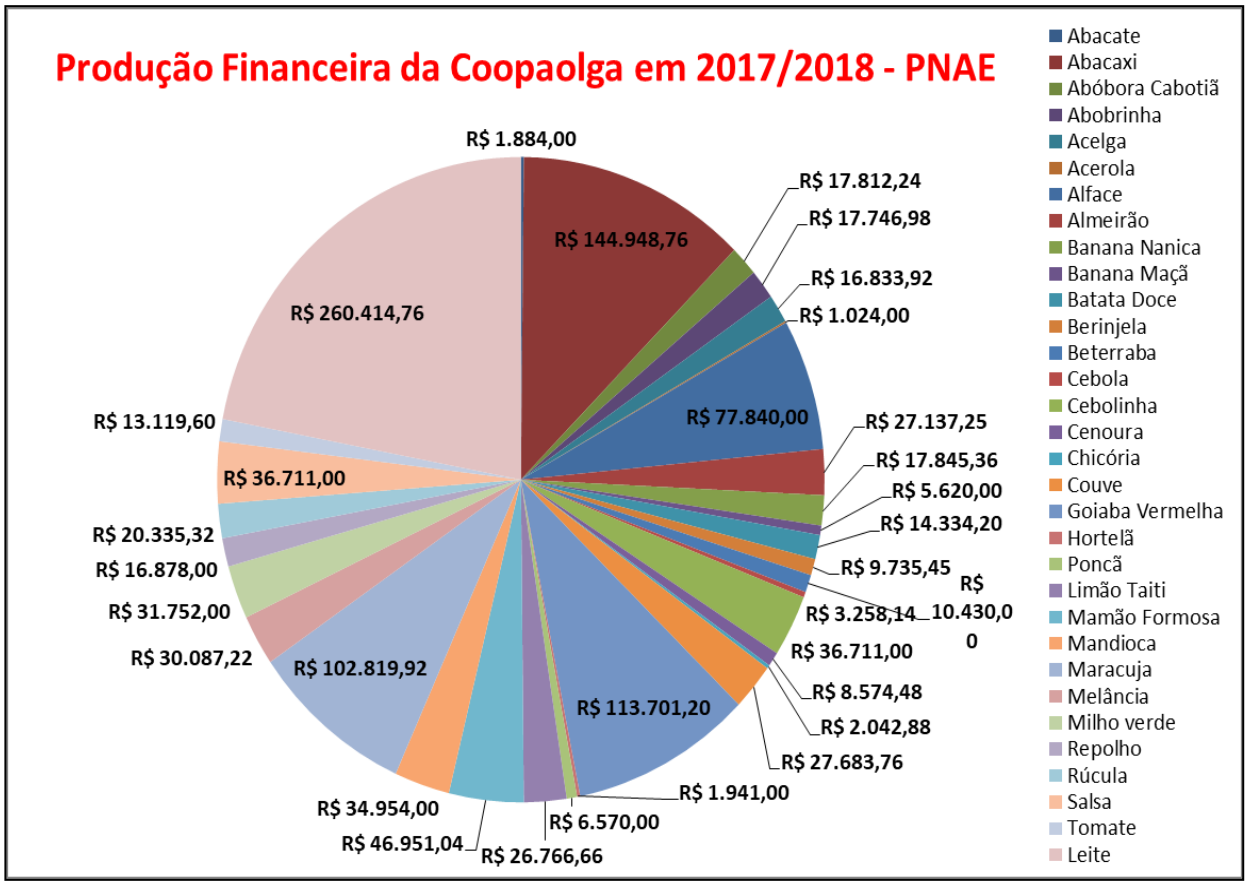
Gráfico 3: Quantidade produzida pela Coopaolga em 2017 e 2018 e entregues aos PNAE.



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

A produção passou de um milhão de reais no município de Nova Andradina, que somados aos demais processos produtivos dos assentamentos do município, ressalta e atesta o potencial dos assentados na relação social, comercial e produtiva da sociedade local. Contribuem para o desenvolvimento local e regional do município, destacando a relevância da produção camponesa na alimentação do bem comum e das futuras gerações. No Gráfico 4, ilustramos a circulação financeira realizada pelos assentados cooperados da Coopaolga na economia do município de Nova Andradina.

Gráfico 4: Movimentação financeira da Coopaolga na venda de alimentos ao PNAE nos anos de 2017 e 2018.



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Ressaltamos que a produção e comercialização de goiaba vermelha são originárias do Assentamento São Sebastião, pertencente ao município de Ivinhema, pois os assentamentos do município não possui produção deste produto. Os preços dos produtos destinados ao PNAE são formados de acordo com a Resolução nº 04 de 02/04/2015, do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), da seguinte forma:

> Art. 29 O preço de aquisição dos gêneros alimentícios será determinado pela EEx., com base na realização de pesquisa de preços de mercado.
> §1º O preço de aquisição será o preço médio pesquisado por, no mínimo, três mercados em âmbito local, priorizando a feira do produtor da agricultura familiar, quando houver, acrescido dos insumos exigidos no edital de chamada pública, como despesas com frete, embalagens, encargos e quaisquer outros necessários para o fornecimento do produto.

> §2º Na impossibilidade da pesquisa ser realizada em âmbito local, deverá ser realizada ou complementada em âmbito territorial, estadual ou nacional, nessa ordem.
> §3º: Os preços de aquisição definidos pela EEx. deverão constar na chamada pública, e serão os preços pagos ao agricultor familiar, empreendedor familiar rural e/ou suas organizações pela venda do gênero alimentício.
> §4º Na impossibilidade de realização de pesquisa de preços de produtos agroecológicos ou orgânicos, a EEx. poderá acrescer aos preços desses produtos em até 30% (trinta por cento) em relação aos preços estabelecidos para produtos convencionais, conforme Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011.
> §5º O projeto de venda a ser contratado deverá ser selecionado conforme os critérios estabelecidos pelo art. 25.
> §6º A relação dos proponentes dos projetos de venda será apresentada em sessão pública e registrada em ata, ao término do prazo de apresentação dos projetos (FNDE, 2015).

O contador da coopertiva (Sr. C. G. S., relato dia 19/12/2018) relata que o órgão responsável pela nutrição da prefeitura não leva em consideração o disposto do §1, sob o acréscido no preço, referente aos insumos, as despesas com frete, embalagens, encargos e quaisquer outros necessários para o fornecimento do produto. Como ele acrescenta "é uma luta diária para fazer funcionar a cooperativa e a entrega de alimentos ao PNAE".

Além do Santa Olga, outros assentamentos participam da cooperativa, como o Casa Verde, Teijin e São Sebastião, sob o interesse dos próprios assentados, em virtude de garantia de venda de seus produtos e pela organização social da cooperativa. O contador da Coopaolga relatou que houve interesse de assentados do Assentamento São João, contudo, a participação na comercialização dos produtos esbarrou na distribuição e entrega da mercadoria, pois a distância do assentamento ao centro urbano do município inviabiliza a venda dos produtos (em torno de 100 km da sede urbana de Nova Andradina/MS). Esta situação se soma ao relato de nossos participantes do Assentamento São João sobre as condições de assistência técnica/social e de produção em seus lotes como uma das maiores dificuldades no processo podutivo do assentamento.

Os processos produtivos dos assentamentos do município de Nova Andradina fomentam relações comerciais e sociais na comunidade local. Tanto a produção da Coopaolga como os demais assentados dos assentamentos criam, juntamente com suas famílais, a permanência da produção camponesa e de sua reprodução social em face do monopólio capitalista da terra. Os programas sociais contribuem para a geração de renda, mas a permanência na terra pelos assentados segue além dos propósitos

comerciais a qual estão inseridos, mas de suprir com prioridade a necessidade da família, e, sobretudo o trabalho liberto em sua propriedade, segundo os relatos de nossos participantes.

A relação de produtos apresentados revela à importância de assentamentos do município de Nova Andradina na produção e comercialização de alimentos, movimentando mais de um milhão de reais no município, apenas nos anos de 2017 e 2018, segundo o contador da Coopaolga (o Sr. C. G. S., dia 19/12/2018). O tratamento no qual os assentados possuem com seu processo produtivo promove mais qualidade de vida aos alunos da rede pública do município de Nova Andradina. Não somente os alunos, mas a região do Vale do Ivinhema, por meio da movimentação de suas relações produtivas estimulam as agropeccuárias, os supermercados, as lojas de varejo, as farmácias, enfim, contribuem no complemento de renda aos assentados, e acima de tudo, no desenvolvimento socioecônomico do município.

4.3 - Processos organizacionais coletivos nos assentamentos rurais

Os Projetos de Assentamentos adotam sistemas cooperativistas distintos das demais organizações regidas pela Organização das Cooperativas do Brasil (OCB). Na década de 1990, foi criada a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB) com o objetivo de reunir as cooperativas e associações de assentados pela reforma agrária no Brasil. O cooperativismo/associativismo, seguido pelo MST, objetiva assegurar a redução da miséria no campo e o fortalecimento do poder político organizacional das comunidades rurais dos assentamentos. Por isso, organizou o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) por meio da fundação de processos cooperativos dentro dos assentamentos.

> O SCA é responsável pela organização de base dos assentados, pela organização da produção, da tecnologia, da transformação ou agroindústria, pela boa aplicação do crédito rural, pela comercialização e, também, pela mobilização social dos assentados frente à política agrícola do governo, a política econômica e pelas condições básicas dos assentamentos (CONCRAB, 1997, p. 09).

A proposta de cooperação agrícola (CA), adotada pelo MST, buscou uniformizar nos assentamentos rurais o cooperativismo, estabelecido em uma proposta de organização dos assentados, somado aos fatores econômicos e o fortalecimento desta coletiva em seus lotes. A Concrab ao estabelecer a cooperação nos assentamentos rurais permitiu ao MST implantar o projeto aos assentamentos rurais no país, por meio das Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPAs) em caráter nacional, integrar as diversas formas de cooperação nos assentamentos, bem como o poder coletivo dos assentados e sua força no processo produtivo e de vida no campo (MST, 2017).

Esta proposta de cooperativismo controlado pelos assentados, a fim de evitar o que ocorre com as cooperativas tradicionais, como a subordinação à produção capitalista e as tensões entre os dirigentes e os assentados, o MST traz a seguinte lógica: "Quando falamos das Cooperativas de Comercialização e Produção que estão sendo criadas nos assentamentos, estamos pensando num tipo de empresa social que seja uma ferramenta a mais na luta por uma sociedade justa" (MST, 1993b, p. 33). Organização social que muitos confundem com as organizações cooperativas capitalistas, comandadas por grandes proprietários, que exploram os pequenos e os subordinam ao capital. O objetivo principal das cooperativas dos assentados é desenvolver a produção e o desenvolvimento e bem-estar das famílias, devendo crescer junto com os assentados/associados.

O Caderno de Formação nº 20 do MST (1993) faz um resumo das diferenças das cooperativas tradicionais com as cooperativas dos assentados (CA), identificando as características identitárias de cada cooperação. Dentre as diferenças, podemos destacar o poder de decisão que está sob o controle dos assentados e não uma minoria que tem o controle da cooperativa no caso das tradicionais.

Para Fernandes (2000), o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) está pautado na perspectiva de luta e resistência da existência camponesa, pois não está compreendido somente na lógica econômica, como as cooperativas tradicionais, mas em garantir a educação, a saúde, a organização e produção nos assentamentos rurais. Ressalta que:

> O SCA é um setor do MST e tem na cooperação agrícola a perspectiva do desenvolvimento econômico dos assentados, garantindo a organicidade do Movimento. É uma forma de expandir a organização nos assentamentos, contribuindo com a territorialização da luta pela terra e intensificando a participação em outras lutas da classe trabalhadora no campo e na cidade. O SCA foi construído a partir da lógica da resistência camponesa que está

> representada pelos princípios e na estrutura organizativa do MST. Dessa forma, procura desenvolver a agricultura camponesa em que a resistência contra a exploração, a expropriação e a luta contínua pela terra não estejam separadas (FERNANDES, 2000, p. 228).

Fabrini e Roos (2014) expressam que o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) foi iniciado na década de 1980 pelo MST com o objetivo de viabilizar essencialmente as condições econômicas e de produtividade dos assentados na luta pela permanência na terra. Esta cooperação deveria atender os interesses internos e externos dos assentamentos, formada a partir das Cooperativas de Produção e Prestação de Serviços (CPPSs), as Centrais Estaduais de Cooperativas de Reforma Agrária (CCAs) e a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), expressando o poder da coletivização dos assentados na organização de suas atividades de produção.

> A cooperação é um meio que os camponeses encontraram para reunir forças para atuar coletivamente porque isolados não alcançam benefícios. Os camponeses buscam através da cooperação apropriar-se das vantagens que a grande exploração prática em sua agricultura, não perdendo o real objetivo de sua existência. É uma vã ilusão esperar que as cooperativas tornem a pequena exploração capaz de utilizar processos de cultura tão racionais como os da grande exploração, que possui propriedade composta por terras contíguas, às vantagens da divisão do trabalho, da direção de um agrônomo, precisamente as vantagens da grande propriedade, nunca proporcionadas ao pequeno produtor por esta espécie de cooperação (KAUTSKY, 1972, p. 167).

Para Lacerda e Malagodi (2007, p. 95) “a organização dos assentamentos rurais em torno de práticas coletivas é apontada como alternativa de viabilização e sobrevivência do camponês”, que luta para se manter nos lotes. Esta alternativa cria novas oportunidades potenciais ao desenvolvimento dos assentados e assentamentos, através de melhores condições de renda dos produtos e aquisição de insumos, porém, as relações que cada assentado possui ao longo de sua história, suas raízes e objetivos serão decisivos nesta prática coletiva.

De acordo com Fabrini e Roos (2014, p. 45), além do autoconsumo, as “cooperativas coletivas seriam uma alternativa capaz de gerar renda para os assentados” por meio da união em torno da produção de seus produtos, fortalecendo os assentados e permitindo maior poder de barganha com os intermediários ou mesmo o consumidor

final, como é o caso dos programas sociais PNAE e PAA vinculados ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

Conforme estudos de Fabrini (2002, p. 76), as "cooperativas coletivas são consideradas uma forma superior de organização para viabilizar um desenvolvimento territorial dos assentamentos". O autor salienta que as modernas relações de produção constroem um território favorável ao processo revolucionário, e para tanto, pesquisas de Oliveira (2007, p. 46) traduz esse fenômeno como o "desenvolvimento do modo capitalista de produção", que podemos afirmar que a cooperação é uma forma de resistir e enfrentar a modernidade no campo, como por exemplo, a agricultura familiar dos negócios.

Em assentamentos rurais, várias são as formas de associativismo. Segundo Carvalho (1998), podem ocorrer por meio de mutirões, associações, cooperativas, entre outros. O autor ressalta que os assentamentos rurais, no âmbito dos processos de reforma agrária é um agregado heterogêneo de grupos sociais constituídos por famílias de trabalhadores rurais em que predomina o comportamento individualista com relação à gestão do assentamento, a forma de apropriação da terra e ao processo produtivo mais amplo.

O cooperativismo rural reúne produtores rurais com o objetivo de vincular vários fatores de produção/relação, como: a aquisição comum de insumos; a venda em comum da produção dos cooperados; a prestação de assistência técnica; armazenagem; industrialização; entre outros, que contribuem para a melhoria da distribuição de renda e a permanência do homem no campo. O autor descreve que a cooperação nos assentamentos busca condições além do aspecto econômico, entretanto, com ressalvas ao cooperativismo:

> A cooperação desenvolvida nos assentamentos de reforma agrária teve como propósito não apenas viabilizar economicamente a pequena produção rural familiar, mas, sobretudo, construir um homem novo eivado de valores éticos sociais que reafirmassem a solidariedade e a convivência social democrática. Entretanto, talvez a partir de um desvio economicista, o cooperativismo (principal produto da cooperação) pode ter contribuído para gerar um produtor com aspirações pequeno burguesas de acumulações a partir de uma suposta inserção no mercado capitalista oligopolizado de produtos agropecuários (CARVALHO, 2000, p. 05).

O acesso aos créditos e a precificação de produtos estão quase que exclusivamente, voltados à agricultura comercial no país, porém, Schneider (1981, p.

23) faz um alerta sobre os incentivos governamentais destinados aos assentados, que atingem produtores de alimentos, fazendo com que “o cooperativismo incide apenas marginalmente nos subsetores voltados para a produção de alimentos básicos, setores estes geralmente preteridos e marginalizados pelas políticas de preços”, bem abaixo comparado aos planos safra do agronegócio.

Embora os incentivos para a cooperação dos assentados sejam insuficientes ao atendimento as famílias assentadas, a luta e resistência pela terra é um dos fundamentos principais para a organização cooperativa pelos camponeses nos assentamentos rurais. Além disso, a cooperativa pode apresentar condições de diversificação da produção e possibilidades melhores de comercialização dos produtos, integrando as pessoas e fortalecendo os camponeses, rompendo o isolamento e desenvolvendo a consciência política e de resistência na terra, com a participação social dos assentados.

Além das relações externas aos assentamentos, os assentados possuem suas relações internas resultante de suas trajetórias de vida, que segundo Carneiro (1998, p. 204) pode ocorrer entre os camponeses em razão da “radicalização da expansão do capitalismo sobre o campo”, que gerou novos modelos de relações de trabalho no seio da produção camponesa, “contribuindo, desta forma, para acelerar o processo de individualização no interior da família”. Modo de relação que implica diretamente nas futuras gerações no campo, que provocam rupturas aos assentados, bem como, a sua permanência ou não nos lotes de assentamentos.

No sentido de compreender os processos das relações sociais dentro dos assentamentos, Kautsky (1972, p. 175) relata que o “camponês naturalmente predisposto à confiança, desconfiaria particularmente da sociedade”, levando-se em consideração as condições de vida e trabalho de suas relações sociais no campo. Esta reflexão permite admitir que, mesmo que a cooperação busque meios de unir os assentados ao mesmo objetivo ou propósitos similares de fortalecimento do homem no campo, mesmo assim, questões particulares e individuais são excludentes ao ponto que o próprio assentado se isole do grupo coletivo do assentamento, como, por exemplo, uma simples “desavença com um dos diretores da cooperativa”.

Rios (2006) coloca que o processo social de cooperação implica em uma convergência de interesses para consolidar-se no meio rural. Caso não ocorra esta convergência entre os atores sociais, dar-se-ão os conflitos, que podem transitar de maneira latente ou aberta, demonstrada de acordo com os confrontos em reuniões ou não participação dos mesmos no processo de cooperação. Para o autor, o

"cooperativismo é uma dessas palavras mágicas – à semelhança do termo democracia – que servem para tudo como uma chave-mestra que abre todas as portas, solução para múltiplos problemas", mas possuem fatores sociais que impedem a não concretização da coletividade (RIOS, 1987, p. 07).

Para Fabrini e Roos (2014), os problemas derivados do processo cooperativista nos assentamentos rurais passam por questões de ordem interna e externa às cooperativas: as questões internas iniciam pela relação entre os camponeses, que é uma das maiores dificuldades, devida sua relação de hierarquização com os demais membros da cooperativa, seguida pelos conflitos gerados na formação dos grupos e suas percepções de entendimento das decisões e o zelo pelo patrimônio coletivo, e, questões externas, que estão voltadas as condições macroestruturais, como as linhas de financiamentos, a assistência técnica rural permanente, o cenário político e econômico da região e o acesso a terra, bem como sua regularização fundiária (títulos ou DAP) para acesso aos recursos e políticas públicas de comercialização.

Rios (2006) apresenta duas naturezas na organização cooperativa de agricultura, colocada, de um lado, como medida estruturante administrativamente, uma empresa, e, por outro lado, a conotação social, não apenas econômica, mas uma formação ideológica, com valores sociais e culturais dos indivíduos. Antes de instituir uma cooperativa, já está presente a realidade social dos assentados, que foram constituídas por suas heterogeneidades ao longo de suas vidas, diferenças estas que devem ser mantidas, porém, podem ser reduzidas para que ocorra a aproximação e integração com os demais envolvidos.

A integração dos assentados e o papel social na formação das organizações internas nos assentamentos do município de Nova Andradina, como cooperativas e associações, deveriam permitir acesso a todos os envolvidos de cada assentamento. Por outro lado, não é bem isto que ocorre. Os questionamentos dos assentados no sentido do entendimento da participação ou não, da instalação e funcionamento destas ações coletivas se esbarram em várias situações conflitantes. Segundo o assentado CV4, o Assentamento Casa Verde era constituído por uma cooperativa, mas alguns fatores contribuíram para seu encerramento:

> A falta de união; ingerência na administração; falta de recursos, mas, enquanto havia um grande número de assentados (o que ocorreu no início do assentamento) associados, seguia bem a cooperativa, mas, a partir do momento que os assentados começaram a adquirir mais recursos e "**serem independentes em seus lotes**", a cooperativa começou a ficar em segundo

> plano ou simplesmente abandonaram. Os associados se aproximam quando precisam, quando conseguem o que querem, **"abandonam"**, restando apenas o fim, seja para a cooperativa ou para a associação (assentado CV4, entrevista realizada no dia 16/10/2017, Assentamento Casa Verde – grifo nosso).

O que chama mais atenção em nosso participante é saber que o mesmo é sócio de uma cooperativa no município de Nova Andradina (Cooperativa Agroindustrial do Vale do Ivinhema Ltda - Coopavil), que, além de sócio, já foi membro da diretoria da organização, que, segundo ele, é mais estruturada e oferece melhores condições de atendimento aos assentados (assistência técnica, por exemplo). Por outro lado, o assentado CV2 (Assentamento Casa Verde), que também é sócio da Coopavil e presidente da Associação do Desenvolvimento Comunitário do Assentamento Casa Verde, nos revela que, nos anos de 1990 a 1995, conseguiram promover cursos de administração pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), inseminação artificial, entre outros, e ainda:

> Os assentados começaram a entender, que "**cada um tem que trabalhar dentro do seu próprio negócio**", e fazer com que tenha uma renda, produzir, pra ter uma renda de sobrevivência dentro de seu lote. Porque as áreas do assentamento são diferentes de uma área de agricultura, por isso, **precisavam aprender quais culturas e criações poderiam aplicar em seus lotes**. Todos os assentados (chegavam a 270 associados na década de 90) procuram participar das capacitações, começando a trabalhar de acordo com suas condições, e foi lutando assim que as coisas começaram a mudar (assentado CV2, entrevista realizada 17/10/2017, Assentamento Casa Verde – grifo nosso).

Segundo nosso participante, atualmente, possuem 50 associados (muitos faleceram, foram embora, abandonaram) na associação, que, de acordo com ele, as promessas políticas contribuem fortemente para a desistência desses assentados, como, por exemplo: "eu vou dar para vocês esse calcário", promessas como estas, fazem os assentados deixarem se reunir, e com isso, a associação vai enfraquecendo. A associação possui um trator e alguns implementos, porém as ações são reduzidas e com pouca participação dos associados.

Fabrini (2003) trata as ações de cooperação entre camponeses dos assentamentos rurais como atividades desenvolvidas a partir da descoberta dos espaços de socialização e revelações políticas, construídas por meio de uma nova compreensão do ordenamento

da sociedade no campo. São ações cooperativas pelo olhar das relações sociais e não propriamente produtivas e, marcadas por um conteúdo de classe social, estabelecidas pela identidade política evidenciadas no processo de luta pela terra. A constituição de cooperativas nos assentamentos rurais visa contribuir de forma circular as relações sociais nos projetos de assentamentos. O autor destaca ainda que:

> [...] a formação de cooperativas pelos assentados pode contribuir para a realização de atividades coletivas quando elas trazem no seu interior conotação política e ideológica de questionamento da ordem social e de superação das relações capitalistas (FABRINI, 2003, p. 67).

O grande desafio das cooperativas agrícolas é encontrar o equilíbrio entre os interesses econômico, social e político dos seus associados/assentados. Para Fabrini (2002), as dificuldades encontradas na implantação de cooperativas no campo, por sua vez, são devido à cultura da população, que, muitas vezes, não são compatíveis com as práticas de cooperação e de organização coletiva em virtude de uma longa história marcada pela divisão do trabalho e fragmentação dos grupos de assentados.

As organizações coletivas são proposições conflitivas no interior dos assentamentos, onde se presencia várias visões não somente de assentados que não participam, mas de indivíduos que já participaram como membros, como este relato, que nos chamou a atenção:

> Acredito que a cooperativa é uma das melhores formas de fortalecimento dos assentados nos assentamentos rurais, mas os **diretores precisam ser preparados**, porque em alguns casos o diretor esquece que é uma cooperativa e, começa a fazer um grupo e ficar autoritário. A cooperativa precisa ser transparente, para que os cooperados/assentados estejam cientes das ações, pois existe a responsabilidade de todos na participação dos rendimentos e despesas da cooperativa. Esta transparência é obrigação dos diretores, pois "**o poder da direção não os permite realizar outras ações** (arrogância, acha que pode tudo)", que não seja para a união e o fortalecimento dos cooperados na permanência em seus lotes. **A transparência é o melhor caminho da cooperativa**, porque com isso, os assentados podem beneficiar a produção de leite, participar dos programas sociais governamentais, se tornando mais fácil a comercialização de suas mercadorias e mais organizado seu processo produtivo (assentado SO2, entrevista realizada no dia 03/10/2017, Assentamento Santa Olga – grifo nosso).

Esta posição sobre associações e cooperativas também são evidenciadas em outros assentamentos do município, que julgam a formação de grupos fechados, a peça

de exclusão dos demais que não participam e a desistência dos que participam como sócios na organização, que não concordam com as relações.

Entre todos os assentamentos do município de Nova Andradina, a cooperativa mais estruturada e instalada está localizada no Assentamento Santa Olga, conforme a Figura 19.

Figura 19: Instalações da Usina de Beneficiamento de Leite da COOPAOLGA.

Fonte: Moreira (2018).

Nas instalações da Coopaolga, é pasteurizado o leite e embalado os produtos como verduras, legumes, frutas que serão direcionados às escolas do município de Nova Andradina através do PNAE. A cooperativa possui atualmente 60 cooperados, que, de acordo com o seu presidente, o assentado SO1 (entrevista realizada dia 24/01/2018), são formados não somente por assentados do Assentamento Santa Olga, mas por assentados do Teijin (dois assentados do acampamento 17 de abril - MST), Casa Verde (dois assentados da Gleba Peroba e dois assentados da Gleba Angico) e um assentado do Assentamento São Sebastião, pertencente no município de Ivinhema. Esta realidade do Assentamento Santa Olga já foi constatada em estudos de Moreira (2014), onde a

abstenção dos assentados na participação da cooperativa/associação é grande, porém, o objetivo de estabelecer a cooperação entre os assentados, buscando parcerias com fornecedores de suprimentos para a criação de gado, plantio de mandioca e leite, assistência técnica rural, entre outros, proporcionam maiores condições de desenvolvimento ao assentamento.

Os assentados cooperados apresentam todas as segundas-feiras a sua produção pronta para venda, em seguida é enviada ao departamento de nutrição da prefeitura de Nova Andradina, o qual realiza a escala de distribuição dos alimentos nas escolas naquela semana. Os assentados apresentam sua produção na sede administrativa da Coopaolga, localizada em uma casa de alvenaria próxima a sede social do assentamento. A entrega dos alimentos é realizada diariamente pelo veículo da cooperativa (fiorino baú) ou pelos próprios assentados cooperados, de acordo com a produção estabelecida de cada propriedade e, entregues em sete escolas estaduais no centro urbano do município, uma escola estadual no distrito de Nova Casa Verde e em duas escolas estaduais no município de Batayporã (entrega apenas verduras). O controle e a gestão administrativa da cooperativa são realizados pelo assentado e contador o Sr. C. G. S. (relato dia 19/12/2018 – sede administrativa da Coopaolga).

O presidente da Coopaolga revela que:

> Por enquanto nós estamos com a cooperativa pequena, não conseguimos expandir ainda, porque temos poucos associados. Entre os **motivos de poucos associados na cooperativa, está a recusa dos assentados na participação na "porcentagem" mensal**, descontado diretamente no pagamento do cooperado. Esta despesa é **utilizada para manter os gastos da cooperativa**, como por exemplo, o conserto do resfriador de leite e derivados, o salário da secretária, do funcionário responsável pela pasteurização do leite, o serviço de internet, combustível do veículo de entrega das mercadorias, etc. O assentado se recusa pagar sua participação na cooperativa, mas, querem entregar mercadoria sem pagar nada, **"desse jeito fica difícil trabalhar"**. Um dos maiores benefícios da cooperativa é vender as mercadorias ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, pois, **sem a cooperativa não seria possível realizar a venda**, que garante a comercialização de grande parte da produção dos assentados, senão, enfrentariam a disputa de concorrentes na venda de seus produtos no mercado local (assentado SO1, entrevista realizada dia 24/01/2018, Assentamento Santa Olga – grifo nosso).

As conflitualidades na cooperação no Assentamento Santa Olga estão permeadas por relações sociais, que buscam unir os objetivos coletivos frente a tensões internas, como compreender que a "mensalidade" de uma cooperativa, visa atender as suas

necessidades de funcionamento, bem como manter a organização de suas instalações, que, segundo Fabrini (2002), ocorre em virtude da cultura da população de assentados. Somente quem é cooperado pode vender suas mercadorias pela cooperativa, caso contrário, não tem direito. Dentre os desafios da cooperativa relatados pelo seu presidente (assentado SO1), o mais importante é buscar cooperados esclarecidos, que compreendam o objetivo da cooperação de assentados. Este entendimento dos cooperados resulta em melhores condições de comercialização e produção no assentamento, fortalecendo a permanência dos assentados em seus lotes.

A cooperação possui várias situações conflitantes no campo brasileiro. Quando abrimos o questionamento dentro dos assentamentos rurais, isso provoca inúmeras revelações, percorridas em dimensões distintas em cada assentamento. Ao pesquisar o município de Nova Andradina, encontramos quatro assentamentos de estruturas territoriais distintas, bem como o sistema de cooperação dos assentados. Dos quatro assentamentos, somente a cooperativa do Assentamento Santa Olga está em funcionamento. A cooperativa do Assentamento Casa Verde está desativada, existe um processo em andamento no Assentamento Teijin, porém, ainda sem ações coletivas e o São João possuí apenas uma associação.

Ao pesquisar a dinâmica do cooperativismo em um assentamento rural, encontramos um campo de atuação imenso das relações sociais, sobretudo na vivência territorial dos assentados. O entendimento de cooperação segue além dos objetivos pré-estabelecidos de organização do cooperativismo, mas a compreensão dos assentados em unir-se em prol de sua produção e da comercialização de seus produtos. Palavras de ordem, como “transparência”, “diretores preparados”, “assentados esclarecidos com a cooperação”, retratam como as experiências vividas dos assentados podem conduzir a formação e a continuidade da cooperativa, como também a sua destituição como organização coletiva no assentamento.

Os conflitos existentes no funcionamento da cooperativa colocam em questão que os interesses individuais em alguns momentos sobrepõem aos interesses coletivos. Compreender as ações realizadas pela cooperativa, sem prévios julgamentos, com o objetivo de atender as necessidades de seus envolvidos em meio a um mercado que lança os assentados a se organizarem em seu espaço de produção, por outro lado, proporciona maiores condições de luta por sua permanência na terra. “Cooperar nos assentamentos rurais é a contribuição diária que o assentado realiza ao bem comum de seus vizinhos”.

Outro modo no processo coletivo de organização e produção é o sistema societário a qual os Assentamentos São João e Santa Olga foram criados pelo INCRA. Porém, não atingem seus objetivos e finalidade enquanto modelo de distribuição de terra e organização da produção, devido à ausência do Estado. Esta modalidade de processo produtivo é necessária uma orientação adequada para sua realização, caso contrário, ocorre o que evidenciamos em nossa pesquisa, áreas sem a mínima condição de produção (conforme a Figura 14) como no Assentamento São João, estabelecida pelo INCRA. No Santa Olga a área se encontra em condições para uso, porém a organização do sistema de produção coletivo também não funciona, restando aos assentados a iniciativa de utilizar ou se apropriar da terra, devido a inoperância do Estado, e ainda segundo o assentado SO1:

> Não funciona o sistema de produção em sociedade, já individualizamos tudo aqui. Não funciona porque os assentados possuem entendimentos de produção diferentes um dos outros, não tem jeito. E eu já ouvi dizer que tem 10 assentamentos no Mato Grosso do Sul desse jeito, aqui por perto de nós acho que tem uns três que eu conheço, nunca ouvi falar que funcionou (assentado SO1, entrevista realizada dia 24/01/2018).

A necessidade da individualização ocorre em função de aumentar sua produção ou a necessidade de melhorar sua fonte de renda, de acordo com suas condições de trabalho. Mas o fato é que o Estado estabelece o modelo de Projeto de Assentamento, mas, não garante a sua condução junto aos assentados, com isso, deixam os assentados sem alternativas dentro do assentamento, a não ser lutar por individualizar a área, e cada um buscar seu sustento. Aqueles que possuem condições de movimentação até a área, podem usufrui da terra, caso contrário, arrendam suas parcelas, devido à distância de deslocamento de determinados lotes.

Considerações finais

Ao longo de nossa pesquisa, constatamos que a dinâmica da luta pela posse da terra nos assentamentos rurais no Município de Nova Andradina/MS apresenta-se envolvida por vários aspectos. Um deles é o processo de distribuição de terras improdutivas e devolutas no Brasil, que submete os trabalhadores rurais sem terra a momentos de ineficiência do poder do Estado. As manifestações e os bloqueios que os assentados realizaram ocorreram com o propósito de serem ouvidos na luta pelo cumprimento da reforma agrária no município. Percebemos que o descaso e o desrespeito do Estado, enquanto fiscalizador e executor das políticas provocam e agravam as relações fundiárias do país, contribuindo para que estes assentados se estabeleçam em condições inoperantes nos assentamentos e fique a mercê da sorte em seus próprios lotes, como aconteceu e acontece nas trajetórias de luta pela terra relatada por nossos participantes.

A perseverança relatada pelos assentados nada mais é do que "resistir na luta pela permanência nos lotes". Luta antes, durante e depois da entrega dos lotes nos assentamentos rurais do município de Nova Andradina. As dificuldades não se limitam apenas na espera da autorização de desapropriação, mesmo porque a luta está apenas começando e muitas batalhas ainda estão por vir. Uma delas é entrar em um lote, onde não tem casa para morar, não tem cercamento da propriedade, não possui água encanada e energia elétrica, a terra é cerrado e precisa ser desmatada e, o mais agravante, o Estado que deveria assessorá-los simplesmente vai embora e não volta mais. A realidade dos assentamentos pesquisados não é homogênea, pois temos períodos diferentes e momentos de políticas de governo distintas em suas criações, mas a posição da estrutura de reforma agrária do país é a mesma.

Os lotes de assentamentos rurais no município possuem áreas territoriais distintas uma das outras em função de políticas de governo no ato da criação do projeto, da força do movimento socioterritorial (MST), das organizações sociais (CPT) e sindicais (FETAGRI/MS e CUT/MS) e do tamanho da propriedade desapropriada. No caso do Assentamento Casa Verde, os lotes próximos do acesso à água são menores, e quanto mais distantes deste recurso, os lotes passam a serem maiores. No Teijin, a distinção ocorreu com trabalhadores rurais sem terra de movimentos e organizações

sindicais diferentes, onde os acampados do movimento organizado pelo MST receberam lotes maiores que os acampados da FETAGRI. Os Assentamentos Santa Olga e São João foram criados com projetos de áreas de terras individuais e coletivas, entretanto, a área individual se torna pequena e a coletiva não funciona. Com a ausência do Estado em dar uma resposta prática aos assentados, os mesmos ficam com as incertezas e promessas de solução, chegando ao ponto de a área ser individualizada pelos próprios assentados, como ocorreu no Santa Olga, que criou novas fontes de produção e renda nos lotes.

As lutas pela posse da terra foram organizadas pelo MST, FETAGRI/MS, CUT/MS e CPT/MS, que conduziram a conquista da terra nos assentamentos do município de Nova Andradina/MS. Entretanto, após a entrega dos lotes, alguns de nossos participantes renunciaram o vínculo com suas organizações e seus movimentos. No Assentamento São João, os assentados desistiram da ligação com a CUT/MS, do mesmo modo que a organização sindical também não possuía informações sobre estes assentados. A FETAGRI/MS, por meio do STRAFNA, possui vínculo com alguns assentados do Santa Olga, Teijin, São João e Casa Verde, por meio de questões administrativas, sem ações diretas nos assentamentos, mediante filiação á organização sindical.

O MST possui lideranças no Assentamento Teijin, mas nossos participantes não evidenciaram ligação clara com o movimento, porém, reconhecem a luta do movimento na conquista da terra, pois sem a resistência do MST, não seria possível o acesso aos lotes. Já a CPT/MS atuou na criação do Assentamento Casa Verde, auxiliando nas ações de saúde e alimentação, e no momento, tem realizado ações religiosas e de apoio ao cultivo de frutos naturais do cerrado no Teijin e Casa Verde. A decisão de desvincular de seus movimentos e organizações sindicais é particular de cada assentado, mas não podemos negar a força destas ações na luta pela conquista da terra, caso contrário, não haveria reforma agrária no município.

A ausência do Estado nos Projetos de Assentamentos se arrasta no cumprimento das políticas públicas junto aos assentados. É evidente que a política de reforma agrária possibilita o acesso à posse de terra dos trabalhadores rurais sem terra, porém, se não houvesse a luta dos trabalhadores(as), ela não se realizaria no município de Nova Andradina/MS. Políticas públicas de crédito, de assistência técnica e de comercialização de alimentos revelam um abismo entre o que está regulamentado e o que está sendo aplicado nos assentamentos. Para que os assentados possam acessar estas políticas, o

Estado precisa regularizá-los em seus lotes, por meio de documentos que comprovem sua posse e produção. Caso contrário, é impedido de acessar sem a devida regularização junto ao INCRA. Esta inoperância, que impede o acesso às políticas públicas de reforma agrária, é a mesma que não cumpre com a regularização do assentado em seu lote.

A trajetória de lutas pela terra nos assentamentos do município de Nova Andradina é peculiar de cada assentado e de cada assentamento. As lutas que evidenciamos em nossa pesquisa são resultados da permanência e resistência dos assentados em seus lotes. Cada luta ou cada momento experimentado pelos assentados – desde as manifestações em forma de bloqueios, fechar a entrada da fazenda, mudar de local os barracos, enfrentar lotes sem nenhuma estrutura apropriada para produção ou mesmo de necessidade básica de vida – atestam que a reforma agrária é fruto da luta e da persistência dos trabalhadores rurais sem terra antes, durante e depois da posse da terra.

A luta para produzir seu próprio sustento, a construção de sua casa, a criação dos animais, a organização de seu lote e os rendimentos necessários para permanecer no campo deveriam estar garantidos ou sustentados pelo Estado, entretanto, a inexistência de um atendimento adequado torna suas lutas ainda mais sofridas. Sofrimentos causados por conflitualidades e relações de poder, e ainda, pelo simples fato de ser assentado, como o preconceito vivido no início dos assentamentos por parte dos comerciantes do Município de Nova Andradina.

Nossa pesquisa não busca ampliar ou dar significado a todas as lutas vividas pelos assentados do município, mesmo porque cada assentado possui sua própria trajetória de luta pela terra. Não existe uma expressão definitiva ou limitada dessas lutas, pois somente quem conquista um lote em assentamento rural entende estes enfrentamentos na reforma agrária do país. Não podemos ignorar o tamanho da coragem destes atores sociais em permanecer em seus lotes e produzir alimentos para a população, preservando o meio ambiente e suas raízes camponesas de produção. É possível afirmar que os assentados lutam diariamente em seus lotes, contribuindo não somente para a sua produção familiar, mas, sobretudo nas relações sociais, produtivas e econômicas do município.

As relações de poder estão presentes em todos os ambientes em que os assentados estão inseridos. Estas relações ocorrem na resistência em lutar pela desapropriação de terra, pelas batalhas judiciais, pelos enfrentamentos com arrendatários, pela espera de promessas do Estado, pela expulsão do local de

acampamento e adentrar em lotes sem a devida condição de trabalho, enfim, de resistir lutando contra o poder do Estado e dos grandes proprietários de terra em busca da efetiva política de reforma agrária. Estas territorialidades existenciais nos assentamentos seguem além das relações de poder do Estado, isto é, acontecem nas próprias relações entre os assentados e suas lideranças. Por meio de suas associações, cooperativas e áreas de produção coletiva, possuem resistências na coparticipação como membros dessas organizações, seja por questões culturais de cada assentado, seja por suas relações com as diretorias ou modos de operação das organizações que contribuem para a sua não participação.

A produção nos assentamentos rurais possui caráter particular em sua organização de produção camponesa. Os assentados possuem relações produtivas distintas em seus lotes, assim como a comercialização de suas mercadorias. O PIB do Município de Nova Andradina está pautado na produção agropecuária, na qual os projetos de assentamentos rurais estão integrados diretamente. Esta integração se inicia no momento em que se compara a agricultura capitalista com a camponesa, impulsionada no mercado local com seus produtos primários e derivados.

Além das mercadorias, estamos revelando a construção de um novo território nas antigas propriedades capitalista do município. Não ficamos presos apenas à produção de alimentos, que expressa grande importância, mas à circulação de várias relações comerciais e sociais de seu processo produtivo. A resistência que ocorrera no passado, sob o olhar de uma comunidade com preconceitos e discriminações, apresenta-se, hoje, como um "rearranjo territorial, que trouxe um novo olhar no comércio local" de um município tipicamente rural do interior de Mato Grosso do Sul.

As produções camponesas nos assentamentos do município estão ligadas diretamente ao processo de luta de seu lote. Estas lutas em produzir suas mercadorias dentro de suas possibilidades, na maioria dos casos, sem o devido atendimento ou orientação do Estado, reproduzem o campesinato na permanência em seus lotes. Os produtos que são comercializados são também consumidos pelo núcleo familiar dos assentados, revelando o cuidado no tratamento da produção, que, ao contrário da produção capitalista, busca a produtividade e o lucro. Como percebemos, o processo produtivo dos assentados visa um olhar de humanidade e de respeito para com o próximo, mesmo diante das dificuldades de transporte, de armazenamento, de regularização fundiária e de suas atividades com pesos distintos das relações mercantis.

Ressaltamos que a organização coletiva é uma alternativa de resistir e unir os assentados no enfrentamento das relações sociais e comerciais contemporâneas. Por isso, evidenciamos o poder de produção e a união dos assentados na construção diária da COOPAOLGA. A cooperativa, que é a única organizada e em funcionamento nos Assentamentos do município de Nova Andradina, nos revelou a importância da aliança na organização e produção de assentados. O desafio da cooperativa não é somente a participação do cooperado, mas o envolvimento de políticas públicas municipais e estaduais no cumprimento dos programas sociais do Estado.

Esta participação nos programas em que a cooperativa possui grande relevância para o município ocorre somente se os cooperados estiverem regularizados pelo INCRA, caso contrário, são impedidos de participar ou comercializar os produtos destes assentados, como relatado pelo responsável da contabilidade da COOPAOLGA. Outro ponto importante refere-se à esfera municipal e estadual no trato de políticas de aquisição de gêneros alimentícios escolares, sociais e de atendimento aos assentamentos (assistência técnica, por exemplo), que devem estar de acordo com os programas de Estado para que todos os assentados do município possuam o mesmo acesso.

O papel do Estado na condução da reforma agrária nos projetos de assentamentos no município de Nova Andradina reforça a tese de que “sem a luta pelo acesso a terra e para permanecer nela, não existirá distribuição de terras no país”. A ausência de políticas públicas e os obstáculos da sobrevivência cotidiana nos assentamentos não permitiram que nossos participantes desistissem de permanecer em seus lotes. Alguns assentados podem até desistir, abandonar e vender o lote, porém, isso não é regra, devemos olhar aqueles que estão lutando diariamente em permanecer na terra, em utilizar sua força de trabalho na produção de alimentos para a comunidade.

As lutas pela permanência nos lotes dos assentamentos do município de Nova Andradina reforçam e retratam que os assentados, mesmo limitados e não assistidos pelo Estado, buscam, em suas aptidões de produção, agregar não somente seus produtos, mas sua reprodução social no campesinato, formando relações sociais, econômicas, culturais e políticas no município em que estão inseridos.

Devemos, enquanto cidadãos, compreender que estes atores sociais promovem a riqueza da alimentação e são defensores da terra como fonte de trabalho. Acreditamos que os objetivos desta pesquisa foram alcançados e que as contribuições para o meio acadêmico exercem importante papel no campo de estudo da organização camponesa nos assentamentos rurais do município de Nova Andradina. As lutas travadas

diariamente por nossos participantes revelam que é possível recriar suas condições de trabalho e vida, contradizendo as relações postas como contemporâneas no campo. É necessário entender que outras maneiras de organização no campo também fazem parte do cotidiano do meio rural brasileiro, não necessitando somente “ganhar e ganhar”, mas realizar atividades de acordo com suas tradições e produzir com respeito os alimentos que sustentam suas famílias e a comunidade local.

Referências

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 1ª ed. rev. e atual. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 3ª ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 236p.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. *Identidade, Distinção e Territorialização: O processo de (Re) criação camponesa no Mato Grosso do Sul.* Tese (Doutorado em Geografia), UNESP, Presidente Prudente, 2003. 391 f.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de (Org). *A questão agrária em Mato Gross do Sul:* uma visão multidisciplinar. Campo Grande/MS, Editora UFMS, 2008.

ANDRADE, E. de S.; DRESCH, L. de O.; TREDEZINI, C. A. O. Circuitos curtos de produção, distribuição e consumo: novas oportunidades de comercialização pela agricultura familiar em Nova Andradina/MS. *Sociedade e Desenvolvimento Rural*, v.5, nº 1, p. 42-53, set. 2011.

BALLER, Leandro; ALVES, Jordana Cristina Barbosa. Memórias e trajetórias de pessoas no projeto de assentamento Nova Casa Verde-MS: um estudo de caso sobre o desenvolvimento da sociabilidade. *FRONTEIRAS: Revista de História*, v. 15, nº 27, p. 69-87, 2015.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: edições, v. 70, p. 225, 1977.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. *Plano Agrícola e Pecuário 2017/2018*. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/plano-agricola-e-pecuario/>. Acesso em: 12 jun. 2017.

CALDAS, Alberto Lins. *Oralidade, texto e história:* para ler a história oral. São Paulo: Loyola, 1999.

CARNEIRO, Maria José. *Camponeses, agricultores e pluriatividade*. Rio de Janeiro, Contra Capa Livraria, 1998.

CARVALHO, Horácio Martins de. *Formas de associativismo vivenciadas pelos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil.* NEAD, Curitiba/PR, 1998.

CARVALHO, Horácio Martins de. *Causas Estruturais da Crise de Identidade dos Pequenos Produtores Rurais Familiares*. Curitiba/PR, 22/11/2000.

CEEPATEC, *Centro de Formação, Capacitação, Cultura, Estudo e Pesquisa dos Trabalhadores e Trabalhadoras Eldorado dos Carajás, 2009 e 2012*. Disponível em: < http://ceepatec17deabril.blogspot.com.br/>. Acesso em: 04 set. 2017.

CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, José Graziano da; STOLCKE, Verena (Org.). *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p.134-163.

CONCRAB, Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil. *Cooperativas de produção: questões práticas*. São Paulo: Concrab/MST, 1996.

CONCRAB, Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil. Sistema cooperativista dos assentados. *Caderno de Cooperação Agrícola*, n° 5. São Paulo: Concrab/MST, 1997.

CONCRAB, Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil. Evolução da concepção de cooperação agrícola do MST (1989-1999). *Caderno de Cooperação Agrícola*, n° 8. São Paulo: Concrab/MST, 1999.

CONTAG, *Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura*. Disponível em: <http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=227&nw=1>. Acesso em: 11 set. 2017.

CPT, Comissão Pastoral da Terra. *Conflitos no Campo – Brasil. 2003.* Coordenação: Antonio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz e José Batista Gonçalves Afonso, Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2003. 228p.

CPT, Comissão Pastoral da Terra Nacional. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/quem-somos/-historico>. Acesso em: 03 mar. 2017.

CRESWELL, John W. *Projeto de Pesquisa:* métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CUT, *Central Única dos Trabalhadores*. Disponível em: <https://cut.org.br/conteudo/historico/>. Acesso em: 13 out. 2017.

CUT, *Central Única dos Trabalhadores de Mato Grosso do Sul.* Disponível em: < http://www.cut-ms.org.br/conteudo/1/historico>. Acesso em: 14 out. 2017.

DETTMER, Carlos Alberto. Agricultura Familiar: estudo de caso no assentamento Teijin, município de Nova Andradina, MS. *Revista Nera*, nº 29, p. 133-150, 2016.

FABRINI, João Edmilson. O projeto do MST de desenvolvimento territorial dos assentamentos e campesinato. *Terra Livre*, ano 18, nº 19, p. 75-94, 2002.

FABRINI, João Edmilson. *A resistência camponesa nos assentamentos de sem-terra*. Edunioeste, 2003.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoni. *Conflitos territoriais entre o campesinato e o agronegócio latifundiário*. 1ª ed. São Paulo, Outras Expressões, 2014.

FABRINI, João Edmilson. *A Posse e Concentração de Terra no Sul de Mato Grosso do Sul*. In: Rosemeire Aparecida de Almeida (Org). A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar. Campo Grande/MS, Editora UFMS, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Reforma agrária e educação do campo no governo lula. *Campo-território: revista de geografia agrária*, v. 7, nº 14, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial*. In: Antônio Márcio Buainain (Editor). Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2008c, p. 173-224.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. *Revista Nera*, nº 6, p. 24-34, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Movimento social como categoria geográfica*. Terra Livre, nº 15, p. 59-86, 2015.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar. *Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos. João Pessoa: AGB*, 2002.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Questão Agrária, Pesquisa e MST*. São Paulo, Cortez Editora, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Desenvolvimento territorial:* conflitualidade e sustentabilidade, inédito, 2005b.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979–1999)*. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra em São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

FETAGRI/MS, *Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul*. Disponível em: <http://www.fetagrims.org.br.> Acesso em: 06 set. 2017.

FNDE, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Resolução nº 4, de 2 de abril de 2015*. Altera a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/alimenatacao_escolar/resolucao042015_ceae.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2018.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder***.** Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FURLANETTO, A.; TAVARES, A.; PEDROSA, R. A. Frutos do Cerrado: potencialidades que contribuem para a preservação e geração de renda no assentamento Teijim, Nova Andradina, MS. *Cadernos de Agroecologia*, v. 7, nº 2, 2012.

GIRARDI, Eduardo Paulon *et al.* (coord.). *DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra:* Relatório Brasil 2017. NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/UNESP: Presidente Prudente/SP, 2017. Disponível em:< https://www.fct.unesp.br/#!/pesquisa/dataluta/periodicos-dataluta/relatorio-dataluta/brasil/>. Acesso em: 20/03/2019.

GIRARDI, Eduardo Paulon; FERNANDES, Bernardo Mançano. A luta pela terra e a política de assentamentos rurais no Brasil: a Reforma Agrária conservadora. *Agrária (São Paulo. Online)*, nº 8, p. 73-98, 2008.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. Edições Loyola, 1997.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização*. v. 2, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IANNI, Octavio. Globalização: novo paradigma das ciências sociais. *Estudos avançados*, v. 8, nº 21, p. 147-163, 1994.

IANNI, Octávio. *Estado e planejamento econômico do Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1971.

IANNI, Octávio. *Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia, 1964-1978*. Civilização Brasileira, 1979.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estimativas da população residente no município de Nova Andradina – Mato Grosso do Sul***.** Brasília/DF, 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/nova-andradina/panorama>. Acesso em: 25 jul. 2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censos Agropecuário de 1975, 1980, 1985, 1996, 2006 e 2017*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/nova-andradina/pesquisa/24/27745?ano=2017-preliminar>. Acesso em: 26 jul. 2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Valor adicionado bruto a preços correntes / Série revisada / Atividade econômica / *Agropecuária (2015).* Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/nova-andradina/pesquisa/38/47001?tipo=ranking&indicador=47006>. Acesso em: 03 ago. 2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *SIDRA – Banco de Tabelas Estatísticas – Produção Agrícola Municipal*. Disponível em: < https://sidra.ibge.gov.br/home/ipca15/brasil>. Acesso em: 26 jul. 2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estabelecimento e área da agricultura familiar, segundo as Unidades da Federação, Mesorregiões, Microrregiões e Municípios, *Censo Agropecuário 2006.* Brasília/DF, 2006. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Agropecuario_2006/agri_familiar_2006/>. Acesso em: 03 fev. 2015.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Como é um assentamento*. Disponível em: http://www.incra.gov.br/assentamentos_caracteristicas. Acesso em: 01 ago. 2016.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Painel dos Assentamentos*. Superintendência Regional Mato Grosso do Sul – SR 16. Todos os assentamentos, 2017. Disponível em: < http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php >Acesso em: 02 ago. 2018.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Assentamentos*. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/assentamento>. Acesso em: 15 set. 2017.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária: a evolução da agricultura na sociedade capitalista*. Portucalense, 1972.

LACERDA, A. G. D.; MALAGODI, E. Formas de cooperação e reforma agrária. *Raízes*, v. 26, nº 1, p. 93-100, jan./dez. 2007.

LEITE, Sérgio Pereira. *Impactos regionais da reforma agrária no Brasil: aspectos políticos, econômicos e sociais*. In: LEITE, S. P. (ed.) Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável. Brasília: Paralelo 21, 2000.

MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo*. Estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo, Editora Pioneira, 1975.

MARTINS, José de Souza. *Fronteiras: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 09-77 e 145-204.

MARTINS, José de Souza. *Reforma agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: Edusp, 2000.

MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1982.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1981.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil:* as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 5ª ed., Petrópolis: Vozes, 1995.

MARTINS, José de Souza. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. *Encontros com a civilização brasileira*, v. 3, p. 22, 1980.

MARTINS, José de Souza. *Não há terra para plantar neste verão*. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 36-37.

MARTINS, José de Souza. A reforma agrária no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. *Tempo social,* v. 15, nº 2, p. 141-175, 2003.

MARTINS, José de Souza. O senso comum e a vida cotidiana. *Tempo social,* v. 10, nº 1, p. 1-8, 1998.

MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. Editora Hucitec, 1994.

MEYHI, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. *História oral:* como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto. 2007.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; RIBEIRO, Suzana L. Salgado. *Guia prático de história oral:* para empresas, universidades, comunidades, famílias. São Paulo: Contexto, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 21ª ed., Petrópolis, Editora Vozes, 2002.

MIZUSAKI, Márcia Yukari. *Diferenciação e mobilidade sócio-territorial do campesinato: o caso da avicultura de corte em Mato Grosso do Sul*. In: Rosemeire Aparecida de Almeida (Org). A questão agrária em Mato Gross do Sul: uma visão multidisciplinar. Campo Grande/MS, Editora UFMS, 2008.

MIZUSAKI, Márcia Yukari. *Território e reestruturação produtiva na avicultura*. Dourados/MS: Editora da UFGD, 2009.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. *Revista Educação, Porto Alegre*, v. 22, nº 37, p. 7-32, 1999.

MOREIRA, Fabiano Greter. *Sucessão da gestão na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Santa Olga no município de Nova Andradina em Mato Grosso do Sul.* Dissertação (Mestrado em Agronegócios), Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados/MS, 2014.

MOREIRA, Fabiano Greter. Sucessão da gestão na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Santa Olga no município de Nova Andradina em Mato Grosso do Sul. *Revista Nera*, ano 18, nº 29, 2015, pp. 151-173.

MOURA, Margarida Maria. *Camponeses*. São Paulo, Editora Ática, 1986.

MST, Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A cooperação agrícola nos assentamentos. *Caderno de Formação, nº 20*. São Paulo: MST, 1993b.

MST, *Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. Disponível em: <http://mst.org.br.>. Acesso em: 05 set. 2017.

MST, Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *Reforma Agrária.* 2014. Disponível em: < http://www.mst.org.br/reforma-agraria/>. Acesso em: 25 mar. 2019.

NARDOQUE, Sedeval; MELO, Danilo Souza; KUDLAVICZ, Mieceslau. Questão agrária em mato grosso do sul e seus desdobramentos pós-golpe de 2016. *OKARA: Geografia em debate,* v. 12, nº 2, p. 624-648, 2018.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária*. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia e os movimentos sociais. *Perspectiva Geográfica*, Cascavel: Edunioeste, ano 3, nº 3, p. 7-28, 2007a.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A geografia das lutas no campo*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 1990.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A política de reforma agrária no Brasil. *Direitos humanos no Brasil 2009*, p. 27, 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. *Estudos avançados*, v. 15, nº 43, p. 185-206, 2001.

PMNA, Prefeitura Municipal de Nova Andradina. *Histórico*. Disponível em: <http://www.pmna.ms.gov.br/historia>. Acesso em: 16 mai. 2017.

PMNA, Prefeitura Municipal de Nova Andradina. *Desenvolvimento Integrado*. Disponível em <http://www.pmna.ms.gov.br/desenvolvimento-integrado>. Acesso em: 14 jul. 2017.

PAULINO, Eliane Tomiasi. *Por uma geografia dos camponeses*. São Paulo, Editora UNESP, 2006.

POUPART, Jean et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. In: *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Vozes, 2014.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. Cooperação e tipos de cooperativismo no Brasil. In: *VII Congresso Latino-americano de Sociologia Rural, Quito*. 2006.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. *O que é cooperativismo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena:* experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Luciana Codognoto da. *Cartografias de mulheres na prostituição: territórios, heterotopias e suas interfaces com a psicologia*. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis/SP, 2016.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações–o velho e o novo em uma discussão marxista. *Revista Nera*, nº 7, p. 1-21, 2005.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações, Trabalho e Dominação. *Estudos CEBRAP, Petrópolis: vozes*, v. 26, p. 43-80, 1980.

SCHNEIDER, João Elmo. O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente: o caso brasileiro. In: LOUREIRO, Maria Rita Garcia (org). *Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil*. São Paulo, Cortez, 1981. pp. 11-40.

SCHNEIDER, Sérgio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. *Revista de Economia Política*, v. 30, nº 3, p. 511-531, 2010.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

WOORTMANN, Klaas. Com parente não se neguceia: o campesinato como ordem moral. *Anuário antropológico*, v. 87, p. 11-73, 1990.

APÊNDICE A – EIXO DISPARADOR DE ENTREVISTAS DOS ASSENTADOS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS - FCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Data da Entrevista: _____/_____/20____.

1) Nome do Assentado

2) Lote nº

3) Trajetória de vida no campo e outras atividades

4) Composição da família

5) Fontes de rendimento

6) Área, benfeitorias e arrendamentos

7) Comercialização da produção/suprimentos

8) Os controles de despesa e receita da propriedade

9) Filiação em movimentos sociais e a participação no assentamento

10) Período de acampamento

11) Desafios no acampamento

12) Confrontos com proprietários de terra

13) Desafios na permanência nos lotes

14) Organização coletivas (cooperativas, associações, etc)

15) Assistência técnica e programais sociais

16) Linhas de crédito

17) Capacitação profissional

18) Considerações do entrevistador

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E EXTENSÃO RURAL (AGRAER/MS)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS - FCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Data da Entrevista: _____/_____/20____.

1) Nome do Responsável.

2) Cargo/Função.

3) Participação/ações da entidade antes e durante a implantação dos assentamentos.

4) Assistência nos acampamentos.

5) A integração entre a entidade e o MST, FETAGRI/MS, STRAFNA, CPT/MS, CUT, entre outros movimentos e organizações.

6) Políticas públicas estaduais e federais.

7) Organização coletiva nos assentamentos.

8) Participação na orientação da produção e comercialização dos produtos.

9) Considerações do entrevistador.

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA

SINDICATO DOS TABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE NOVA ANDRADINA/MS - STRAFNA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS - FCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Data da Entrevista: _____/_____/20____.

1) Nome do Responsável.

2) Cargo/Função.

3) Os conflitos e o histórico de luta pela posse de terra pelos trabalhadores com os proprietários (confrontos/enfrentamentos, despejos, etc).

3) Participação/ações da entidade antes, durante e depois da ocupação e implantação dos assentamentos.

4) Assistência nos acampamentos.

5) Informações dos assentamentos sob a sua criação/implantação e levantamento das famílias assentadas.

6) Os desafios dos assentados na permanência nos lotes.

7) A política agrária do Estado do MS e do município de Nova Andradina para a Federação.

8) A integração entre a entidade e o MST, AGRAER/MS, FETAGRI/MS, CPT/MS, CUT, entre outros movimentos e organizações.

9) Considerações do entrevistador.

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS - FCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Data da Entrevista: _____/_____/20____.

1) Nome do Responsável.

2) Cargo/Função.

3) Os conflitos e o histórico de luta pela posse de terra pelos trabalhadores com os proprietários (confrontos/enfrentamentos, despejos, etc).

3) Participação/ações da entidade antes, durante e depois da ocupação e implantação dos assentamentos.

4) Assistência nos acampamentos.

5) Informações dos assentamentos sob a sua criação/implantação e levantamento das famílias assentadas.

6) Os desafios dos assentados na permanência nos lotes.

7) A relevância da política agrária do Estado do MS e do município de Nova Andradina para a INCRA.

8) A integração entre a entidade e a AGRAER/MS, a FETAGRI/MS, a CPT/MS, a CUT, entre outros movimentos e organizações.

APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA
COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT/MS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS - FCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Data da Entrevista: _____/_____/20____.

1) Nome do Responsável.

2) Cargo/Função.

3) Os conflitos e a luta pela posse de terra pelos trabalhadores com os proprietários.

3) Participação/ações da entidade antes e durante a implantação dos assentamentos.

4) Assistência nos acampamentos.

5) A integração entre a entidade e a AGRAER/MS, a FETAGRI/MS, o MST, a CUT, entre outros movimentos e organizações.

6) Considerações do entrevistador.

APÊNDICE F - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, RG: _____, abaixo assinado, concordo em participar, como PARTICIPANTE, da pesquisa *"Luta e Permanência na Terra nos Assentamentos Rurais no município de Nova Andradina/MS".* Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo pesquisador *Fabiano Greter Moreira* sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido, ainda, que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Declaro, ainda, que ( ) concordo / ( ) não concordo com a publicação dos resultados desta pesquisa, ciente da garantia quanto ao sigilo das minhas informações pessoais e ao meu anonimato.

Local e data _____, _____ de _____ de 20____.

_____
Assinatura do Participante

Eu, *Fabiano Greter Moreira*, pesquisador responsável pelo estudo, obtive de forma voluntária o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do PARTICIPANTE para a participação na pesquisa.

_____
Assinatura do Pesquisador

ANEXOS

Fonte: Acervo pessoal do assentado TJ1 (Teijin). Momentos de grande movimentação no Acampamento 17 de abril, as margens da rodovia MS-134, recebendo cestas básicas (provenientes dos Programas Fome Zero – Governo Federal e Segurança Alimentos – Governo Estadual), entregues as famílias cadastrados no movimento no início dos anos 2000.

Fonte: Assentado TJ2 (Teijin). Todos os suprimentos da produção do lote são adquiridos no município de Nova Andradina (2017).

Fonte: Assentado TJ1 (Teijin). Do barraco de lona preta, para a casa de madeira e hoje a casa de alvenaria. Lutas e conquistas vividas desde os acampamentos, mas, superadas com a liberdade da posse de seu lote (anos de 2000 a 2017).

Fonte: Moreira (2017) – primeira foto apresenta a entrada do assentamento São João, onde a estrada passa no meio da área societária, completamente cerrado e sem qualquer estrutura para o processo produtivo dos assentados. A segunda foto mostra um dos poços artesianos para abastecimento de água, que por falta de energia elétrica, levou anos para serem instalados, seguido de muitas lutas e perseverança dos assentados.

Fonte: Moreira (2018) – primeira foto apresenta a sede administrativa da Coopaolga no assentamento Santa Olga. A cooperativa está equipada com computadores, impressora, sala para atendimento dos assentados, controle contábil e administrativo, recepção, mesas, cadeiras, etc. A segunda foto expõe a sede social do assentamento (antiga sede da Fazenda Santa Olga), onde atualmente possui um projeto de extensão (não foi explorado por nossos participantes), com pesquisadores da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

Agricultores da Linha da Amizade aderem ao Programa de Aquisição de Alimentos

Vereador Zé Bugre foi grande articulador para que os agricultores familiares pudessem participar do programa do Governo Federal

Da Assessoria / Imagens: CMNA/Divulgação

28/11/2013 17h01

Famílias de agricultores assentados no Projeto de Assentamento Teijin, da Associação Linha da Amizade, realizaram na manhã desta quinta-feira (28), a segunda entrega de alimentos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Governo Federal, em que participam 10 produtores.

A entrega de alimentos foi realizada no Lar Sagrado Coração de Jesus (asilo), na Casa do Migrante e na Associação de Pais e Amigos do Excepcional (APAE). Nesta segunda entrega, o total de alimentos repassados somou 2.010 quilos, de produtos como melancia, limão, maxixe, abóbora e mandioca.

A primeira entrega, realizada há 15 dias, totalizou 1.803 quilos, de produtos como melancia, maxixe, abóbora e mandioca, e foi acompanhada pelo vereador Zé Bugre, 1º secretário da Câmara, vereador Robertinho Pereira, e pelo prefeito em exercício Milton Sena.

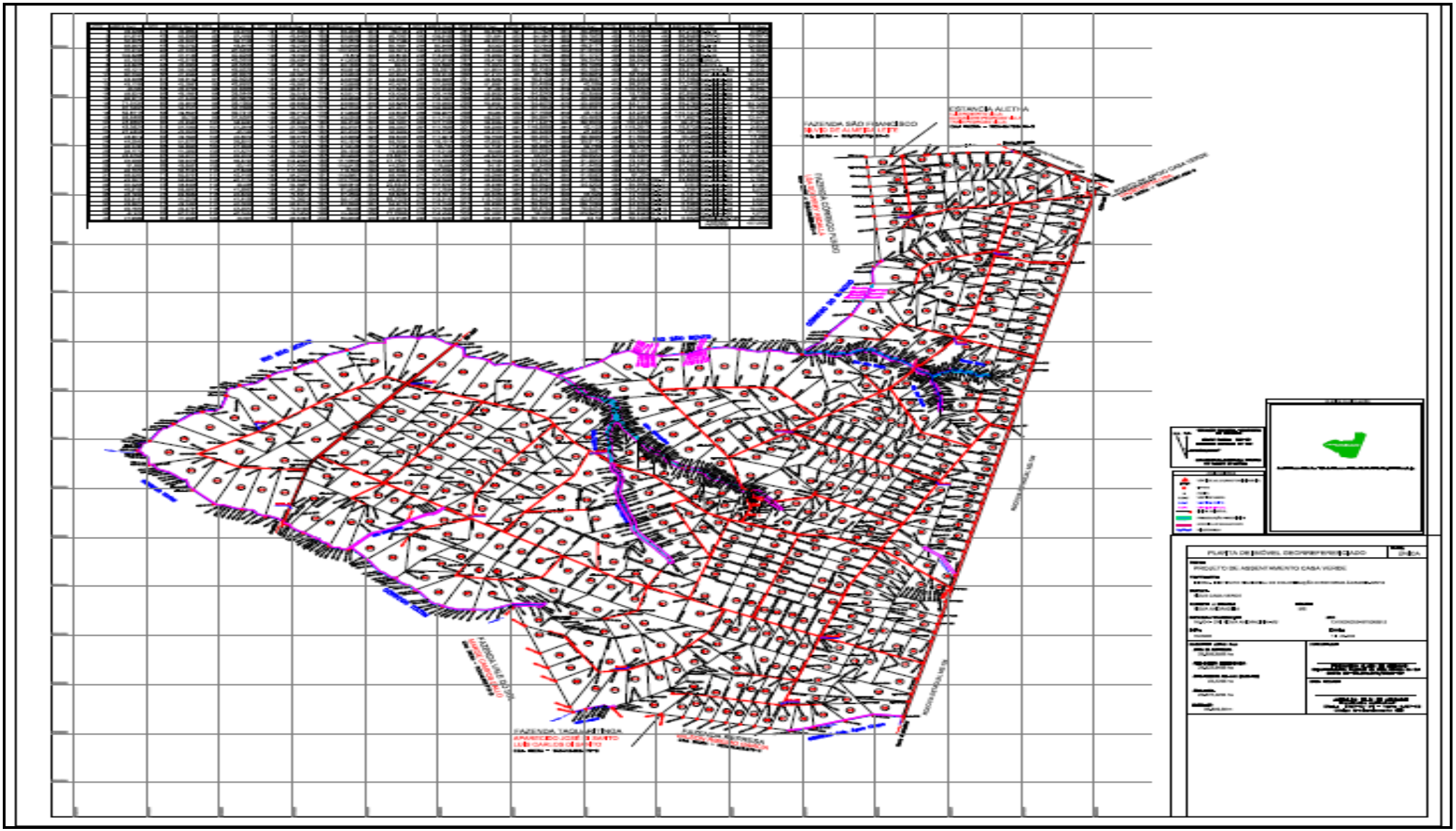
O presidente da Associação Linha da Amizade, João Ferreira, falou sobre o desafio para que os 10 produtores pudessem participar do PAA. “Foram mais de seis meses de burocracia, e com o apoio do vereador Zé Bugre, conseguimos providenciar toda a documentação para participarmos deste programa”, informou José Ferreira, que afirmou que há previsão de adesão de mais 16 agricultores familiares, e que a estimativa é de que a doação de alimentos seja mais que dobrada com mais associados participando do programa.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), desenvolvido pelo Governo Federal, com recursos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), promove o acesso a alimentos às populações em situação de insegurança alimentar e promove a inclusão social e econômica no campo, por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

O programa propicia a aquisição dos alimentos produzidos pelos agricultores familiares, com isenção de licitação, a preços compatíveis aos praticados nos mercados regionais. Em Nova Andradina, este é o primeiro grupo que produz alimentos que está cadastrado neste programa. “Estamos bastante satisfeitos, pois todos ganham com este programa. Os projetos sociais recebem os alimentos fresquinhos, recém colhidos, e os agricultores familiares podem escoar a sua produção com mais agilidade, a preços justos”, analisou o vereador Zé Bugre, que forneceu total apoio para que os agricultores familiares pudessem ter acesso ao programa.

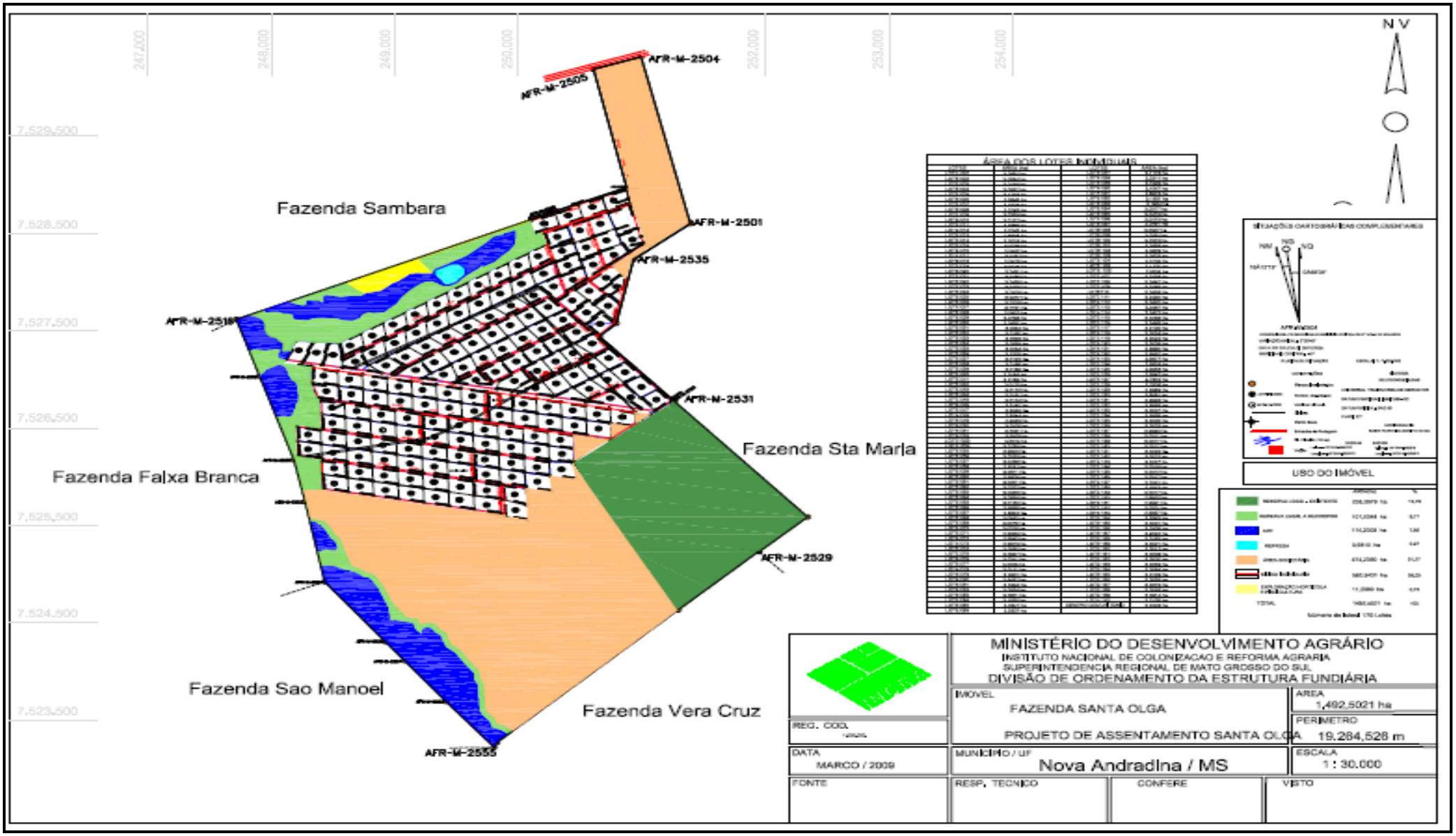
Fonte: Disponível em: <http://www.jornaldanova.com.br/noticia/28572/agricultores-da-linha-da-amizade-aderem-ao-programa-de-aquisicao-de-alimentos>. Acesso em: 20 dez. 2018.

Mapa 7: Projeto de Assentamento Casa Verde.



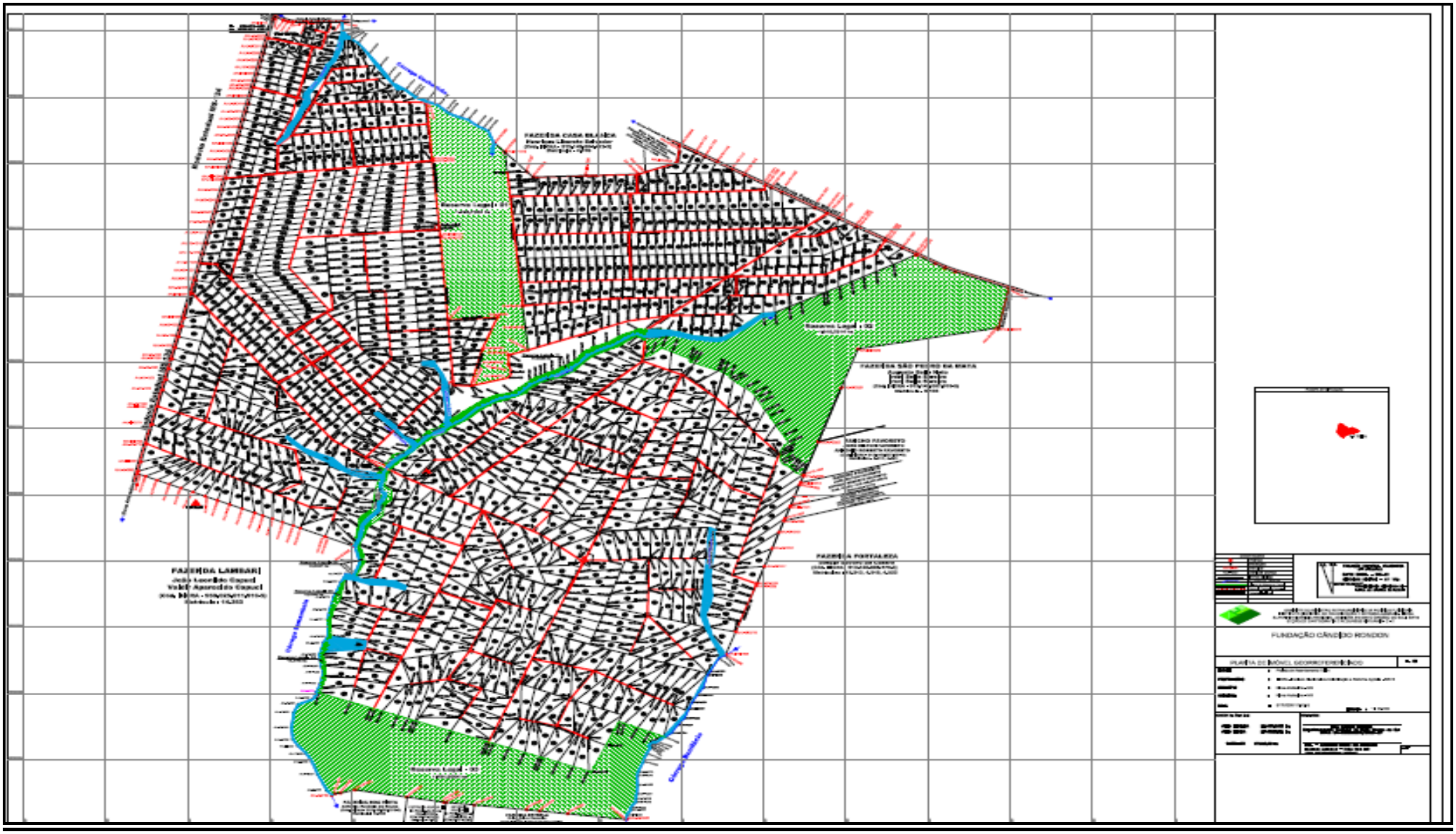
Fonte: INCRA (2018).

Mapa 8: Projeto de Assentamento Santa Olga.



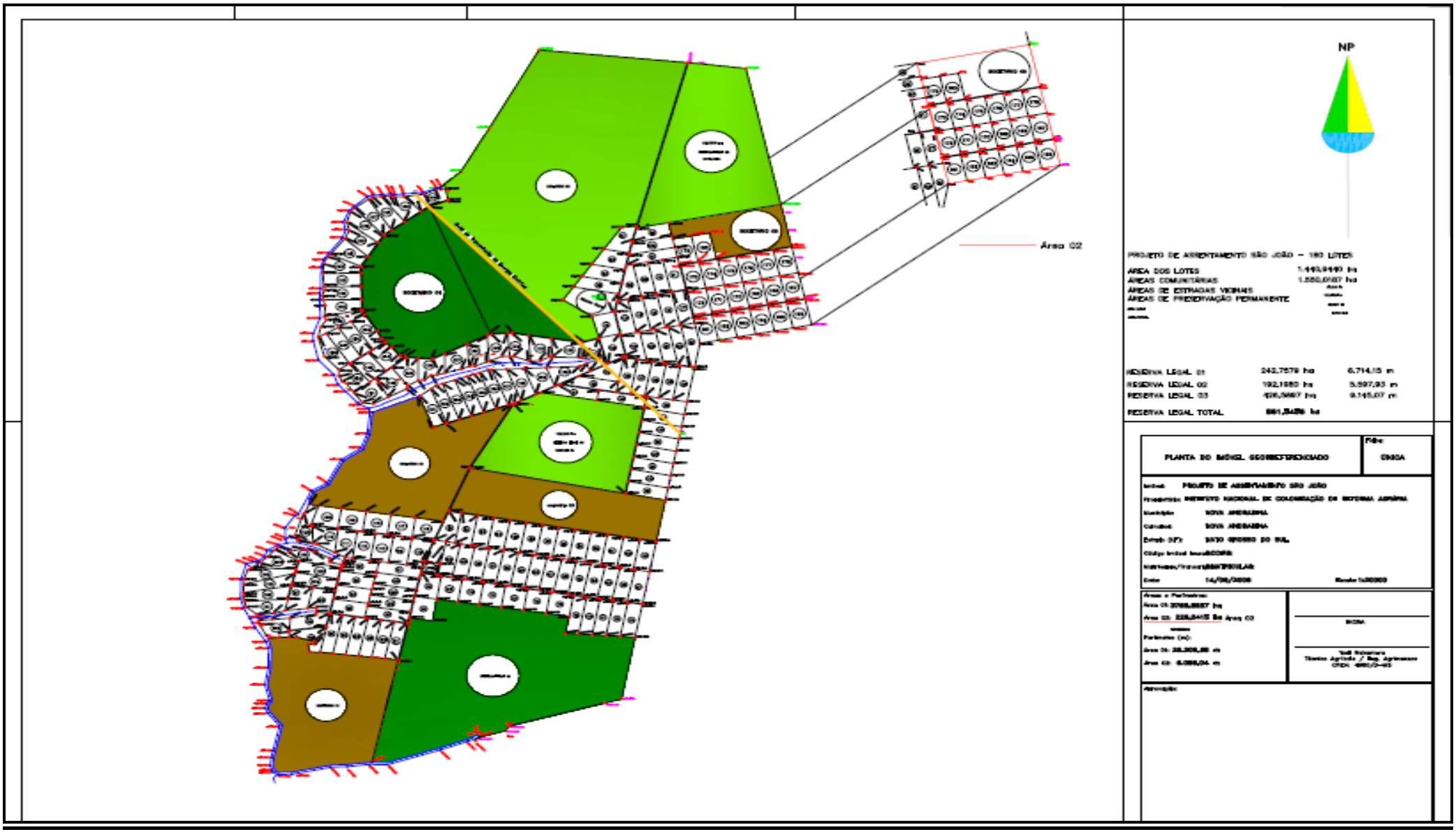
Fonte: INCRA (2018).

Mapa 9: Projeto de Assentamento Teijin.



Fonte: INCRA (2018).

Mapa 10: Projeto de Assentamento São João.



Fonte: INCRA (2018).